



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA



GLAUCIA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA

O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO
GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE
2024

<p>GLAUCIA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA</p> <p>1.</p>	<div data-bbox="523 327 730 439"></div> <div data-bbox="785 338 896 427"></div> <div data-bbox="914 349 1179 427"><p>PROFHISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA</p></div> <div data-bbox="488 499 1367 645"><p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA</p></div> <div data-bbox="606 754 1246 792"><p>GLAUCIA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA</p></div> <div data-bbox="494 1283 1361 1377"><p>O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO GROSSO DO SUL</p></div> <div data-bbox="834 1632 1107 1706"><p>CAMPO GRANDE 2024</p></div>
<p>O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO GROSSO DO SUL</p>	

GLAUCIA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA

**O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO
GROSSO DO SUL.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Prof. Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

CAMPO GRANDE/MS

2024

A444m Almeida, Glaucia Pereira Silva de.

O movimento Beleza Negra e a luta contra o racismo em Mato Grosso do Sul/
Glaucia Pereira Silva de Almeida. Campo Grande, MS: UEMS, 2024.
216 f; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em História – Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

1 Ensino de História 2. Racismo 3 Lei nº 10.639/03 4. Concurso Beleza Negra
Campo Grande. I. Rodrigues, Marinete Aparecida Zacharias. II Título.

CDD 23. ed. 305.8

**O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO
GROSSO DO SUL**

GLAUCIA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA

Área de Concentração: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues
(Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do
Sul/UEMS

Prof. Dr.^a Mônica Martins da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Prof. Dr. Rogério da Palma
Universidade Estadual de Mato Grosso do
Sul/UEMS

Campo Grande, 29 de maio de 2024.

Dedico aos meus pais, Neusa e Geraldo, aos meus irmãos, Ariadne e Rogério, ao meu esposo Paulo e aos meus filhos Kauê e Kauã.

AGRADECIMENTOS

A minha família, especialmente ao meu esposo Paulo, por ter estado presente e dado suporte aos nossos filhos diante da minha indisponibilidade de dar-lhes atenção. Você soube compreender, apoiar, incentivar e, principalmente, me acolher nesse momento de catarse e total entrega. Aos meus pais, Geraldo e Neusa, que abdicaram da minha presença física durante esse processo, mas com amor, sabedoria e renúncia, me apoiaram incondicionalmente. Aos meus irmãos Ariadne e Rogério, que dividiram comigo as vitórias e me apoiaram nos momentos mais difíceis. Sou grata pelo carinho, amor e compreensão de vocês nesses últimos dois anos, sem vocês dificilmente teria conseguido. A vitória é nossa!

Ao programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UEMS), em especial aos professores do programa que contribuíram com a escuta qualificada, ensinamentos, orientações e encorajamento. Eles foram extremamente importantes tanto para o meu caminho trilhado como pesquisadora quanto para minha prática docente no Ensino de História na Educação Básica. Levarei todos dentro do meu coração. À Capes, pelo auxílio financeiro oferecido, possibilitando custear as despesas da pesquisa.

Aos colegas do mestrado, que com empatia e companheirismo estiveram comigo nesse processo tão árduo e desafiador. Estava há mais de duas décadas fora da academia, e tudo me parecia inalcançável e acima das minhas forças. Lembro-me de que, em um momento de grande instabilidade, meu amigo Luís Felipe Granja olhou nos meus olhos e disse: “Aprenda a consertar o avião voando!” A todos minha eterna gratidão e amizade.

Ao Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, criado e presidido por Rodynei Pereira Nolasco, por autorizar e apoiar a pesquisa durante todo o processo. Agradeço também à professora Silvana Ramos, especialista em educação especial e diversidade, pelas contribuições profícuas, ao nosso eterno Anjo Tereza Gomes Nunes (in memoriam) por todo apoio, e às parceiras do movimento: Nathália Gama, Cristiane de Almeida Marques e Joselaine Penha.

À banca de qualificação, composta pela Prof.^a Dr.^a Mônica Martins da Silva, que atua na área de História, com ênfase no Campo do Ensino de História e educação para as relações étnico-raciais, e pelo Prof. Dr. Rogério da Palma, pesquisador de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, racismo, raça, migrações, entre outros, duas grandes referências para mim. Com certeza, as contribuições de ambos foram de extrema importância para que a pesquisa fosse direcionada aos objetivos propostos. Foi uma honra aprender com vocês e tê-los na minha banca.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (UEMS), minha eterna gratidão e admiração. Depois de tanto tempo fora do mundo acadêmico, cheguei ao prédio da UEMS - Campo Grande num misto de sentimentos e sensações. Feliz por ter a chance de voltar a estudar, agora em uma Universidade Pública que é referência no ensino de qualidade em nosso Estado, e tensa por saber que teria que vencer as amarras da minha mente, o receio de não conseguir acompanhar a turma, as lacunas educacionais que tenho na minha formação. Quando cheguei ao prédio da universidade para fazer a minha matrícula, rapidamente busquei um porto seguro e o encontrei no setor de matrículas. Com os olhos cheios de lágrimas, pedi sua ajuda a fim de me ambientar nesse novo espaço e diante das novas demandas, fui prontamente acolhida. Diante disso, tive a certeza de quem eu gostaria que fosse a minha orientadora na pesquisa e tive a felicidade de ter sido aceita pela senhora. Por meio de suas orientações, fui introduzida a novas leituras e discussões, que despertaram em mim o interesse ainda maior pela pesquisa acadêmica e pelas temáticas relacionadas com o objeto de pesquisa.

Foram inúmeras reuniões presenciais e virtuais, incontáveis versões de projeto e texto de dissertação, variadas e acertadas sugestões de leituras para a pesquisa e execução do produto do PROFHISTÓRIA. Em meio ao processo de fundamentação, pesquisa e escrita, a sua generosidade, o seu vasto conhecimento e seu olhar preciso tiveram relevante contribuição. Agradeço a sua paciência e por ter passado a segurança necessária para eu concluir essa etapa em minha vida profissional e por despertar em mim o desejo de continuar estudando. Você será eternamente a minha melhor e maior referência dentro do campo acadêmico. Guardarei eternamente seus ensinamentos e exemplos. Nossa história não acaba por aqui. Obrigada por tudo. Nunca esquecerei esse momento, querida Mestra!

ALMEIDA, Gláucia Pereira Silva de. *O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO GROSSO DO SUL*. 2024. 216f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o Movimento Beleza Negra/MS, com o objetivo principal de compreender como este movimento, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, contribuiu no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial em Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos incluíram investigar a historiografia sobre o negro na sociedade brasileira e sul-mato-grossense para entender os fundamentos do Movimento e do Concurso Beleza Negra em Campo Grande, MS; analisar a historiografia, a produção acadêmica, a legislação e documentação normativa oficial da educação relacionada ao ensino das relações étnico-raciais no Brasil; e desenvolver um produto para uso no ensino de História como recurso didático. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica qualitativa. Como parte do percurso metodológico, foram examinadas dissertações e teses disponíveis na CAPES, bem como a historiografia sobre o negro na sociedade brasileira e sul-mato-grossense, e o ensino de História, abrangendo do contexto nacional ao local. Também foram analisadas fontes documentais sobre o movimento e o concurso, como regimento interno, livreto, site, materiais escritos e audiovisuais, além das entrevistas que resultaram na criação de um documentário sobre o concurso e na Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista, proposto como material didático para professores de História. Em relação ao Ensino de História e às questões étnico-raciais, a pesquisa atende às demandas da Lei nº10.639/03, das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (2004), das legislações sobre diversidade e da BNCC. A pesquisa evidenciou como o concurso, por meio de palestras e rodas de conversa, promove o ensino de História fora do ambiente escolar, sendo um eficaz mecanismo de promoção da igualdade racial, desconstrução de estereótipos e construção da identidade racial.

Palavras-chave: Ensino de História. Racismo. Lei nº 10.639/03. Concurso Beleza Negra Campo Grande.

ALMEIDA, Glaucia Pereira Silva de. *O MOVIMENTO BELEZA NEGRA E A LUTA CONTRA O RACISMO EM MATO GROSSO DO SUL*. 2024. 216f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

ABSTRACT

This research focused on the Movimento Beleza Negra/MS, with the primary objective of understanding how this movement, through the Concurso Beleza Negra Campo Grande, contributes to combating racism and promoting racial equality in Mato Grosso do Sul. The specific objectives included investigating the historiography of Black people in Brazilian and Sul-Mato-Grossense society to understand the foundations of the Movimento and the Concurso Beleza Negra in Campo Grande, MS; analyzing historiography, academic production, legislation, and official normative documentation related to the teaching of ethnic-racial relations in Brazil; and developing a product for use in History education as a didactic resource. The methodology adopted consisted of a qualitative bibliographic review. As part of the methodological approach, dissertations and theses available in the CAPES database were examined, as well as the historiography on Black people in Brazilian and Sul-Mato-Grossense society and the teaching of History, encompassing both national and local contexts. Documentary sources on the movement and the contest, such as internal regulations, booklets, websites, written and audiovisual materials, and interviews, were also analyzed, resulting in the creation of a documentary about the contest and the Proposal of Practical Activities for Anti-Racist Education, proposed as a didactic material for History teachers. Regarding History Education and ethnic-racial issues, the research meets the demands of Law No. 10.639/03, the National Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations for the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture (2004), diversity legislation, and the BNCC. The research evidenced how the contest, through lectures and discussion groups, promotes the teaching of History outside the school environment, serving as an effective mechanism for promoting racial equality, deconstructing stereotypes, and building racial identity.

Keywords: Teaching History. Racism. Law No. 10.639/03. Campo Grande Black Beauty Contest.

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das principais rotas do tráfico de escravizados (século XVI ao XIX)	24
Figura 2. Gráfico da população brasileira residente, por cor ou raça.....	33
Figura 3. Mapa das principais Bandeiras do século XVII e XVIII	35
Figura 4. convite do 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul	48
Figura 5. Localização MS no centro-oeste brasileiro.....	48
Figura 6. Valdinéia Alves dos Santos - 1º lugar - 2022 - 53 anos.....	51
Figura 7. Juliana da Silva Teodoro - 1º lugar - 2016 - 18 anos	52
Figura 8. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra.....	57
Figura 9. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira	57
Figura 10. Alguns dos inscritos no Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS – 2023.....	60
Figura 11. Desfile Feminino do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2023	61
Figura 12. <i>Vênus de Willendorf</i> , esculpida entre 24.000 e 22.000 a. C.....	90
Figura 13. Escultura da Vênus de Milo	90
Figura 14. O Nascimento de Vênus.....	91
Figura 15. Ilustração de Vênus Hotentote-desenho duplo 1824	92
Figura 16. Palestra e roda de conversa ministrada pela professora Verhuska Pereira	112
Figura 17. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira	113
Figura 18. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira.	113
Figura 19. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande.....	116
Figura 20. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande.....	117
Figura 21. Matéria do Campo Grande News - Concurso Beleza Negra Campo Grande	118
Figura 22. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande.....	119
Figura 23. Imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo ...	134
Figura 24. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo	135
Figura 25. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo	137
Figura 26. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo	138
Figura 27. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo	139
Figura 28. imagem de capa do blogpost do Concurso Beleza Negra Campo Grande	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACP	Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública
ADCT	Ato de Disposição Constitucional Transitória
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPPIR/MS	Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
EDUCAPES	Portal de objetos educacionais para uso de alunos e professores
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FERTEL	Rede E-TV, Rádio e Portal Educativa/MS
FNB	Frente Negra Brasileira
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHG-MS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Colonização e Reforma Agrária
L.B.V	Legião da Boa Vontade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
REME	Rede Municipal de Ensino de Campo Grande
SBT-MS	Sistema Brasileira de Televisão – Mato Grosso do Sul
SEMAC	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIDRA	Banco de Tabelas Estatísticas
SINTECT- MS	Sindicato dos Trabalhadores nos Correios Telégrafos e Similares
SINTICOP-MS	Sindicato da Construção Pesada de Mato Grosso do Sul
SINTSS-MS	Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Mato Grosso do Sul
SISTA	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Fundação UFMS e IFMS
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TEN	Teatro Experimental Negro
TEZ	Trabalhos e Estudos Zumbi
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 MOVIMENTO BELEZA NEGRA EM MATO GROSSO DO SUL.....	23
1.1 A população negra na sociedade brasileira	23
1.2 A população negra no estado de Mato Grosso do Sul	35
1.3 O Concurso Beleza Negra Campo Grande.....	47
2 O MOVIMENTO BELEZA NEGRA MATO GROSSO DO SUL E O ENSINO DE HISTÓRIA	62
2.1 História do ensino de História: constituição e consolidação da disciplina escolar	62
2.2 História do ensino de História no Brasil e as relações étnico-raciais no currículo	69
2.3 O ensino de história no espaço escolar e em diferentes espaços sociais	81
2.4 O movimento Beleza Negra, por meio do concurso Beleza Negra Campo Grande, como mecanismo de luta contra o racismo em mato grosso do sul.....	88
3 O CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE POR MEIO DE UM DOCUMENTÁRIO	121
3.1 Utilização de documentários como recurso didático no ensino de história	121
3.2 Documentário e o ensino de história	126
3.3 O processo de construção e execução do documentário	130
3.3.1 Seleção dos entrevistados	131
3.3.2 Gravações das entrevistas.....	132
3.3.3 Questionários.....	133
3.4 Estrutura do documentário e acesso ao produto	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	146
ANEXO A - PROPOSTA DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	152
ANEXO B - LIVRETO DE MEMÓRIAS DO MOVIMENTO BELEZA NEGRA - MATO GROSSO DO SUL.....	168

INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar” (Nelson Mandela)

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), tem como objetivo investigar o impacto do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo no estado. O objeto de estudo é o próprio Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, com foco particular nas palestras e rodas de conversa conduzidas durante os ensaios para o concurso. Como problemática, busca-se compreender como as palestras e rodas de conversas realizadas durante os ensaios do concurso, que abordam temas étnico-raciais, podem ser eficazmente utilizadas como recursos pedagógicos no ensino de História dentro do ambiente escolar.

O Movimento iniciou seu trabalho relacionado às questões étnico-raciais em 2008, com o “1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul”, idealizado e promovido por Rodynei Pereira Nolasco e parceiros. Há dezesseis anos (2008 - 2023), o concurso é reconhecido como a principal ação realizada pelo grupo, que tem entre outras atividades: o Cacheia Campo Grande, o curso profissionalizante de Rastafári e Fotografia Digital. O primeiro desfile foi realizado no dia 18 de dezembro de 2008, elegendo a negra mais bela de Mato Grosso do Sul. Compreender o trabalho do movimento e sua contribuição na luta contra o racismo, por meio do concurso, serviram como dimensões propulsoras para a realização desta dissertação.

O Concurso Beleza Negra Campo Grande é diferente de outros concursos porque não exige medidas padrão, peso, altura e não tem idade limite. De acordo com o Regulamento do Concurso, os critérios são: ser negro e ter idade mínima de 18 anos. O evento acontece anualmente na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, onde se localiza a sede do Movimento.

Ao longo dos anos, o concurso evoluiu de um evento focado na estética para incluir a formação intelectual e profissional dos participantes. Essa mudança reflete uma abordagem mais ampla, comum a outros movimentos sociais negros no Brasil, que reconhece a importância da construção e consolidação de uma identidade étnica. A conscientização sobre políticas públicas de promoção da igualdade racial, como a Lei 10.639/03, tem sido crucial para a continuidade e o sucesso do movimento, respondendo às demandas dos movimentos sociais negros no país.

Trata-se de uma pesquisa pioneira na área de História, em que se analisa o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Entretanto, é preciso destacar que, em relação à Beleza Negra, levantaram-se alguns trabalhos relevantes para a construção do referencial teórico (Xavier, 2012; Braga, 2015; Silva, 2015).

Amanda Batista Braga, no campo das Letras, defendeu a tese de doutorado intitulada "Retratos em branco e preto: discursos, imagens e corpos em uma história da beleza negra no Brasil" (2013) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qual empreendeu uma análise discursiva sobre a história da beleza negra no Brasil, a partir das memórias que temos dos padrões de beleza e dos acontecimentos discursivos que ressignificam essas memórias na atualidade. O trabalho deu origem à obra "História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas", publicada em 2015, pela Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCAR).

No campo da História, destaca-se a tese de Giovana Xavier da Conceição Nascimento, intitulada "Branças de Almas Negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação, dos Estados Unidos, entre 1890-1930" (2012), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A tese deu origem ao livro "História Social da Beleza Negra", publicado em 2021, que explora "o surgimento de uma indústria cosmética voltada para a mulher negra nos Estados Unidos na virada do século XIX ao XX, período de normatização agressiva da brancura como padrão de beleza universal, da popularização da eugenia e de difusão de valores associados à ideia de supremacia branca" (Xavier, 2021, p.12). A obra faz "uma análise do papel das lutas pelo direito à beleza negra e que a questão da beleza abriu um caminho de luta contra o racismo" (Xavier, 2021, p.16). É possível perceber nas obras (Xavier, 2012; Braga, 2015) que a história da Beleza Negra nos Estados Unidos e no Brasil, entre os séculos XIX e XX, possuía suas especificidades. Entretanto, as comunidades negras de ambos os países tinham como objetivo comum integrar o negro (preto e pardo) à sociedade, assegurando direitos sem renunciar à sua identidade negra.

Na área da Educação Física, a dissertação "Nós também somos belas: A construção social do corpo e da beleza em mulheres negras", de Joyce Gonçalves da Silva, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), discutiu a construção social do corpo e da beleza negra em mulheres negras na primeira metade do século XX. Este estudo aborda a construção dos discursos sobre os corpos das mulheres negras e o estabelecimento de uma corporeidade negra integrada à cultura brasileira. Ao analisar o período em que a eugenia e a educação física faziam parte de um projeto político-ideológico nacional, a pesquisa examina

as diferentes visões atribuídas ao gênero feminino em relação à sua função social e às normas de beleza. No contexto dos movimentos sociais negros das décadas de 1930 e 1940, destaca-se o empenho em fortalecer a autoestima da comunidade negra. As qualidades das mulheres negras foram vistas como exemplo de cidadania no Brasil modernizado, semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos no início do século XX. Assim, a comunidade negra reelaborou suas concepções sobre a estética feminina, atribuindo às mulheres negras o símbolo de cidadania.

A partir do rol de trabalhos que se debruçaram sobre a Beleza Negra, é possível constatar uma escassez de pesquisas no campo do Ensino de História, evidenciando uma falta de interesse em se construir uma historiografia nessa área, e que pesquisas desenvolvidas, nos seus variados campos, datam após a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares e instituiu o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Como afirma Márcia Tetê Ramos, no artigo "A constituição do campo de pesquisa em ensino/aprendizagem histórica pela revista História & Ensino" (2012, p.92), o período de aprovação da Lei 10.639/03 foi decisivo para a temática étnico-racial no país.

Entretanto, mesmo com o notório avanço das pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais, ainda há uma carência de materiais pedagógicos voltados para o ensino na educação básica. Essa questão será abordada na dimensão propositiva, relativa ao Ensino de História e ao movimento a ser pesquisado. A especialista Eliane Debus (2020, s.p.), no artigo "Podemos falar de protagonismo negro nos livros infantis?", ressalta a importância do protagonismo negro nos livros infantis, destacando que “para que crianças e jovens não convivam somente com a representação eurocêntrica de personagens”. A representação positiva negra deve estar acessível através de diversos produtos e materiais físicos ou virtuais, como jogos, brinquedos, filmes, documentários, entre outros. Debus (2020) elucida,

Podemos afirmar que a produção literária para a infância, que circula no mercado editorial contemporâneo, tem enegrecido nos últimos anos. Em particular a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (2004). E de outros documentos de implementação da lei que se acresceram nos últimos quatorze anos. Colaborando, assim, para a constituição de um acervo pluriétnico. Nesse período demarcado aqui pelo ano de 2003, vimos um aumento significativo do mercado editorial brasileiro “a partir da necessidade de livros que tematizem e problematizem as relações étnico-raciais, por meio da representação de personagens negras como protagonistas e narrativas que focalizem o continente africano como múltiplo; desfazendo ideias enraizadas como aquelas que trazem as personagens negras em papéis de submissão e/ou retratando o período escravista, bem como a representação do continente africano pelo viés do exótico” (Debus, 2020, s,p).

Esta proposta visa oferecer um instrumento pedagógico para a educação básica. O projeto resultará na produção de um documentário e uma proposta de atividades práticas de educação antirracista, direcionado aos professores de História e ao público em geral. Este material contribuirá para o ensino de História, alinhado com as demandas da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais de 2004, promovendo a visibilidade e valorização da cultura negra.

A principal motivação para este trabalho surgiu da minha identificação pessoal e da minha trajetória docente em escolas públicas no município de Campo Grande. No campo pessoal, sou fruto de uma relação inter-racial. Sempre foi perceptível na minha família paterna, composta por negros, pretos e pardos, a preocupação em silenciar e promover o esquecimento das memórias relacionadas à parte negra da família. Incomodava-me e ainda me incomoda muito o quanto a política do branqueamento está enraizada nos diálogos, nas buscas matrimoniais, nas expectativas que rondam meu grupo familiar antes do nascimento de um novo membro na família. Senti e sinto na pele as marcas do racismo estrutural, onde o primeiro contato é no núcleo familiar e deixa sequelas psicológicas em um ser em formação. Tanto é que me peguei pensando nas duas gestações dos meus filhos: “Tomara que eles não nasçam com o cabelo crespo!” A experiência pessoal foi essencial para a construção da proposta, destacando a importância da representatividade e da educação antirracista.

Minha professora e orientadora, Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, foi extremamente importante nesse processo de catarse, de desconstrução e reconstrução da minha identidade racial. Em vários momentos, ofereceu seu ombro amigo e uma escuta qualificada, pois eu fui percebendo a partir das leituras que teria que sair da superficialidade e entraria em áreas pantanosas, situação que gerou muita ansiedade e desconforto. A primeira delas foi a construção da minha identidade racial, pois relutei muito em me autodeclarar negra e sentia-me confortável sendo “parda”, advinda da miscigenação do branco e do negro. O problema é que essa zona de conforto não me permitia ver o meu papel social em relação às questões raciais de uma forma mais ampla e responsável, mesmo sendo a temática racial minha área de identificação tanto como professora e como membro atuante do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Parecia-me distante, algo relacionado apenas aos meus ancestrais.

Na área profissional, como docente na disciplina de História na Rede Estadual e Municipal de Educação de Campo Grande/MS há 30 anos, mesmo tendo preferência em trabalhar temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, a realização de práticas pedagógicas em sala de aula que envolviam a História da África e Cultura Afro-brasileira esbarravam nas lacunas deixadas na graduação. No currículo de formação de professores, na época, essa

disciplina não era oferecida nem entre as obrigatórias ou optativas. Além disso, havia a falta de materiais didáticos, bem como as insuficientes formações continuadas nas redes de ensino onde atuo. Nesse momento, agradeço ao professor Dr. Rogério da Palma, por meio de suas mãos fui introduzida a novas leituras e discussões. A oportunidade de cursar a disciplina Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, ministrada brilhantemente por ele, além de contribuir no desenvolvimento da minha dissertação, teve importante contribuição para minha prática docente e na construção da minha identidade racial.

O primeiro contato com o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul ocorreu em 2018, durante o "1º Fashion Black Week de Campo Grande". O evento destacou a luta contra a desigualdade racial e a valorização da identidade afro por meio da moda, música, dança e arte. A partir desse momento, a pesquisadora se envolveu ativamente no movimento, contribuindo na organização do concurso e no cerimonial, consolidando seu compromisso com a promoção da identidade racial positiva e a educação antirracista.

A partir desse momento, comecei a integrar minha origem racial e sensação de pertencimento com minha prática pedagógica. Participei ativamente das palestras e rodas de conversas nos ensaios que antecedem o desfile, abordando temas como História da África, Diáspora Negra, Cultura Afro-brasileira, direitos raciais, valorização da estética e cultura negra, e racismo. Sinto que estou honrando as expectativas dos meus ancestrais, alunos e sociedade.

Apesar de já fazer parte do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, agendei uma reunião com os participantes, especialmente com o idealizador do movimento, para solicitar autorização para usá-lo como objeto de pesquisa. Expliquei os benefícios do trabalho para o Ensino de História, tanto dentro quanto fora da comunidade escolar, e para o movimento, ao aumentar seu acervo documental. Seria a primeira dissertação sobre o movimento numa universidade pública renomada, a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), promovendo visibilidade, reconhecimento e valorização das ações de promoção da igualdade racial realizadas pelo grupo. A recepção foi positiva e a parceria se mostrou promissora.

Como membro ativo do movimento, meu objetivo com esta dissertação é ampliar o alcance das ações do grupo e buscar novas parcerias público-privadas, tornando o Concurso Beleza Negra Campo Grande uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade racial. A pesquisa e o produto elaborados, relacionados ao Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, focam no Ensino de História e no racismo, com o objetivo de avançar os debates raciais e melhorar as práticas dos profissionais de História, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa e para a produção do produto final do mestrado profissional incluíram o regulamento do Concurso Beleza Negra Campo Grande, o livreto que discorre acerca da história e importância do concurso, com a cronologia das dezesseis edições com registros fotográficos e informações sobre os inscritos e as premiações, reportagens sobre o concurso e as ações do grupo em jornais impressos e eletrônicos, além das plataformas digitais onde estão disponíveis registros dos eventos e o cronograma das atividades desenvolvidas. Essas fontes foram escolhidas por serem os acervos disponíveis sobre o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e estarem intrinsecamente relacionados ao grupo.

O recorte temporal corresponde ao início do século XXI, comportando o período de 2003-2017. Compreende o cenário político no qual foram assinadas duas importantes leis no âmbito educacional, à instituição da lei 10.639/03 adentrando no campo das relações étnico-raciais no Ensino de História, as Diretrizes e Base da Educação Nacional, promovendo a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-brasileira” e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹, documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

No início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), sancionando a Lei nº 10.639, de janeiro de 2003 (Santos, 2005, p.32).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi homologada pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, em 20 de dezembro de 2017, e a do Ensino Médio, em 2018. A BNCC orienta os currículos e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas no Brasil, estabelecendo conhecimentos, competências, e habilidades para a formação integral dos alunos, com base nos princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Contudo, a reforma curricular resultou na redução da carga horária de disciplinas comuns como História, que perdeu autonomia e identidade devido à inclusão de itinerários formativos e disciplinas eletivas baseadas no Projeto de Vida dos alunos e na realidade da comunidade. Após pressões

¹BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04/04/2024.

de grupos e sindicatos pela revogação da BNCC do novo ensino médio, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), que assumiu em 1º de janeiro de 2023, planeja enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei com modificações para o modelo atual em fase experimental. Atualmente, em março de 2024, a implementação da BNCC está suspensa para ajustes necessários.

Espera-se que esta dissertação se torne um material de pesquisa para estudos adicionais na área das relações étnico-raciais e no Ensino de História e, deste modo, amplie a visibilidade da representação da beleza negra historicamente construída, reafirme a importância da representatividade e contribua para subsidiar práticas de resistência aos discursos racistas.

A metodologia empregada na pesquisa incluiu a pesquisa bibliográfica, a análise qualitativa e a interpretação das fontes disponíveis sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande. A pesquisa bibliográfica envolve o estudo e análise de documentos científicos como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sem necessariamente recorrer diretamente aos fatos ou fenômenos da realidade empírica (Oliveira, 2007, p. 69). Seguindo essa definição, investigamos a literatura existente sobre o tema de pesquisa, catalogando livros, teses, artigos científicos e dissertações que abordam os conceitos fundamentais para a discussão.

No primeiro momento, realizou-se a revisão da literatura existente sobre o tema, e o passo posterior foi a coleta de dados bibliográficos, a fim de selecionar e relacionar as pesquisas que tivessem concordância com a temática. A partir desse trabalho, tivemos acesso a inúmeros autores e pesquisas de relevância que foram utilizados na pesquisa.

Assim, para a conceituação de representação, utilizamos as perspectivas de Roger Chartier e de Pierre Bourdieu. Na obra de Chartier, *À Beira da Falésia* (2002a): a história entre certezas e inquietudes, analisa-se o capítulo "O mundo como representação" e de Bourdieu, *O Poder Simbólico* (2011). Para o conceito de raça e racismo, foram elencados: Milton Santos, Ynaê Lopes dos Santos, Rogério da Palma, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e Kabenguele Munanga. Ao tratar sobre a beleza negra, utilizamos Margareth Rago, Amanda Braga, Joyce Gomes da Silva, Giovana Xavier Nascimento e Gilberto Freyre. Para elucidar questões sobre a História e Ensino de História: Antoine Prost, Circe Bittencourt, Thaís Nívia de Lima e Fonseca, Márcia Elise Tetê Ramos, Sadi Dal Rosso, Tomaz Tadeu da Silva, Kabenguele Munanga, Sales Augusto dos Santos, Nelson Fernando Inocência da Silva, Petronilha Gonçalves e Silva, Vilma de Fátima Machado e Nilma Lino Gomes.

O produto final do PROFHISTÓRIA consiste em um documentário sobre o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, especialmente focado no Concurso Beleza Negra Campo

Grande, destacando seu papel na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Além disso, inclui uma Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista, que oferece sugestões de como utilizar o documentário em sala de aula, juntamente com outros materiais físicos, virtuais e audiovisuais que abordam a estética negra e a temática racial. Esse instrumento didático para o Ensino de História fundamenta-se no reconhecimento da diversidade, na valorização da estética negra sem impor identidades, na importância da representação positiva negra, e na necessidade de uma educação antirracista e decolonial.

Foi decidido produzir um documentário devido à percepção de que a globalização e a revolução tecnológica têm exigido das escolas e dos professores uma reflexão mais profunda sobre suas práticas pedagógicas. O professor de História tem diversificado suas abordagens, recursos didáticos e linguagens para engajar melhor os alunos e promover uma aprendizagem mais eficaz. O documentário se apresenta como uma ferramenta didática poderosa no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando uma nova linguagem para acessar o conhecimento de forma dinâmica, criativa, emocional e experimental. Dessa forma, o material elaborado oferece um novo espaço para valorização, reparação, representatividade e reconhecimento do papel do negro na construção do Brasil, por meio de uma abordagem renovada.

Corroborar-se nesse trabalho o pensamento de Kabengele Munanga (2015, p.20), em que o professor nos chama à atenção acerca da necessidade de se colocar em prática uma pedagogia multicultural, que possa garantir o direito de ser igual e diferente:

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades étnicas e culturais. Povos indígenas, primeiros habitantes da terra que se tornou o Brasil; aventureiros e colonizadores portugueses; africanos deportados e aqui escravizados; imigrantes europeus de diversas origens étnicas e culturais e imigrantes asiáticos, todos formaram as raízes culturais do Brasil de hoje. [...] A questão fundamental que se coloca é como ensinar a história desses povos que na historiografia oficial foi preterida e substituída pela história de um único continente, silenciando a rica diversidade cultural em nome de um monoculturalismo justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, quando na realidade o que se ensina mesmo é a Europa com sua história e sua cultura. Aqui se coloca a importância de uma educação multicultural que enfoque na rica diversidade ao incluir na formação da cidadania a história e a cultura de outras raízes formadoras do Brasil (Munanga, 2015, p.20).

A dissertação foi organizada em três capítulos para explorar criticamente os temas e conceitos relevantes. No primeiro capítulo, examina-se a presença histórica dos negros no Brasil, com ênfase no contexto específico do Mato Grosso do Sul. Aborda-se o papel significativo dos negros na construção econômica, política, social e cultural do país, bem como a resistência à escravidão e as lutas por direitos após a abolição. Além disso, analisa-se como o

Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, atua na promoção da igualdade racial e na conscientização sobre o racismo na região.

No segundo capítulo, é realizada uma historicização do processo que levou à disciplinarização do ensino de História, desde suas origens na França até sua consolidação no Brasil no século XIX, após a Independência. Explora-se como os movimentos sociais negros e os intelectuais militantes foram fundamentais para a implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Destaca-se a importância da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, assim como a diversificação dos espaços de ensino além da sala de aula, como museus e movimentos sociais como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo, apresenta-se o processo de criação do documentário "*Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo*", acompanhado de uma proposta de atividades práticas de educação antirracista. Este capítulo detalha como o documentário foi concebido a partir de pesquisa bibliográfica, análise de fontes e entrevistas de campo. Discute-se também como o Concurso Beleza Negra Campo Grande utiliza palestras e discussões sobre temas raciais e culturais durante seus ensaios, contribuindo para a construção de uma representação positiva e não estereotipada da beleza e identidade negras, e promovendo uma educação histórica engajada na luta contra o racismo.

Resulta-se desta pesquisa a construção do documentário e da Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista, com sugestões de atividades para o trabalho do professor de História e de como utilizar o documentário em sala de aula, além da discussão em relação ao uso de tecnologias audiovisuais no Ensino de História. O produto ficará disponibilizado na página do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul², no PROFHISTÓRIA e no Portal EduCapes.

²Endereço do documentário: <https://belezanegracampogrande.blogspot.com/>

1 MOVIMENTO BELEZA NEGRA EM MATO GROSSO DO SUL

O primeiro capítulo apresenta a historicização do negro no Brasil e no Mato Grosso do Sul, destacando seu papel e importância na construção econômica, política, social e cultural do país. Aborda a resistência negra à escravidão, a luta pela liberdade e pelos direitos, especialmente no período pós-abolição. Analisa-se como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, através do Concurso Beleza Negra Campo Grande, atua como um mecanismo de promoção da igualdade racial e combate ao racismo. O capítulo também explora a constituição e consolidação do Movimento e do Concurso, detalhando seus objetivos, etapas e dificuldades na execução do evento. Discute-se ainda as pautas abordadas nas palestras e rodas de conversas, dialogando com conceitos como beleza, racismo e a percepção da sociedade em relação ao concurso.

1.1 A população negra na sociedade brasileira

A história brasileira ainda é amplamente vista pela sociedade a partir de uma perspectiva eurocêntrica, destacando a narrativa dos colonizadores brancos. No entanto, essa visão vem sendo gradualmente desconstruída por pesquisas de acadêmicos negros e não negros, que evidenciam a rica diversidade cultural e racial do país.

No Brasil, conforme aponta o geógrafo Milton Santos em "O País Distorcido" (2002), o trabalho dos negros sempre foi essencial para a manutenção do bem-estar das classes dominantes, conferindo-lhes um papel central na perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Santos (2002, p.157) afirma que “os poderes cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais”. Ele observa que qualquer ascensão dos negros na escala social tende a provocar “ressentimentos contra as vítimas” (Santos, 2002, p.157).

A história do negro no Brasil começa com a chegada dos primeiros africanos capturados e escravizados. Segundo Eliane Cristina Ferreira Duarte, no artigo "Tráfico Atlântico de escravos" (2018), os primeiros escravos negros chegaram ao Brasil em 1530 com a expedição de Martim Afonso de Souza. A partir da década de 1550, com a expansão da cultura canavieira, o comércio de escravos negros intensificou-se, com colonizadores portugueses trazendo-os para o nordeste da América portuguesa como parte de seu processo de expansão mercantilista.

Conforme a historiadora Ynaê Lopes dos Santos em "Racismo Brasileiro: uma história da formação do país" (2022), o tráfico transatlântico de africanos escravizados foi crucial para

a estruturação do mundo colonial nas Américas, do capitalismo e da era moderna. Ela descreve o tráfico como um sistema lucrativo, dinâmico e complexo de compra e venda de seres humanos, que definiu aspectos centrais da formação do estado brasileiro independente até 1850. A escravidão nessa época era racializada, com as pessoas escravizadas pertencendo a raças específicas (Santos, 2022, p.66).

Figura 1. Mapa das principais rotas do tráfico de escravizados (século XVI ao XIX)



Fonte: Disponível em: https://www.google.com/search?rlz=1C1FCXM_pt-PTBR

Ao longo do século XV, o principal produto comercializado entre a África e a Europa eram pessoas negras africanas, com a Igreja Católica oferecendo a "justificativa moral para a escravização de africanos" (Santos, 2022, p.36). Conforme Ynaê Lopes dos Santos, "[...] quando os portugueses aportaram no que hoje é o litoral brasileiro, eles já tinham um esquema étnico-racial delineado e hierarquizado, na qual a religião professada e a cor da pele eram critérios taxonômicos importantes" (Santos, 2022, p.37).

A escravidão foi fundamental para a colonização portuguesa nas Américas, perdurando por mais de trezentos anos. Durante o Período Colonial (1530-1822), as populações negras desembarcadas no Brasil foram distribuídas principalmente nas regiões litorâneas do Nordeste e Sudeste. A expansão das culturas de cana-de-açúcar, mineração e café nos séculos XVII, XVIII e XIX foi viabilizada pelo trabalho escravizado. Santos (2022, p.44) afirma que a escravização africana foi essencial para a produção de gêneros de exportação, assegurando um grande patrimônio aos senhores de engenho e latifundiários.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ registra que o Brasil foi o país que mais importou escravos africanos no continente americano, trazendo cerca de quatro

³IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=No%20continente%20americano%2C%20o%20Brasil,ter%20C3%A7o%20de%20todo%20com%20o%20A9rcio%20negreiro](https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=No%20continente%20americano%2C%20o%20Brasil,ter%20C3%A7o%20de%20todo%20com%20o%20A9rcio%20negreiro.). Acesso em 23 de maio de 2023

milhões de homens, mulheres e crianças negras entre os séculos XVI e meados do século XIX. A escravidão no Brasil era uma "condição racializada" (Santos, 2022, p.73), e com o fim do Período Colonial e durante o Império, foi substituída pelo racismo no Período Republicano.

Santos (2022, p.15) aponta que "o racismo é abordado como um tema concernente à população negra e não branca", refletindo camadas de violência que silenciam as minorias. Ela argumenta que ao "racializar apenas a população não branca, os estudos sobre o racismo acabam, justamente, tornando a experiência branca como universal" (Santos, 2022, p.15). A racialização do negro pressupõe que a supremacia branca continua operando de maneira oculta. O trabalho dos negros escravizados foi crucial para as atividades produtivas na América portuguesa. Santos (2022, p.66) enfatiza que "tudo dependia em grande medida do trabalho de escravizados". De acordo com a autora,

Fosse nos plantéis de cana, na produção de açúcar, nas plantações de algodão e de tabaco, na extração de ouro e de pedras preciosas, no pastoreio do gado e na produção de charque, na lavagem das roupas, na limpeza e nos cuidados das casas, na amamentação dos filhos dos proprietários, no trabalho de estiva nas cidades portuárias, no calçamento das ruas, na venda de alimentos - fossem atividades vinculadas ao mercado internacional ou ao mercado interno" (Santos, 2022, p.66).

No século XIX, durante o Período Imperial, o trabalho escravo predominava nas plantações de café e nas cidades, onde escravos de ganho exerciam diversas atividades. Ynaê Lopes dos Santos destaca que "onde houve escravidão, houve resistência" (Santos, 2022, p.55). Tanto no Período Colonial quanto no Imperial, regiões agrícolas e de mineração foram "palco de inúmeras formas de resistência praticadas pelos sujeitos escravizados e explorados" (Santos, 2022, p.57). Nesse contexto, a população negra resistiu e lutou pelo reconhecimento de seus direitos. Embora a resistência não tenha sido uniforme entre os negros, em alguns casos, a luta ultrapassou a instituição escravista e criticou a própria colonização (Santos, 2022, p.82). A resistência variou desde pequenas insubordinações cotidianas até revoltas organizadas.

Monique Cristina de Souza Lordelo, no artigo "Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII" (2009), pontua que os escravos negros usavam fugas, formação de quilombos, suicídios e assassinatos como formas de resistência (Lordelo, 2009, p.5). Otávio Ribeiro Chaves, em "Escravidão, Fronteira e Liberdade" (2000), também menciona a quebra de ferramentas, revoltas e negociações com proprietários para obter direitos (Chaves, 2000, p.33).

Flávio dos Santos Gomes, em "Dicionário da Escravidão e Liberdade" (2018), observa que a primeira informação sobre quilombos na América portuguesa data de 1575, na Bahia. Em 1740, a legislação colonial definiu quilombo como "toda a habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte despovoada" (Gomes, 2018, pp. 367-368). No entanto, um século antes, quilombos já eram definidos por algumas câmaras municipais como agrupamentos de "dois ou mais fugidos" com estruturas econômicas fixas. Essas comunidades se expandiram devido à sua capacidade de se articular economicamente com regiões vizinhas, realizando trocas comerciais tanto com escravos quanto com a população livre (Gomes, 2018, p.368).

Entre os quilombos no Brasil, Palmares foi o mais importante, surgindo na Capitania de Pernambuco nas últimas décadas do século XVI, com referências datando de 1597. O Quilombo de Palmares era formado por vários mocambos. Segundo Myleide de Souza Meneses Oliveira (2019, p.59), "o mocambo era uma resistência cultural e reafirmação do estilo de vida africano, ocorrendo principalmente em momentos de crise do sistema". Danilo Luiz Marques, em "As memórias do Quilombo de Palmares nas Alagoas Oitocentista" (2015), afirma que Palmares atingiu seu auge na segunda metade do século XVII, resistindo por mais de um século a cerca de vinte invasões antes de ser exterminado por tropas contratadas pelo governador de Pernambuco.

No livro "Por um feminismo Afro-Latino-Americano" (2020), de Flavia Rios e Márcia Lima, baseado nos textos de Lélia Gonzalez produzidos entre 1975 e 1994, as autoras destacam que o Quilombo de Palmares foi o primeiro estado livre de todo o continente americano no Brasil colonial (Lima; Rios, 2020, p.51) e elucidam que a história oficial não enfatiza,

[...] que Palmares foi à primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma *efetiva* harmonia racial, já que a população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos sem exceção. Na verdade Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira (Lima; Rios, 2020, p. 51)

Durante o Período Colonial e Imperial, movimentos como a Conjuração Baiana de 1798 destacaram-se pela participação ativa de negros e mestiços, majoritários na população da época, que além de almejamem uma sociedade republicana, também lutavam pela abolição da escravidão. Esse movimento foi influenciado pelos ideais ilustrados e pela abolição ocorrida na colônia francesa de São Domingos (futuro Haiti), refletindo uma crítica à estrutura colonial vigente (Santos, 2022, p.82).

Joseli Maria Nunes Mendonça, no capítulo sobre legislação emancipacionista de 1871-1885 do "Dicionário da Escravidão e Liberdade" (2018), destaca que o Brasil, pressionado por

interesses econômicos internacionais, revoltas de escravos e pela pressão do movimento abolicionista, viu-se compelido a tomar medidas legislativas para enfrentar o tráfico ilegal de escravos após 1831. A Lei Eusébio de Queiroz de 1850 reforçou essa pressão, intensificando a campanha abolicionista que envolveu militares, parlamentares, artistas, intelectuais e os próprios negros. Esses esforços culminaram em quase todo o século XIX na luta pela emancipação dos escravos, enquanto ideologias de branqueamento e preocupações com uma suposta "africanização" do país ganhavam espaço (Mendonça, 2018, p.278).

Além desses movimentos internos, o Brasil também esteve envolvido na Guerra do Paraguai (1864-1870), onde se destacou a participação de negros nas fileiras militares, ganhando respeito por sua coragem e habilidade, o que contribuiu para fortalecer o movimento abolicionista no país após o conflito (Mendonça, 2018, p.278). Durante o Período Colonial e durante o Período Imperial, coube ao povo negro, diante das dificuldades e adversidades, criar mecanismos para manter sua cultura, reverenciar seus antepassados, reconstruir sua história e manter e criar vínculos como forma de resistência.

No caminho rumo à assinatura da Lei Áurea em 1888, legislações como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) desempenharam papéis cruciais, conforme aponta Mendonça (2018). Na época, havia um desejo entre os proprietários de escravos e a elite política por uma abolição gradual e progressiva (Mendonça, 2018). Contudo, a década de 1870 testemunhou um abolicionismo crescente nos tribunais, impulsionado tanto pelos abolicionistas quanto pelos próprios escravos, que resistiram ativamente à sua condição ao longo de todo o período escravista. A partir de 1880, essas ações judiciais e o engajamento abolicionista intensificaram um ambiente de contestação à instituição escravista, destacando a questão da abolição e da indenização aos senhores como temas centrais. Em 1887, a escravidão já estava em declínio, sendo que as leis emancipacionistas também foram usadas pelos próprios escravos em benefício de seus interesses e direitos (Mendonça, 2018).

Os cativos deixaram em massa as propriedades agrícolas, e as autoridades pareciam ter perdido o controle da situação. [...] a via legal foi vista como uma possibilidade de comedimento, e, por meio de uma tramitação extremamente rápida, em maio de 1888 estava, pela lei, abolida a escravidão no país (Mendonça, 2018, p.283).

Até 1888, ano da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, a população negra escravizada era tutelada por senhores de terras e lideranças políticas. No entanto, mesmo com todas as dificuldades o povo negro promoveu a continuidade de suas histórias, de suas culturas e valores. Através de formas de resistências individuais e coletivas, a identidade do povo negro foi construída e reconhecida como patrimônio de luta por direitos políticos, social e econômico.

[...] todo e qualquer tipo de luta contra a escravidão foi protagonizado pela população escravizada e por seus descendentes que de algum modo haviam conquistado a liberdade. Esses homens e mulheres tinham seus corpos na América, mas suas almas e origens remontavam à África (Santos, 2022, p.69).

Após 1888, apesar da abolição da escravatura no Brasil, os recém-libertos enfrentaram enormes dificuldades. Não receberam compensações financeiras, terras ou qualquer apoio governamental. Muitos negociaram com seus antigos donos para permanecer onde foram escravizados em troca de salário e um pedaço de terra para cultivo. A falta de instrução e oportunidades levou muitos a migrar para as cidades em busca de trabalho, onde enfrentaram discriminação e salários baixos, pois os empregadores preferiam os imigrantes europeus. Poucos conseguiram melhorar sua condição social.

No período pós-abolição, a população negra adotou estratégias de resistência e combate ao racismo. Intelectuais e artistas negros passaram a participar ativamente da vida cultural do Brasil, estabelecendo a imprensa negra e associações beneficentes. Essas associações surgiram para proporcionar um espaço de socialização, já que os clubes e salões tradicionais não aceitavam negros. Eram locais de articulação e luta por direitos, fortalecendo a comunidade negra e sua voz na sociedade.

No início do período republicano, a transição da escravidão para o trabalho livre foi lenta e dificultou a integração dos negros na sociedade brasileira, contribuindo para a marginalização e o favorecimento de grupos não negros. Para Santos (2022, p.183), "o que se observa nos primeiros quarenta anos da experiência republicana brasileira foi a edificação de um Estado nacional que manteve a exclusão racial, social e política como engrenagem básica de seu funcionamento".

Segundo Santos (2022), mesmo após a abolição da escravatura, os governantes da Primeira República, que em grande parte eram herdeiros dos líderes do Período Imperial, deixaram claro que a libertação dos escravos não resultaria na eliminação da marginalização econômica, social e política da maioria da população. Apesar das mudanças na estrutura do Estado brasileiro trazidas pela República, a raça continuou a ser usada como justificativa para a segregação e discriminação. As elites conseguiram estabelecer um sistema de exclusão que, embora não explicitamente racial, organizava a recém-proclamada República de forma a perpetuar desigualdades baseadas na raça.

Esse mecanismo de exclusão, descrito por Pierre Bourdieu (2011) como sustentáculo do Poder Simbólico, e por Milton Santos (2002), Ynaê Santos (2022) e Rogério da Palma (2021) como a engrenagem que sustenta o Racismo Estrutural, é fundamentado em construções sociais

e representações sociais. Bourdieu (2011) argumenta que o Poder Simbólico é invisível e opera com a cumplicidade daqueles que não reconhecem sua sujeição a ele ou que não percebem que o exercem (2011, p.4).

Para Nilma Lino Gomes (2005), as representações sociais na sociedade são observadas através de instituições como família, escola, círculo de amizades, relacionamentos afetivos e trabalho, conceitos que Bourdieu (2011) associa ao *habitus e campo*. Estas representações históricas influenciam nossas interações sociais e moldam nossa visão do outro, especialmente dos negros, como inferiores, refletindo-se em nossas ações cotidianas. Bourdieu (2011) argumenta que agimos e interagimos na sociedade com base em representações que construímos e reformulamos, influenciadas pelas posições que ocupamos no campo social, tanto de forma consciente quanto inconsciente. As lutas por representação são destacadas por Bourdieu como um campo de disputa em que brancos e não brancos estão envolvidos, revelando os interesses que sustentam essas representações, frequentemente associadas a dinâmicas de dominação e violência na construção de identidades

Gonzalez (2020), seguindo essa perspectiva, define o racismo como uma construção ideológica manifestada em práticas discriminatórias. Ela argumenta que as representações sociais e o poder simbólico desempenham papéis fundamentais na perpetuação do racismo, destacando que esses elementos contribuem para a identificação do dominado com o dominador. Este processo afeta minorias raciais, incluindo pessoas negras, através da internalização de estereótipos prejudiciais, pressões sociais e culturais, e da falta de consciência sobre os impactos do racismo. A persistente exposição a estruturas sociais que perpetuam preconceitos pode levar pessoas negras a internalizar o racismo como uma estratégia de adaptação em uma sociedade que historicamente as marginaliza.

Gomes (2005) explica que a representação do negro no Brasil, construída pelas elites, fundamentava-se em características físicas, sexualidade e comportamentos sociais para categorizá-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou incompetentes”, “racionais” ou “emotivos” (2005, p.45-46). Amanda Braga (2015) corrobora que essas visões reforçam estereótipos e mitos prejudiciais sobre a população negra, promovendo uma hierarquização social baseada na eugenia que privilegia o grupo europeu e branco. Essas representações persistem atualmente, perpetuando silenciamentos, apagamentos, preconceitos raciais e racismo, apesar das leis antirracistas e ações afirmativas conquistadas por movimentos sociais, especialmente o movimento negro, em áreas como educação e mercado de trabalho.

Santos (2022) destaca que por muito tempo o Brasil foi visto como um país não racista, devido à ideia de miscigenação e multiculturalismo. No entanto, intelectuais, muitos deles

negros e ligados a movimentos sociais, através de suas pesquisas, revelaram que esse entendimento é equivocado e mantido intencionalmente para perpetuar formas de dominação na dinâmica social contemporânea. Deste modo, o racismo persiste devido à sua natureza estrutural, enraizado nas bases das sociedades, sendo difícil de identificar precisamente porque permeia todas as esferas sociais. Santos (2022) afirma que o racismo é,

[...] um sistema de poder que estrutura as sociedades modernas, organizando as violências que acometem as populações discriminadas e ao mesmo tempo construindo uma muralha de privilégios usufruídos exclusivamente por outro segmento social, no caso a população branca (Santos, 2022, p.14).

Palma (2021) introduziu o conceito de racismo estrutural para descrever não apenas como um comportamento individual, mas como um processo político que molda posições sociais. Assim, o racismo é uma relação de poder que perpetua vantagens e desvantagens sistemáticas na competição pelos recursos materiais e simbólicos de uma sociedade. Palma argumenta ainda que o racismo só pode existir em contextos em que uma estrutura social específica organiza grupos, sujeitos e subjetividades através de relações de poder (Palma, 2021). De acordo com o autor,

Diferentemente da discriminação racial (a qual pode ser definida como qualquer tratamento desigual a membros de um grupo racialmente identificado) e do preconceito racial (juízo baseado em estereótipos, que podem resultar em discriminação, contra membros de um grupo racialmente identificado), o racismo tem um caráter sistêmico (Palma, 2021, p. 23-24).

Santos (2022, p. 188) argumenta que a associação entre cor negra e escravidão é um legado da escravidão moderna, que não apenas restringiu a escravidão a negros (e, em alguns casos, indígenas), mas também serviu para obscurecer as oportunidades de liberdade para a população negra. A autora também destaca que nos primeiros anos do período republicano no Brasil, surgiram conflitos que evidenciaram a marginalização sistemática no país. Esses conflitos contra a marginalização da população negra e outras minorias raciais ocorrem cotidianamente em todo o território nacional.

Historicamente, os negros no Brasil têm organizado movimentos de reivindicação por direitos e cidadania. Braga (2015) menciona a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931, que enfocava a visibilidade das mulheres negras, especialmente no mercado de trabalho e na estética negra. O Teatro Experimental Negro, estabelecido em 1944, promovia uma cultura africana com uma perspectiva política, buscando acesso à educação e valorização estética para a população negra. O Movimento Negro Unificado, surgido em 1978, foi influenciado pelo movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e desempenhou um papel crucial na

denúncia das práticas racistas e na inclusão das pautas raciais na Constituição Federal de 1988. A luta pelo acesso à educação formal e a valorização do ensino foram fundamentais para os negros e afrodescendentes como caminho para a ascensão social (Braga, 2015).

No entanto, Santos (2005) e Abdias Nascimento destacaram que a educação formal brasileira historicamente perpetuou desigualdades raciais ao ser eurocêntrica e favorecer uma visão depreciativa da África e dos negros. Movimentos sociais e intelectuais negros começaram a exigir mudanças no currículo educacional nacional para incluir o estudo da História da África e da Diáspora negra, visando combater a reprodução da discriminação racial no sistema educacional brasileiro (Santos, 2005; Munanga, 2015).

Mesmo diante das adversidades enfrentadas cotidianamente pela população negra no Brasil, sua conexão com a religiosidade africana, ancestralidade e cultura tem sido fundamental para o processo de resistência das comunidades afro-brasileiras, deixando marcas significativas no país. Após mais de um século desde a promulgação da Lei Áurea, ainda persistem problemas segregacionistas que marginalizam os negros na sociedade. A comunidade negra continua lutando pela ampliação de direitos, garantias e respeito.

Contudo, dados recentes revelam o abismo social existente no Brasil. Segundo o censo demográfico de 2010, os negros representavam 50,9% da população brasileira, sendo 43,4% pardos e 7,5% pretos (IBGE, 2023, SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas). Apesar de constituírem mais da metade da população, os negros são os mais impactados pela desigualdade econômica, política e social. Em 2019, a taxa de desocupação entre pretos ou pardos era de 13,6%, enquanto entre brancos era de 9,3%. Do total de ocupados, 47,4% dos pretos ou pardos estavam em ocupações informais, comparados a 34,5% dos trabalhadores brancos. Além disso, os trabalhadores brancos ganhavam em média 73,4% a mais que os pretos ou pardos, com rendimentos por hora significativamente menores para estes últimos, mesmo com nível superior de instrução (IBGE, 2019).

A disparidade também é evidente na distribuição de pobres e extremamente pobres, onde a maioria é de cor preta ou parda, assim como na proporção de domicílios com condições inadequadas, que afetam desproporcionalmente a população negra. Esses dados sublinham a persistência de desigualdades estruturais que continuam a afetar negativamente a vida e as oportunidades da população negra no Brasil, evidenciando a necessidade contínua de políticas públicas eficazes e de um engajamento social amplo para combater o racismo e promover a igualdade racial no país.

No Censo Demográfico de 2022, cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, representando 45,3% da população brasileira, enquanto 20,6 milhões se declararam pretas,

correspondendo a 10,2% do total nacional (Belandi; Gomes, 2023, IBGE)⁴. Comparado ao censo de 2010, houve um aumento de 42,3% na população preta e um crescimento de 11,9% na população parda, elevando suas proporções para 10,2% e 45,7%, respectivamente. Segundo Athias, analista do IBGE, desde 1991 tem sido observado um aumento nas declarações de cor ou raça parda, preta e indígena, com uma diminuição proporcional da população branca, resultado de fatores demográficos, de migração, identificação e condições de vida.

Nesse contexto, o Presidente do IBGE, Márcio Pochmann, durante a divulgação dos dados do Censo 2022, enfatizou que o aumento das populações parda e preta no Brasil reflete um processo de "conscientização racial" (G1, 2023). Este crescimento demonstra mudanças significativas na composição étnico-racial do país ao longo das últimas décadas, indicando um panorama de diversidade cada vez mais reconhecido e documentado pelo IBGE. Na cerimônia, Marcelo Gentil, presidente do Olodum, ao discursar sobre os números do censo mencionou o trabalho do movimento negro.

Realizamos uma campanha no início dos anos 90, um conjunto de organizações do movimento negro brasileiro, que foi a campanha 'não deixe sua cor passar em branco'. Naquele momento, a população de pretos e pardos, ou seja, a população afro-brasileira era bastante inexpressiva, mas sabíamos que era uma população enorme. Por isso que nasceu essa campanha, para que as pessoas se assumissem como negros. E a partir daí as pessoas passaram a se assumir enquanto negros e negras (G1, 2023).

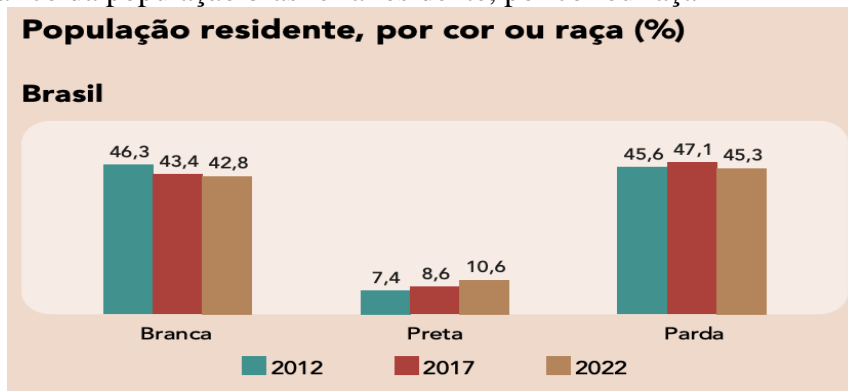
Débora Souza de Britto, na matéria publicada no site do Cenpec⁵, em 19 de setembro de 2023, intitulada "O que o aumento de pessoas que se autodeclararam pretas tem a ver com a educação" que trata acerca do papel da educação, especificamente, da educação antirracista, ao analisar o aumento substancial de brasileiros que se autodeclararam pardos e pretos de acordo com o Censo do IBGE de 2022, mostra a partir das entrevistas colhidas com pesquisadores das relações étnico-raciais, entre eles, Mário Rogério Silva, diretor do Programa de Indicadores e Diagnóstico do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que esses dados revelam quanto à questão da identidade e da autodeclaração da população brasileira está mudando. Silva explica que o aumento na autodeclaração de pessoas pardas e pretas se deve "muito à atuação do movimento negro e, principalmente, do movimento das mulheres

⁴ Belandi, Caio; Gomes, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 04/04/2024

⁵ Britto, Débora. O que o aumento de pessoas que se autodeclararam pretas tem a ver com educação. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/censo-2022-autodeclaracao>. Acesso em: 04/04/2024

negras, que tem trabalhado fortemente na questão da autoestima, de se reconhecer negra (o), de se sentir confortável e ter orgulho de ser negra (o)”.

Figura 2. Gráfico da população brasileira residente, por cor ou raça



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022

Para a pesquisadora do Cenpec entrevistada, Claudiana Cabral, mestranda em Antropologia e integrante da Comunidade Cenpec, o trabalho realizado pelos movimentos negros, em geral, tem gerado diferentes frutos. A ascensão de jovens negros e o seu ingresso nas universidades públicas, contribuíram para “levantar o debate sobre um novo olhar sobre si mesmo, reconhecendo e valorizando suas origens. O Brasil é hoje um país em que se discute muito raça, seja nas redes sociais, seja na academia e isso é importantíssimo” (Britto, 2023, s/n)⁶. De acordo com Silva, “os movimentos que impulsionam o reconhecimento e a valorização da identidade e cultura negra têm possibilitado mudanças não somente na percepção da população negra, mas de toda a sociedade” (Britto, 2023, s/n). Conforme a autora,

Não somente os negros, mas todas as pessoas estão passando a ver beleza onde antes entendia como problema ou como um defeito da cor. Nesse sentido, toda a sociedade ganha com o crescimento da autodeclaração das pessoas pretas, porque passamos a ver a virtude e a beleza dessa diversidade que faz parte do Brasil, impulsionando um novo pensar (Brito, 2023, s.p).

É perceptível que vivenciamos um novo momento em que a questão da cor e todos os temas relacionados às relações étnico-raciais estão ganhando cada vez mais espaço, mas ainda há muito a ser feito. Precisamos propor uma agenda antirracista, visando contribuir com o aumento de denúncias e o combate efetivo ao racismo. É essencial despertar para os privilégios historicamente mantidos por certos grupos dentro da sociedade e praticar um exercício contínuo de percepção, transformando situações de violência que antes do processo de conscientização

⁶ Britto, Débora. O que o aumento de pessoas que se autodeclaram pretas tem a ver com educação. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/censo-2022-autodeclaracao>. Acesso em: 04/04/2024

não seriam sequer percebidas nem questionadas. Segundo Munanga (2015, p.22), a abordagem social que se refugia na já superada mistura racial harmoniosa “congelou o debate sobre a diversidade cultural no Brasil – vista apenas como uma monocultura e uma identidade mestiça”.

Para Santos (2002, p. 158), mudar a situação da população negra no país não se resume apenas a pedir desculpas, como fez a Igreja Católica, ou a nomear um ou outro negro para cargos governamentais, enquanto continuam excluídos da “grande Casa Brasileira”. É crucial garantir acesso, permanência e ensino de qualidade, não se limitando apenas às cotas. A plena participação na vida social brasileira é um direito urgente e necessário. Anseia-se que as reflexões sobre a situação do negro no Brasil não se limitem a datas em que os negros brasileiros são autorizados a fazê-las publicamente, quase de forma solitária.

Enfrentar a questão racial no Brasil requer abordá-la a partir de três fundamentos: corporeidade, individualidade e cidadania. A corporeidade envolve dados objetivos, enquanto a individualidade inclui aspectos subjetivos que podem ser discutidos objetivamente. A verdadeira cidadania, segundo Santos (2002, p.159), implica igualdade de forças entre todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou posição social.

[...] cada qual é o igual de todos os outros, e a força do indivíduo, seja ele quem for, iguala-se à força do estado ou de outra qualquer forma de poder: a cidadania define-se teoricamente por franquias políticas, de que se pode efetivamente dispor, acima além da corporeidade e da individualidade, mas, na prática brasileira, ela se exerce em função da posição relativa de cada um na esfera social (Santos, 2002, p.159).

Para enfrentar a questão do negro na sociedade brasileira, é crucial "reequacioná-la diante da opinião" pública (Santos, 2002, p.160). Nesse contexto, destaca-se o papel da educação e da mídia, que frequentemente tratam de questões pertinentes de forma superficial e negativa. O comprometimento das elites políticas do país também é fundamental, pois a negligência deliberada dos governos e partidos políticos, que muitas vezes tratam o problema mais como uma questão eleitoral do que política, perpetua um adiamento indefinido de soluções

Para que ocorra uma verdadeira revolução social, é essencial reformular o sistema educacional para promover uma cidadania plena e uma individualidade forte. Isso só será possível com mudanças estruturais dentro da sociedade. Santos (2002, p.28) elucida que "a Nova República somente o será quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estão". Logo, não é justo nem correto que os negros carreguem o sentimento de não pertencimento à sociedade brasileira e que "apenas sejam arrastados para uma participação incompleta na produção da história" (Santos, 2002, p.162). Para que a promoção da igualdade racial seja uma realidade no Brasil, é crucial que a noção de cidadania seja contemplada em sua tríplice dimensão: social, econômica e política.

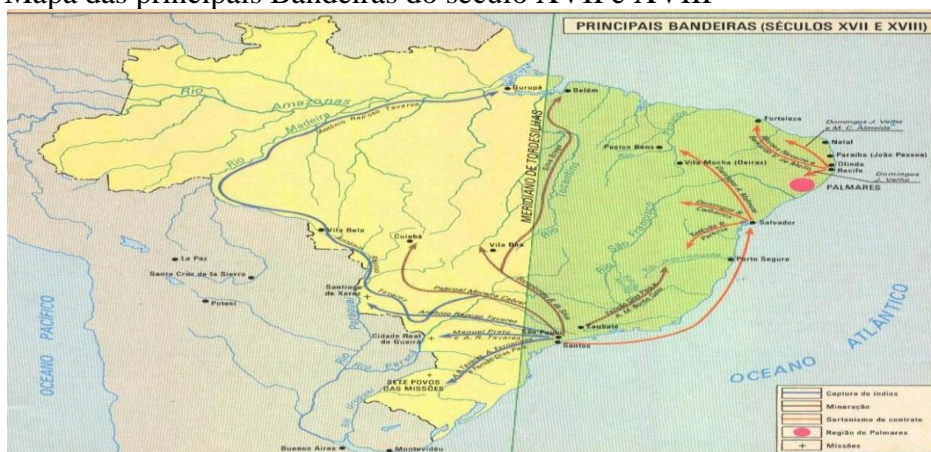
1.2 A população negra no estado de Mato Grosso do Sul

Os primeiros africanos foram introduzidos na parte central da América portuguesa no início do século XVIII. Segundo Chaves (2000), eles vieram com as primeiras expedições bandeirantes e monçoeiras. O bandeirante Pascoal Moreira Cabral Leme, em 1719, foi responsável pela descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó-Mirim, mas também por trazer os primeiros escravizados para a região. Chaves (2000, p. 29) elucida que "os escravos eram trazidos da Capitania de São Paulo, que os recebia do Rio de Janeiro e da Bahia". Ele afirma que "no território que veio a se constituir como Mato Grosso, a escravidão africana foi sendo introduzida como base primordial de sustentação de toda a produção aurífera" (Ibidem, p. 36).

Mato Grosso surge num cenário como parte integrante de uma dinâmica expansionista mercantil colonial escravista. Novos desafios foram vividos por colonos, mineradores, burocratas, militares, eclesiásticos e muitos escravos, de etnias diferentes, ao penetrarem nesses inóspitos sertões habitados por ameríndios pertencentes aos mais diversos grupos, cujas origens se diferenciam no tronco linguístico, nos costumes, hábitos e nas estratégias de sobrevivência (Chaves, 2000, p.37).

Carlos Alexandre dos Santos (2016), no artigo "A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718-1888)", destaca que no início do século XVIII, após a Guerra dos Emboabas - um conflito entre bandeirantes e portugueses de 1707 a 1709 pelo direito de explorar as novas jazidas de ouro nas Minas Gerais - os bandeirantes paulistas, impedidos de explorar ouro na região de Minas Gerais, intensificaram suas incursões na região de Goiás e Mato Grosso. De acordo com Santos (2016, p.55-56), "após a descoberta de ouro nas minas de Cuiabá, iniciou-se uma grande corrente migratória composta por mineiros e escravos para essas terras".

Figura 3. Mapa das principais Bandeiras do século XVII e XVIII



Fonte: Disponível em: <http://retratosdefamiliabh.blogspot.com/2013/05/quem-foram-os-bandeirantes.html>

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a escravidão se disseminou por todo o território colonial. A Capitania de Mato Grosso, estabelecida em 1748 em uma região inicialmente pertencente à Espanha conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), teve sua fundação associada à expansão territorial portuguesa na América. Seu território limitava-se com as capitanias de São Paulo, Goiás, Grão-Pará e Maranhão, além dos domínios coloniais hispânicos (Vice-Reinado do Peru e Buenos Aires), ainda em processo de consolidação (Chaves, 2000, p.12).

A exploração bandeirante estava centrada na busca por ouro e pedras preciosas, culminando na fundação da primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em março de 1752. Santos (2022, p.56) destaca que "a corrida pelo ouro atraiu numerosos 'aventureiros' para os sertões, transportando consigo instituições do mundo colonial português". A autora observa que "a introdução da escravidão africana acompanhou o processo de ocupação da região, beneficiando-se do conhecimento de práticas mineradoras por parte de sociedades africanas, principalmente da África Central" (Santos, 2022, p.56).

Nas regiões de mineração de ouro e pedras preciosas de Mato Grosso, a resistência dos escravizados manifestou-se de várias formas, incluindo a formação de quilombos. Santos (2022) relata que apenas cinco anos após a fundação da capitania, já existiam registros de quilombos na região, os quais representavam um desafio para as autoridades locais (p.55-56). Para Kabenguele Munanga,

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram oprimidos. Escravizados revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade: negros, índios e brancos, prefigurando um modelo de democracia plurinacional que o Brasil ainda está a buscar (Munanga, 2001, p.30).

De acordo com Santos (2022, p.55), onde houve escravidão, também houve resistência. Na década de 1740, às margens do Rio Guaporé, na Vila Bela da Santíssima Trindade, capital de Mato Grosso, surgiu o Quilombo de Quariterê, formado por negros escravizados e indígenas fugitivos. Seu primeiro líder foi José Piolho, marido de Tereza de Benguela, que faleceu no início dos anos 1750. Após sua morte, Tereza assumiu a liderança do quilombo, tornando-se conhecida como Rainha Tereza de Benguela, liderando o grupo por quase quinze anos. Sua morte, em junho de 1770, após ser aprisionada por uma expedição, permanece cercada de mistério, com especulações sobre se teria sido resultado de sua prisão ou de violências sofridas.

Tereza de Benguela é um ícone de resistência que destacou o papel das mulheres negras na história brasileira.

Sobre o papel do negro escravizado na economia colonial de Mato Grosso, Chaves (2000) destaca que o escravo esteve presente em todas as fases de formação da Capitania/Província, desde os primeiros momentos. O autor pontua que,

O escravo [...] foi o sustentáculo de todo o edifício colonial no século XVIII. Derrubou a mata, carregou tronco, mercadorias, abriu estradas, construiu açudes, drenou córregos, pavimentou ruas, construíram prédios, fortes, pontes e foi, inclusive, minerador nas insalubres minas de Cuiabá e do vale do Guaporé. [...] Como minerador dificilmente conseguia viver mais de uma década. Especializou-se em atividades urbanas como pedreiro, carpinteiro, ferreiro, e muitas outras (Chaves, 2000, p.5).

Chaves (2000, p. 6) afirma que o escravo “tinha um ‘mundo’ cultural próprio, não vivia apenas para o trabalho e não se encontrava cotidianamente sob o jugo do chicote do feitor e do olhar atento do seu senhor”, e não pode assim, “ser visto como uma engrenagem no circuito produtivo das minas mato-grossenses” (Chaves, 2000, p. 6). Lutou para manter-se vivo num ambiente hostil e opressor. Acredita-se que foram trazidos para Mato Grosso, de acordo com as estimativas, aproximadamente 16 mil escravos no período inicial da ocupação e povoamento lusitano na parte central da América Meridional (Chaves, 2000, p. 6).

A resistência à escravidão foi percebida fortemente também na Capitania/Província de Mato Grosso. Desde o momento que os escravizados foram trazidos para essas paragens, as fugas se intensificaram. Além destas, havia também “estratégias de negociação, barganhas estabelecidas entre escravos e senhores e outros grupos sociais, além das manifestações culturais” (Chaves, 2000, p. 7).

Diante das dificuldades enfrentadas pela população, principalmente pelos escravizados, nos primeiros momentos de ocupação do território e a decadência das minas de Cuiabá e do Guaporé, novos núcleos urbanos foram surgindo assentados no trabalho escravo. “A agricultura, a criação de gado, juntamente com a instalação de engenhos de açúcar e aguardente foi gradativamente substituindo a extração de ouro” (Chaves, 2000, p. 32).

O escravo não viveu isolado do mundo que o circundava “preso” somente no interior das senzalas, nas propriedades senhoriais. Ao contrário, procurou quando puderam estabelecer alianças, laços de convivência, de solidariedade com outras pessoas para que pudesse sobreviver em cativeiro (Chaves, 2000, p.7).

Segundo Chaves (2000, p. 32), diante das adversidades enfrentadas pela população, especialmente pelos escravos, nos primeiros momentos de ocupação do território e com o declínio das minas de Cuiabá e do Guaporé, novos núcleos urbanos surgiram baseados no

trabalho escravo. A transição da mineração em declínio para a agricultura, criação de gado, e a instalação de engenhos de açúcar e aguardente foi gradual, substituindo progressivamente a extração de ouro. O autor (2000, p. 33) destaca que, “na virada do século XVIII para o século XIX, a Capitania de Mato Grosso já apresentava outra fisionomia na sua estrutura produtiva, porém o trabalho escravo continuava o principal sustentáculo de toda a riqueza econômica [...]”, entretanto, os negros escravizados continuavam resistindo à escravização. Com o declínio da produção aurífera, na região de Coxipó-Mirim e Cuiabá, novos aglomerados urbanos foram se formando a partir de novas atividades econômicas (Chaves, 2000).

Em relação à região sul de Mato Grosso, em 1725, os irmãos Leme - João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva - fundaram a Fazenda Camapuã, “localizada no varadouro que interliga as cabeceiras dos rios Sanguessuga (afluente do rio Pardo) e do Camapuã (afluente do rio Taquary)” (Santos, 2016, p. 56). Os irmãos Leme iniciaram o primeiro núcleo populacional no sul de Mato Grosso.

[...] local de passagem obrigatória de todos que se dirigiam às minas de Cuiabá pela via fluvial. Parte da produção agrícola da fazenda, que utilizava mão de obra escrava, destinava-se a abastecer os grupos viajantes e tropas militares que transitavam na região. Essas fazendas se estruturavam para possibilitar a constituição de uma unidade mercantil de produção (Santos, 2016, p.56).

Santos (2016) destaca que a economia camponesa, liderada por escravos fugidos, representou uma das primeiras formas de organização camponesa negra em Mato Grosso. Nos quilombos próximos ao Rio Paraguai e seus afluentes, havia uma rede social que facilitava o acesso a informações, recursos materiais e relacionamentos. Esses quilombos na fronteira oriental contribuíram para a fixação territorial e para o desenvolvimento de grupos camponeses que produziam alimentos para as vilas e arraiais. Com a intensificação da ocupação sul de Mato Grosso na década de 1820 por migrantes de Minas Gerais, São Paulo e regiões sulistas com seus respectivos cativos, a população regional gradualmente aumentou. O trabalho escravo predominava nas fazendas de criação, onde os escravos frequentemente formavam famílias, o que contribuía para a estabilidade e reduzia as tentativas de fuga. De acordo com o autor,

O escravo camponês ou escravo criador era responsável por várias cabeças de gado, assim como pelas lavouras e roças de subsistência. Esse tipo de relação que alguns senhores tinham com seus escravos, fez com que em algumas regiões do sul de Mato Grosso não houvesse um comércio tão intensivo de escravos como o que ocorria nas minas localizadas no norte da Província. Apesar disso, não diminuiu a importância que os escravos tiveram no desenvolvimento das atividades econômicas do sul mato-grossense (Santos, 2016, p.64).

Durante o governo do Presidente da Província Antônio Pedro de Alencastro em 1859, políticas de destruição de quilombos foram implementadas em Mato Grosso, resultando na captura de 33 pessoas, incluindo escravos fugidos. O maior quilombo, no Sepotuba, escapou de um ataque devido à falta de combatentes suficientes. Sob a gestão subsequente do coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, a política de supressão continuou, com destaque para vários quilombos na região. Conforme elucida Santos (2016),

Sobre o quilombo Sepotuba, Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província, afirmou, em 1863, que a sua existência datava de mais de um século. Além disso, assegurou que existiam nos quilombos, além de escravos fugidos, soldados desertores. Essa formação dificultava o ataque das bandeiras aos quilombos. Vale destacar também que, nessa época, por causa da falta de estradas, transporte ruim e do limitado comércio interno, era cômodo para os grandes proprietários de terras criar gado do que viver da lavoura. Com a queda da arrecadação tributária que incidia tanto sobre os produtos como em todas as etapas da comercialização. Como o governo não tinha domínio sobre as lavouras dos quilombolas, cujos produtos eram negociados a preços menores por não serem taxáveis, essas lavouras davam prejuízo ao erário público. Nesse sentido, o quilombo representava uma fissura na ordem econômica escravagista, pois o governo não tinha como taxar a produção e a comercialização dos produtos dos escravos aquilombados. Entretanto, num plano macro havia certa complementaridade na produção de alimentos na Província, pois um lado senhores de terras criavam gado e do outro os quilombolas cultivavam alimentos (Santos, 2016, p, 65).

Logo, a relação entre o governo e os quilombos era complexa. Para os escravos fugidos, soldados desertores e outros, os quilombos ofereciam um refúgio onde podiam viver fora do controle direto da sociedade, mantendo relações sociais e comerciais com o entorno. Contudo, para o governo da época, os quilombos eram vistos como um mau exemplo, representando uma forma de vida não sujeita ao controle estatal e concorrendo com os produtos tributados, pois os quilombolas não pagavam impostos, o que prejudicava os cofres públicos. Apesar disso, havia uma complementaridade na produção de alimentos: os quilombolas se dedicavam à agricultura enquanto os senhores de terras focavam na criação de gado, o que contribuía para mitigar a escassez de alimentos na região. Nesse contexto, Oliveira (2019) aponta que,

A economia destes quilombos girava em torno da produção diversificada, que ia do feijão, mandioca, arroz, milho, algodão, cana e fumo. Outras atividades como a produção de farinha de mandioca, fabricação de cerâmica e cachimbos e outros utensílios também eram produzidos e chegavam a ser comercializados, mostrando que havia uma relação com intermediários. [...] Escravos frequentavam feiras e mercados locais aos sábados e domingos, em seus dias 'livres' costumeiros, onde 'montavam quitandas' e vendiam produtos de suas roças (Oliveira, 2019, p.60).

Segundo Santos (2016), a economia sul mato-grossense enfrentou um golpe severo durante a Guerra do Paraguai, que ocorreu de 1864 a 1870, envolvendo Brasil, Argentina,

Uruguai e Paraguai. Com o término do conflito em 1870, muitas famílias retornaram às suas propriedades devastadas, incluindo ex-combatentes, incluindo negros alforriados, que se estabeleceram no sul de Mato Grosso. No entanto, a região ainda enfrentava escassez de mão-de-obra agrícola. Apesar das leis emancipatórias como a Lei do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), o quilombo persistia como uma realidade na Província de Mato Grosso, limitando o acesso à mão-de-obra. Com a assinatura da Lei Áurea em 1888, o presidente da província, Francisco Raphael de Melo Rego, temia a redução na arrecadação agrícola com a libertação dos escravos, preocupação que, conforme as mensagens presidenciais de 1895 a 1900, não se concretizou.

[...] com temor dos negros livres, expediu medidas para evitar a aglomeração dos escravos nas freguesias e cidades. Apesar dos primeiros dias de festividade, muitos negros voltaram, por falta de melhores opções, para seus antigos ofícios nas lavouras, nas fazendas de criação e nas cidades, porém sabiam que sua mão-de-obra teria de ser remunerada. Entretanto, vários outros escravos optaram, por sair de seus locais e procuraram trabalho em novas regiões (Santos, 2016, p.66-67).

No final do século XIX, a grande mobilidade dos ex-escravos no Mato Grosso visava alcançar autonomia, incluindo acesso à terra, gestão de suas vidas diárias, formação de famílias e controle sobre a produção e trabalho (Santos, 2016, p.67). Santos destaca a importância do trabalho escravo na economia tanto do norte quanto do sul do Mato Grosso, onde o sistema escravista estruturava a ordem social através de mecanismos de dominação.

Conforme aponta Lourival dos Santos (2017) em seu artigo "Por uma História do Negro no sul de Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro" observa-se que no final do séc. XIX, que as comunidades negras que migraram para o sul do Mato Grosso tinham objetivos distintos dos colonos brancos na ocupação do cerrado. Segundo Santos, essas comunidades, vindas especialmente do sul de Goiás e Minas Gerais, chegaram com recursos próprios para estabelecer-se na região. De acordo com Santos (2017) seriam:

Recursos modestos, provavelmente obtidos em suas terras de origem, por meio da exploração de lavouras a partir de contratos de meação ou ainda mesmo como empregados em suas terras de origem ou na região para onde migraram. Muitos homens empregaram-se no exército e, em que pesem os baixos soldos temos que considerar que os gastos também eram pequenos, o que lhes permitiram alguma economia. Somem-se a esses fatores, as políticas de colonização na região remontam à ocupação da área pelo Império brasileiro após a Guerra do Paraguai, passando pela 'Marcha para oeste da Era Vargas, até a divisão do estado sob os auspícios da ditadura civil-militar (1964-85). Lembremos que as terras eram muito baratas se comparadas aos centros dinâmicos da economia de então (Santos, 2017, p.247).

Segundo Santos (2017, p.247), as terras ocupadas pelos negros no sul de Mato Grosso do Sul foram adquiridas de maneira distinta das ocupadas por japoneses, gaúchos e libaneses. Por possuírem menos recursos, os negros estabeleceram-se em furnas, onde dedicavam-se principalmente a atividades de subsistência como o cultivo de alimentos e a criação de animais. Três das comunidades estudadas por Santos, localizadas em furnas — Dionísio, São Sebastião da Boa Sorte e São Miguel, hoje nos municípios de Jaraguari, Corguinho e Maracaju, respectivamente — eram consideradas lugares escondidos, não despertando interesse dos colonos brancos. Segundo o autor, "as comunidades negras rurais basearam sua produção na agropecuária de subsistência e no trabalho coletivo" (Santos, 2017, p.248). Em relação à colonização negra na região sul de Mato Grosso, Santos (2017) pontua que,

Essa colonização negra parecia não incomodar, aparentemente, na maioria dos casos, a lógica capitalista na expansão do gaúcho, do libanês ou do japonês por essas paragens. Tratava-se de terras isoladas, de grotões que ainda assim foram usurpadas por projetos de colonização ou apossadas indevidamente. Dessa maneira, a história encomendada ou escrita pelas famílias de colonos brancos obviamente não contemplou os quilombolas e outras formas de organização dos negros no campo ou na cidade. Permaneceram enfiados até a democratização do Estado brasileiro na década de 1980. Aliados do acesso às escolas brancas, esses negros jamais estiveram em condições de questionar a história oficial. Quando chegaram aos bancos escolares à história já estava escrita: chegaram como escravos, não possuíam terras, não tiveram produção própria, tornando-se subordinados de uma história única. Entretanto, a expansão constante do agronegócio e a organização dos negros têm acirrado os conflitos com maior intensidade a depender das relações de força entre quilombolas e fazendeiros (Santos, 2017, p.247).

Santos (2017) discute que os negros que migraram para o sul de Mato Grosso entre o final do século XIX e início do século XX chegaram como colonizadores, competindo por terras com colonos brancos, incluindo gaúchos, paulistas, japoneses e libaneses. Ele argumenta que, devido a uma concepção colonial da História do Brasil, esses grupos foram marginalizados e subjugados à lógica da mestiçagem branqueadora, que os relegou ao apagamento histórico.

Com o processo de urbanização, muitas famílias negras migraram do campo para a cidade, enquanto o início das demarcações de terras remanescentes de quilombos gerou um movimento contrário. Santos destaca que os negros, desde os tempos da escravidão até a abolição em 1888, nunca aceitaram passivamente sua condição social, política e econômica, desempenhando um papel crucial na luta pela abolição e no fortalecimento dos movimentos sociais negros ao longo dos séculos XX e XXI. Ele enfatiza que as comunidades negras rurais de Mato Grosso do Sul, agora reconhecidas como "quilombolas", precisam sair das "furnas" onde estavam enclausuradas e disputar seu espaço e direitos com outros grupos sociais (Santos, 2017, p.255).

Oliveira (2019) ressalta que em 1994, o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) promoveu uma redefinição do conceito de "quilombo" para destacar a relação dos negros com sua ancestralidade, terra e organização social, adaptando-o às especificidades culturais e étnicas das comunidades. O documento foi publicado em 1995.

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo 'ressemantizado' para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil (...). Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (...). No que diz respeito à territorialidade desses grupos a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relação de solidariedade e reciprocidade (Aba, 1994, p.81 apud Oliveira, 2019, p.62-63).

Essa nova "ressemantização" para o conceito de *quilombo*, "passa a traduzir a história viva das lutas específicas de cada comunidade" (Oliveira, 2019, p.62). De acordo com Andrade e Treccani (1999), citados por Oliveira, a transição da condição de escravo para camponês livre é considerada o centro do novo conceito abordado na discussão sobre os termos jurídicos do artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

[...] a regularização das terras de quilombos não é mais a questão apenas cultural, mas territorial. [...] ilustrada na operação da "questão agrária" sobre a atribuição do Instituto Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Uma noção ampla de que no plano institucional a questão das comunidades quilombolas, deve ser obrigatoriamente analisada simultaneamente em duas dimensões tanto cultural como fundiária. Sustentando a razão política presas a materialidade histórica, assim como a dimensão simbólica, apresentada na intervenção, a auto atribuição e a manipulação da identidade, que está aliada a nova base histórica nacional, que reconhece o surgimento de novos sujeitos (Oliveira, 2019, p.62).

O que se verifica no decorrer do processo histórico é "um conjunto de ações seculares, de luta pela terra articulada com as vivências e experiências da escravidão e no período pós-abolição." (Oliveira, 2019, p.63). O autor ressalta que os quilombos e mocambos do passado e do presente estão por aí, em todo o Brasil, constituindo comunidades negras "remanescentes de quilombo", da época da escravidão ou no pós-abolição, comunidades urbanas ou rurais, ou que se formaram ao longo das décadas, "insistem em manter seus modos de vida tradicionais

herdados de seus ancestrais, que hoje potencializam a participação e o desenvolvimento da população negra do Brasil a partir da sua história e da sua cultura” (Oliveira, 2019, p. 63).

As dificuldades encontradas pelos negros, no território mato-grossense e no sul de Mato Grosso, infelizmente, acompanharam esses grupos após a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, através da Lei Complementar nº31, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel. Houve vários momentos de discussões e conflitos, que foram se intensificando com o tempo,

[...] a partir de 2007, as discussões e conflitos se intensificaram entre as comunidades negras rurais quilombolas e o governo do estado, Sindicatos Rurais, Prefeituras (Nioaque, Dourados e Sonora), grandes proprietários de terras e Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul/FAMASUL e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul/ IHG-MS. Chegando a emitirem o Parecer em 10 de setembro de 2008, escritos por membros do IHG/MS, denominado “Parecer Quilombola”. Declarando não reconhecer a presença de comunidades remanescentes de quilombolas em Mato Grosso do Sul. [...] este parecer foi aceito e serviu de base para deslegitimar a todas as comunidades quilombolas do estado. E com apoio e aval, do então, Governador André Puccinelli, por meio do Ofício PGE/ SEMAC/ CJUR/IMASUL/N.002/09, ganhou “status” na imprensa e legalidade dentro dos âmbitos da administração pública estadual e sindicatos rurais de todo estados. (Oliveira, 2019, p.64).

O parecer contribuiu para descartar a existência, de quilombos, na região onde hoje está localizado o Mato Grosso do Sul. O Jornal O Progresso e os jornais eletrônicos, *douradosagora* e *newtimems*, publicaram matérias sobre o estudo. “As consequências destas ações acionaram os movimentos sociais negros e entidades representativas do movimento quilombola, representadas pelas associações das comunidades negras rurais quilombolas do estado”. Os grupos se organizaram e como resposta ao Parecer Quilombola publicou, no dia 13 de março de 2009, um ofício manifesto “onde negavam a veracidade das afirmações feitas pelo ‘Parecer Quilombola’ e atos da SEMAC (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) e FAMASUL (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul)” (Oliveira, 2019, p, 64). Segundo ela, os grupos organizaram-se,

[...] em defesa dos direitos quilombolas num discurso unificado, reprovando o apoio do governo estadual, que atende prontamente as exigências da FAMASUL. O Fórum se defende apoiado na diferenciação entre os conceitos do termo quilombo histórico definido no “Parecer Quilombola” e de Remanescentes das comunidades dos quilombos, tratado no Decreto nº 4887/03. Representando em MS de forma muito explícita as diferenças sociais e modelos claros de um jogo de interesses econômicos, sociais e políticos (Oliveira, 2019, pp.64-65).

Oliveira (2019, p.65) critica um discurso que busca invalidar as reivindicações das comunidades remanescentes de quilombolas em Mato Grosso do Sul, que enfrentam dificuldades em sua luta pela legalização de terras. Segundo dados do IBGE de 2010,

atualizados até 2019, o Brasil abrigava 5.972 localidades quilombolas em 1.672 municípios. Dessas, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são agrupamentos quilombolas e 3.260 são outras localidades identificadas como quilombolas. Na região Centro-Oeste, onde se localiza o Mato Grosso do Sul, há 250 localidades quilombolas. Segundo informações disponíveis no site da Comunidade Tia Eva⁷, tendo como base os estudos do geógrafo João Batista Alves de Souza (2021), acerca das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul.

[...] as comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul foram formadas no período do pós-abolição, ou seja, depois da assinatura da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil a partir de 13 de maio de 1888. A formação das comunidades no Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu a partir de ondas migratórias, vindas das províncias de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro [...] Além desses deslocamentos, também ocorreu migração de libertos do norte do Mato Grosso em direção ao sul. Grande parte desses deslocamentos foi motivada pela busca por terra e trabalho, uma vez que os libertos da Lei Áurea não receberam qualquer política pública de inclusão social e acesso a terras (Comunidade Quilombola Tia Eva).

De acordo com o Decreto nº 4.887/2003 as comunidades quilombolas são “comunidades que mantêm uma trajetória própria, dotadas de relações territoriais específicas e relacionadas a uma ancestralidade negra que resistiu à opressão histórica sofrida no período escravista ou no pós-abolição”. O Mato Grosso do Sul possui atualmente 22 comunidades quilombolas ou também conhecidas como comunidades remanescentes de quilombos, situadas em 15 municípios, sendo eles: Aquidauana, Bonito, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dourados, Figueirão, Jaraguari, Maracaju, Nioaque, Pedro Gomes, Rio Brilhante, Rio Negro, Sonora e Terenos. Sendo que dezessete dessas comunidades se encontram na zona rural e cinco em áreas urbanas. No Município de Campo Grande temos três comunidades, sendo uma urbana, a Tia Eva/ São Benedito e duas na zona rural, Comunidade São João Batista e Chácara Buriti.

Das 22 comunidades quilombolas do estado, apenas três comunidades (Colônia de São Miguel, Chácara Buriti e Furnas Boa Sorte) receberam a titulação parcial de seus territórios tradicionais do INCRA. Conforme o site da Comunidade Quilombola Tia Eva (s.n) “A maioria das comunidades do estado luta por direitos básicos, como saúde, moradia, educação, entre outras políticas públicas, além da delimitação e titulação de terras onde estão localizadas”.

Pelos dados do censo demográfico, no ano de 2010, a população total do estado era de 2.449.024 habitantes, sendo: 46,8 % branca, 4,9 % negra, 44,1% parda, 1,2 % amarela e 2,9 % indígena (IBGE, 2023. SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas). De acordo com a matéria

⁷Comunidade Quilombola Tia Eva. Disponível em:

<https://www.comunidadequilombolatieva.com.br/comunidades-quilombolas-em-ms/>. Acesso em: 05/04/2024

“Censo 2022: Maioria da população de MS se declara parda”, no site do G1⁸, publicada em 22 de dezembro de 2023, que analisa os dados do Censo Demográfico de 2022, houve uma alteração desses números. Atualmente o Estado de Mato Grosso do Sul tem uma população de 2.757.013 habitantes, sendo que 1.293.797 (46,93%) se autodeclararam pardos e 179.101 (6,5%) se autodeclararam pretos, perfazendo 53,43% da população do Estado.

Em relação à cidade de Campo Grande, local onde acontece anualmente o Concurso Beleza Negra Campo Grande, ainda de acordo com os dados do IBGE, a população do município é de 898.100 habitantes, sendo 407.905 (45,42%) de pardos e 64.997 (7, 24%) de pretos, perfazendo 52,66% da população. Em relação ao censo de 2010, houve um aumento das pessoas que se identificaram com pretas 49,16% e pardas 21,2%. Contudo, mesmo o negro fazendo parte da construção do nosso estado e tendo uma população autodeclarada de 53,43 % de pardos e pretos, a questão racial no estado de Mato Grosso do Sul é marcada por apagamentos, silenciamentos e muita luta por parte dos movimentos sociais negros e pela sociedade civil organizada, entre eles, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Esses movimentos trabalham para que os negros sejam efetivamente inseridos na sociedade e tenham os seus direitos salvaguardados.

A questão não é apenas em relação à luta pela propriedade privada, mas está relacionada à representatividade da posse de terras, como sua existência histórica, sua identidade étnica, sua cultura, como a garantia da sobrevivência. Ressaltamos que os negros durante o Período Colonial, Império e durante a República no Brasil, tiveram e têm que lidar com a “invisibilidade de suas lutas” (Oliveira, 2019, p.67).

A relação de distribuição e apropriação do Estado brasileiro com as terras dos negros, portanto, corresponde à maior das injustiças sociais vividas, com a consequente falta de acesso às garantias mínimas de sobrevivência digna, em condição de mercadorias enviadas ao Brasil para servir de escravo, a negativa de toda e qualquer manifestação cultural identitária pela força ideológica imposta, a subjugação e a marginalização do negro mesmo após a ilegalidade da escravidão. As violações de direitos e a consequente invisibilidade, portanto, iniciaram-se, sem perspectiva de término (Oliveira, 2019, p.67).

Em relação à posse da terra, especialmente no contexto nacional e no estado de Mato Grosso do Sul, a dificuldade na legalização das terras quilombolas frequentemente força os remanescentes a se deslocarem para áreas urbanas. Apesar de alguns avanços macro, tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul, os negros ainda enfrentam desafios significativos para

⁸G1MS. Censo 2022: Maioria da população de MS se declara parda. Disponível em:<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-mato-grosso-do-sul.ghtml>. Acesso em:05/04/2024.

garantir seus direitos básicos assegurados pela Constituição de 1988, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

O jornal eletrônico, G1/Mato Grosso do Sul, no site globo.com, na matéria intitulada “Desigualdade social: pretos e pardos ganham 33% menos que os brancos em MS, aponta o IBGE”⁹, de 11/11/2022, apresentou os dados acerca das diferenças de valores de renda e a discrepância entre as moradias de pessoas com “raças” diferentes. De acordo com o IBGE, o rendimento médio da população preta ou parda é 33,42% menor que a da população branca; entre os 10% com menor rendimento, pretos e pardos são maioria e entre os 10% com maior rendimento, brancos são maioria; entre as pessoas abaixo da linha da pobreza a presença de pretos e pardos é até 46,4% maior; o número de docentes pretos, pardos e indígenas aumentou, porém ainda representa menos de 16% do total; apenas 30% dos municípios de MS desenvolviam políticas ou programa para a promoção à igualdade racial.

Em relação às desigualdades sociais, especialmente no quesito moradia, dados da PNAD Contínua de 2019 indicam que 64,4% da população branca residiam em domicílios próprios, comparado a 62,7% da população parda e 59,2% da população preta. Juntas, pretos e pardos totalizam 62,4% de moradias próprias, o que representa o 4º menor percentual nacional. No Mato Grosso do Sul, pessoas pretas e pardas enfrentam maior insegurança na posse de moradia e são mais afetadas pela informalidade, com 11,1% das pessoas pardas e 15,7% das pessoas pretas vivendo em domicílios sem documentação de propriedade, em comparação com cerca de 8,6% entre os brancos. Quanto ao rendimento médio, em 2021, os dados do IBGE mostram que o rendimento entre os brancos era de R\$ 3.044,00, enquanto entre pretos e pardos era de R\$ 2.025,00, evidenciando uma diferença de mais de 33%. Em termos de distribuição de renda, entre os 10% da população com menores rendimentos em Mato Grosso do Sul, 62,7% eram pretos ou pardos, enquanto entre os 10% com maiores rendimentos, 33,7% eram pretos ou pardos e 64,7% eram brancos.

Diante dos dados apresentados, das percepções diárias e do acesso a historiografia com perspectiva decolonial, concordamos com Santos (2005, p.21) que “a abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição em 13 de maio de 1888) da discriminação racial e as consequências nefastas desta exclusão social e a miséria”. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de promover uma

⁹ G1MS. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/11/11/desigualdade-social-pretos-e-pardos-ganham-33percent-a-menos-que-brancos-em-ms-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 5 de abril de 2024.

"segunda abolição" (Santos, 2005, p.21). Os negros desenvolveram estratégias sociais para melhorar sua posição e alcançar mobilidade social, buscando superar sua condição de marginalização e exclusão. Os movimentos sociais desempenharam um papel crucial nesse processo. De acordo com Bourdieu (2011), os movimentos sociais surgem quando os agentes percebem que as estruturas que sustentam a sociedade são hierárquicas, excludentes e segregacionistas. Movimentos populares têm historicamente denunciado a persistência de práticas racistas no Brasil.

No caso do Mato Grosso do Sul, o fortalecimento do Movimento Negro e dos movimentos sociais negros, como o grupo de Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ), contribuíram para que muitas pautas defendidas fossem garantidas na Constituição de 1988 e posteriormente através de leis de criminalização da discriminação racial. Vários movimentos de emancipação, visibilidade e empoderamento negro surgiram e estão se constituindo e se consolidando no Brasil, entre eles, temos o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. O grupo além de ter como carro chefe de suas ações étnico-raciais, o Concurso Beleza Negra Campo Grande, promove o ensino-aprendizagem de temáticas relacionadas as questões raciais e a História da África e dos afro-brasileiros, a construção e fortalecimento da identidade racial, valorização da estética negra, diversidade, entre outros.

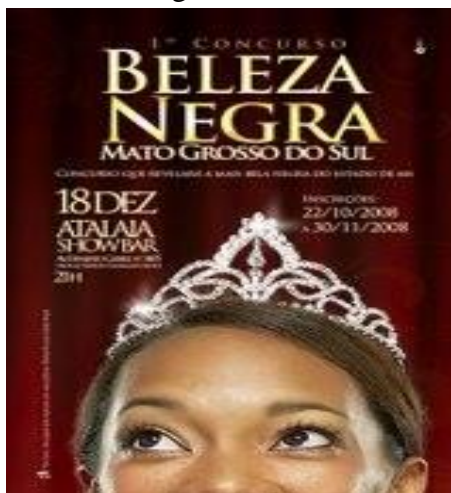
1.3 O Concurso Beleza Negra Campo Grande

O Movimento Beleza Negra/MS iniciou o seu trabalho relacionado às questões étnico-raciais com o “1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul”, idealizado e promovido por Rodynei Pereira Nolasco e parcerias. Há dezesseis anos (2008-2023) o concurso é reconhecido como a principal ação realizada pelo grupo, que tem entre outras, o Cacheia Campo Grande, o Curso profissionalizante de Rastafári e Fotografia Digital. De acordo com Nolasco (2022), o primeiro desfile “foi realizado, no dia 18 de dezembro de 2008, sendo eleita à negra mais bela de Mato Grosso do Sul. O evento reuniu 28 candidatas para a grande final, que aconteceu no Clube Atalaia Show Bar”, na capital do Estado.

Em 2008, o concurso teve a participação de 28 candidatas. Organizado aos moldes de um concurso de Miss, porém sem as exigências em relação a medidas, peso, altura e idade, o único pré-requisito era ser negra. Não teve premiação em dinheiro, o idealizador relata que “tudo era muito difícil, por ser a primeira edição, uma inovação, as pessoas não estavam acostumadas com o padrão de beleza negra, sendo assim, não despertou o interesse de possíveis patrocinadores. Cada um dos quatro organizadores ficou com funções específicas na organização do concurso, contudo, no dia do evento, perceberam que um concurso desse porte precisaria de muitos colaboradores. Como foi um evento sem fins lucrativos, o idealizador e organizador do concurso ficou

sozinho na condução dos próximos eventos resolvendo buscar novas parcerias a fim de dar prosseguimento ao sonho, minimamente atingido naquele momento, de fazer um concurso de Beleza Negra exaltando a beleza de mulheres pretas, tornando-se posteriormente um dos mais tradicionais eventos afro-brasileiros de Mato Grosso do Sul. (Nolasco, 2022, p.7).

Figura 4. convite do 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul



Fonte: Livro de Memórias do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul - Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS: história e importância, 2022, p.8)

O evento acontece anualmente na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, onde se localiza a sede do Movimento. O Estado de Mato Grosso do Sul é um estado relativamente novo, nasceu a partir da divisão do território do Mato Grosso, em 1977. O primeiro governo foi instalado em janeiro de 1979. Localizado na região Centro-Oeste, ocupa uma extensão territorial de 357.142,082 Km², faz divisa com os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, e fronteira com a Bolívia e o Paraguai (IBGE, 2023).

Figura 5. Localização MS no centro-oeste brasileiro



Fonte: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-centro-oeste/>

Segundo o site da Comunidade Quilombola Tia Eva em Campo Grande, há três comunidades remanescentes de quilombos na região: Tia Eva/São Benedito (urbana), São João Batista e Chácara Buriti (rurais). O número de habitantes negros, no Estado, tem relação direta com o trabalho desenvolvido pelo Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e com o Movimento Negro. As primeiras candidatas ao concurso eram predominantemente de comunidades quilombolas como Tia Eva e Furnas do Dionísio em Jaraguari, refletindo uma divulgação orgânica entre comunidades interligadas por laços familiares (Nolasco, 2022).

Nolasco (2022, p.4) observa que, desde o primeiro concurso em 2008, todos os movimentos sociais focados em questões raciais foram convidados, inicialmente com participação maciça, refletindo "irmandade e companheirismo". Contudo, ao perceberem a ausência de uma luta explícita por políticas públicas para negros, muitos se afastaram do evento, que hoje conta com pouca adesão dos movimentos. Ele também destaca que o evento inicialmente não impunha padrões de medidas, peso, altura ou idade limite, priorizando a inclusão e competição entre pretos e pardos. De acordo com Nolasco (2022),

Entretanto, em 2016, os organizadores do evento começaram a colocar no regulamento esses quesitos, pois perceberam que os “candidatos estavam querendo se enquadrar” em um padrão de beleza que não era deles e com isso começamos a explicitar que uma pessoa gordinha poderia participar, uma pessoa baixinha, uma pessoa magra, uma pessoa alta, que não existia um padrão, o que existia era a vontade de trabalhar a autoestima, o empoderamento de todas essas pessoas negras e mostrar a beleza individual de cada um. (Nolasco, 2022, p.22)

Em relação ao primeiro concurso, no site Perfil News, o editorial “Eleita a Miss Beleza Negra Mato Grosso do Sul 2008”¹⁰, publicada em 19/12/2008, ressalta que “em clima de muita expectativa foi realizado, nesta quinta-feira (18), o 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul, que teve como objetivo elevar a autoestima da mulher negra do Estado”. No concurso foram avaliados os quesitos “beleza, simpatia e postura na passarela, o primeiro lugar ficou com a campo-grandense, Adriella Barbosa da Rocha Batista [...]. O segundo lugar foi para Fabiana Santos Telles. E o terceiro lugar para Janete Rosa de Souza. Já o título de miss simpatia foi para Camila Alves” (Perfil News, 2008).

O concurso teve como jurados representantes do Governo Estadual, da colônia japonesa, árabe e portuguesa, jornalistas e representantes das entidades do movimento negro de Mato Grosso do Sul. Segundo a coordenadora da Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (CPPIR/MS), Raimunda Luzia de Brito, “o concurso recebeu inscrições de

¹⁰ Eleita a Miss Beleza Mato Grosso do Sul 2008. Perfil News. 19 de dezembro 2008. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/2008/12/19/eleita-miss-beleza-negra-mato-grosso-do-sul-2008/>. Acesso em 4 de abril de 2023.

28 candidatas de várias idades e profissões, sendo que destas 26 compareceram ao evento e dez delas foram classificadas”. De acordo com Nolasco (2022), depois do evento, por questões pessoais e profissionais, a vencedora assinou uma carta de desistência do título e da premiação. O primeiro lugar foi automaticamente repassado para Fabiana Santos Telles.

Adriella Barbosa da Rocha Batista, vencedora do concurso de 2008, viajou para São Paulo na semana seguinte ao concurso. Na capital do Estado de São Paulo, conseguiu um emprego numa agência de moda, logo em seguida começou a fazer faculdade na área da moda e como o seu namorado era de lá, resolveu ficar na cidade e não voltar para Campo Grande. Como a vencedora, de acordo com o regimento do concurso, assumia o compromisso de fazer a divulgação do concurso participando de vários eventos, foi necessário pedir para que Adriella assinasse uma carta abrindo mão do primeiro lugar, que foi feito através de uma procuração enviada pelo tio da candidata para sua ciência e assinatura (Nolasco, 2022, p.7).

Em 2008, no Programa “Tudo e algo mais”, no Canal Via Morena, pela internet, quando foi perguntado como surgiu à ideia de fazer o concurso, Rodynei Nolasco afirmou que “o concurso surgiu do seu desejo pessoal e de um grupo de simpatizantes da causa negra, na cidade de Campo Grande, de criar um evento que possibilitasse a valorização da estética negra e sua visibilidade” (Nolasco, 2022, p.9). Rodynei ressaltou que as candidatas menores de 18 anos participaram mediante a autorização dos pais e do juizado de menores.

Segundo Nolasco (2022, p.5), como cabelereiro e maquiador, também percebeu uma tendência de mercado relacionada à estética negra, principalmente com o aumento da produção, pelas indústrias do ramo da beleza, de maquiagens e cosméticos para essa população, sendo um passo importante para a valorização e a visibilidade da beleza negra e afro-brasileira no país. Outro fator para a criação do concurso foi ele ter tomado conhecimento das ações promovidas pela sociedade civil organizada no Brasil e no Mato Grosso do Sul, especificamente, pelo grupo de Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ). Grupo fundado no pós-ditadura, em 1985, com sede na cidade de Campo Grande, que entre as ações, deflagrava questionamentos sobre a democracia racial brasileira, concentrando-se nas denúncias e ministrando palestras em escolas (públicas e privadas) onde discutia a necessidade de superação de práticas racistas e discriminatórias.

Em 2009, o "2º Beleza Negra Campo Grande" contou com a participação de 16 rapazes e 12 moças, realizado em 20 de novembro. Os vencedores foram André Luiz de Souza Santana, 30 anos, auxiliar de Inspeção Federal, e Cláudia Roberta Silva dos Santos, estudante de 20 anos, eleitos como o casal negro mais belo da cidade. O desfile incluiu três trajes: Moda Jeans, Moda Praia e Moda Festa, além de apresentações de dança afro, roda de capoeira e samba na abertura, promovendo a cultura afro-brasileira e a educação antirracista. Participaram também Fabiana Santos Telles, representante do 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul/2008, e

Maurícia, do Concurso Beleza Afro de Três Lagoas, como convidadas especiais. Os critérios de seleção dos jurados incluíram beleza, fotogenia, simpatia e desenvoltura dos candidatos (Nolasco, 2022).

O Concurso Beleza Negra Campo Grande se destaca por não impor medidas padrões, peso, altura ou idade limite, conforme estabelecido no Regimento. Os critérios são ser negro ou afrodescendente e ter pelo menos 18 anos. Ao longo de seus dezesseis anos de história, o concurso premiou figuras como Valdinéia Alves dos Santos, 53 anos, vencedora do 1º lugar no "15º Concurso Beleza Negra Campo Grande/2022", e Juliana da Silva Teodoro, 18 anos, vencedora do "9º Concurso Beleza Negra Campo Grande/2016".

Figura 6. Valdinéia Alves dos Santos - 1º lugar - 2022 - 53 anos



Fonte: Portfólio do Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS: história e importância, 2022, p.36).

Figura 7. Juliana da Silva Teodoro - 1º lugar - 2016 - 18 anos



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

Segundo Rodynei Nolasco, após o primeiro concurso, em 2008, foi produzido um documento com todas as ideias que surgiram no decorrer e depois do evento. Destacando,

[...] que os rapazes também queriam participar, que trabalhar a questão da autoestima era uma necessidade, como também a dificuldade da inserção do negro no mercado de trabalho. Nesse momento surgiu a ideia de pensar em um curso ou dois cursos profissionalizantes que pudessem ser oferecidos gratuitamente para, as pessoas negras e não negras, aprender e desenvolver uma profissão dentro de sua residência e assim ter alguma renda até conseguir uma colocação no mercado de trabalho, tornando-se uma grande profissional. Os cursos ministrados são: Penteados Rastafári, que diz muito sobre a resistência negra ao longo do tempo e o curso de fotografia digital (Nolasco, 2022, p.9).

Devido às sugestões e as percepções da organização do evento, no decorrer dos anos, o concurso foi mudando suas características e deixando de ser meramente um evento com foco na estética e, como aconteceu com outros movimentos sociais negros no Brasil, começou a aliar o trabalho com a formação intelectual e profissional, pois percebeu que apenas a autoestima elevada sem a construção e a consolidação de uma identidade racial forte e positiva, não surtiria o efeito desejado. Foi decisivo para a manutenção do trabalho o conhecimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial que estavam sendo implementadas ou em processo de implementação, entre elas a Lei 10.639/03, postas em ação como resposta às pressões exercidas pelos movimentos sociais negros no país. (Nolasco, 2022, p.6)

Segundo Nolasco (2022) desde o primeiro concurso em 2008 já aconteciam durante os ensaios, palestras e rodas de conversas, para tratar acerca de temáticas raciais e conteúdos alusivos à História da África e Cultura Afro-brasileira. É importante ressaltar que as ações do

Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul se conectam com uma agenda política dos movimentos negros no Brasil, principalmente no século XIX e XX, que tem seu desenvolvimento rápido nos anos 2000, período do auge das políticas de ação afirmativa no país, como veremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, desde o primeiro concurso, como consta no seu regulamento, “tem como objetivo a construção e reconhecimento de uma identidade racial através da promoção da beleza negra, a partir do resgate da autoestima e valorização da sua beleza étnica, além da criação de um padrão de beleza próprio”.

Art. 1º- DA PROMOÇÃO:

Os principais objetivos do evento são: trabalhar a autoestima de mulheres, homens e adolescentes negros, valorizar a cultura e a estética afro-brasileira; destacar a beleza negra da cidade, o orgulho e a valorização de ser negro, além de criar oportunidade social e profissional para esse grupo étnico-racial (Nolasco, 2022, p.44).

Segundo Nolasco (2022), entre os anos de 2009 e 2011, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul teve a parceira da Fundação de Cultura de Campo Grande, o evento contava com o apoio da Prefeitura Municipal de Campo Grande, inclusive a premiação em dinheiro (R\$ 4.000,00), além disso, a decoração, a segurança e os funcionários que ajudavam no dia do concurso”. Entretanto a parceria foi encerrada a partir de 2012, contra a vontade do grupo.

No início de 2008, quando fomos buscar parcerias para a organização do concurso, a recepção e aceitação da proposta foi muito boa, as pessoas viam a nossa alegria, empolgação e contentamento. Com isso, muitos colaboradores foram aderindo ao movimento, sendo a Prefeitura Municipal de Campo Grande um deles. Porém, quando terminou o mandato do prefeito à época Nelson Trad Filho, voltamos à prefeitura para solicitar, novamente, através das políticas públicas o apoio para o concurso e nos foi negado. O movimento foi taxado como se participasse do grupo político anterior e por questões alheias ao grupo, perdemos o apoio financeiro e logístico da Prefeitura e de lá pra cá não houve o restabelecimento dessa necessária e legítima parceria (Nolasco, 2022, p.11).

Observa-se que, até um passado recente em nosso município, o apoio às políticas de promoção da igualdade racial era uma política de governo e não uma política de Estado, conforme esclarece Nolasco. Ele lamenta a falta de parceria restabelecida com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, ressaltando que "esse tipo de apoio faz muita falta" (Nolasco, 2022, p.11) e destacando a falta de reconhecimento ao trabalho do movimento contra o Racismo na cidade. Segundo Nolasco, o apoio contínuo poderia ter ampliado significativamente o alcance do movimento e a visibilidade do concurso dentro e fora do Estado (Nolasco, 2022).

A partir de 2009, o Concurso Beleza Negra Campo Grande passou a incluir participantes do sexo masculino em duplas, atendendo sugestões recebidas nas edições anteriores. O evento

se tornou uma parte importante do calendário de festividades da cidade. Em 2010, como parte das políticas de inclusão, uma pessoa com deficiência auditiva participou do concurso. A modalidade de inscrição online foi introduzida em 2012, utilizando o Google e o blog do Concurso para facilitar o acesso dos candidatos (Nolasco, 2022).

No 10º Beleza Negra Campo Grande, realizado em 2017, o concurso teve a participação vitoriosa do haitiano Roobens Chery, marcando um momento de abertura para a inclusão de estrangeiros no evento. Nolasco (2022) enfatiza que, em eventos realizados sem cobrança de entrada, a organização autoriza a arrecadação de alimentos não perecíveis para instituições que desenvolvem projetos socioeducativos. Em 2019, os alimentos arrecadados foram destinados à L.B.V (Legião da Boa Vontade) e à Harmonia e Frutos, ambas sediadas em Campo Grande.

Segundo Rodynei Nolasco (2022), ao longo dos dezesseis anos de realização do concurso, os desafios organizacionais permanecem praticamente os mesmos. Ele aponta dificuldades em obter espaços com boa iluminação, ventilação e acústica adequadas. Além disso, destaca a constante busca por parcerias tanto na esfera privada quanto pública para custear diversos aspectos essenciais do evento, como decoração, confecção de roupas e acessórios, iluminação, som, microfones e premiações.

Nolasco (2022) ressalta também a dificuldade em garantir recursos humanos, dado que a maioria das colaborações é voluntária, envolvendo tarefas como recepção de convidados, auxílio nos camarins, esclarecimento de dúvidas dos jurados e organização da premiação durante o evento. Ele atribui essas dificuldades ao que denomina de "preconceito institucional", uma forma de racismo institucional que, segundo Jurema Werneck (2013), ocorre dentro de instituições públicas e privadas, prejudicando grupos minoritários ao subordinar direitos e democracia às necessidades do racismo. Essa realidade se reflete diariamente na qualidade precária dos serviços oferecidos à população negra brasileira pelas instituições que deveriam assegurar seus direitos fundamentais. Ainda de acordo com Werneck (2013), o racismo institucional, que também é denominado de racismo sistêmico é um mecanismo estrutural que,

[...] garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior (Werneck, 2013, p.17).

Em relação à preparação do evento, Nolasco pontua que “como era de praxe, ao final de cada concurso já se começava a organização do próximo. Porém, o mundo, de um dia para o

outro, foi tomado por informações vindas da Ásia e principalmente da Europa, sobre uma nova doença proveniente de um vírus” (2022, p.26). O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, a partir de dezembro de 2019, teve que alterar o seu cronograma de ações, por tempo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. No dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus responsável pela doença Covid-19. Diante da situação, o “pânico” se instalou ao redor do mundo, a OMS recomendou a vigilância, para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com a nova doença, declarando em 30 de janeiro um surto e seu risco pandêmico, que posteriormente se confirmou. Em 2020 e 2021 estávamos no auge da pandemia e, pelas medidas de contenção da propagação da doença, não foi possível fazer o concurso Beleza Negra Campo Grande.[...] como o concurso não é apenas um desfile, a fim de escolher os negros mais belos de Campo Grande, mas um trabalho de autoestima, empoderamento e para os participantes aprenderem a explorar ao máximo a beleza negra, os traços e o cabelo afro, se fosse feito de forma on-line fugiria do objetivo principal, trocar experiências e municiá-los de informações, propondo ações e ter acesso ao conhecimento “sobre como ser negro na sociedade atual: direitos e deveres”. Já que através das rodas de conversas é possível saber o grau de autoestima, pertencimento racial, anseios, dilemas, sonhos e dificuldades em ser negro (a) ou afrodescendente na sociedade (Nolasco, 2022, p.30).

Mesmo diante do quadro, ocorreram algumas reuniões virtuais, com temas escolhidos na grande maioria pelos inscritos, a partir de suas dúvidas, vivências e inseguranças, tais como: “violência doméstica, violência sofrida pela mulher negra no convívio social, vida sexual da mulher e do homem negro, autoestima, a solidão do homem e da mulher negra, emancipação do negro, doenças que acometem os negros e afrodescendentes e a busca por políticas públicas para esse grupo social, entre outros” (Nolasco, 2022, p.31).

Em 2022, com o fim das restrições da OMS (Organização Mundial da Saúde), o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul promoveu o “15º Concurso Beleza Negra Campo Grande”. Como a pandemia da COVID-19 não permitiu que o Concurso Beleza Negra acontecesse nos anos de 2020 e 2021, no ano de 2022, foram feitos três concursos num único evento.

De acordo com Nolasco (2022), antes da data do evento, os inscritos participam de três ensaios presenciais. Nesses encontros além de discorrer sobre a História do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, trata acerca do regulamento do concurso, promove a “contextualização histórica da História da África e da cultura afro-brasileira, elucida sobre questões que envolvem o mito da Democracia Racial, Racismo Estrutural, entre outros”. (Nolasco, 2022, p.35).

Para esse momento são convidados amigos e parceiros do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, “que na maioria das vezes são munícipes e possuem uma sólida construção profissional na sociedade, de preferência que pesquisem e trabalhem com a temática étnico-racial, sendo eles: professores, advogados, comunicadores, psicólogos e àqueles que podem trocar experiências com os inscritos por estarem no lugar de fala” (Nolasco, 2022, p.35). Além dos temas citados acima, outros assuntos são trabalhados: a estética, visibilidade e emancipação negra.

Na questão estética, os participantes recebem formação sobre como tratar o cabelo e a pele negra e as características inerentes à etnia-negra, sempre enaltecendo, elevando a autoestima dos candidatos. Os vestuários e os acessórios utilizados e que representam a etnia negra são apresentados, a fim de que eles conheçam, e se apropriem da cultura africana e afro-brasileira. Como a culminância do processo é o concurso, eles aprendem a desfilar, postura de um modelo passarela, mas principalmente, que cada um tem uma beleza única, uma história e o seu diferencial. No final de cada reunião, ensaio, é aberto um espaço para a fala dos inscritos a fim de saber a compreensão de tudo que foi explanado, mas principalmente para escutá-los, sobre seus medos, inseguranças, ansiedades e principalmente suas vivências, as relações traumáticas envolvendo discriminação racial e preconceito. O que mais chama atenção nesse momento é a escuta qualificada entre eles e a troca de experiências sobre como passar por esses momentos difíceis e não se abater, a busca pelos seus direitos, empoderamento pessoal e coletivo (Nolasco, 2022, p.35).

Nolasco (2022, p.6) ressalta que “Os ensaios são a parte mais importante do evento. Nesse momento, no contato com os inscritos é possível dimensionar o grau de autoestima e o empoderamento de cada participante”. De acordo com Nolasco, os três encontros são divididos em duas partes: rodas de conversas sobre a história do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do Concurso Beleza Negra Campo Grande, trabalha-se o conceito de Racismo e questões que envolvem o preconceito e a discriminação racial. Os inscritos se apropriam da temática racial e falam das situações de racismo que sofrem no seu dia a dia.

Na segunda parte, o trabalho é voltado para o concurso, “onde é ensinado desde andar de salto, postura e é feita toda a dinâmica do desfile para que eles se sintam seguros, afinal são pessoas comuns que estarão desfilando como se fossem modelos profissionais” (Ibidem). Segundo o autor, por meio dessa dinâmica mostra-se a beleza e a construção do identitário da pessoa negra, dos participantes, no evento.

As pessoas que participam dos encontros que antecedem o concurso ficam impactadas quando alguém dá um depoimento de alguma situação de racismo que sofreu, devido à tonalidade da pele, cabelo e marcas raciais. Há um envolvimento do grupo, uns querem falar se já se viram em situações de racismo, outros como reagiriam a tal situação, percebe-se uma profícua troca de experiências, situação essa que traz um sentimento de pertencimento. No final dos três dias é notória a mudança de cada um dos participantes do evento, a altivez que os permitem falar das questões que os envolvem com a cabeça erguida, sem a timidez e a vergonha inicial, sem a

preocupação com as críticas. Essa é a parte mais bonita de todo o nosso trabalho (Nolasco, 2022, p.6)

Figura 8. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra



Fonte: Livreto do Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS: história e importância, 2022, p.33

Figura 9. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira



Fonte: Portfólio do Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS: história e importância, 2022, p.33

Como o Concurso Beleza Negra Campo Grande utiliza entre os quesitos de avaliação a Beleza, no caso específico, a Beleza Negra, faz-se necessário entender minimamente esse conceito. O belo é uma construção cultural e social, marcado por determinadas características que a sociedade elege como agradável ao olhar, uma emoção estética, de difícil definição, pois está relacionado às experiências de um povo num dado momento e lugar. Os modos de representação da beleza permanecem reinantes por um tempo antes de serem relativizados e

ressignificados. O padrão estético referendado num determinado momento histórico se desfaz num outro. A representação da beleza esteve por muito tempo associada à Vênus.

Na versão atualizada do dicionário Aurélio a palavra Vênus apresenta dois significados: “mulher de belas formas” e “o segundo planeta em ordem de afastamento do Sol”. Segundo Chevalier e Gheerbrant (1998, p.938), na astrologia, o planeta Vênus encarnava “o sentimento, o amor, a simpatia, a harmonia e a doçura” e suas casas, Touro e Libra, estavam relacionados “ao pescoço, aos seios e aos quadris, ou seja, a particularidade de uma silhueta feminina”. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, no livro “Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX” (2016) ao explicar sobre a segregação sexual e as funções atribuídas a homens e mulheres no interior da sociedade, cita o mito grego de Pandora, que entre outros, formavam a Mitologia Grega. Segundo a autora, “de acordo com os relatos gregos, foi com a criação de Pandora que a humanidade se tornou dupla no aspecto sexual” (2016, p.74).

Com Pandora, surgiu o acasalamento, a procriação humana e a sensibilidade para dissociar “as aparências daquilo que se deixa ver, escutar, e as realidades”. Os gregos acreditavam que a mulher portava uma aparência enganadora e dissimulada, possuía um espírito miserável e mentiroso, o que justificava mantê-la dominada, controlada e subserviente ao poder masculino. Para complicar ainda mais os gregos admitiam conscientemente que a mulher reúne num único ser a beleza e as desgraças da vida humana (Rodrigues, 2016, p.75).

Nessa perspectiva, a relação entre a beleza feminina e a dominação masculina nos remete a um passado que subscreve o presente. Mantemos a mesma estrutura do pensar e do agir em sociedade tornando as mulheres subservientes ao poder masculino, ainda que seja por meio da valorização da beleza e virtudes feminina.

De acordo com Mário da Gama Kury, no Dicionário de mitologia: Grega e romana (2003, p.16), “na Mitologia romana Vênus corresponde à deusa grega Afrodite uma das divindades olímpicas, deusa do amor e da fertilidade” Braga (2015, p.31) ressalta que a palavra Vênus foi ao longo da história sendo emprestada por diferentes povos e culturas, passando por diversas significações e representações: corpo, virtude e beleza.

Nesses dezesseis anos de existência o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, além de contribuir para a visibilidade e valorização da beleza e da estética negra, vem estimulando a luta contra o Racismo no município de Campo Grande, com reflexos positivos no Estado. Mostrando também que é possível a produção de saberes referentes à temática racial a partir da promoção de ações em ambientes externos a universidade e a comunidade escolar. Como discorremos anteriormente, isso é possível porque durante as reuniões que antecedem o concurso, os inscritos recebem

formação intelectual, através de palestras, sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira e de temáticas como: racismo, preconceito e discriminação racial, direito racial, valorização da beleza negra, entre outros.

Durante os encontros aprendem que cada um tem uma beleza única, uma história e um diferencial. Como vimos, podem trocar experiências, falar sobre seus medos, inseguranças e principalmente suas vivências e de relações traumáticas envolvendo situações de racismo. O Concurso Beleza Negra Campo Grande apresenta-se como uma ferramenta importante na promoção da igualdade racial utilizando metodologias próprias.

Ressalta-se, que mesmo o concurso Beleza Negra acontecendo anualmente na cidade de Campo Grande, à sociedade local e os entes públicos, com exceção do Governo do Estado e Municipal, na disponibilização do local do evento, tem minimamente participado e contribuído com as ações promovidas pelo movimento. Pontua-se que o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, como um movimento social, que surge das tensões sociais (Bourdieu, 2011), tem importantes elementos e objetivos na promoção, prevenção e combate as práticas racistas, ao preconceito racial e a desigualdade de gênero, pois estimula a autoestima, a valorização do ser humano, dos direitos humanos, a dignidade e igualdade social.

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, através do Concurso Beleza Negra Campo Grande, desafia representações estereotipadas do corpo negro historicamente enraizadas no Brasil. Enquanto Roger Chartier (2002a) discute como as representações sociais são construídas com intencionalidades específicas por grupos dominantes, o movimento busca romper com narrativas que associam a beleza negra à inferioridade e à memória escravista. Essas representações alimentam o racismo estrutural, perpetuando desigualdades e discriminações (Gomes, 2005, p.46).

Para Bourdieu (2011) e Chartier (2002a), as representações são construções sociais carregadas de poder simbólico, moldando percepções hierarquizadas sobre beleza e identidade (Bourdieu, 2011, p.4). O movimento não apenas desafia esses padrões, mas também educa sobre suas origens e impactos, promovendo uma visão positiva e autêntica da identidade negra, valorizando suas características físicas e culturais únicas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, incluindo o limitado apoio institucional, o Movimento Beleza Negra tem avançado na promoção da igualdade racial e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em 2023, o movimento firmou uma parceria significativa com sindicatos e instituições, incluindo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Fundação UFMS e IFMS (SISTA-MS), o Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP), o Sindicato da Construção Pesada de Mato Grosso do Sul (SINTICOP-MS), o

Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Mato Grosso do Sul (SINTSS-MS) e o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios Telégrafos e Similares (SINTECT-MS). Além de custearem a logística e a premiação do concurso, esses sindicatos foram responsáveis pela filmagem, fotos e assessoria de imprensa do evento, contribuindo com R\$ 2.000,00 cada, totalizando R\$ 10.000,00. O Sicredi também contribuiu com R\$ 4.000,00 e brindes para o evento.

Essas ações são fundamentais para desconstruir o "pacto narcísico da branquitude". “Um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter os seus de privilégios” (Bento, M.A.S, 2002 apud Bento, 2022, p.18), que sustenta privilégios e perpetua estruturas eurocentradas de poder (Ribeiro, 2009). O compromisso contínuo com a educação antirracista e a valorização da alteridade são essenciais para construir um futuro mais inclusivo e respeitoso, onde todos os indivíduos possam ser reconhecidos e valorizados em sua plenitude. Os ensaios e o concurso foram realizados na sede do SISTA, respectivamente nos dias 15, 22 e 29 de outubro e no dia 4 de novembro. Devido às parcerias, o concurso de 2023 foi um dos mais bem produzidos e glamorosos dos dezesseis anos de existência do evento.

Figura 10. Alguns dos inscritos no Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS – 2023



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul – fotógrafo Ezio José da Rocha - Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS - 2023

Figura 11. Desfile Feminino do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2023



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul – fotógrafo Ezio José da Rocha-
Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS - 202

2 O MOVIMENTO BELEZA NEGRA MATO GROSSO DO SUL E O ENSINO DE HISTÓRIA

O segundo capítulo, apresenta o processo histórico que culminou com a disciplinarização da História, desde a França até chegar ao território brasileiro após a Independência do Brasil, no século XIX. Como os trabalhos desenvolvidos pelos movimentos sociais negros, o Movimento Negro, de mulheres negras e intelectuais negros militantes contribuíram para a instituição da Lei 10.639/03, que promove a inclusão no currículo oficial das redes de ensino o estudo da História e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Trata acerca do Ensino de História no espaço escolar, em que se produz a cultura escolar e aquele que acontece fora dos muros da escola. Deixando claro que existem outras formas de ensino, trazendo suas especificidades, mostrando que ensinar é ir muito além da sala de aula e que é possível fazê-lo em outros espaços como museus, centros de memória, associações, e através de ações promovidas por movimentos sociais, como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Realizou-se uma reflexão de como o Ensino de História pode contribuir na luta contra o racismo, na valorização do negro e de sua cultura na História do Brasil, dialogando acerca da importância de trabalharmos as questões étnico-raciais em sala de aula.

2.1 História do ensino de História: Constituição e consolidação da disciplina escolar

O historiador francês Antoine Prost, em "Doze Lições Sobre a História" (2008, p.13), afirma que "a história é o que fazem os historiadores". Para Prost, a História é uma realidade histórica situada no tempo e no espaço, produzida por historiadores reconhecidos entre seus pares e pela sociedade. Ele destaca que a história é uma prática social e científica, onde os historiadores, baseados em suas trajetórias e escolhas, incluem ou excluem fatos, considerando também a competição entre diferentes grupos sociais.

[...] a história é, antes de ser uma prática científica, uma prática social ou, mais exatamente, como seu objeto científico é, também, uma forma de tomar posição e adquirir sentido em determinada sociedade, a epistemologia da história é, por sua vez, em parte, uma história: o que é ilustrado, de maneira exemplar pelo caso francês (Prost, 2008, p.14).]

Na França, a identidade nacional está fortemente ligada à cultura histórica, dando aos historiadores um papel prestigioso (Prost, 2008). A história é destacada na vida cultural e social, consumida por meio de arte, livros, TV e cinema. Em 1983, 52% dos franceses se interessavam

e 15% eram apaixonados por história (Prost, 2008). A França foi a primeira nação moderna a instituir o ensino regular de História, inicialmente nos liceus, depois nas faculdades com ensino científico especializado. A história ganhou autonomia como disciplina, priorizando o processo histórico sobre a memorização de cronologias (Prost, 2008). Ela é ensinada na educação básica para reforçar valores patrióticos e nacionais. Em 1818, tornou-se obrigatória no ensino médio e, a partir de 1880, no ensino fundamental.

Esse lugar particular da história na tradição cultural francesa aparece, portanto, associado à posição no ensino: trata-se, de fato, do único país em que ela constitui uma disciplina obrigatória em todas as seções e em todos os anos da escolaridade obrigatória, ou seja, dos seis aos dezoito anos. A história do ensino da história na França há de esclarecer-nos sobre a função específica que ela desempenha na sociedade francesa, assim como o lugar ocupado em sua tradição cultural (Prost, 2008, p.17).

A evolução dos conteúdos e métodos no ensino de história na França foi impulsionada pela especialização progressiva dos professores e pela criação do concurso de *agrégation*, formando um núcleo qualificado de historiadores/professores. Prost (2018) destaca a importância de especialistas ministrarem a disciplina, consolidando-a como autônoma. No ensino médio, a história desempenhou um papel crucial na formação da elite e na reflexão da identidade nacional (Prost, 2008). Na segunda metade do século XX, a história passou a ser ensinada de forma simplificada no ensino fundamental para reforçar valores nacionais e patrióticos. Nos anos 1960, influenciados por Piaget, houve uma renovação dos métodos de ensino. Em 1969, reformas significativas abandonaram a memorização sistemática,

[...] tornando, assim, o espírito curioso em relação à sua existência e levando-o a participar de sua elaboração; era a condenação dos programas, em benefício de uma ação pedagógica convidada a servir de “todas as oportunidades oferecidas pelo ambiente de vida imediato ou longínquo” e a privilegiar o trabalho individualizado, a investigação e a pesquisa de documentos (Luc, 1985, p.145-207 apud Prost, 2008, p.29).

No século XX, o ensino francês consolida-se e o seu modelo é levado para as nações republicanas do Ocidente, sendo o Brasil, a principal delas. Os dois colóquios que aconteceram na França, em 1980 e 1984, chamaram atenção para a importância atribuída ao ensino de história pela sociedade francesa e “mostraram duas forças em ação inexistentes no século XIX: a mídia e a profissão de historiador” (Prost, 2008, p.31).

Thais Nívia de Lima e Fonseca (2006, p.7), na sua obra *História & Ensino de História* faz “um exercício reflexivo sobre a trajetória do ensino de história no Brasil e sobre as suas múltiplas faces”, deixando claro, que o modelo de ensino que se constituiu no Brasil foi

importado da França, como para a Argentina e para o México. Segundo Fonseca (2006) dos historiadores/professores de História, espera-se:

[...] que conheçam bem a historiografia, os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes de pesquisa. Além de tudo isso, daqueles que também são professores de História, espera-se que conheçam os conteúdos, as práticas pedagógicas e os procedimentos didáticos. No entanto, não é usual esperar que eles conheçam, também, a história da disciplina que pesquisam ou que ensinam. Seria, porém, desejável que isso ocorresse (Fonseca, 2006, p.7).

Fonseca (2006) discute o ensino de história em sua dimensão histórica e disciplinar, destacando sua importância na História da Educação e sua relação com o currículo escolar. Ela afirma que o ensino de história transforma saberes científicos em saberes escolares. Historiadores têm focado em práticas escolares cotidianas, aproximando-se da História Cultural. A sociologia da educação vê as disciplinas escolares como versões simplificadas de conhecimentos científicos, adaptados por "transposição didática". Corroborando com André Chervel, Fonseca (2006, p.19) considera as disciplinas escolares criações originais do sistema escolar.

No século XIX, a disciplina escolar e a investigação histórica ganharam estruturas definidas. Fonseca (2006) destaca que, nos séculos XVII e XVIII, os jesuítas ensinavam temas históricos sem uma disciplina formal. No Brasil, conteúdos históricos eram ensinados antes da formalização da disciplina, semelhante à França. Duas influências na produção das disciplinas escolares são a Sociologia dos saberes escolares e a História Cultural. Desde a década de 1970, houve discussões sobre a escolarização do conhecimento, visto como produto de seleção cultural adaptado pela transposição didática.

Fonseca, alinhada com Chervel, defende que os saberes escolares têm identidade própria. A pesquisa em História da Educação mostra a influência de Roger Chartier, Jean Hébrard e André Chervel sobre os saberes escolares. As características dos conhecimentos históricos mudaram ao longo do tempo, adquirindo contornos mais precisos a partir do século XVIII. Da Idade Média ao século XVIII, a história era religiosa e providencialista. Com a formação do Estado-Nação, tornou-se mais pragmática e política, servindo à educação dos príncipes e à legitimação do poder até o início do século XX.

A trajetória da História ensinada nas escolas não corresponde, necessariamente, à da História campo do conhecimento, mesmo porque, durante muito tempo – da Idade Média ao século XX -, parte dela confundiu-se com a história sagrada, isto é, com a história bíblica, que era ensinada nas escolas onde a influência de igrejas cristãs era significativa. A história 'profana', principalmente sobre a Antiguidade, chegava a aparecer por meio de textos clássicos, no elenco dos conhecimentos incluídos no estudo do latim ou mesmo da Teologia. Como conteúdo destinado ao ensino, a

História ganharia importância a partir dos tempos modernos, para a formação das elites, sobretudo dos herdeiros dos tronos europeus. Em outras instâncias, os colégios jesuítas já apresentavam temas de História em seus currículos, mas que de forma alguma integravam um conjunto organizado de saberes e de procedimentos que poderia ser denominado de disciplina escolar (Fonseca, 2006, p.21-22).

Fonseca (2006) afirma que o ensino de história transforma saberes científicos em saberes escolares. O ensino de história evoluiu, tornando-se mais preciso a partir do século XVIII, ocupando posição de destaque entre as disciplinas escolares. Desde o século XIX, a disciplina escolar e a investigação histórica ganharam estruturas definidas.

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e os jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e os livros didáticos, elaborados sob o controle dos detentores do poder (Fonseca, 2006, p.24).

A produção historiográfica e o ensino de História na Argentina e no México, assim como no Brasil, foram influenciados pelas lutas pela hegemonia política, especialmente após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. No século XIX, o ensino de História seguia procedimentos específicos e utilizava imagens para a compreensão nacionalista. As inovações no estudo do ensino de História vão além dos conteúdos e currículos, mas ainda são poucos os estudos no Brasil (Fonseca, 2006).

Circe Bittencourt (2018) discute a introdução do ensino de História nos currículos de Humanidades no Brasil, influenciado pelos países católicos ocidentais, visando formar uma elite e excluindo outros grupos. A colonização portuguesa trouxe um ensino evangelizador pela Companhia de Jesus, focado na aculturação indígena e na educação humanística, sem autonomia no ensino de História até o século XVIII. A Companhia de Jesus controlava a escolarização no Brasil colonial, com a História ensinada para formar oradores e justificar a escravidão. A coroa portuguesa impediu a fundação de universidades para controlar a formação das elites, com as diretrizes educacionais jesuítas organizadas pelo *Ratio Studiorum* de 1599 até a expulsão dos jesuítas em 1759.

O ensino jesuítico tinha como eixos o estudo da Gramática, da Retórica, das Humanidades, da Filosofia e da Teologia e previa a utilização de um elenco predeterminado de textos gregos e latinos, entre os quais figuravam autores como Tito Lívio, Tucídides, Xenofonte e Tácito. Era por meio desses historiadores da Antiguidade greco-romana que os estudantes dos colégios inicianos tinham contato com História [...] A História não se constituía, pois, como disciplina escolar e tinha, na verdade, função instrumental, com objetivos exteriores a ela (Fonseca, 2006, p. 39).

A partir da metade do século XVIII, influenciadas pelas ideias iluministas, surgiu a crença de que o Estado deveria assumir o controle do processo educacional, definindo diretrizes e controlando ações (Fonseca, 2006). Para o governo de Pombal, a reforma educacional tornou-se uma prioridade, marcando o início da História como disciplina autônoma, segundo Bittencourt (2018). As Humanidades Clássicas foram reformuladas para garantir cientificismo, racionalismo e subordinação ao Estado português.

As reformas pombalinas introduziram estudos históricos com uma nova função pedagógica, mudando os princípios das Humanidades clássicas. O ensino passou a ser em língua materna, com professores servindo ao Estado em vez da Igreja (Bittencourt, 2018). No Brasil, conteúdos históricos começaram a ser integrados nos colégios e liceus, como exemplificado pelo Seminário de Olinda, que, no final do século XVIII, influenciado pelo iluminismo e inspirados nas ideias de John Locke, introduziu reformas curriculares com noções de cronologia e períodos históricos (Bittencourt, 2018). Esse modelo cronológico linear construiu narrativas heroicas, frequentemente excluindo certos grupos sociais.

A História consolidou-se como disciplina nas primeiras décadas do século XIX, após a independência do Brasil. Os primeiros projetos educacionais foram liderados por uma elite de fazendeiros, funcionários públicos e religiosos católicos, tanto brasileiros quanto portugueses (Bittencourt, 2018). Fonseca (2006) afirma que a constituição da História como disciplina escolar no Brasil, com objetivos definidos e métodos pedagógicos próprios, ocorreu após a independência, no processo de estruturação do sistema de ensino do Império.

Fonseca (2006) e Bittencourt (2018) destacam que a Proclamação da República não alterou fundamentalmente as concepções predominantes no ensino de História no Brasil, que, desde o início do século XX, enfatizava a formação cidadã adaptada à ordem social e política vigente. A Reforma Francisco Campos de 1931 centralizou as políticas educacionais sob o Ministério da Educação, promovendo uma tendência nacionalista em detrimento do regionalismo das elites estaduais. A autonomia da disciplina de História do Brasil foi reafirmada pela Reforma Gustavo Capanema em 1942, que ainda mantinha matrizes da História sagrada por pressões de setores católicos ligados à educação. Essa reforma marcou um período de reestruturação curricular, enfatizando a formação da consciência patriótica e a promoção de valores como pátria e tradição, apesar da incorporação de uma abordagem mais científica.

Segundo Bittencourt (2018, p.139), após a Segunda Guerra Mundial, debates globais sobre o ensino de História questionaram o significado da civilização europeia. A UNESCO propôs um novo paradigma de "História para a paz", promovendo uma renovação curricular

baseada nas humanidades científicas. No Brasil, a adesão à Convenção da UNESCO de 1960 refletiu um compromisso contra o racismo e a discriminação. Porém, com a instauração da Ditadura Militar em 1964, o ensino de História no Brasil foi impactado, com uma década de supressão de renovações curriculares, devido ao controle ideológico exercido pelo regime.

Durante a Ditadura Militar no Brasil houve um forte controle estatal sobre o movimento de revisão de conteúdo, formação de novos docentes e práticas pedagógicas no ensino de História (Fonseca, 2006, p. 56). Esse período refletiu-se na educação com restrições à formação e atuação dos professores, além da redefinição dos objetivos educacionais conforme a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, visando exercer controle ideológico e eliminar resistências ao regime autoritário. Entre 1961 e 1981, a disciplina de História foi combinada com a Geografia para formar os Estudos Sociais, na qual a metodologia de ensino enfatizava um direcionamento do processo, com o professor responsável por transmitir conhecimento e definir tarefas, enquanto os alunos deveriam recebê-lo e cumprir as atividades propostas (Fonseca, 2006, p. 59).

Segundo Bittencourt (2018), a partir de 1980, novos currículos de História foram propostos para os dois níveis de ensino, em um contexto educacional precário onde os professores enfrentavam constantes lutas por melhores condições de trabalho e remuneração. Bittencourt ressalta que naquele momento era urgente introduzir conteúdos que estimulassem os alunos e incorporassem a nova produção da história sócio/cultural e do mundo do trabalho. Nos anos 1990, houve uma agenda social significativa, com destaque para os movimentos indígena e negro, que influenciaram mudanças no Ensino de História, adotando uma nova historiografia voltada para uma abordagem antirracista (Bittencourt, 2018, p. 142).

Os currículos produzidos após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, assim como as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCN –Brasil, 1998) se estenderam para todos os níveis de ensino e de sistemas escolares, incluindo escolas de comunidades indígenas e quilombolas. Constatou-se que houve mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática (Bittencourt, 2018, p.142).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/14) delineiam um quadro educacional abrangente que considera a educação como um processo formativo que permeia diversos contextos sociais, culturais e econômicos. Tendo como referência a LDB e o PNE começou a ser elaborada, em 2015 a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). A elaboração da BNCC foi conduzida pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Ministério da Educação (MEC), com a participação da sociedade

civil organizada, principalmente dos professores, a partir de consultas públicas. Ambos os documentos enfatizam a necessidade de currículos que combinem uma base nacional com elementos regionais, visando à promoção da cidadania e à valorização dos profissionais da educação através da cooperação entre diferentes esferas governamentais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ¹¹ é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Norteando os currículos dos sistemas de ensino e as propostas pedagógicas no território nacional, nas escolas públicas e privadas. Estabelecendo os conhecimentos, competências, habilidades que se espera que os alunos desenvolvam ao longo da escolaridade básica “orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos” traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, com o objetivo de “direcionar a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva”.

A parte da BNCC referente à Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi homologada pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, em 20 de dezembro de 2017, e a parte referente ao Ensino Médio, com o maior número de polêmicas, em 2018. Entretanto, com a BNCC, disciplinas da base curricular comum, como a História, perderam carga horária para as disciplinas eletivas que são propostas pelos professores a partir do Projeto de Vida dos alunos e da realidade da comunidade. Com as mudanças curriculares advindas com a reforma, passa a existir os itinerários formativos, voltados para formação técnica e para as áreas de conhecimento de interesse dos estudantes. Em relação ao Ensino de História, a disciplina perdeu sua autonomia e sua identidade, pois diversas ciências começaram a ser agrupadas em área do conhecimento.

Em paralelo, Bittencourt (2018) destaca que, apesar das dificuldades, os movimentos sociais como o Movimento Negro e de mulheres negras têm contribuído significativamente para a inclusão do estudo da História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos escolares. Essa integração é parte de um esforço maior para transformar a educação de forma a promover uma cidadania democrática e sem preconceitos, embora ainda enfrentando desafios significativos na superação da lógica eurocêntrica dominante nos currículos educacionais brasileiros.

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05/04/2024.

Enquanto professora de História e militante da causa negra, por meio do Movimento Beleza Negra, percebo com muita tristeza e descontentamento que a disciplina de História e o Ensino de História foram duramente penalizados, acredito que intencionalmente. Diante da sistemática perda de carga horária, principalmente no Ensino Médio, e com todas as demandas que à escola teve que absorver com o passar do tempo, como: vacinação, escovação, palestras diversas na área do trânsito, drogas, doenças de um modo geral, entre outros. Não estou afirmando que sou contra essas iniciativas, até porque são temas transversais e principalmente, porque percebo a sua importância para o alunado e para a comunidade em geral, mas essas ações e iniciativas poderiam ser feitas no contraturno ou com o aumento da carga horária do aluno em sala de aula e no ambiente escolar. O mesmo sentimento de frustração e impotência toma conta de mim, em relação ao pouco tempo que temos para trabalhar a diversidade, a alteridade, especificamente, as questões étnico-raciais. Falaremos mais sobre essas dificuldades posteriormente.

Devido ao clamor popular, principalmente dos especialistas na área da educação, estudantes e professores, que tecem inúmeras críticas à reforma do Ensino Médio, cuja implementação começou em 2022, o Ministério da Educação (MEC)¹², no governo do presidente Inácio Lula da Silva, suspendeu o cronograma nacional de implementação.

2.2 História do ensino de História no Brasil e as relações étnico-raciais no currículo

Após a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, Fonseca (2006) observa que a modernização do país não apenas priorizou o desenvolvimento econômico, mas também implicou uma reforma educacional abrangente para integrar a população à vida civil. O pensamento liberal do século XIX via na educação um meio crucial para formar cidadãos produtivos e obedientes às leis, apesar da ausência de plenos direitos políticos. O Estado centralizou a educação com currículos e programas unificados, visando moldar social e culturalmente a população, especialmente as camadas mais baixas. No período pós-independência, o sistema educacional brasileiro enfrentou desafios significativos na formação de elites dirigentes, em um contexto marcado pela escravidão, vista como uma ameaça à ordem estabelecida por suas potenciais revoltas e influências culturais consideradas degenerativas. A

¹² Gov.br. Ministério da Educação. Mec. suspende cronograma de implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mec-suspende-cronograma-de-implementacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 05/04/2024.

educação escolar emergiu como um meio de controle sobre a população negra, buscando sua integração normativa à ordem social, embora seu acesso fosse restrito e frequentemente limitado à esfera privada.

Nesse cenário, Fonseca (2006, p.47) pontua que “produzia-se e ensinava-se, a julgar pelos programas e pelos textos dos livros didáticos, uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja Católica e a Monarquia”. De acordo com Kabengele Munanga (2015, p.29), no seu artigo Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? “[...] a memória dos descendentes de africanos foi apagada ou representada negativamente até o fim do século XIX”, colocando a escravidão como “um gesto civilizador” a fim de integrar o africano a “civilização humana”. Munanga (2015) enfatiza que,

[...] para justificar essa missão era preciso atribuir ao africano “abstrato” as qualidades tais como a preguiça, libidinagem, vagabundagem, deslealdade, etc. que apenas o chicote da escravidão poderia corrigir. Esse retrato depreciativo forjado contra os escravizados foi por força da pressão psicológica introjetado pelos sujeitos escravizados que acabaram por aceitá-lo como que fazendo parte da sua natureza humana negra. (Munanga, 2015, p.29).

Durante o século XIX até meados do século XX, predominou no ensino de história no Brasil a concepção de que a formação do país se deu de maneira harmoniosa entre brancos, indígenas e negros, resultado de uma miscigenação originada de relações amistosas entre senhores e escravizados. Essa visão idealizada, conhecida como "mito da democracia racial", foi amplamente difundida por Gilberto Freyre em seu livro "Casa-grande e Senzala" (2000), destacando que a miscigenação corrigiu as distâncias sociais entre diferentes grupos. Essa narrativa permeou o ensino de história em todos os níveis da Educação Básica no Brasil, reforçando a superioridade branca e silenciando as vozes das minorias, que constituíam a maioria da população brasileira (Gomes, 2005; Munanga, 2015; Silva, 2013).

Segundo Lourival dos Santos (2019), a escola e o Ensino de História foram espaços onde “o mito da democracia racial” foi repetido exaustivamente. Esse fato contribuiu para a negação do racismo e reforçou a construção e disseminação de estereótipos. Devido a isso, para o pensamento e “[...] a percepção que temos de nossa história é de um colonizador branco ativo que toma a iniciativa da empreitada civilizadora e que enfrenta a resistência de índios perigosos e de negros rebeldes, ambos preguiçosos, indolentes” (Santos, 2019, p.8). Para Gomes (2017), essa situação mostra o tipo de racismo no contexto brasileiro:

O Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade.

Sua característica principal é a aparente invisibilidade. Essa invisibilidade aparente é ainda mais ardilosa, pois se dá via mito da democracia racial, uma construção social produzida nas plagas brasileiras. Através da narrativa do mito, que é extremamente conservadora – porém transfigurada em discurso democrático – a igualdade das raças é destacada. Trata-se, no entanto, de uma falsa igualdade, pois ela se baseia no apagamento e homogeneização das diferenças (Gomes, 2017, p.51).

O sociólogo e professor Sales Augusto dos Santos (2005), no seu artigo A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista, afirma que após a abolição da escravatura no Brasil, os ex-escravos não foram libertos da discriminação racial e de suas consequências prejudiciais, como a exclusão social e a pobreza. Sales (2005) ressalta que eles foram negligenciados e sem capital social “perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos e miseráveis” (Santos, 2005, p.21).

Nesse aspecto, Gomes (2017) destaca a importância dos movimentos sociais negros e das mulheres negras, no processo de emancipação do negro no Brasil. A autora ressalta que “o pós-abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, são períodos marcantes para o futuro dos negros brasileiros” (Gomes, 2017, p. 27-28).

Deixar de ser um “ex-escravo” ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época, sobretudo os setores mais organizados. Entre as reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho (Gomes, 2017, p.29).

Segundo Santos (2005), a valorização da educação formal como meio de ascensão social inicialmente foi vista como positiva, mas ao longo do tempo, militantes e intelectuais negros perceberam que a escola também contribuía para a manutenção das desigualdades raciais. A educação formal era eurocentrista, refletindo valores dos Estados Unidos e desqualificando a África, além de inferiorizar racialmente negros brasileiros, africanos e estadunidenses (Santos, 2005, p.22). Em resposta, os movimentos sociais negros passaram a exigir a inclusão da História da África, da Diáspora negra, e da cultura negra brasileira nos currículos nacionais para combater a reprodução da discriminação racial no ensino (Munanga, 2015; Ramos, 2012; Santos, 2005).

Durante as primeiras décadas do século XX, associações afro-brasileiras e jornais pós-abolição buscavam melhorar as condições de vida dos negros, envolvendo-se em questões políticas, educacionais e estéticas que refletiam preocupações morais (Santos, 2022, p.204). A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, tinha como objetivo principal garantir igualdade de direitos e inserção plena dos negros na sociedade brasileira, com foco na

visibilidade das mulheres negras no mercado de trabalho e na esfera estética. Apesar das expectativas de mudança, o Brasil continuou a promover o embranquecimento da nação, mantendo estruturas sociais racistas que limitavam o avanço real da inclusão racial (Santos, 2022).

Ainda de acordo com Santos (2022, p.224) a impressão que se tinha era que o Brasil começava a mudar e que a população negra seria de fato inserida na sociedade brasileira. Porém, na prática, a eugenia estava presente em várias instâncias da vida pública, “o novo projeto de nação apostava no embranquecimento da ideia de Brasil: um país que reconhecia e até certo ponto enaltecia a sua condição multirracial, contanto que os lugares sociais criados pelo racismo não fossem questionados” (Santos, 2022, p.231).

A população negra encontrou diferentes formas de denunciar e de lutar contra essa nova cara do racismo. A já mencionada Frente Negra Brasileira foi uma das entidades criadas no período, mas esteve longe de ser a única. Já no fim da ditadura varguista, novas associações negras foram criadas. Em 1943, foi fundada a União dos Homens de Cor (UHC) em Porto Alegre, que em pouco tempo abriu filiais em mais de dez estados, atuando nas imprensas locais, oferecendo assistência médica e jurídica, além de promover cursos de alfabetização. (Santos, 2022, p.231)

O Teatro Experimental Negro (TEN), fundado 1944, por Abdias Nascimento era mais preocupado com questões de classe, focado no resgate de uma cultura africana com atuação política, no acesso à educação para a população negra brasileira, não deixando a questão estética de lado. Além de promover atores e atrizes negros que eram excluídos do universo artístico brasileiro também trazia o debate racial para o cenário público. “Além de aulas de alfabetização e de corte e costura, o TEN fundou o jornal *Quilombo* e passou a promover uma série de encontros que tinham como pauta principal a luta antirracista” (Santos, 2022, p.231-232).

Segundo Santos (2022), a década de 1960 foi muito importante para a população negra. Os processos de Independência da Jamaica e de Trinidad e Tobago da coroa britânica, a luta dos caribenhos contra o domínio francês, mostra-nos que a pauta da negritude ganhou escala global. As ações do Movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, em 1968, tiveram papel importante na criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. O MNU foi o grande responsável pela maior parte das denúncias da persistência das práticas racistas no Brasil e na inserção das pautas raciais que foram garantidas na Constituição Federal de 1988. Santos (2022, p.259) afirma que mesmo com os importantes avanços advindo com a Constituição de 1988, “a constituição cidadã chancelou a lógica racista e machista que ordenava (e ainda ordena) o Brasil”.

Gomes (2017) em sua obra que trata o Movimento Negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil ressalta “à trajetória persistente e tensa construída por tantos militantes do Movimento Negro e de Mulheres Negras, que lutaram e lutam para a superação do racismo e pela construção da emancipação social do Brasil e na diáspora africana” (Gomes, 2017, p.13). Questionando “a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico” (Ibidem, p.15). A autora afirma, ao descrever a importância do Movimento Negro.

Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites – muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria sido aprendido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (Gomes, 2017, p.17-18).

De acordo com Gomes (2017, p. 17), o Movimento Negro “trouxo as discussões sobre o racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa [...]”, entre outras.

A própria inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares da educação básica não teriam se transformado em realidade, ajudando a todos nós, brasileiros e brasileiras, de todo e qualquer grupo étnico-racial, a superar a nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos, como também a reconhecer o protagonismo de negras e dos negros, que representam 53% da população que vive e constrói nosso país (Gomes, 2017, p.19).

A pesquisadora (2017, p.20) salienta que o Movimento Negro foi e é “um dos principais atores políticos que nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta”. Até chegarmos as atuais políticas públicas de igualdade racial um longo caminho foi trilhado.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (Gomes, 2017, p.21).

Gomes (2017, p.24) argumenta que o Movimento Negro concentra suas ações e reflexões no campo educacional, reconhecendo a educação como um direito social conquistado após longa negação à população brasileira não hegemônica. Desde o início do século XX até hoje, o Movimento Negro tem liderado iniciativas significativas relacionadas às questões

étnico-raciais no Brasil. Além disso, a partir do final dos anos 1970, o Movimento Negro, com o apoio de intelectuais negros e não negros, tem destacado que as desigualdades enfrentadas pela população negra não são apenas legados do período escravista, mas também resultado de fatores complexos econômicos, políticos e culturais (Gomes, 2017, p.26).

O grau de violência empregada contra a população negra e indígena também nos dá a medida das lutas que eles travaram para a construção de um novo Brasil, muitas delas abertas e declaradas. A organização do Movimento Negro Unificado, em 1978, é um dos tantos exemplos do que se convencionou chamar de ‘renascimento negro’, que tinha pautas abertamente antirracistas e, não por acaso, foi vigiado por espíões do regime militar (Santos, 2022, p.255).

Em 20 de novembro de 1995, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília, organizada por entidades negras brasileiras, que entregaram ao presidente Fernando Henrique Cardoso o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. O programa enfatizava a necessidade de formação contínua para professores, monitoramento de materiais educativos e abordava a elitização, branquitude, eurocentrismo e patriarcado na história ensinada nas escolas públicas e privadas, conforme discutido por Gomes (2017), Santos (2005) e Munanga (2015).

Nelson Fernando Inocêncio da Silva (2009) discute no livro “Políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil” o impacto da participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001. Esta conferência resultou em compromissos internacionais, incluindo a implementação de políticas para a superação das desigualdades raciais. Nesse contexto, Gomes (2017, p.34) pontua que o Brasil ao ser signatário do plano de Ação de Durban, “reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para a sua superação. Entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho”. No relatório apresentado em Durban, o governo brasileiro estabelece a seguinte proposta.

A adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e das formas conexas de intolerância, por meio de políticas públicas específicas para a superação das desigualdades. Tais medidas reparatórias, fundamentadas nas regras de discriminação positiva prescritas na Constituição de 1988, deverão contemplar medidas legislativas e administrativas destinadas a garantir a regulamentação dos direitos de igualdade racial previstos na Constituição de 1988, com especial ênfase na área da educação, trabalho, titulação das terras e o estabelecimento de uma política agrícola e de desenvolvimento das comunidades remanescentes dos quilombolas (Brasil, 2001, p. 28- 29 apud Rosso, 2009, p.9).

A implementação de propostas antirracistas, incluindo a formação contínua de professores e educadores, é fundamental para enfrentar questões étnico-raciais nas escolas.

Santos (2005, p.25) destaca a importância desses programas para capacitar educadores a lidar com a diversidade racial, identificar práticas discriminatórias e compreender os impactos dessas questões na evasão escolar e no desempenho acadêmico de estudantes negros. Santos (2005) enfatiza a necessidade de um controle federal rigoroso sobre livros didáticos, manuais escolares e programas educativos, visando descolonizar o currículo educacional. Para Munanga (2015) essa abordagem busca corrigir distorções, falsificações e preconceitos presentes na historiografia brasileira tradicional, que trata de forma desigual a história do Brasil em comparação com a de outros continentes, especialmente a europeia.

A análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia. (Munanga 2015, p.25)

Santos (2005, p.25) ressalta que "a reivindicação da revisão dos livros didáticos ou a eliminação de alguns onde o negro aparecia de forma estereotipada (características negativas, racialmente inferiores, e subservientes, etc.) foi atendida na segunda metade da década de 1990". De acordo com o autor (2005), as pressões antirracistas dos movimentos sociais negros começaram a ecoar e políticos de diversas tendências, em vários estados e cidades do Brasil começaram a reconhecer a necessidade de reformular as normas que regulavam seus sistemas de ensino. No entanto, vale salientar, que até 2005, época da pesquisa, nenhum órgão do Governo do Distrito Federal "procurou implementá-la mesmo sendo obrigatória" (Santos, 2005, p.31).

Ou seja, embora estabelecida a obrigatoriedade do "estudo da raça negra", bem como a qualificação de professores (as) para ministrarem as disciplinas referentes a esse assunto, até a presente data não foram tomadas as devidas providências para que efetivamente se concretizasse o ensino de disciplinas que valorizem os aspectos sociais, culturais e políticos da participação do negro na formação do nosso país. (Santos, 2005, p.32)

No início do século XXI, adentraram no campo da pesquisa as relações étnico-raciais no Ensino de História devido à instituição da lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares, de 2004. A lei promove a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. "Regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/04 e pela resolução CNE 01/04, essa lei foi novamente alterada pela Lei 11.645/08, com a inclusão da temática indígena" (Gomes, 2017, p.36).

A Lei 10.639/03 foi um importante passo para a consolidação da temática racial no currículo de História. A mesma, alterou a LDB de 1996, a partir do acréscimo dos artigos 26-

A e 79-B (Brasil, 2003)¹³. O documento além de instituir a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, define o conteúdo programático a ser incluído ao currículo e acrescenta o dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, no calendário escolar. Gomes (2017, p.109) afirma que foi mais uma conquista realizada pelo Movimento Negro.

Munanga (2015, p.28) destaca a importância da data 13 de maio, pois milhares de pessoas deram suas vidas para conseguir a abolição jurídica, que, entretanto, não se concretizou como uma abolição material. Nesse contexto,

O dia 13 de maio passa a ser interpretado politicamente pelo Movimento Negro como “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”. Em contraposição a essa data e ao significado ideológico que a acompanha, o Movimento Negro trouxe para a sociedade brasileira o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, líder do quilombo de Palmares. Zumbi é considerado como um dos principais símbolos da luta contra todas as formas de opressão que assola a população negra até os dias atuais. A figura de Zumbi obriga a sociedade brasileira e a escola discutirem os movimentos de luta dos negros durante e após a escravidão (Gomes, 2017, p.108)

Devido às intensas pressões do Movimento Negro, em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) pelo MEC. O Ministério da Educação comprometia-se com a pauta de políticas afirmativas, instituindo e implementando “um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (Brasil, 2004, p.5). A SEPPIR ficou encarregada pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana¹⁴, sendo aprovada em 10 de março de 2004. O documento, logo na apresentação, aponta as desigualdades entre brancos e negros na educação, a fim de justificar a atuação do Estado na promoção de políticas de reparação no ensino.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (Brasil, 2004, p. 11-12).

¹³Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 05/04/2024.

¹⁴Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_. Acesso em:05/04/2024.

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino e a inclusão de conteúdos programáticos específicos no currículo, complementados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que orientam a implementação efetiva da lei. Estas diretrizes estabelecem princípios como a conscientização política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e direitos, e ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. O Governo Federal (Brasil, 2004) reconhece as disparidades entre brancos e negros na sociedade brasileira e assume o compromisso de eliminar essas desigualdades, destacando a educação como parte crucial dessas políticas afirmativas, visando reparar injustiças históricas e valorizar a história, cultura e identidade da população afrodescendente sem substituir uma perspectiva etnocêntrica europeia por outra africana, mas ampliando o foco dos currículos para abranger a diversidade cultural, racial, social e econômica do Brasil.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida reconhecemos que, além de garantir vagas para os negros em bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (Brasil, 2004, p. 7).

Márcia Elisa Tetê Ramos (2012) no artigo “A constituição do campo de pesquisa em ensino/aprendizagem histórica pela revista História e Ensino” (2012), afirma que esse período da aprovação da Lei 10.639/03 foi decisivo para a temática étnico-racial no Brasil. Fato esse, perceptível nas publicações da Revista História & Ensino.

Com a aprovação em 2003 da Lei 10.639, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, as discussões foram revigoradas. Esta lei foi substituída em 2008 pela lei 11.645, que incluiria o ensino de História e Cultura Indígena [...]. Os artigos da revista dessa fase dizem respeito à implementação destas leis, aos recursos e aos saberes necessários para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e a apropriação que professores e alunos fazem da legislação ou do tema na prática escolar (Ramos, 2012, p.92)

Santos (2005, p.33-34) acredita que o estabelecimento das leis 9.394/06 e 10.639/03, “foi um avanço no processo de democratização do ensino, bem como da luta antirracista”. Entretanto, de acordo com o autor, a legislação federal é muito genérica e não se preocupa com a implementação desta. Não estabelece metas, não legisla sobre a reformulação dos programas de ensino nas universidades, principalmente de licenciaturas que formam professores para

trabalhar com o ensino de História, História da África e cultura afro-brasileira, “jogando” a responsabilidade para os professores.

Segundo nosso entendimento, a Lei nº 10.639/03, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. A lei federal [...] indica certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com a sua eficácia, de vez que não estendeu aquela obrigatoriedade aos programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, das universidades públicas e privadas [...] (Santos, 2005, p.35).

Considerando que as “Diretrizes”, de 2004, norteiam a implementação das ações afirmativas no âmbito da administração pública federal é importante destacar: para o sucesso da lei é fundamental a articulação entre estados, municípios, ONGs (Organizações não governamentais) e iniciativa privada. O documento contém orientações para àqueles que pretendem dialogar com os sistemas de ensino acerca das relações étnico-raciais. O parecer trata de uma política curricular, “propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial [...] para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada” (Brasil., 2004, p.10). Deste modo, espera-se,

[...] que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual [...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e sua história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de qualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (Brasil, 2004, p.12).

O Parecer, no item que trata da Educação das relações étnico-raciais, esclarece que o sucesso das políticas públicas de reparação, depende “de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (Brasil, 2004. p.13). Partindo disto, inclui-se como exemplo o trabalho desempenhado pelo Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Negra Campo Grande. O documento também chama a atenção para a relação tensa que,

[...] a cultura e o padrão estético negro africano e um padrão estético branco europeu convivem, pois no nosso país ainda existe “um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.” (Brasil, 2004, p.14).

Faz-se necessário pontuar, ainda de acordo com o parecer, que as pedagogias a serem utilizadas precisam estar atentas para que todos tenham acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida em sociedade, exercido por profissionais que recebam formação para forjar novas relações étnico-raciais e sejam competentes. Para tanto,

[...] há a necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas diferentes, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas, e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (Brasil, 2004, p.17).

O Parecer destaca que o ensino de História Afro-brasileira deve abranger diversos conteúdos, incluindo a história dos quilombos e de organizações negras, com destaque para iniciativas locais que contribuíram para o desenvolvimento comunitário. Na abordagem da História da África, é enfatizada uma perspectiva positiva que integra temas como o papel dos anciãos, a ancestralidade e religiosidade africanas, além de civilizações como os reinos do Mali, Congo e Zimbábue. O tráfico e a escravidão são tratados sob a ótica dos escravizados, enquanto a ocupação colonial é discutida do ponto de vista africano. O currículo também contempla a diversidade da diáspora africana nas Américas, Caribe, Europa e Ásia, destacando acordos políticos, econômicos e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora.

O ensino da Cultura Afro-brasileira abrange contribuições históricas como as do Egito para a ciência e filosofia ocidentais, além das universidades africanas e tecnologias trazidas pelos escravizados. O Parecer propõe projetos interdisciplinares ao longo do ano letivo e a revisão de materiais didáticos para corrigir distorções e equívocos históricos, garantindo a representatividade positiva e a diversidade étnico-racial na educação brasileira (Brasil, 2004). Como também, oferecer “uma bibliografia afro-brasileira, mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo” (Brasil, 2004, p.25).

Entretanto, como professora da Rede Municipal de Educação, no município de Campo Grande/MS, percebo a carência desses materiais. Fato esse que justifica o planejamento e a

execução do documentário sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande e uma Proposta de atividades práticas de Educação Antirracista, direcionado aos docentes de História no ensino básico e para o público em geral na internet. O resultado obtido propiciará o desenvolvimento de uma nova ferramenta pedagógica que contribuirá no ensino de História, dentro e fora da comunidade escolar. O produto está em consonância com as demandas apresentadas na Lei 10.639/03 e nas “Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais”, de 2004, oferece visibilidade, reconhecimento, valorização da beleza negra e cultura negra.

No Mato Grosso do Sul, tanto o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, que organiza o currículo de História, no Fundamental II e no Ensino Médio, nas escolas estaduais e o Referencial Curricular de História, utilizado do sexto ao nono nas escolas municipais de Campo Grande, tem contemplado os conteúdos e os temas relacionados às questões étnico-raciais que constam nas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Contudo, conforme citado, apesar do currículo propor o trabalho com essa temática no ambiente escolar, na prática, nota-se a falta de material didático. Na maioria das vezes, o livro didático não contempla as temáticas propostas no Currículo do Ensino de História e os docentes precisam fazer seu próprio material, muitas vezes desconhecendo o teor da Lei 10.639/03, as “Diretrizes” de 2004 e o próprio conteúdo programático.

Além da falta de material didático, observa-se a ausência de formação continuada para professores e a comunidade escolar, pois esse trabalho deve ser feito com todo o corpo pedagógico e técnico-administrativo da escola, a fim de oferecer aportes metodológicos e teóricos para o ensino das questões étnico-raciais em sala de aula. Até porque, muitos docentes como eu, não tivemos na formação universitária, na graduação, formação em História da África e Cultura Afro-brasileira. Logo, pontua-se que a implementação da Lei 10.639/03 e suas “Diretrizes Curriculares” são repletas de desafios.

Para Gomes (2017, p.36), outras iniciativas oriundas do Estado, na área da educação, foram tomadas a partir da ação direta ou indireta do Movimento Negro.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009); a inserção da questão étnico-racial, entre outras expressões de diversidade, no documento final da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010 e 2014; a inserção, mesmo que de forma transversal e dispersa, da questão étnico-racial e quilombola nas estratégias do Projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei Federal 12.288 de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012, que dispõe sobre as cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de Nível Médio; aprovação das Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação

Quilombola – Parecer CNE/CEB 16/12 e Resolução CNE/CEB 08/12 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a sanção da Lei 12.990, de 9 de julho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controlada pela União (Gomes, 2017, p.37).

Bittencourt (2018) destaca os avanços alcançados na promoção da diversidade e no reconhecimento das diferenças, mas sublinha a necessidade premente de políticas públicas focadas na formação de uma nova cidadania através de uma pedagogia multicultural, como propõe Munanga (2015, p.21). Gomes (2017, p.137) questiona a persistente interpretação exótica e estereotipada dos corpos negros nos contextos educacionais, destacando a urgência de estabelecer diálogo efetivo entre a produção do conhecimento, a educação e os movimentos sociais progressistas (Gomes, 2017, p.138). Para garantir o ingresso, permanência e aprendizagem eficaz de todos no sistema educacional, é imperativo repensar a escola e descolonizar os currículos, promovendo um ambiente que valorize e ensine sobre a diversidade brasileira através de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas (Gomes, 2017, p.139).

2.3 O ensino de história no espaço escolar e em diferentes espaços sociais

O Ensino de História foi introduzido no currículo escolar brasileiro na primeira metade do século XIX. Como vimos anteriormente, a História se constituiu como área obrigatória, dentro de um programa inspirado no modelo francês, em 1837, com a criação do Colégio D. Pedro II. (Brasil, 1998, p.19). No Brasil, o Ensino de História, foi passando por mudanças significativas no decorrer do tempo. A cada período, de acordo com os anseios do Estado e das elites, o ensino de História acabava passando por mudanças nos objetivos, conteúdos e métodos, sendo “um território contestado”, de acordo com o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva (1995). Circe Bittencourt, no capítulo Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas Curriculares de História, publicado em 1997, no livro *O saber histórico na sala de aula*, quando trata acerca da permanência do Ensino de História no currículo, afirma que:

[...] a história continua a existir nos currículos e a disciplina reformula-se em textos oficiais e em livros didáticos que crescem em títulos e circulação. A permanência da História parece assegurada por inúmeras propostas curriculares que têm sido produzidas por Secretarias de Educação de estados e municípios brasileiros a partir de 1985 e, mais recentemente, pelo próprio Ministério da Educação na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Bittencourt, 1997, p.11).

A disciplina de História nos currículos escolares desempenha um papel crucial ao capacitar os alunos não apenas para compreenderem o mundo e suas próprias vidas, mas também para participarem de forma consciente na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas, conforme destacado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Contudo, essa função educativa histórica não é isenta de críticas. Ao longo da História do Brasil, o ensino de História tem servido não apenas para formar a nacionalidade e promover o patriotismo, mas também para consolidar visões unificadoras que muitas vezes negligenciam ou distorcem aspectos complexos e multifacetados da sociedade brasileira.

Após a 2ª Guerra Mundial, o ensino de História ganhou relevância na "formação de uma cidadania para a paz", conforme advogado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.23). Nesse período, questionava-se "a disseminação de ideias racistas, etnocêntricas e preconceituosas" (Brasil, 1998, p.24), enquanto nas décadas de 50 e 60, o ensino histórico tinha como meta promover o pensamento crítico. A partir dos anos 1980, a sociedade experimentou mudanças significativas devido à revolução tecnológica e às pressões dos movimentos sociais, impactando profundamente o ensino de História, que passou a competir com a mídia na transmissão de informações, exigindo uma adaptação constante dos métodos tradicionais de ensino (Bittencourt, 1997, p.14).

As novas gerações de alunos habituaram-se à presença de novas tecnologias de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, que se expandiam como importantes canais de informação e de formação cultural. Entrava pelas portas das escolas uma nova realidade que não podia mais ser ignorada. O currículo real reforçava mudanças no currículo formal (Brasil, 1998, p.27).

Na segunda metade do século XX, o ensino de História testemunhou uma transformação significativa com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e um novo diálogo entre docentes do Ensino Médio e pesquisadores, resultando em uma nova historiografia. Emergiu a concepção de ensinar os alunos a pensar e refletir historicamente, considerando a importância para a História do "movimento social e memória difundida socialmente" (Brasil, 1998, p.28). Essa abordagem incorporou métodos que confrontam diferentes versões históricas e valorizam o saber dos alunos e suas interpretações (Brasil, 1998, p.28). As propostas curriculares passaram a ser influenciadas pelo debate entre diversas tendências historiográficas, explorando novas problemáticas sociais, culturais e cotidianas, e criticando abordagens eurocêntricas lineares e estruturais. Essas mudanças refletem a necessidade contemporânea de conectar o conhecimento histórico ao contexto atual, evitando uma "amnésia social" diante das incertezas e desafios do presente (Bittencourt, 1997, p.14).

O ensino de História atua na transformação do conhecimento histórico em conhecimento histórico escolar através da interação entre professores e alunos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.33), a escolha e avaliação de obras acadêmicas pelo docente, inseridas em contextos didáticos, atribuem-lhes novos significados e são essenciais para o desenvolvimento de habilidades historiográficas nos estudantes, como a capacidade de identificar conceitos e relacionar momentos históricos ao cotidiano. Para efetividade do ensino, é crucial atualizar a disciplina e aproximar-se dos alunos, usando estratégias que os coloquem como protagonistas, mesmo em contextos com limitações de conectividade. A adoção de fontes históricas variadas e metodologias ativas, como projetos de pesquisa e tecnologias educacionais, tem revolucionado o ensino, incentivando a participação ativa dos estudantes, colaboração e resolução de problemas, promovendo uma aprendizagem mais significativa e autônoma.

No livro “Metodologias ativas para uma educação inovadora” (Moran, 2018), o autor destaca a importância das metodologias ativas e da aprendizagem híbrida para a educação contemporânea. Segundo Moran (2018, p.41), as metodologias ativas enfatizam o papel central do aluno, sua participação direta, reflexiva e engajada em todas as fases do processo educativo, incluindo experimentação, criação e colaboração sob a orientação do professor. A aprendizagem híbrida, por sua vez, valoriza a flexibilidade e a integração de diferentes espaços, tempos, atividades, materiais e tecnologias, caracterizando-se hoje por uma forte mediação tecnológica.

Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje. (Moran, 2018, p.41)

Segundo Paula Salas (2021), no artigo "Metodologias ativas: como usar gamificação e Aprendizagem baseada em problemas para ter aulas mais atrativas", diversas metodologias ativas são recomendadas para engajar os alunos, tais como gamificação, rotação por estações, laboratório rotacional, sala de aula invertida, estudos de caso, aprendizagem por problemas/projetos, seminários e discussões. Estas abordagens focam no envolvimento direto e participativo dos alunos em todas as etapas do processo de aprendizagem, conforme destacado por Moran (2018). Por outro lado, Elisabeth Weber Medeiros, no artigo "Ensino de História: Fontes e Linguagens para uma prática renovada" (2007), ressalta a importância de ferramentas didáticas como documentários, filmes, textos e debates em sala de aula, além do uso de

imagens, música, histórias em quadrinhos, maquetes e jogos didáticos. Essas estratégias visam não apenas tornar as aulas mais interessantes, mas também promover uma aprendizagem significativa ao conectar os conteúdos históricos com a realidade dos alunos (Medeiros, 2007, pp.60-71).

Ao longo da história da educação brasileira percebeu-se que o Ensino de História teve e tem uma importância social muito grande. O seu papel “tem sido contribuir para a construção da identidade, sendo está entendida como a formação do ‘cidadão patriótico’, do ‘homem civilizado’ ou da ‘pessoa ajustada ao seu meio’” (Brasil, 1998, p.34). Para Bittencourt (1997, p.19), o ensino de História visa:

[...] contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. [...], a ênfase atual ao papel do ensino de História para a compreensão do “sentir-se sujeito histórico” e em sua contribuição para a “formação de um cidadão crítico” (Bittencourt, 1997, p19).

Ao longo de três décadas como professora de História na Educação Básica, concentrei meus esforços na abordagem das questões étnico-raciais, apoiada por marcos legislativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Constituição Federal de 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, e as leis 10.639/03 e 11.645/08. Em 2003, iniciando minha especialização em Metodologia do Ensino de História na UNIC, na minha monografia tratei acerca da Implementação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Rafaela Abrão, em Campo Grande/MS. Através de estudo de caso exploratório, a pesquisa revelou como desafios para a implementação da lei na referida escola: a falta de conhecimento sobre o tema, resistência conservadora, carência de formação adequada entre educadores, e a escassez de material didático preciso e inclusivo. Desde então, apesar dos avanços, percebo que ainda há muito por fazer para alcançar os objetivos propostos pelas diretrizes. Enfatizo que uma educação centrada em perspectivas eurocêtricas perpetua o racismo e prejudica a autoestima daqueles que não se veem representados no ambiente escolar, ressaltando a necessidade contínua de enfrentar esses desafios para uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista.

Durante esse período, foram trabalhadas às relações étnico-raciais e as questões raciais dentro das escolas de diversas maneiras, algumas vezes com maior sucesso, em outras, foi necessário rever as metodologias e o enfoque. Nas aulas incluo conteúdos que abordam a diversidade étnico-racial na sociedade, promovendo debates e reflexões sobre o tema em sala de aula, utilizando materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a diversidade racial. A

elaboração desses materiais teve um aumento significativo a partir da assinatura de Lei 10.639/03 e da Lei. 11.645/08, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e indígena nas atividades pedagógicas, entretanto, ainda não é o suficiente. Foi priorizada a escuta qualificada dos alunos, principalmente negros e indígenas, buscando criar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso para todos, como também estou aberta ao diálogo, a troca de experiências com colegas de profissão e com pesquisadores da área.

Dentre as dinâmicas e atividades desenvolvidas, estão: roda de conversa; análise e discussão de obras literárias escritas por escritores afro-brasileiros e indígenas; apresentação de danças, músicas e manifestações culturais; realização de pesquisas e apresentações sobre personalidades importantes da história afro-brasileira e indígena; produção de murais ou exposições que representem a diversidade étnico-racial, a História do negro no Brasil, no Mato Grosso do Sul e em Campo Grande; contação de histórias; realização de atividades artísticas, como pintura, escultura e artesanato com temáticas raciais; debates sobre questões sociais relacionadas à discriminação racial e as formas de combater o Racismo e promover a igualdade racial, entre outros.

Há desafios logísticos para organizar visitas dos alunos a locais históricos e espaços culturais que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, bem como para estabelecer conexões com projetos comunitários e movimentos sociais desses grupos. Para contornar as limitações atuais, quando possível, produzo vídeos sobre locais de interesse histórico, os quais compartilho em meu canal de História no YouTube, buscando assim engajar os alunos e suas famílias nessas experiências educativas.

Ao longo do ano letivo, colaborando com outras disciplinas, as atividades e dinâmicas desenvolvidas culminam na apresentação à comunidade escolar durante a "Semana da Consciência Negra", evento que, embora muitas vezes denominado como "Festa das Nações" ou "Semana Cultural", confronta as disposições da legislação vigente. A Lei 10.639/03 estabelece o dia 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra", enquanto a Lei nº 12.519/2011 institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado nacional. Essas leis são fundamentais para fomentar reflexões sobre a inclusão e a contribuição do povo negro na formação do Brasil, destacando a importância de atividades educativas e culturais ao longo do ano, especialmente durante o mês da Consciência Negra, para promover a igualdade racial e combater o racismo em nossa sociedade.

Os professores enfrentam desafios significativos devido às lacunas na formação inicial. Durante a graduação e especialização em Metodologia do Ensino de História, realizadas antes da inclusão obrigatória da História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos, esses

temas não foram abordados. Além disso, a falta de materiais didáticos adequados e formações continuadas insuficientes nas redes de ensino têm sido obstáculos adicionais. No entanto, a participação em programas de desenvolvimento profissional, como o ProfHistória, tem sido crucial ao proporcionar disciplinas, palestras, cursos e minicursos que enriquecem o entendimento e a prática pedagógica nessa área. Comprometo-me a continuar estudando, pesquisando, produzindo materiais e compartilhando conhecimento, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Nota-se que o aprendizado em História transcende os limites da sala de aula. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação engloba processos formativos que ocorrem não apenas nas instituições educacionais, mas também na vida familiar, na convivência social, no trabalho, nos movimentos sociais, nas manifestações culturais e em outras esferas da sociedade. Além disso, no cotidiano, crianças, jovens e adultos têm acesso a uma variedade de informações, imagens e explicações em seu convívio social e familiar, bem como em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais (Brasil, 1998, p.37). O aprendizado histórico acontece em diversos momentos, através de palestras, filmes, documentários, museus, centros culturais, teatros, sítios arqueológicos, arquivos, bibliotecas e visitas a monumentos históricos, entre outros. As transformações da natureza, os ritmos da vida urbana, a influência da mídia e os apelos consumistas contemporâneos também moldam a percepção histórica das pessoas, enriquecendo suas experiências e compreensão do passado (Brasil, 1998, p.37). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o documento ressalta que os jovens:

[...] participam, a seu modo, desse trabalho de memória, que sempre recria e interpreta o tempo e a História. Apreendem impressões dos contrastes das técnicas, dos detalhes das construções, dos traçados das ruas, dos contornos das paisagens, dos desenhos moldados pelas plantações, do abandono das ruínas, da desordem dos entulhos, das intenções dos monumentos, que remetem ora para o antigo, ora para o novo, ora para a sobreposição dos tempos, instigando-os a intuir, a distinguir e a olhar o presente e o passado com os olhos da História. Apreendem que há lugares para guarda e preservação da memória como museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos (Brasil, 1998, p.38).

Entretanto é importante diferenciar, de acordo com os “Parâmetros”, o saber que os alunos aprendem de modo informal, fora do ambiente escolar e formal, na escola. Na escola, “o conhecimento é uma reelaboração de muitos saberes, constituindo, como já vimos o saber histórico escolar. Esse saber é proveniente do diálogo entre muitos interlocutores e muitas fontes e é permanentemente reconstruído a partir de objetivos sociais, didáticos e pedagógicos” (Brasil, 1998, p.38). No processo de ensino e aprendizagem o professor é o principal

responsável pela construção de relações entre o estudado e o vivido, o mediador do conhecimento. Nesse processo a intenção, do Ensino de História, é que o aluno,

[...] desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época (Brasil, 1998, p.40).

O conhecimento construído dentro do espaço escolar produz a cultura escolar. O conhecimento construído fora dos muros da escola é frequentemente referido como cultura extraescolar ou cultura popular, e tem a sua importância, pois existem outras formas de ensino cada um com as suas especificidades. Ensinar é ir muito além da sala de aula, como vimos, é possível fazê-lo em outros espaços como museus, centros de memória, associações e movimentos sociais, como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, aproveitando as oportunidades oferecidas por cada um deles. A cultura escolar e a cultura extraescolar desempenham papéis importantes no desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, e reconhecer sua inter-relação pode enriquecer a prática educativa. Fora do espaço escolar, o Ensino de História contribui para a ampliação do conhecimento histórico, a compreensão da sociedade e uma aprendizagem mais rica e diversificada. Segundo Gomes (2017),

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2017, p.16).

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, como o Movimento Negro e das mulheres negras, “lutam pela superação do racismo e pela construção da emancipação social no Brasil e na diáspora africana” (Gomes, 2017, p.13). São produtores de saberes emancipatórios. Os movimentos sociais,

[...] continuam atuando como protagonistas políticos da emancipação social e como verdadeiros faróis que brilham em tempos tenebrosos, mostrando o caminho para aqueles que lutam pela emancipação social e pela democracia. Por isso, é importante que a memória e a história dos movimentos sociais não sejam perdidas (Gomes, 2017, p.16).

Gomes destaca o papel fundamental do Movimento Negro brasileiro na valorização da arte, corporeidade, cabelo crespo e cores da África, inserindo-os nos campos da estética, beleza, reconhecimento e representatividade (2017, p.18). Inspirado pelo empoderamento ancestral, o

movimento trabalha na construção de identidades étnico-raciais, confrontando o mito da democracia racial e combatendo o racismo e a discriminação racial (Gomes, 2017, p.20). No contexto das ações afirmativas, o trabalho incansável do Movimento Negro levou ao aumento da institucionalização das categorias de cor do IBGE e da autodeclaração racial, provocando um significativo debate social (Gomes, 2017).

Assistimos nas redes sociais, uma profusão de páginas pessoais, de figuras públicas e de grupos juvenis, publicadas por pessoas negras que escrevem sobre a experiência de ser negro, denunciam o racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo. Discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na vida on-line e off-line de maneira crítica, política e posicionada pelos sujeitos negros (Gomes, 2017, p.70).

Ainda segundo Gomes (2017, p.70), “uma nova visibilidade da questão racial e da identidade negra, de forma afirmativa, faz-se presente na literatura, nas artes, no campo do conhecimento”. A autora ressalta o papel das mulheres negras, que trouxeram denúncias e mostraram a luta, em várias áreas, inclusive da “ditadura da beleza eurocentrada” (Gomes, 2017, p.74).

Apresenta-se a seguir, que o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul desenvolve um importantíssimo trabalho na valorização da beleza negra e na produção de ferramentas que possibilitem a representatividade negra no estado. Por meio de suas ações, eventos e projetos promovem a autoestima, a visibilidade e o empoderamento de pessoas negras, atua na superação do racismo, das desigualdades raciais, na afirmação da identidade negra, sendo herdeiro dos ensinamentos do Movimento Negro, da sabedoria ancestral.

Nesse sentido, o Concurso Beleza Negra Campo Grande destaca-se como uma oportunidade para que mulheres e homens negros possam expressar sua beleza e talento, contribuindo na ampliação dos padrões estéticos e na construção e consolidação de uma representatividade negra positiva. Desconstruindo os estereótipos relacionados à beleza, além de proporcionar visibilidade para modelos e personalidades negras. Iniciativas como essas, são fundamentais para fomentar discussões sobre inclusão, representatividade e igualdade racial, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

2.4 O movimento Beleza Negra, por meio do concurso Beleza Negra Campo Grande, como mecanismo de luta contra o racismo em Mato Grosso do Sul

Há quinze anos (2008-2023) o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul iniciou o seu trabalho relacionado às questões étnico-raciais com o “1º Concurso Beleza Negra Mato

Grosso do Sul”, idealizado e promovido por Rodynei Pereira Nolasco e parcerias. Desde lá, o Concurso Beleza Negra Campo Grande, assim denominado desde 2009, é reconhecido como a principal ação realizada pelo grupo, que tem entre outras, o Cacheia Campo Grande, o Curso profissionalizante de Rastafári e Fotografia Digital. O movimento é uma iniciativa que busca promover a valorização da beleza negra, o empoderamento e a representatividade negra no estado. Por meio de ações, eventos e campanhas, este procura combater estereótipos, preconceitos e promover a autoestima da comunidade negra. Movimentos como esse são essenciais para ampliar a visibilidade e o reconhecimento da beleza negra, promover o aumento da representatividade positiva, além de contribuir para a conscientização sobre a importância da diversidade e da igualdade racial.

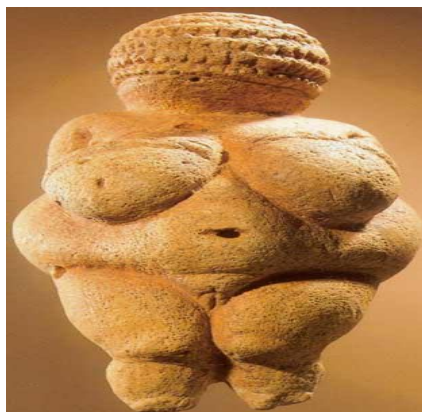
O Concurso Beleza Negra Campo Grande visa celebrar a beleza e a cultura afro-brasileira. Um espaço onde mulheres negras e homens negros possam mostrar a sua beleza, talento e representatividade, promovendo assim a valorização da diversidade étnica e o combate ao racismo. O concurso também inclui atividades que promovem a autoestima, o empoderamento e a conscientização sobre questões relacionadas à identidade e à igualdade racial. Contribuindo significativamente para a promoção da diversidade e para a desconstrução de padrões estéticos excludentes, sendo uma ferramenta a serviço da igualdade racial utilizando metodologias próprias. Para Gomes (2017), os movimentos sociais, utilizando como exemplo o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, “são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da sociedade” (2017, p.16).

Como o concurso é um concurso de beleza negra, ressalta-se que, é necessário compreender acerca da representação da beleza historicamente construída, sua influência e reflexos no mundo atual. Joyce Gonçalves da Silva (2015, p.35), na sua dissertação de Mestrado “Nós também somos belas: A Construção social do corpo e da beleza em mulheres negras”, afirma “que os discursos sobre o belo se firmaram como referência de normalidade e saúde, persiste no decorrer dos séculos modificando visões de mundo e imprimindo no corpo feminino o pensamento e o desejo masculino a respeito da feminilidade e de seus papéis sociais”.

De acordo com Braga (2015, p.31) a representação da beleza esteve por muito tempo associada à Vênus. A palavra Vênus foi ao longo da história sendo emprestada por diferentes povos e culturas, passando por diversas significações e representações: corpo, virtude e beleza. Ainda na pré-história, durante o Neolítico, é possível encontrar representações femininas. As estatuetas produzidas tinham tamanhos excessivos do abdômen, seios e quadril, demonstrando a preocupação desses povos com a fertilidade muito mais do que com questões estéticas: “deusa-mãe” (Braga, 2015, p.33). Um exemplo dessa representação é *A Vênus de Willendorf*,

imagem desenterrada no início do século XX, na Áustria, que teria sido esculpida há aproximadamente 24 mil anos a.C. Na Antiguidade Clássica, a questão envolvendo a representação da mulher, da beleza, será deslocada da fertilidade para seus atributos estéticos, porém inferior em relação à beleza masculina.

Figura 12. *Vênus de Willendorf*, esculpida entre 24.000 e 22.000 a. C.



Fonte: <https://www.infoescola.com/arqueologia/venus-de-willendorf/>

De acordo com Braga, nesse período, “enquanto às mulheres estava reservado o confinamento e as túnicas, ao corpo masculino a exibição, tendo, em seu nu, a representação de sua beleza e de seu poder” (2015, p.33), em contrapartida era cultural associar a beleza feminina a mentira e a sedução.

Assim, centrados na superioridade do corpo viril, a antiguidade clássica não se absteve do seu culto e da conseqüente transferência de seus atributos à representação do corpo feminino. Ápice da beleza era o corpo masculino que deveria servir de modelo a pinturas e esculturas, ainda que as figuras representadas fossem femininas. Não por acaso a *Vênus de Milo*, estátua grega que representa a deusa romana Afrodite, recebeu um modo de representação masculinizado, acentuado pela musculatura do abdômen (Braga, 2015, p.34).

Figura 13. Escultura da *Vênus de Milo*



Fonte: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/voce-conhece-a-venus-de-milo/>

Segundo Braga (2015), na Idade Média, período de grande influência da Igreja Católica, o feminino representa algo perigoso, pecaminoso, que deveria ser combatido, visão que encontrava, infelizmente, respaldo bíblico. Apenas na Idade Moderna, a beleza feminina deixa de ser colocada em segundo plano, masculinizada, vista como pecado e passa a ser exaltada. Para Braga (2015) houve o deslocamento da representação da mulher do diabólico para o divino. Com o Renascimento Cultural, ela passa a ser uma obra divina do Criador, um anjo, sendo colocada acima do patamar masculino, por questões estéticas ou virtudes, “embalados por um contexto cristão, marcado pela impossibilidade de louvar aos rapazes, foi à mulher que figurou enquanto personificação máxima da beleza nos discursos e nas artes” (2015, p.35). O grande símbolo dessa representação será a obra *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, desvinculando da imagem associada com o pecado e aproximando-a a imagem de Maria (2015, p.36).

Figura 14. O Nascimento de Vênus



Fonte: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/o-nascimento-de-venus-sandro-botticelli/>

Braga (2015, p.37) afirma que no final do século XV e início do século XVI a beleza feminina é ressignificada, acrescentando um olhar mais carnal e sensual relacionando aos atributos físicos às virtudes morais e vigorará até o século XVIII. Conforme a autora, essa lógica será deslocada, no século XIX, com o surgimento da *Vênus Noire*, na França. “Para além de uma distinção entre beleza e virtude, seria preciso empreender, ainda uma distinção entre corpo venusiano e a beleza: o domínio do corpo estava, a partir de então, desvinculado da concepção de beleza” (Braga, 2015, p.39).

Nascida na África do Sul em 1789 com 1,35 m de altura, aquela que ficou conhecida como *Vênus hotentote*, ou Vênus negra, pertencia ao povo *Khoisan*, considerada a mais antiga etnia humana estabelecida na parte meridional da África, cujos invasores

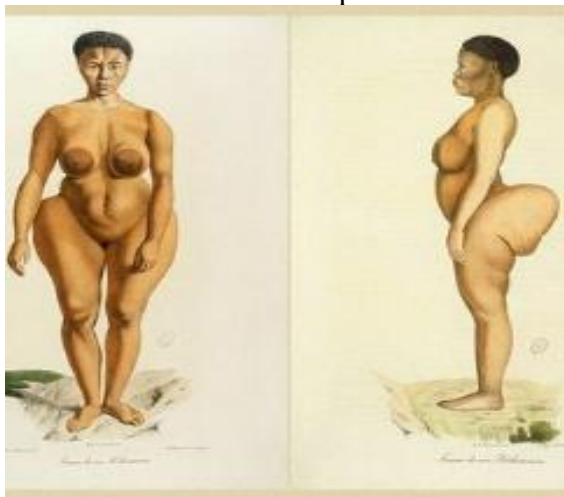
européus denominaram, mais tarde, de Hotentotes ou Bosquímanos. Desconhecendo o seu nome de batismo, foi chamada de Saartjie (“pequena Sara”) por uma família de agricultores holandeses que morava próximo à Cidade do Cabo, por quem foi adotada aos 10 anos na condição de serva e de quem assumiu o sobrenome, passando a chamar-se Saartjie Baartman. Pertencia ao povo Hotentote, herdou características físicas pelas quais ficaram conhecidas as mulheres do seu povo: uma espécie de “avental frontal”, ou “avental hotentote”, que denotava a hipertrofia de seus lábios vaginais, bem como a esteatopigia, o que lhe conferia um acúmulo de gordura nas nádegas, fazendo-as maiores e salientes em relação ao padrão europeu” (Braga, 2015, p.39-40).

Os atributos físicos considerados exóticos pelos europeus custaram-lhe apresentações em circos, feiras e teatros, para ratificar o seu caráter perigoso, selvagem e incivilizado, relacionando diretamente com a crença, à época, de uma sexualidade ameaçadora e incontrolável (Braga, 2015).

Margareth Rago (2008, s.p.) no seu artigo *O corpo exótico, espetáculo da diferença* pontua que a superexposição de Sarah visava “evidenciar o racismo e o sexismo manifestos no desejo voyeurista de consumo do corpo diferente, como modo de relação ambígua e perversa com o outro, no mundo ocidental”. A partir das características corporais de Saartjie, será criada no imaginário a “mulher africana típica”, onde se evidenciava uma hipersexualidade através de um corpo sexual incontrolado, uma natureza puramente instintiva e um papel biologicamente inferior.

Em 1815, foi feita a modelagem do seu corpo pelo médico Cuvier e em 1824, um desenho duplo de Saartjie, face e perfil, foi divulgado no livro *História natural dos mamíferos com figuras originais*, publicado pelo anatomista Geoffroy de Saint-Hilaire e pelo próprio Cuvier, onde aparecia “catalogada”, como uma das 120 espécies de mamíferos. Ao corpo da Vênus Negra foi atribuído à qualidade zoológica aproximando-o de um animal (Braga, 2015, p.43).

Figura 15. Ilustração de Vênus Hotentote-desenho duplo 1824



Segundo Rago (2008), em um mundo obcecado pela higiene, beleza e normalidade, a produção de monstros recai principalmente sobre as mulheres, especialmente as índias, as negras e as prostitutas, que eram vistas como excessivamente sexuais. Essas mulheres eram consideradas, de acordo com o pensamento da época, mais atrasadas que as 'mulheres de castas', que, por sua vez, eram vistas como inferiores em relação aos homens pobres, que também eram considerados menos capazes que os proprietários brancos. Dessa forma, as hierarquias de classe, gênero e etnia eram construídas e reforçadas. Rago (2008) também destaca que, entre os grupos de raças consideradas inferiores, as mulheres eram vistas como ainda mais inferiores devido ao predomínio dos instintos sobre a capacidade racional. A figura da Vênus Negra exemplifica isso, substituindo o conceito de beleza pela monstruosidade e reduzindo suas virtudes morais às acusações de hipersexualidade.

Logo, o crescente desenvolvimento científico pautava-se nas diferenças raciais e sexuais para atestar a inferioridade dos negros africanos e de outros povos, e confirmar as teorias médicas eugenistas que trabalhavam com a ideia de superioridade branca (Braga, 2005; Santos, 2022).

Essa representação eurocentrada, estereotipada, preconceituosa e racista, cruzou o Atlântico e desembarcou no Brasil, deixando suas marcas até hoje. A história do Brasil está repleta de marcas historiográficas, da “Vênus à Brasileira” (Braga, 2015, p.49), em arquivos datados do período escravagista no país. Documentos diversos que denunciam violências, discriminação, racismo, nas relações sociais com reflexos diários na vida de pretos e pardos, infelizmente, até a atualidade.

No Brasil a construção da beleza negra partiu do olhar do negro sobre o negro e do branco sobre o negro. Muitas vezes, no olhar do branco, alicerçado na representação da beleza branca e europeia, tendo como padrão estético e de beleza as Vênus clássicas e tendo na Vênus Negra, uma imagem ligada à ideia de deformação e inferioridade étnica. Para Braga (2015, p.49), percebe-se tal representação, na obra de Gilberto Freyre (1979) Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, quando o escritor discorre sobre as nádegas das escravas ao tratar das “anormalidades” do corpo escravo. Segundo Freyre (1979), entre as deformações que se verificavam nos negros escravizados além da esteatopigia, formação biológica de alguns grupos étnicos, também havia aquelas causadas por intervenções externas, como: os castigos, furos, talhos, incisões, doenças, marcas de rituais e de ofício (Braga, 2015, p.51)

De acordo com Braga (2015, p. 52), a obra de Freyre (1979) ressalta que quando a construção do belo vinha do negro sobre o negro, a percepção dessas inúmeras representações

de marcas no corpo, dentes limados ou arrancados, tatuagens amorosas, marcas identitárias, características genéticas, penteados, adereços, como o turbante e *pano da costa*, traziam informações a respeito às suas nações de origem e a posição social ao qual pertenciam antes de serem retirados de suas terras mantendo-se o uso por alguns grupos no Brasil.

Ao longo da História escravagista no país, construiu-se uma representação do corpo negro, não branco, relacionando-o ao corpo da Vênus Negra. Diante disso, pairava no imaginário coletivo a imagem da “escrava fácil”, que passou a ser tida como apetrecho sexual, causando muitas vezes a fúria das senhoras, apesar de não terem culpa. Braga (2015, p.57) afirma que houve um deslocamento correspondente ao sentido atribuído a esteatopigia, se antes a Vênus neolítica estava ligado à fertilidade, agora a Vênus negra ao caráter indecente do corpo e suas virtudes morais em imorais, sob o signo de prostituição. Gonzalez (2020, p.59) ressalta que essa visão, infelizmente, e percebida até os dias de hoje “a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata”.

No início do século XIX começou a se ter preferência pelos escravos considerados mais civilizados e miscigenados, pensamento alicerçado na eugenia. Segundo Braga (2015, p.64), na obra *Casa Grande e Senzala*, Freyre afirma que houve uma seleção eugênica na aquisição de escravos e que a preferência estava em negros esteticamente mais belos: altos, corpos bonitos, todos os dentes, mesmo que sustentassem a fama de serem maus escravos. Essas peças tinham prioridade no ofício doméstico interessando o patriarcalismo colonial. Iniciou-se a ascensão do menos negro, fortalecido pelo processo de miscigenação. Ressalta-se que o olhar sobre a estética não partia mais da origem, mas do olhar do outro.

Estamos tratando [...] daquela seleção eugênica [...] já que as representações estéticas inspiradas no modelo europeu se destacavam com autenticidade e belezas superiores. Essa seleção não criaria apenas preferência por um tipo de cabelo que já não era o crespo, mas o cabelo cacheado, herança da miscigenação, como também a prática – o desejo – de alisar os cabelos, além da hierarquização entre os escravos. Nascia, aqui, um olhar sobre a estética que partia não de sua origem, de sua identidade, como antes, mas partia do olhar do outro. Entre os dois modelos estavam à busca por um *status social* (Braga, 2015, p, 83).

Segundo Braga (2015), a partir do século XX, associações negras e jornais pós-abolição começaram a lutar por direitos políticos, educativos e estéticos, associando estética à moral. A imprensa negra, mesmo com limitações, desempenhava um papel social e político, procurando inserir os negros em diversos campos, denunciar o preconceito e incentivar a luta contra o racismo. A Frente Negra Brasileira (FNB) focava na visibilidade da mulher negra no mercado de trabalho e na estética, enquanto o Teatro Experimental Negro (TEN) se concentrava em questões de classe, cultura africana, educação e também estética. O Movimento Negro

Unificado foi crucial na denúncia das práticas racistas e na inclusão das pautas raciais na Constituição de 1988.

Gomes (2017) afirma que, no século XXI, houve uma mudança na visão do corpo negro, que passou a ser politizado de maneira diferente. As políticas de ações afirmativas reeducaram negros e a sociedade sobre a relação com o corpo negro. A juventude negra atual tem uma postura afirmativa, com maior presença na mídia, espaços acadêmicos e governamentais, em grande parte graças às ações afirmativas. Esta juventude, majoritariamente periférica, aprendeu a ter orgulho de sua identidade. Apesar dos desafios, várias figuras importantes, tanto brasileiras quanto estrangeiras, contribuíram para esse progresso. Gomes (2017, p.83) salienta que a expressão “beleza negra” foi construída dentro dos movimentos políticos em prol da igualdade dos direitos entre negros e brancos, tanto na África do Sul, como nos Estados Unidos e no Brasil. A beleza negra “se expressa no corpo, na política, nas artes, na dança, na educação, na música, na pintura e na poesia. A beleza negra possui um grande peso do ponto de vista da fisicalidade, mas vai além desta e a ultrapassa.” (Gomes, 2017, p.83).

No livro *História Social da Beleza Negra*, Giovanna Xavier Nascimento (2021) explora o surgimento da indústria de cosméticos voltados para as mulheres negras, nos Estados Unidos, no final do século XIX para o século XX. Período da popularização da eugenia e seu fortalecimento com a difusão de valores associados à supremacia branca e de normatização da branquidão como padrão de beleza universal. Na obra, a autora trata acerca da importância das mulheres negras pardas, mas principalmente de negras retintas, na criação, desenvolvimento e produção de cosméticos voltados para a população negra, como uma forma de atingir uma “boa compleição” para que assim não permitissem os linchamentos físicos e mentais consequências do racismo.

A pesquisa destaca a criatividade, o ativismo e o posicionamento político através do empreendedorismo negro, bem como a ascensão de mulheres negras a espaços historicamente negados, exemplificados por figuras como Annie Minerva Turnbo Malone e Madam C. J. Walker. Segundo Xavier (2021), na virada do século XIX para o XX, houve uma intensa migração de milhões de afro-americanos do sul para o norte dos Estados Unidos, em busca de melhores salários e novas oportunidades profissionais, além de melhores condições de vida. Trabalhadoras negras migrantes perceberam que ser uma garota de cor significava enfrentar diariamente violências de gênero e raça, o que exigia delas atitudes e alinhamento aos padrões femininos esperados. Produtos como cremes faciais e capilares, sabonetes e loções foram essenciais para melhorar a aparência e aumentar as chances de conseguir empregos como

operárias, enfermeiras e secretárias. Nesse contexto, a beleza tornou-se uma questão fundamental nos projetos políticos, permitindo afirmação econômica, racial e de gênero.

De maneira diferente da cosmética branca, restrita a fortalecer a cultura eugenista, a cosmética negra caracterizou-se pela articulação entre empreendedorismo e educação, cuidado físico e equidade social como vemos nas companhias Overton, Madam C.J. Walker Manufacturing Co. e na Poro HairBeauty. Foram empresas que possuíam suas próprias escolas de beleza (*beautycolleges*), voltadas a formar boas operárias, que por meio do estudo de métodos “esplêndidos” e pesquisas originais, poderiam aprender com *experts* em beleza o que as faculdades brancas não ensinavam: ‘as grandes diferenças da textura do cabelo e da pele’ entre ‘as duas raças’ (Xavier, 2021, p.81).

De acordo com Xavier, enquanto as empresas cosméticas criadas e chefiadas por uma maioria branca estimulavam reduzir o autocuidado da pele negra ao desejo de se tornar branco, tornando-se “uma africana disfarçada” (2012, p.85). As pesquisas da “cosmética negra” com o passar do tempo começaram a sugerir uma compleição mais harmoniosa, a partir da criação de referências negras de beleza, de uma narrativa de valorização da ancestralidade africana e que conectavam a experiência histórica das mulheres negras à importância do autocuidado e do trabalho, a fim de atingir a beleza e o sucesso. Ainda de acordo com a autora, “se por um lado, o padrão de beleza era o branco, diversos ativistas, jornalistas, empresários e consumidoras de cor reivindicavam a criação de uma nova mulher negra. [...] essa nova mulher negra era urbana, educada, livre e comprometida com o progresso racial” (Xavier, 2021, p.100-101).

Xavier (2021) destaca que Annie Malone e Madam Walker contribuíram significativamente para a construção de uma nova identidade para as mulheres negras nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. A ênfase na aparência e beleza ajudou a torná-las conscientes de sua força, permitindo-lhes conquistar direitos como estudar, trabalhar, adquirir propriedades e educar suas famílias. A trajetória de Madam Walker, em particular, conectou a afirmação racial à política do cabelo, destacando seu papel na luta por direitos civis e no empoderamento feminino e negro. Malone inovou com o sistema de venda de cosméticos porta a porta, enquanto Walker teve uma atuação política destacada, mostrando que beleza e sucesso eram possíveis para mulheres negras através do cuidado físico.

Segundo Xavier (2021), após a morte de Madam Walker em 1919, sua filha A'Lelia Walker continuou seu legado, utilizando a palavra "beleza" em campanhas e influenciando gerações de mulheres negras nos Estados Unidos, afirmando que elas também poderiam alcançar uma beleza fascinante.

Trazendo novamente a pauta racial e a representação da beleza negra para o Brasil. Braga (2015) ao tratar acerca da estética negra, do corpo negro e da beleza negra, entre o final do século XIX e o século XX, no capítulo II do seu livro “História da beleza negra no Brasil:

discursos, corpos e práticas”, buscou compreender o processo que levou a construção e consolidação da Beleza Negra, especificamente, no território brasileiro. A autora ressalta o papel importante da imprensa negra e das associações recreativas negras, sendo “uma voz do negro endereçada ao negro” (Braga, 2015, p.85) e sua preocupação política, educativa e estética.

A imprensa negra e as associações afro-brasileiras acreditavam que para “subtrair-lhes os estereótipos consagrados ao negro pelos séculos anteriores: a preguiça, a deseducação, o vício em cachaça”, era preciso “reeducar a raça” (Braga, 2015, p.85). “Contra todos esses estereótipos, era na educação – formal, política, cultural – que se apostava” (Braga, 2015, p.89) A autora salienta que o símbolo para essa “contra imagem” são os concursos de beleza.

Símbolo desta “contraimagem” são os concursos de beleza promovidos pela população negra, que, não apenas auxiliavam na construção de um conceito de beleza negra, mas, principalmente, se apresentavam como uma resposta à imagem da mulata promíscua que vimos nascer no período escravocrata (Braga, 2015, p.85).

Segundo Braga (2015, p.85) os primeiros concursos de beleza tinham o “conceito de beleza construído nos ditames da moral” e dos bons costumes, indo contra uma “beleza objeto, ligada a fetiches sexuais” (2015, p. 94). Objetivando oferecer uma imagem limpa, positiva e polida dos negros e dar visibilidade a beleza negra, diversos jornais, entre eles, O Menelick, Getulino, Elite, O Patrocínio, Progresso, começaram a lançar em suas páginas concursos de beleza dedicados as mulheres negras. “Tais concursos eram realizados através de votação do público leitor e as candidatas, além de serem *agraciadas* com alguns *mimos*, eram recebidas com grandes bailes, oferecidos pelos órgãos dos quais faziam parte os jornais em questão” (Braga, 2015, p. 94). O concurso mais antigo que a escritora encontrou registros foi lançado em 1º de janeiro de 1916, na segunda edição do jornal O Menelick (Braga, 2015).

Além da cédula de votação – que perguntava: Qual a moça mais bela no seu parecer? -, o anúncio trazia informações sobre o concurso, que seria realizado em duas etapas: primeiramente, seriam divulgados os nomes daquelas que, segundo o jornal, *mereceram votos*; na etapa seguinte, seria conhecido o resultado final. Aquela que fosse congratulada com o maior número de votos, caso estivesse de acordo, teria sua fotografia estampada na primeira página do jornal, colaboraria também para o aumento da vendagem. Para que não restasse qualquer dúvida, em nota, *O Menelick* ainda ressaltaria: “O concurso é bem entendido, entre a ‘classe’, isto é, apenas entre mulheres *de cor*” (Braga, 2015, p.96).

Pontua-se que, mesmo tendo como objetivo a construção de um conceito de beleza negra positiva, em resposta à imagem da mulata promíscua, o jornal acreditava que ao expor a imagem dessas participantes, esse ato aumentaria a “vendagem”. Neste ponto, verifica-se claramente a

objetificação da mulher. Contudo, segundo Xavier (2021), a imprensa negra era aliada da mulher negra. Ela aponta que, “Autoras e praticantes de um projeto de beleza cívica no qual reivindicavam para si o direito ao respeito e à dignidade, essas mulheres foram valorizadas pela imprensa negra como “damas”, com as quais o Brasil possuía grande ‘dívida’”. (Xavier, 2021, p.143). O primeiro concurso masculino foi promovido pelo jornal *O Patrocínio*, na edição de 7 de setembro de 1928. A pergunta na cédula de votação era – “Qual é o rapaz de cor mais simpático da cidade?” (Braga, 2015, p.97).

[...] se em relação aos concursos femininos, procurava-se a mulher mais *bela* (como fica claro em todas as cédulas de votação, ou mesmo no título dos anúncios: *Concurso de Beleza*), em relação aos homens, o anúncio intitulava-se apenas *Concurso Masculino* e procurava-se o mais *simpático* (Braga, 2015, p.98).

De acordo com Braga (2015, p.101), os concursos de beleza e as entrevistas feitas com as vencedoras “acenam um deslocamento no que se refere à imagem da mulher negra escravizada, também apresentam uma aproximação com a concepção de beleza que vigorou até o século XVIII”, com a intenção de não separar a beleza física das qualidades morais contrapondo com “a imagem de *mulata fácil* que ainda recaía sobre a mulher negra” (Braga, 2015, p.115). Inclusive em alguns momentos, estimulando a competição entre as mulheres negras e as brancas. Para ilustrar essa visão, Braga (2015, p.114) trouxe um texto escrito por Celina Veiga, no jornal *A voz da raça*, em maio de 1935.

A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo com tudo e por tudo com a mulher branca, pondo nossa atividade e o nosso patriotismo (Veiga, 1935, p.2 apud Braga, 2015, p.114).

Ainda de acordo com Braga (2015), o TEN foi o primeiro a promover concursos de beleza presenciais. Esses eventos “abririam uma via de valorização das mulheres negras calcada em seu próprio padrão estético: uma resposta ao critério racista engendrado pelos concursos de beleza que apenas aceitavam inscrições de mulheres brancas” (Braga, 2015, p.124). Era uma forma de resgatar a autoestima das mulheres negras, que eram obrigadas a se encaixar num padrão estético exclusivista e eurocêntrico de beleza. Como aconteceu nos concursos promovidos pelos jornais produzidos pela imprensa negra anteriormente, sairia vitoriosa àquela que possuísse as “virtudes do corpo às virtudes da alma” (Braga, 2015, p.177), afinal “era consenso entre os organizadores que a exigência tão somente de uma beleza física poderia trazer à tona os estereótipos contra os quais o movimento também lutava” (Braga, 2015, p.180).

A partir da década de 1950, os concursos de beleza para mulheres negras objetivavam “além de incluir a mulher negra numa categoria de beleza, ofereciam a ela o lugar socialmente valorizado de parceira conjugal” (Braga, 2015, pp.186-187). Os concursos alicerçados nos valores morais acima dos atributos físicos deixaram de ser apenas uma atividade recreativa, como acontecia no Clube Renascença, no Rio de Janeiro e começaram a ser em palcos do Brasil afora. As mulheres negras começaram a participar de concursos de beleza com mulheres brancas, em eventos nacionais e internacionais. Nesse momento as mulheres negras participantes dos concursos de beleza não estariam expostas apenas a imprensa negra, mas a imprensa em geral, como exemplo temos a revista *O Cruzeiro* e os concursos de rainhas dariam lugar aos concursos de miss. “A rainha é exata metáfora da primeira fase: na imagem da boa mãe e esposa, ligada aos preceitos da moral e da família” (Braga, 2015, p.193) e na segunda fase a beleza corporal se sobrepõe aos valores morais.

De acordo com Braga (2015), as exigências do mercado da beleza impuseram às mulheres negras a necessidade de se aproximar dos padrões de beleza eurocêntricos: cabelos lisos, pele clara e medidas corporais específicas (90 cm de busto e quadril, 60 cm de cintura). Esses padrões são quase impossíveis para mulheres negras, reforçando a não aceitação das características que lembram a Vênus Negra.

Braga (2015) analisou diversos jornais negros da época e observou que as vencedoras dos concursos de beleza tinham, majoritariamente, cabelos alisados. Estranhamente, as mesmas edições dos jornais incluíam propagandas de salões de beleza especializados em "cabelo de cor". No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, houve uma massificação da busca por alisamento de cabelo e clareadores de pele entre as mulheres negras, similar ao que Xavier (2021) observou nos Estados Unidos. Essa busca era vista como uma corrida por status social, prometendo tornar as mulheres negras mais apresentáveis. A propaganda de cosméticos vendia um ideal de beleza eugênico, historicamente construído e permeado por relações de poder. Para ser considerada bonita, elegante e moderna, era necessário ceder a esse padrão (Braga, 2015).

Nos dois países, a cosmética negra teve papel importante nos debates sobre a reconstrução da feminilidade negra e também na criação de um sistema colorista que criava hierarquias de beleza e oportunidades dentro da comunidade negra. Oportunidades baseadas na aparência clara ou escura, no cabelo crespo ou liso, nas feições finas ou grossas, dentro de um modelo de beleza cívica criado e sustentado como um caminho alternativo de luta contra o racismo, bem mais complexo que o desejo puro e simples de se tornar branco (Xavier, 2021, p.139).

As reportagens e os anúncios publicitários estavam sempre reafirmando que as pastas alisantes, o ferro quente, os clareadores, eram a resposta para “uma exigência social e histórica”, contribuindo com “a busca por aceitação/inserção social através da estética, ainda que isso lhe custe uma profunda manipulação de seu corpo” (Braga, 2015, p.105). Braga (2015) pontua que durante as três primeiras décadas do século XX, os negros, principalmente as negras, na tentativa de aceitação acabaram se sujeitando a superioridade do olhar do outro. Como “o cabelo e tom de pele seriam sempre atributos a serem observados e hierarquizados numa gradação onde o objetivo final seria o padrão branco”, a população negra começa a fazer uso dessa gama de produtos para “entrar na briga por um espaço/status social (Braga, 2015, p.106). Contudo, como já citamos anteriormente, os movimentos sociais negros, como a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental Negro (TEN) e a imprensa negra, com seus inúmeros jornais vão lutar pela construção e consolidação de uma identidade negra e de uma estética negra.

Xavier (2021) destaca que, a partir da década de 1960, movimentos como o *Black is Beautiful* (Negro é lindo) nos Estados Unidos, surgidos em meio às lutas dos jovens norte-americanos, começaram a questionar a associação entre pele mais clara, obtida com clareadores, e cabelo liso, alcançado com alisadores, como sendo necessários para o sucesso e a inserção social. Os jovens negros, especialmente as mulheres, desempenharam um papel crucial na promoção do orgulho racial, igualdade e progresso. Até a década de 1950, o alisamento de cabelo era a norma hegemônica, mas nos anos 1960, começou a valorização do cabelo natural, gerando conflitos entre gerações. As propagandas de cosméticos da época promoviam a ideia de que o cuidado estético e a educação eram "a chave para o sucesso" (Xavier, 2021), reforçando a importância da aparência física para a ascensão social. Contudo, esse período marcou o início de uma mudança significativa, com a beleza natural começando a ser celebrada e a rejeição dos padrões de beleza eurocêtricos ganhando força. Santos (2022) corrobora o pensamento de Xavier, destacando que,

Toda essa conjuntura de afirmação dos direitos humanos atravessada pela questão racial e pela denúncia sistemática do racismo encontrou eco no Brasil em segmentos da população negra que se organizavam com propósitos semelhantes e entre a juventude negra, que passou a enxergar de forma mais positiva a sua negritude, celebrando sua identidade e sua herança africana (Santos, 2022, p. 239).

A partir do final da década de 1970, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), as ações que reforçassem positivamente a negritude e a ancestralidade africana seriam cada vez mais executadas e utilizadas como referência para todas as ações relacionadas às

questões raciais. Na segunda metade do século XX e início século XXI, a juventude negra brasileira vai afirmar-se por meio da estética e da ocupação de espaços sociais e acadêmicos, aprendendo a ter orgulho de si, numa postura positiva e realista.

Um fato emblemático para a história dos concursos de beleza no Brasil e às relações raciais será a vitória da primeira negra no Concurso Miss Brasil, em 1986, a gaúcha Deise Nunes, concorrendo com inúmeras candidatas brancas. Acredita-se que esse resultado foi possível devido ao processo de reabertura política do Brasil após o Regime Militar, o papel importante do Movimento Negro Unificado em relação à luta contra o racismo e pelas pautas raciais, o desenvolvimento do nacionalismo negro norte-americano em prol dos direitos civis, a luta dos povos da África Meridional e das mulheres negras. A vitória de Deise Nunes, também representava a vitória, pelo menos simbólica, naquele momento, contra o preconceito das mães e das candidatas brancas, de marcas e empresas que não queriam ter a sua imagem associada a pessoas negras e de uma população que sofria, com dito por Santos (2022), os reflexos do racismo sistêmico. Em razão dos seus “valores morais”, construídos por ter estudado em colégios de freira, por ter uma formação católica, gostar de literatura e MPB (música popular brasileira). Deise passa a ser publicizada nas revistas e nos jornais como um “produto positivo de nossa miscigenação racial” (Braga, 2015, pp.203-204).

No decorrer do século XX, a contra imagem tão buscada pelo Movimento Negro Unificado, a beleza moral foi institucionalizada pelos concursos de beleza negra. Para o MNU a vitória de Deise Nunes, representava,

A coroação de Deise, ao mesmo tempo em que surge de um momento ufanista em relação à cultura nacional e à reivindicação do africanismo, revela também a coroação de uma mulata (fruto da miscigenação do branco e do negro) como “a verdadeira mulher brasileira” [...]. Do mesmo modo vem mostrar que essa mulata não está ligada apenas ao samba, ao carnaval e à sedução de “um corpo moreno, cheiroso e gostoso”, mas estava ainda comprometida com uma continuidade que corresponde à exaltação dos valores morais de uma sociedade, de um tempo. A esteira de toda uma tradição de concursos ligados à mulher negra que se estendem pelo século XX. (Braga, 2015, p.204).

A luta dos movimentos sociais negros, mulheres negras, juventude negra, imprensa negra e do Movimento Negro Unificado resultou no desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil, uma política compensatória que ajudou a construir as representações atuais das (os) negras (os) brasileiras (os) e da beleza negra. Essas políticas incluem cotas para acesso à educação e empregos, concessão de bolsas de estudo, distribuição de terras e moradias, e medidas de proteção diferenciada para grupos ameaçados. Nesse sentido, Gomes (2017) elucida que,

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o torna por erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, na arte, entre outros. A denúncia do racismo, a sua inserção como crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, a presença dos negros e negras na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades fazem parte desse cenário de lutas. (Gomes, 2017, p.94).

Ressalta-se que a Lei 10.639/03, as Diretrizes de 2004, a Lei 11.645/08, entre outras, foram cruciais para estabelecer um discurso afirmativo sobre as/os negras/os, que altera a percepção nacional sobre políticas de identidade. No entanto, ainda persiste a manutenção desse discurso ao longo do século XX, associado a preceitos morais e familiares sobre a beleza negra, apesar de uma simultânea negação do "discurso moral" (Braga, 2015, p. 229).

Assim, em contraposição ao apelo moral que faziam as associações afro-brasileiras, que pregavam um “estilo de vida honrosa” regido pelas normas e códigos da civilidade, concedendo à mulher apenas o papel de mãe recatada, dona de casa e boa esposa, o cancionário de nossa MPB não deixava dúvida quanto à continuidade desse discurso, principalmente quando se tratava das facetas encarnadas pelas mulatas do carnaval, do samba, do morro (Braga, 2015, p.252).

Por meio dos discursos afirmativos que consagram a identidade negra, por conseguinte uma estética negra positiva, ainda se nota que, existe uma memória que propõe a preferência por um cabelo liso em detrimento do cabelo crespo, por estar associado à modernidade e elegância. Contudo, com o fortalecimento das políticas afirmativas, no que se refere à estética negra no século XXI e o enfrentamento da política de branqueamento é possível ler na capa do *Jornal da Cidadania*, segundo Braga (2015), publicado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) entre novembro e dezembro de 2006:

“Ruim” que nada, cabelo bonito é o seu. Pare e pense: por que só cabelos lisos são os tais “cabelos bons”? O preconceito é um dos principais elementos originários desse mito. Naturais, dreads, blackpower ou trança rastafári. Podem ser lisos ou alisados, levemente cacheados, encaracolados, tanto faz. O importante é que você se reconheça neles (*Jornal da Cidadania*, 2006, apud Braga, 2015, p.204).

Nesse período, os movimentos de mulheres, os movimentos sociais de mulheres negras e as mulheres negras vão encampar diversas lutas por respeito, visibilidade, oportunidades, empoderamento, numa via de valorização estética, em contraposição aos estereótipos negativos. Tanto é, que a partir das lutas e dos ensinamentos das mulheres negras, foi construído politicamente o dia 25 de julho-Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha e no

Brasil, por meio da Lei 12.987¹⁵, de 2 de julho de 2014, decretando o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data faz parte de um processo de reeducação do Estado Brasileiro em relação ao reconhecimento da luta das mulheres negras. Gomes (2017), ressalta que a articulação das mulheres negras e a realização da Marcha das Mulheres, em 2015,

[...] trouxe como afirmação da pauta do bem-viver a não aceitação de serem vistas como objeto de consumo e cobaias das indústrias de cosméticos, moda e farmacêutica. Passaram a exigir cada vez mais publicamente o fim da ditadura da estética eurocentrada e branca, o respeito à diversidade cultural e à estética negra [...] A estética negra passou a ser compreendida como parte do direito da cidadania e da vida das mulheres negras, tornando-se um dos saberes sobre o corpo que vem sendo amplamente socializado e potencializado, principalmente pelas jovens negras. (Gomes, 2017, p.77).

O racismo brasileiro e o mito da democracia racial transformaram a cultura negra “em exotismo, hibridismo, negação” (Gomes, 2017, p.78) e,

[...] estas formas atingem o imaginário da sociedade brasileira como um todo (inclusive dos próprios negros). Essas representações, visões e discursos acabam afetando a prática pedagógica, desde os manuais didáticos até a relação pedagógica na sala de aula e com o conhecimento [...] Observa-se que, quando o discurso sobre o negro é feito sob o prisma do racismo (traduzido por meio do mito da democracia racial), as diferenças étnico-raciais que marcam a cultura, a vida, os lugares de poder, as desigualdades são invisibilizadas por meio do apelo à miscigenação racial e à formação de um tipo “hibrido” mais aceitável social e racialmente: o moreno (pele não tão “escura” e cabelos anelados). E o ideal do corpo brasileiro mestiço, não como uma possibilidade de conformação social, cultural e étnico-racial brasileira, mas como superioridade; como corpo que se desloca do extremo “negro” e caminha para o outro extremo “branco”, e nunca ao contrário. É nesse processo que o corpo e cabelo operam como símbolos da identidade negra (Gomes, 2017, p.78).

Para Gomes (2018, p.78), os efeitos e representações resultantes do racismo podem culminar em situações graves que vão além da simples estereotipação da "mulata" sensual, abrangendo experiências de racismo violento e auto rejeição. A autora destaca que é nesse contexto que o corpo e o cabelo se tornam símbolos essenciais da identidade negra. Gomes (2017, p.78) argumenta que esse conflito afeta negativamente o negro e a negra, regulando a corporeidade negra na lógica da inferioridade racial, contribuindo para uma cultura dominante que define o corpo e o estético de forma pejorativa. Ela observa que é através deste entendimento e experiência vivida que a comunidade negra transforma o corpo negro em um espaço de expressão identitária, transgressão e emancipação.

Devido à construção de representações negativas, racistas e inúmeros estereótipos, muitas vezes em nossa sociedade o negro é representado e apresentado como lento,

¹⁵Presidência da República. Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm. Acesso em 05/04/2024.

indisciplinado, violento, não aprende, inclusive no campo da educação. Essa situação se apresenta por meio da violência do racismo e da desigualdade social que afeta a sociedade. É importante afirmar que a presença da ancestralidade negra e africana não é motivo de vergonha, fealdade, exotismo, negação, invisibilidade, mas motivo de orgulho, como empoderamento ancestral. Desse modo, o negro e a negra são recolocados no lugar de estética e beleza.

A formação eurocentrada do gosto estético, através de uma representação que concebe padrões de beleza tendo como padrão a pele clara, cabelos lisos ou levemente cacheados, olhos de preferência claros e características físicas europeias, acaba por eleger um determinado padrão estético e corporal como desejável, superior e belo. “O racismo não só transforma a branquidade como característica moral a ser atingida, mas também no padrão estético a ser almejado” (Gomes, 2017, p.81). Para Gomes (2017, p.98), o racismo é,

[...] um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença de superioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia (harmonia racial) que nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor da pele”, “tipo de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil (Gomes, 2017, p.99).

Conforme visto em Santos (2022), durante muito tempo acreditou-se que o Brasil, sendo fruto da miscigenação e um caldeirão multicultural, não era um país racista. Contudo, devido a inúmeros estudos feitos por uma série de intelectuais, em grande parte negros e negras, oriundos de movimentos sociais, compreendemos que esse pensamento equivocado foi construído e ainda se mantém com uma intencionalidade, dominação, garantir privilégios, fazendo parte, infelizmente, da dinâmica social. Os casos de racismo, preconceito e discriminação são constantes e não são casos isolados como muitos querem que a sociedade acredite. Logo, o racismo se mantém devido “a uma das grandes dificuldades para compreendê-lo como uma realidade concreta e reside no fato de esse mesmo racismo compor a estrutura das sociedades da qual faz parte” (Santos, 2022, p.13). Em relação à luta pelo fim do racismo, muito foi feito, porém ainda há muito trabalho pela frente, para que a igualdade racial seja realmente uma realidade. Uma educação fundamentada em uma visão eurocêntrica do mundo perpetua a discriminação racial e fere a autoestima daqueles que não se sentem contemplados e, portanto, não encontram identificação com a sociedade em que vivem.

Para Milton Santos, no livro “O país distorcido” (2002), para Nilma Lino Gomes (2017), para Lélia Gonzalez (2020) e para Santos (2022), o brasileiro reconhece a existência do racismo, mas ninguém se diz racista. Santos (2022, p.12) afirma que essa prática se dá porque

as pessoas têm uma opinião sobre o racismo sem que haja uma mínima dimensão desse fenômeno, que é visto como uma *doxa*, como “um puro achismo”, contribuindo para que situações abertamente racistas não sejam interpretadas dessa forma, levando a não punição destes, mesmo tendo uma lei que contemple o crime. Infelizmente, presencia-se situações como essas no nosso dia a dia, nos meios de comunicação, nas instituições públicas e privadas, entre elas, a escola.

Segundo Santos (2022) a dificuldade em ver racismo nas ações tanto de quem a pratica e por aqueles que representam a lei no país contribuem para a manutenção do racismo num campo de mera opinião, deslegitimando quem o sofre. Repetidamente, vê-se pessoas que justificam o racismo praticado utilizando o conceito de racismo estrutural. É importante ressaltar que ao pensar o racismo como parte de uma estrutura não diminui a responsabilidade individual nas práticas racistas e sim, que temos enquanto indivíduo ou grupo combater todas as formas de racismo e ter uma atitude antirracista.

Milton Santos, ao ser entrevistado por Maurício Stycer sobre uma pesquisa relacionada ao racismo no Brasil, os resultados foram publicados no livro *Racismo Cordial*, declarou que o racismo brasileiro tem sua especificidade, “aqui é natural os negros serem tratados de forma subalterna. Você não pode reclamar. Se você protesta, é visto como alguém que está perturbando o ‘clima agradável’ que pode existir nesse lugar” (Santos, 2002, p.138). Segundo Ynaê Santos, (2022, p.14), a dificuldade de compreender o racismo como uma realidade concreta reside no fato dele compor a estrutura da sociedade, relação definida pelo conceito de *racismo estrutural*. Importantes autores brasileiros têm abordado esse tema a partir de perspectivas distintas. Para Santos (2022, p.14), “ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos falando que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso”, sendo assim, bastante difícil de precisar.

Santos (2022, p.14) destaca que o racismo é um sistema político integral. A autora menciona Charles W. Mills, um filósofo jamaicano nascido na Inglaterra, que propõe o conceito de “contrato racial”. Esse contrato pode ser compreendido como uma estrutura de poder que inclui regras formais e informais, privilégios socioeconômicos, e a distribuição diferenciada de bens materiais, oportunidades, ônus, bônus, direitos e deveres, todos baseados na cor da pele (Santos, 2022, p.14).

Milton Santos (2002) tratava com desprezo argumentos que buscavam propor modelos de distinção social baseados na cor da pele. Durante sua vida fez diversas defesas de ações para estimular a luta contra o racismo, o preconceito e discriminação racial. Para Santos “o tempo politicamente jogado fora nas discussões semânticas sobre o que é preconceito, discriminação,

racismo e quejando, com os inevitáveis apelos à comparação com os norte-americanos e europeus” (2002, p.159), logo, parecia uma forma de querer fugir da questão essencial: O que é ser negro no Brasil?

Rogério da Palma (2021) disserta sobre conceitos como racismo, e os demais conceitos que derivam dessa categoria, empregados na área das Ciências Sociais. Discorre acerca dos conceitos de *raça* e *racialização* trabalhados em sua pesquisa, a fim de compreender melhor como o racismo foi construído e se consolidou na sociedade. Palma (2021, p.19) argumenta que estudos recentes da genética e biomedicina mostram que a aplicação do conceito de "raça" aos seres humanos é inadequada, considerando que todos pertencem ao mesmo grupo biológico. Ele enfatiza que as diferenças psicológicas, morais, intelectuais e físicas não podem ser atribuídas a diferenças raciais. Enquanto alguns estudiosos preferem abolir completamente o termo "raça", outros o mantêm, reconhecendo-o como uma construção social. Segundo o professor (2021, p.20-21), as raças não têm existência objetiva, sendo uma construção histórica que hierarquiza grupos sociais. Essa construção reflete uma disputa simbólica e política pela classificação social. Para o pesquisador, o conceito de raça, ao abordar as relações de poder e a criação específica de desigualdades, é uma ferramenta crucial para entender o fenômeno do racismo (Palma, 2021). Embasado na obra de Eloísio Moulin Souza (2017), Palma (2021) utiliza o conceito de racialização:

Racialização é o nome dado a este processo de construção social de raças. O conceito de racialização rompe com os padrões estabelecidos e legitimados que concebem raça como sendo uma simples característica determinada pela biologia dos corpos ao mesmo tempo em que rompe com a visão de que raça teria alguma essência, enfatizando o caráter histórico, político, cultural, econômico e social na construção de sujeitos racializados. Portanto, o conceito de racialização declara que a raça não é determinada pela biologia, apesar de apoiar nela para justificar as relações de poder estabelecidas neste processo, tentando com isso camuflar todo o seu conteúdo político. [...] Portanto, racialização é o termo usado para descrever processos sociais, culturais, econômicos e psicológicos que fazem raça importante e as formas que raça é usada como base para desigualdade e discriminação’, sendo que o principal produto do processo de racialização é a classificação de pessoas em categorias raciais e a criação de hierarquias entre as categorias” (Souza, 2017, p.23 apud Palma, 2021, p.20)

Segundo Palma (2021, p.21-22), o conceito biológico de raça continua a influenciar as representações sociais em algumas culturas, moldando assim a formação das identidades dos indivíduos dentro delas. Ele destaca que ao analisarmos historicamente a ideia de raça, podemos compreendê-la como um fenômeno multifacetado que assume diferentes significados em diversos contextos sociais. Ainda que as interpretações variem ao longo do tempo, há uma constante na concepção de raça: ela envolve a subdivisão da humanidade em grupos distintos, com relações de superioridade/inferioridade entre eles, baseadas em supostas características

inatas compartilhadas pelos membros de cada grupo. Essa concepção, essencialmente ligada às dinâmicas de poder e controle, é frequentemente utilizada para justificar práticas de dominação de um grupo sobre outro (Palma, 2021, p. 22-23).

Diante disso, Palma (2021, p.21-22) argumenta que o racismo deve ser entendido no plural, pois assume formas específicas e únicas conforme as representações sobre a ideia de raça são aplicadas. Embora seja um fenômeno global, o racismo precisa ser analisado considerando suas particularidades históricas e locais. Segundo o autor, alguns estudiosos afirmam que o racismo é responsável pela criação das "raças sociais", e não o contrário.

Palma (2021) enfatiza que Robert Miles argumenta que a crença na existência de 'raças' é uma consequência do racismo, não o contrário. Portanto, o foco da análise deve estar nos processos de racismo e racialização, não nas 'relações raciais', termo que essencializa as 'raças' (Palma, 2021, p.21). De acordo com o autor, o racismo que impera em nossa sociedade é o racismo estrutural. Conceito muito utilizado no século XXI para tratar acerca das relações desiguais entre pessoas. O professor afirma que “esse termo surgiu para definir o racismo não como um comportamento individual, mas como um processo político que estrutura posições sociais” (Palma, 2021, p.23). De acordo com Palma (2021), o racismo configura:

[...] como uma relação social que cria vantagens e desvantagens (não circunstanciais) no processo de competição pelos bens materiais e simbólicos de uma determinada sociedade. Ele só existe se há uma estrutura social capaz de criar grupos, sujeitos e subjetividades e organizá-los a partir de determinadas relações de poder (Palma, 2021, p.23).

A discriminação racial pode ser “definida como qualquer tratamento desigual a membros de um grupo racialmente identificado” (Palma, 2021, p.23-24) e o preconceito racial é “um juízo baseado em estereótipos, que podem resultar em discriminação, contra membros de um grupo racialmente identificado” (Ibidem, p.23-34).

Compreende-se, no decorrer das leituras, análise e interpretação das obras trabalhadas nessa dissertação, especificamente, sobre o conceito de racismo que o mesmo é um conjunto de práticas, crenças e atitudes que hierarquizam e discriminam indivíduos ou grupos utilizando como fatores motivadores: *características raciais*. A partir dessas características atribuem supostos marcadores de inferioridades e superioridade. Essa forma de discriminação ao se manifestar causa prejuízos materiais, emocionais e sociais para as pessoas racializadas. Situações como essas se mantêm na nossa sociedade, infelizmente, porque muitas vezes agimos com se ela não existisse ou diminuimos o seu papel letal, nos escondendo atrás do mito da democracia racial. Justificando suas atitudes pessoais ou do grupo ou das estruturas sociais nas

falas manjadas: “não foi isso que eu quis dizer”, “a lei é a mesma para todos”, “ela ou ele são tão bonitos” referindo-se às pessoas negras, no entanto não querem muitas vezes compartilhar o mesmo espaço e no dia a dia os mantêm em posição de subalternidade.

Diariamente, grupos socialmente racializados enfrentam situações de opressão e marginalização, lidando com o fantasma do racismo estrutural, que se refere às práticas, políticas e estruturas sociais enraizadas nas instituições e na sociedade, apesar da existência das políticas afirmativas que visam mitigar essas desigualdades. Bárbara Carine (2023, p.57), utilizando os ensinamentos de Ângela Davis, esclarece que mais do que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas: é preciso lutar contra o racismo. Para a escritora (2023), o antirracismo é caracterizado pelo protesto, enfrentamento e denúncia do racismo. Ela destaca que o antirracismo tem como eixo central a negação do que o ocidente fez da população negra: eles dizem ‘suas vidas são desimportantes’, nós retrucamos ‘vidas negras importam’; eles dizem que somos feios, burros, sem cultura, incivilizados, e nós passamos a vida inteira tentando provar o contrário (Carine, p.58-59).

Felizmente, tem-se conhecimento de movimentos, associações e grupos, como vimos anteriormente, que a exemplo do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul busca promover a valorização da beleza negra, o empoderamento, a representatividade das pessoas negras e práticas antirracistas. Por meio de ações, eventos e campanhas, o movimento procura combater estereótipos, o preconceito racial e promover a autoestima da comunidade negra e afrodescendente. Como afirma Djamila Ribeiro, “o antirracismo é uma luta de todas e todos” (Ribeiro, 2019, p.15).

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, desenvolve ações para a promoção da igualdade racial e desempenha um papel importante na luta contra o racismo. Movimentos como esse, são essenciais para ampliar a visibilidade e o reconhecimento da beleza negra, além de contribuir para a conscientização sobre a importância da diversidade e da igualdade racial.

As ações intenciam o fortalecimento da autoestima dos participantes do concurso e da comunidade em geral e a construção de uma representatividade forte. No capítulo anterior, foi tratado acerca da parte documental do concurso, no qual realizou-se a análise do regimento, do livreto descritivo dos quatorze anos do concurso Beleza Negra Campo Grande (2008-2022) e de algumas matérias escritas sobre o concurso veiculadas nas plataformas digitais (jornais eletrônicos e programa de TV), assim como discorreu-se sobre a criação, motivações, objetivos, dificuldades enfrentadas, dinâmica dos ensaios e a noite do concurso. Nesse capítulo, destaca-

se como o Ensino de História está presente durante os ensaios, através das palestras e rodas de conversa, e os seus reflexos na vida dos participantes do evento.

Como levantado, o Concurso Beleza Negra Campo Grande age com o intuito de ajudar mulheres negras e homens negros a se sentirem representados e colaborar com a descoberta do belo que existe dentro de cada um dos candidatos, rompendo com o domínio dos padrões europeus e estéticos impostos pela sociedade. O evento visa celebrar a beleza e a cultura afro-brasileira na capital, Campo Grande, com reflexos em outras regiões do Estado e do Brasil. Temos como um dos exemplos, citado no capítulo anterior, Adriella Barbosa da Rocha Batista, primeiro lugar no concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul-2008, que após o evento mudou para São Paulo, onde começou a trabalhar numa agência de moda e posteriormente começou a fazer faculdade na área da moda. Rodynei Nolasco (2022) ressalta que constantemente recebe informações de egressos do concurso, que receberam títulos ou não, que depois de participar do evento mudaram de cidade e de estado, levando consigo o aprendizado adquirido durante sua participação na preparação, nos ensaios, nas palestras, nas rodas de conversa e no dia do concurso, para sua vida pessoal e profissional.

Como o Bloco Ilê Aiyê o primeiro bloco afro do Brasil, fundado em 1974, em Salvador, no Estado da Bahia, durante a Ditadura Militar, que promove desde 1979 a Noite da Beleza Negra para a escolha da “Deusa do Ébano”, trabalhando com a comunidade negra da cidade assuntos ligados às questões raciais e ao empoderamento feminino. Percebemos que O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, como o Bloco Ilê Aiyê, por meio da Noite da Beleza Negra, compartilha dos mesmos objetivos: ressignificação do conceito de beleza, transformação da consciência dos participantes a fim de que se apropriem da estética e comecem a se reconhecer como belos.

Observa-se que o Concurso Beleza Negra Campo Grande, promove uma mudança na forma de pensar e agir dos participantes compreendendo a necessidade da representação positiva e de lutar pelos seus direitos, ultrapassando a questão estética. Como afirma Chartier (2002a) e Bourdieu (2011), presencia-se diariamente na sociedade disputas por representações e é a partir delas que as/os negras/os através do concurso podem resgatar valores, reafirmar sua identidade, mostrar expressões culturais, desconstruir estereótipos, construir uma identidade positiva, entre outros. Neste caso, identifica-se o poder das representações na construção da realidade social, “[...] sendo que em primeiro lugar, representação, depende tão profundamente do conhecimento e reconhecimento” (Bourdieu, 2011, p.108).

Como vimos, de acordo com Gomes (2005, p. 46), aprende-se essas representações na sociedade: família, escola, círculo de amizades, relacionamentos afetivos, trabalho, entre

outros. Para Bourdieu (2011), aprende-se as representações sociais no *habitus* e as reproduzimos no *campo*. Logo, conforme o autor, aprende-se a ver o outro, no caso o negro, como inferior, a partir das representações construídas historicamente, que refletem na sociedade através das nossas ações.

[...] aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo tratar as diferenças de forma desigual (Gomes, 2005, p.49).

Entendido o papel das representações, é possível compreender como foi construída e consolidada a representação da beleza no decorrer da História, tendo como base, a construção histórica eurocêntrica e os implicativos dessa visão na representação da beleza negra no Brasil e seus desdobramentos, que infelizmente, perduram até os dias atuais, perpetuando silenciamentos, apagamentos e o racismo. Situações que causam prejuízos à sociedade e às pessoas, criando acessos desiguais em diversos setores que vão da educação ao mercado de trabalho mesmo com a existência de leis antirracistas e de ações afirmativas.

Os conceitos utilizados por Pierre Bourdieu (2011) permite-se analisar e compreender como se deu a construção e a consolidação das representações da beleza negra, da/o negra/o na sociedade brasileira, das lutas por representações protagonizadas por brancos e não-brancos no Brasil, os interesses que sustentam essas representações gerando dominação e violência na construção das identidades. No caso especificamente do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, o movimento surgiu da percepção e da insatisfação acerca da representação da beleza negra na sociedade e como ferramenta para promover a igualdade racial e como mecanismo de luta contra o racismo.

Dialogando com Bourdieu, entende-se que as representações sociais são moldadas pelo *habitus* e pelas concepções predominantes no *campo* social. Ao interagir na sociedade, desenvolvemos a capacidade de elaborar e modificar nossas próprias representações, as quais influenciam nossa visão de mundo e as decisões que tomamos. Essas representações são influenciadas pelas posições sociais que ocupamos nos diversos campos, de maneira consciente e inconsciente (Bourdieu, 2011, p.54-55). Deste modo, o movimento contribui para construir uma representação da beleza negra e da/o negra/o que valoriza suas características físicas, suas particularidades, a história africana e a cultura afro-brasileira, além de promover a garantia de direitos e oportunidades para a população negra em Mato Grosso do Sul.

Santos (2022, p.15) enfatiza que "o racismo é um jogo de soma zero: a proporção da discriminação de um lado da equação é exatamente a mesma de privilégios do outro lado". Para alterar essa dinâmica, é necessário urgentemente não mais agir ou se omitir, considerando as situações diárias de racismo como normais, logo "é necessário reprogramar todo o nosso cérebro" (Santos, 2022, p.15). Um dos caminhos mais viáveis é a *educação*, portanto, necessita-se mais do que nunca investir numa educação antirracista e ter clareza de que a democracia só será consolidada com o amplo enfrentamento do racismo.

O Ensino de História e as relações étnico-raciais são campos que devem ser abordados tanto no ambiente escolar, onde se molda a cultura escolar, quanto fora dele, em espaços como movimentos sociais, museus, centros de memória, grupos e associações, como exemplificado pelo Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Segundo Carine (2023, p.20), "educar é um ato social que não se restringe a uma sala de aula. A educação é o ato de socializar com as novas gerações os conhecimentos historicamente produzidos". Cada um desses espaços desempenha um papel específico no processo educativo.

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, através de iniciativas como o Concurso Beleza Negra Campo Grande, trabalha para promover uma sociedade mais inclusiva e que rejeite qualquer forma de discriminação. Isso inclui romper com representações inadequadas e equivocadas da/o negra/o. Como observado por Gomes (2005, p.60), os movimentos sociais podem desempenhar um papel significativo ao implementar práticas pedagógicas que promovam a diversidade étnico-racial e contribuam para a superação do racismo, rumo a uma verdadeira democracia racial.

Foi levantado que, no decorrer dos anos, o concurso Beleza Negra Campo Grande foi mudando suas características e deixando de ser meramente um evento com foco na estética. Começou a aliar a escolha da beleza negra, como diz Rodynei Nolasco (2022, p.5): "enaltecendo os negros", com o trabalho de formação intelectual e profissional, pois percebeu que apenas "a autoestima elevada sem a construção e a consolidação de uma identidade racial forte e positiva, não surtiria o efeito desejado" (2022, p.5). Nolasco (2022) afirma que a inserção, durante os ensaios, de palestras sobre as temáticas raciais veio através da percepção da necessidade de trazer conhecimento aos inscritos sobre assuntos extremamente importantes para a construção da identidade racial.

As palestras são proferidas por amigos e parceiros do movimento, de preferência negras/os, por estarem no "lugar de fala", que possuam uma sólida construção profissional, que pesquisem e trabalhem com a temática racial. De acordo com Djamila Ribeiro (2009, p.35), "o conceito de lugar de fala discute justamente o *locus social*, isto é, de que ponto as pessoas

partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum”. Nessas palestras são trabalhados conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira, elucidando questões que envolvem o Mito da Democracia Racial, Racismo Estrutural, entre outros, além da estética, visibilidade, emancipação e empoderamento negro (Nolasco, 2022, p.38).

Possibilitando a criação de uma identificação com a temática e em relação os palestrantes, acabam por influenciar positivamente os participantes do concurso na construção da subjetividade, mostrando que o seu lugar, como àqueles com quem estão dialogando, é onde eles quiserem. O ponto alto dos ensaios são as rodas de conversa nas quais os inscritos podem criar vínculos, trocar experiências em relação às vivências diárias com o racismo, falar de suas dúvidas e inseguranças, ter acesso a informações importantes como, o Estatuto da Igualdade Racial, ter conhecimento sobre as políticas públicas destinadas aos negros, entre outros (Nolasco, 2022).

Dentre os parceiros do Movimento Beleza Negra, destaca-se a Professora Silvana Ramos de Souza, licenciada e bacharel em Geografia, Pós-graduada em Educação Especial e Diversidade e Gestão Pedagógica e a Professora Verhuska Pereira, licenciada e bacharel em Artes Visuais. Além de ministrarem palestras e promoverem rodas de conversa, fazem parte do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, são ativistas da causa racial no município de Campo Grande e compõem a banca de jurados no dia do concurso.

Figura 16. Palestra e roda de conversa ministrada pela professora Verhuska Pereira



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul

Durante as palestras são utilizadas como ferramentas: apresentações audiovisuais (slides, vídeos, fotos, etc.), material educativo impresso (folhetos, cartazes, etc.), objetos culturais representativos (vestuário, acessórios, instrumentos musicais, etc.), redes sociais e plataformas de compartilhamento on-line, entre outras. Dentre as metodologias utilizadas estão: a contação de história e mitos africanos, diálogo sobre as vivências culturais (culinária, danças e rituais), dinâmicas de grupo para reflexão e discussão dos temas trabalhados, entrevista com especialistas e pessoas afetadas pelo racismo, estudos de caso sobre movimentos sociais e lutas antirracistas, simulação de experiências vividas, entre outras. A contação de histórias é uma forma envolvente de transmitir o conhecimento. Os debates e vivências culturais permitem a troca de ideias e experiências, enquanto as dinâmicas de grupo podem estimular a reflexão e o aprendizado coletivo. Apresentações audiovisuais, como vídeos e fotos, podem enriquecer a compreensão do público sobre o tema.

Figura 17. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

Figura 18. Momentos de reflexão e aprendizado sobre a cultura negra e afro-brasileira.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

Durante a pesquisa, verifica-se que o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, recebeu ampla cobertura em plataformas digitais e audiovisuais, predominantemente focada na divulgação do próprio concurso. Contudo, há escassez de reportagens que abordem as motivações, objetivos, organização, metodologia dos ensaios e o impacto social do evento. Os jornais locais, tanto impressos quanto eletrônicos, geralmente concentram-se na publicação dos resultados do concurso, negligenciando o seu papel social na comunidade de Campo Grande. A participação em canais de televisão regionais para discutir as ações do movimento e contribuir com sua visibilidade é uma oportunidade raramente explorada.

Dentre as raras oportunidades que o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul teve de se tornar conhecido e reconhecido no âmbito estadual, destacaremos o Programa *Tudo de Bom*¹⁶, apresentado por Flávia Vicunã, na emissora SBT-MS, no dia 03/08/2023. Nesse programa a apresentadora ao entrevistar Rodynei Nolasco fez inúmeras perguntas que tiveram como foco principal a história do concurso Beleza Negra Campo Grande. Ao entrevistar os ex-participantes do concurso que também estavam na gravação perguntou-os como souberam do concurso, a totalidade respondeu que foi pelas redes sociais e por amigos. A apresentadora também perguntou: como foram os momentos de preparação para o concurso e o desfile propriamente dito, as transformações pessoais e profissionais advindas a partir do evento. Todos responderam de forma uníssima, que não sabiam como eram belos e que agora não aceitam mais críticas a respeito de sua cor, de sua religião, dos seus costumes e que exigem respeito. Nolasco afirma, que “É perceptível às transformações identificadas na vida de cada um dos participantes após o concurso” (2023)

Nolasco ressalta, “Percebemos que o concurso influenciou positivamente no modo das mulheres e dos homens negros enxergarem e dialogarem com a sociedade. O racismo ainda é muito grande. Sentimos isso na pele, na dificuldade de conseguirmos patrocinadores, de ter acesso a espaços na publicidade local” (2023). O concurso Beleza Negra Campo Grande, formou durante esses quinze anos homens negros e mulheres negras que passaram a não ter mais problemas com a sua cor, suas características negras, como o cabelo crespo. Com a certeza de que está no caminho certo, Nolasco pontua:

¹⁶SBT-MS. Programa Tudo de Bom. Campo Grande. 3 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?mibextid=w8EBqM&ref=watch_permalink&v=697407902221004. Acesso em: 20 de abril de 2024.

Foram perceptíveis as mudanças que ocorreram na vida dos participantes, que ganharam ou não o concurso e daqueles que foram assistir o evento. Adquiriram autoestima, conhecimento da sua própria história, empoderamento e visibilidade. Despertando a busca por políticas públicas que garantam o acesso e a permanência nos espaços educacionais, a saúde, melhores condições de trabalho e empregabilidade e respeito à religiosidade afro-brasileira (Nolasco, 2022, p.35)

Observa-se por meio dos ensaios e durante o concurso que o evento promove mudanças, nos participantes ou nas pessoas que o assistem, na sua forma de pensar, agir e de se posicionar perante a sociedade. O concurso é tão bem visto por aqueles que participam que é muito comum ver, num ano a participação da filha e no ano seguinte da mãe ou vice-versa ou a participação de irmãos e primos. Encontramos algumas histórias inspiradoras como da Adriella Barbosa, que mudou sua vida e suas perspectivas de futuro após participar do concurso. Todas as informações alusivas ao Movimento Beleza Mato Grosso do Sul, especificamente acerca do Concurso Beleza Negra Campo Grande, como: historicização do evento, regimento e livreto do concurso, periodicidade do evento, objetivos, cronologia do concurso com materiais fotográficos e audiovisuais, links de matérias que foram vinculadas sobre o concurso e o formulário de inscrição estão disponíveis no *blogpost* do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul¹⁷. São inúmeros exemplos inspiradores de inscritos que mudaram a sua história pessoal e profissional após participar do concurso.

Na publicação do G1 Mato Grosso do Sul, em 12/11/2011, no portal de notícias da TV Morena, a matéria *Vencedora do Concurso Beleza Negra em MS dá dicas para candidatas*, mostra-nos como o concurso influencia direta ou indiretamente a vida dos candidatos. A matéria entrevistou a bailarina Ingrid Beatriz Gonçalves da Silva, 23 anos, eleita a mais linda mulher negra na edição de 2010. Ingrid começou a sua fala desejando sorte aos participantes do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2011, que aconteceria à noite, e as aconselhou “Sejam vocês mesmas e acreditem na vitória” e “ênfatisou o que realmente importa é a simpatia e a desenvoltura da candidata”. Completou dizendo: “A beleza é apenas uma consequência” (G1, 2011, s.p).

Percebe-se pela sua fala que a sua experiência no concurso foi positiva, que se sentiu confortável durante todo o processo, principalmente por não ser um concurso de *miss*, com medidas corporais rígidas. De poder ser ela mesma, com suas características físicas, com suas marcas raciais e tendo conhecimento de sua própria história. Os movimentos negros,

¹⁷Blogpost. Beleza Negra Campo Grande. Disponível em: <https://belezanegracampogrande.blogspot.com/>. Acesso em: 20/04/2024.

principalmente o Movimento Negro Unificado, questionam os concursos que enquadram os homens negros e as mulheres negras no padrão de beleza europeu: magreza, altura e formatos e que promovem a sua objetificação.

Figura 19. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande

Vencedora do concurso Beleza Negra em MS dá dicas para candidatas

Concurso será realizado na noite deste sábado (12), em Campo Grande. Neste ano, 29 candidatas estão inscritos, sendo 16 homens e 13 mulheres.

Tatiane Queiroz
Do G1 MS



Ingrid é bailarina e venceu o concurso Beleza Negra em 2010, em Campo Grande (Foto: Divulgação/ Beleza Negra)

A grande noite do concurso Beleza Negra, que vai premiar o mais belo casal negro de Mato Grosso do Sul, será realizada neste sábado (12), às 20 horas, com um desfile de gala no Armazém Cultural, em Campo Grande. Neste ano, 29 candidatas devem subir na passarela, sendo 16 homens e 13 mulheres.

A bailarina Ingrid Beatriz Gonçalves da Silva, que tem 1,65 metro de altura, veste manequim 40 e foi eleita a mais linda mulher negra na edição do concurso em 2010, desejou sorte e deu algumas dicas para as candidatas que vão competir neste ano. "Sejam vocês mesmas e acreditem na vitória. Boa sorte para todas", aconselhou ela.

Ingrid, que tem 23 anos, contou ao G1 que foi incentivada pela mãe e por isso decidiu participar do concurso. "Minha mãe é que ficava insistindo, dizendo que eu tinha que participar, mas na verdade eu não acreditava que seria a vencedora. Eu tinha vergonha e não sabia como ia ser desfilar na frente de todo mundo. Quando anunciaram o resultado, nem acreditei", contou a bailarina.

Ela afirmou que poucos meses antes de subir na passarela começou a se preparar, mas não teve muito trabalho. Ela dança desde os 10 anos e por isso sempre teve cuidados com o corpo. A bailarina, que é dona de um lindo sorriso, enfatizou que o que realmente importa é a simpatia e a desenvoltura da candidata. "A beleza é apenas uma consequência".

O concurso

Este ano a competição está na 4ª edição e classificará os vencedores para o concurso nacional, previsto para o próximo ano, em São Paulo. Segundo informações da Fundação Municipal de Cultura (Fundac), todos os inscritos passam por uma sessão de fotos além de treinamento de passarela e palestras.

O organizador do evento, Rudy Nolasco, informou ao G1 que os preparativos para o evento já estão prontos. Na manhã deste sábado, os candidatos participaram do último ensaio para o desfile. Nesta edição do concurso, a Bateria da Escola de Samba Igrejinha vai se apresentar para animar o evento.

Fonte: Portal de notícias da TV Morena, 12/11/2011. <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/vencedora-do-concurso-beleza-negra-em-ms-da-dicas-para-candidatas.html>

Na cidade de Campo Grande percebe-se o fluxo migratório de haitianos, senegaleses, angolanos, entre outros. Tal fato justifica a presença deles na sociedade campo-grandense e a participação no concurso. Expõe-se dois exemplos, um deles é da angolana Ilda Lando e do haitiano Roobens Chery.

Na publicação do G1 Mato Grosso do Sul, em 16/11/2011, no portal de notícias da TV Morena, a matéria *Angolana se inspira na Miss Universo e vence o concurso de beleza em MS* divulga o resultado do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2011 e conta um pouco da história da ganhadora. A grande vencedora do 4º Concurso Beleza Negra Campo Grande foi à angolana Ilda Lando, 19 anos, que sonhava com "a carreira de modelo e em ajudar a vencer o preconceito" (G1, 2011, s.p). Acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda nasceu em Angola e veio para o Brasil com os pais aos três anos. Mesmo sem a presença física deles no momento do concurso, a mãe estava trabalhando e o pai voltou para a Angola para estudar, ela contou que a torcida da família foi muito importante.

Ilda Lando fez vários desabafos durante a entrevista, contou que apesar de ter sofrido muito preconceito em sua vida, mesmo assim, conseguiu dar a volta por cima e se consagrar uma *Miss*. O termo miss foi utilizado na matéria porque até o ano de 2015 ainda não constava no regimento a não exigência de peso, idade e altura, com isso para o público em geral era um concurso de miss. Ela afirmou que sofreu muito preconceito por ser africana e negra, “muitos me chamavam de feia e tantas outras coisas. Sempre tive o sonho de ser modelo e participar do concurso foi uma das maiores alegria que já tive” (G1, 2011, s.p). Por ser angolana, Ilda afirmou que o orgulho de ser negra e a coragem para participar do concurso veio com a vitória da angolana Leila Lopes, no Miss Universo em 2011. “Sempre quando falam em concurso de beleza, todos pensam nas loiras de olhos azuis. Eu sempre quis participar do concurso, mas não tinha coragem, com a vitória da Leila, foi uma força a mais para eu tentar” (G1, 2011, s.p). Pontua-se a importância da representatividade. O ponto alto da entrevista foi quando Ilda afirmou que, “Ser negra não me faz melhor ou pior do que ninguém me faz ser igual a todos. Antes eu não me achava bonita, com essa coroa minha autoestima foi lá em cima e agora estou muito feliz” (G1, 2011).

Figura 20. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande

universo e vence concurso de beleza em MS

Jovem de 19 anos venceu o concurso Beleza Negra de Campo Grande. Ela sonha agora com carreira de modelo e em ajudar a vencer o preconceito.

Do G1 MS

Com o sonho de ser modelo e a vontade de lutar pelo fim do preconceito racial, a angolana de 19 anos, Ilda Lando, foi a vencedora da 4ª edição do concurso Beleza Negra de Campo Grande. O evento foi realizado no último sábado (12) e a universitária garantiu a vaga para o Miss Brasil Afro que acontecerá no próximo ano em São Paulo.

“Ser negra não me faz melhor ou pior do que ninguém, me faz ser igual a todos. Antes eu não me achava bonita, com essa coroa minha autoestima foi lá em cima e agora estou muito feliz”, conta Ilda.

A jovem é acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda, nasceu na Angola e veio para o Brasil quando tinha três anos de idade, junto com os pais. Na noite do concurso, Ilda conta que a mãe estava trabalhando e não conseguiu acompanhá-la no desfile. O pai teve que voltar para Angola para estudar.

Mesmo sem a presença dos pais a angolana diz que a torcida da família foi muito importante para o resultado. “Assim que acabou o concurso meu pai me ligou lá da Angola. Ele estava muito feliz e orgulhoso por mim. Eu nem acreditei no que estava acontecendo, fico nervosa só de lembrar”.



Fonte:G1MS, Portal de notícias da TV Morena, 16/11/2011

Na publicação do jornal eletrônico Campo Grande News, em 26/11/2017, a matéria “Haitiano e campo-grandense vencem 10º concurso de Beleza Negra de Campo Grande” divulga o nome dos vencedores do concurso e conta a história do haitiano Roobens e da Luana. O jornalista Lucas Arruda começa afirmando que o concurso já é tradição contra o preconceito em Campo Grande. O primeiro lugar masculino foi Roobens Chery. O haitiano morava em Campo Grande há um ano e três meses. A vencedora foi a professora de Português e militante dos direitos dos negros, Luana Cavalcanti. Ao ser entrevistada, Luana ressaltou,

Nossa sociedade ainda é bastante preconceituosa, sou professora e até em sala de aula passo por situações desagradáveis. Até minha adolescência quis seguir padrões instituídos em nossa sociedade, como alisar o cabelo, e só quando adulta vi o quão importante é ser nós mesmos, ainda mais quando somos negros (Campo Grande News, 2017).

Luana acrescentou que o concurso ajuda a todos a olharem para si mesmo de outro modo e passem a ver beleza na diversidade. “A mulher negra também tem o seu espaço, todas que estavam aqui são lindas. Iniciativas como essa com certeza nos ajudam”, avaliou.

Figura 21. Matéria do Campo Grande News - Concurso Beleza Negra Campo Grande



Luana a campeã feminina e Roobens que venceu a competição masculina do concurso de Beleza Negra de Campo Grande (Lucas Arruda)

O concurso Miss e Mister Beleza Negra de Campo Grande agora pode ser considerado tradição contra o preconceito. Ontem, chegou a 10ª edição, sob os olhares de cerca de 80 pessoas no Centro de Convivência do Idoso Vovó Ziza. O evento é

Fonte: Campo Grande News, em 26/11/2017

Percebe-se que durante um período as reportagens continuaram usando o termo “*miss*” e “*mister*”, inclusive nessa publicação de 2017. Entretanto, desde o primeiro concurso sempre foi utilizado como demarcação para as colocações: 1º, 2º e 3º lugar, masculino e feminino. Atualmente com um espaço maior na mídia e devido à publicização do evento, não existe dúvidas em relação ao regulamento e os objetivos do concurso, que são: “trabalhar a autoestima de mulheres, homens e adolescentes negros, valorizar a cultura e a estética afro-brasileira; destacar a beleza negra da cidade, o orgulho e a valorização de ser negro, além de criar oportunidade social e profissional para esse grupo étnico-racial” (Regulamento, 2022, p.48)

Outro exemplo simbólico foi à participação do casal Valejo na edição do concurso de 2011. Na publicação do G1 Mato Grosso do Sul, em 16/11/2011, no portal de notícias da TV Morena, a matéria “Homem perde 14 kg na preparação para concurso de beleza em MS” contou a história do casal Anderson Valejo e Eudinéia Valejo que se inscreveram juntos para o

Concurso Beleza Negra Campo Grande. O casal se preparou para o concurso juntos, fazendo dietas, exercícios físicos e assistindo vídeos sobre desfile. “Eu fiquei sabendo do concurso pela internet e chamei minha esposa para participar. Sempre foi meu sonho ser modelo, todos me incentivavam, mas pela vergonha, nunca participei de nenhum concurso e agora estou ansioso para que chegue o dia”, contou Anderson (G1, 2011).

Devido ao concurso, conta o casal, eles começaram a se preparar para a competição e assim Anderson emagreceu 14 quilos. Como os exemplos anteriores, essa experiência foi muito importante para a vida deles. Anderson ressalta que o casal sempre gostou de praticar atividades físicas e sempre tiveram a autoestima elevada. Entretanto, ele via no concurso a oportunidade de ter uma chance dentro do mercado de trabalho da moda.

Figura 22. Matéria do G1MS sobre o Concurso Beleza Negra Campo Grande



Fonte: G1MS, Portal de notícias da TV Morena, 16/11/2011

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra, tem se destacado como uma ferramenta de resistência contra o racismo na comunidade negra de Campo Grande, com impactos visíveis em todo o estado. Desde 2016, o movimento expandiu suas atividades com o Concurso Beleza Negra Dourados, atualmente em sua 7ª edição, promovendo uma transformação na autoimagem e na valorização da ancestralidade negra. O evento representa a principal iniciativa afirmativa do movimento, exercendo um papel crucial na mudança de comportamentos e na elevação da autoestima das mulheres e homens negros sul-mato-grossenses ao longo de quinze anos. Os participantes do concurso passaram a reconhecer e valorizar sua história ancestral e a se engajar mais profundamente na cultura africana, demonstrando que é possível promover conhecimento sobre questões raciais além dos espaços acadêmicos e escolares. Por meio de palestras e rodas de conversa, o movimento aborda temas como História da África, cultura afro-brasileira, racismo e valorização estética, promovendo um diálogo enriquecedor na comunidade.

O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, apesar dos desafios mencionados no primeiro capítulo, continua a promover, por meio de suas iniciativas, a visibilidade, o empoderamento, a emancipação dos participantes do concurso e contribuindo na construção da identidade étnico-racial, com ênfase na educação antirracista. Essas ações são fundamentais para fomentar uma sociedade mais justa e inclusiva. O Concurso Beleza Negra Campo Grande desempenha um papel crucial ao tirar a população negra da invisibilidade, destacando sua importância e beleza. O evento atua de forma contrária aos padrões estéticos impostos pela sociedade, promovendo uma reconfiguração identitária significativa.

A partir de um ensino decolonial, que rompe com uma perspectiva eurocêntrica, da promoção da educação e da luta antirracista, da valorização dos movimentos sociais como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, e de políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a preservação da influência negra na sociedade brasileira e a inserção equitativa da população negra nos espaços sociais e de poder, garantindo acesso e permanência, juntamente com a ampliação dos direitos e garantias através do enfrentamento eficaz do racismo por meio de leis mais robustas e políticas de ações afirmativas como a Lei 10.639/03, entre outras, podemos construir uma sociedade mais igualitária e democrática.

É essencial que haja uma mudança de postura coletiva na sociedade, com comprometimento em valorizar e respeitar a população negra de forma contínua. Conhecer para respeitar, conhecer para lutar por direitos: este é o caminho para ressignificar o conceito de cidadania na sociedade brasileira. Estudar o passado de maneira crítica permite-nos entender as mudanças e permanências que moldam nosso presente, possibilitando assim a construção de um futuro mais justo e inclusivo para todos.

3 O CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE POR MEIO DE UM DOCUMENTÁRIO

O terceiro capítulo deste estudo visa apresentar o conteúdo e o processo de desenvolvimento do documentário intitulado "Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo", juntamente com a Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista direcionada aos docentes de História no ensino básico e ao público em geral. Este instrumento pedagógico faz parte da dimensão propositiva desta pesquisa, embasado em levantamentos bibliográficos, na análise e interpretação das fontes disponíveis sobre o objeto de estudo e na coleta de entrevistas em trabalho de campo, que serviram como referencial teórico e metodológico para sua elaboração.

Ramos (2012, p. 92) destaca que o período de aprovação da Lei 10.639/03 foi crucial para as questões étnico-raciais no Brasil, refletido pelo aumento de 7% para 20% dos artigos na revista História & Ensino (H&E), demonstrando maior interesse dos professores e escritores na temática. No entanto, até o momento, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul não havia sido objeto de pesquisa, apesar de sua relevância social e cultural no estado. Este estudo visa preencher essa lacuna, proporcionando visibilidade à principal iniciativa do movimento, o Concurso Beleza Negra Campo Grande, como ferramenta de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na cidade, com repercussões em todo o estado. A pesquisa propõe que a representação positiva da negritude esteja acessível por meio de diversos produtos e materiais físicos e virtuais, como livros, jogos, brinquedos, filmes e documentários.

Desta forma, a pesquisa e o produto desenvolvidos, relacionados ao Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul através do Concurso Beleza Negra Campo Grande, centrados no Ensino de História e nas questões de racismo, almejam contribuir para avançar os debates sobre questões raciais, melhorar as práticas pedagógicas dos professores de História dentro e fora da sala de aula, e demonstrar a viabilidade do ensino de História em contextos não escolares.

3.1 Utilização de documentários como recurso didático no ensino de história

A principal motivação para esta dissertação surgiu da minha identificação pessoal e da minha trajetória docente em escolas públicas no município de Campo Grande, onde atuo como professora de História. No campo pessoal, sou fruto de uma relação inter-racial. Sempre foi perceptível na minha família paterna, composta por pretos e pardos, a preocupação por silenciar e promover o esquecimento das memórias relacionadas à parte negra da família. Incomodava-

me e ainda me incomoda muito o quanto a política do branqueamento está enraizada nos diálogos, nas buscas matrimônias, nas expectativas que rondam meu grupo familiar antes do nascimento de um novo membro na família.

A escolha do documentário como instrumento pedagógico na dimensão propositiva desta pesquisa também se deve à minha identificação pessoal e profissional com mídias. Durante a pandemia do coronavírus, o contexto pandêmico interrompeu as aulas presenciais nas escolas públicas e privadas de Campo Grande a partir de março de 2020. Nesse contexto, uma situação nova começou a afligir os sistemas de educação, as escolas, os docentes, a equipe pedagógica e as famílias dos alunos: como realizar a operação de ensino-aprendizagem à distância? As primeiras semanas foram de indefinição; fomos surpreendidos por uma parada estratégica do sistema de ensino vigente até aquele momento, como um todo, a fim de rever rotas. Como direcionar as políticas educacionais nessa nova realidade? Cada escola foi minimamente orientada de como proceder naquela situação, entretanto, diante desse novo momento os professores são convocados a agir e se reinventar.

Diante desse “novo normal”, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no contexto escolar assumiram importante papel no ensino de um modo geral, especialmente no ensino de História, garantindo a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. No meu caso, especificamente, comecei a produzir de forma caseira vídeos dos conteúdos que seriam trabalhados em sala de aula e postá-los no meu canal no Youtube, juntamente com inúmeros vídeos sobre conteúdos relacionados à História nas playlists e na comunidade do canal, postagens sobre curiosidades históricas, dicas de jogos e atividades, entre outros. Somado a isso, por entender que o nosso alunado está envolto a estímulos audiovisuais e à escola não pode ficar “parada no tempo”.

O material desenvolvido está alinhado com a Lei 10.639/03, assim como com o parecer e a resolução que estabeleceram, em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas diretrizes incentivam os professores a promoverem discussões mais profundas sobre as questões étnico-raciais na sociedade brasileira, buscando oferecer visibilidade, reconhecimento e valorização da beleza e da cultura negra.

Como o objetivo é produzir um documentário e uma Proposta de atividades práticas de Educação Antirracista - *Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo* - como recursos didáticos voltados para o Ensino de História, faz-se necessário definir o que é um documentário. No seu livro a Introdução ao documentário, publicado em 2005, Bill Nichols afirma que “todo

filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela” (Nichols, 2005, p.26).

A definição de “documentário” não é mais fácil do que a de “amor” ou de “cultura”. Seu significado não pode ser reduzido a um verbete de dicionário, como “temperatura” ou “sal de cozinha”. Não é uma definição completa em si mesma, que possa ser abarcada por um enunciado que, no caso do “sal de cozinha”, por exemplo, diga tratar-se do composto químico de um átomo de sódio e um de cloro (Na Cl). A definição de “documentário” é sempre relativa ou comparativa. Assim como amor adquire significado em comparação com indiferença ou ódio, e cultura adquire significado quando contrastada com barbárie ou caos, o documentário define-se pelo contraste com filme de ficção ou filme experimental e de vanguarda (Nichols, 2005, p.47).

Segundo Nichols (2005), há dois tipos de filmes, cada um contando uma história diferente. Os documentários de satisfação de desejos são categorizados como ficção, refletindo nossos sonhos e pesadelos, enquanto os documentários de representação social são considerados não-ficção, representando aspectos tangíveis da realidade social, mostrando elementos de um mundo compartilhado e vivido. De acordo com o autor,

O fato de os documentários não serem uma reprodução da realidade dá a eles uma voz própria. Eles são uma representação do mundo, é essa representação significa uma visão singular do mundo. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular dá a conhecer (Nichols, 2005, p.73).

Desse modo, *Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo* é um documentário. Um documentário baseado em entrevistas e material de arquivo, com o objetivo de informar e formar, o que o aproxima do documentário expositivo.

Em relação à utilização do documentário como ferramenta didática no Ensino de História, Elisabeth Weber Medeiros (2005, p.59) destaca que transformações significativas na sociedade, como a "revolução tecnológica" e a "crise dos paradigmas" na segunda metade do século XX, exigiram da escola uma reflexão crítica sobre suas práticas tradicionais. A autora observa que o surgimento da Escola de Annales e a ampliação das fontes e temas de pesquisa histórica, juntamente com o uso de novas tecnologias na educação, provocaram um intenso debate metodológico e estratégico no ensino de História. Medeiros argumenta que, diante desse cenário, os professores de História têm diversificado as fontes e linguagens utilizadas, visando uma prática renovada que torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e participativo (Medeiros, 2005, p.59). De acordo com Medeiros (2005),

O aluno, exposto aos mais diversos estímulos na sociedade da qual a escola faz parte, não aceita mais ser um sujeito passivo no processo de ensino-aprendizagem. Em decorrência desse aspecto, o professor de História tem ampliado o uso de novas fontes e linguagens no ensino da disciplina na Educação Básica, diversificando a utilização

de materiais didáticos como instrumentos de trabalho no processo de aprendizagem. A utilização de documentos inscritos, fontes imagéticas, histórias em quadrinhos, música, entre outros, tem sido um novo desafio metodológico (Medeiros, 2005, p.60).

Medeiros (2005, p.60) destaca que a escola contemporânea demanda que o professor mantenha uma "postura reflexiva e esteja constantemente atualizado". Segundo a autora, a utilização de diversas linguagens, que fazem parte do ambiente em que os alunos estão inseridos, facilita a disseminação e compreensão do conhecimento histórico escolar. A incorporação dessas linguagens também evidencia a necessária conexão entre o conhecimento histórico e a realidade vivenciada pelos alunos. A autora elucida que,

O uso de diferentes fontes e linguagens no ensino de História tem contribuído não só para ampliar o campo de estudo da disciplina, como também estabelecer um novo conceito de ensino-aprendizagem, tornando o processo mais dinâmico, significativo e prazeroso. O uso de imagens e documentos escritos tem contribuído para dar significado ao conteúdo histórico, tornando-o real, redimensionando a transposição didática do conhecimento histórico (Medeiros, 2005, p.60-61).

Optou-se por produzir um documentário por acreditar que ele constitui uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem, representando uma nova linguagem de acesso ao universo educacional, dinâmica, criativa, emocional e experimental para o público. Santos e Silva (2013), em seu artigo *A utilização de vídeos e documentários como metodologia diversificada no ensino de História*, destacam que as informações contemporâneas frequentemente são transmitidas por meio de vídeos e imagens, o que pode causar impacto significativo. Portanto, é essencial adotar um "enfoque educacional que promova uma comunicação de qualidade, oferecendo recursos para o desenvolvimento de competências e estratégias profissionais, além de questionar como qualquer outro objeto da indústria cultural" (Santos; Silva, 2013, p.1).

Magalhães Junior (2010, p.86 apud Santos; Silva, 2013, p.1) discute que o documentário, ao contrário da ficção, está intrinsecamente ligado ao que realmente ocorreu, embora nunca se esteja diante do mesmo instante documentado. Ele enfatiza que a percepção transmitida pelo documentário pode provocar uma nova visão do mundo para o espectador, constituindo-se como um processo de criação de significados que têm o potencial de gerar novos sentidos. Para as pesquisadoras (Santos; Silva, 2013, p.1-2), a utilização de vídeos e documentários em sala de aula, de maneira adequada pelo professor, "proporciona a criticidade e a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa". No Brasil, após a Revolução de 1930 o cinema nacional foi caracterizado pela presença do Estado. Os defensores da Escola

Nova sugeriam a utilização, no processo ensino-aprendizagem, de recursos audiovisuais a fim de estimular os alunos e torná-lo mais atrativo. As autoras esclarecem que,

O documentário foi desenvolvido na década de 1930, com o desígnio de ser “cinema-verdade”, promovendo a ideia de fiabilidade, com o caráter de documento, este tipo de mídia está ligado a fatos, acontecimentos e personagens históricos constituindo os fatos de forma a selecionar os resquícios envolvendo-os em narrativa. (Santos; Silva, 2013, p.2)

Santos e Silva (2013, p.2-3) destacam que os vídeos e documentários como suporte didático contribuem para a formação de alunos ativos, agentes criativos, críticos e sensíveis à compreensão do mundo, proporcionando o contato com obras cinematográficas de grande importância para sua formação e caráter. Essa ferramenta possibilita a aproximação dos alunos com a realidade do contexto histórico e com o professor, tornando a aprendizagem de história mais dinâmica e significativa, ao oferecer aos alunos um referencial visual que antes precisariam construir apenas na imaginação. Esses recursos visuais são essenciais para a didática em sala de aula.

Para Medeiros (2005, p.65-66), a exibição de um filme ou documentário deve ser precedida de uma boa preparação dos alunos de acordo com os objetivos da aula e que algumas regras gerais devem ser observadas:

- Não utilizar o filme apenas como ilustração do conteúdo estudado, mas para desenvolver no aluno competências de entendimento das imagens em movimento;
- A inclusão de filmes e documentários no planejamento do docente deve ser feita com base nos objetivos ou habilidades que se espera atingir com o uso da ferramenta;
- O material deve estar adaptado à faixa etária dos alunos e apresentar um nível de qualidade;
- O professor deve conhecer, previamente, as críticas e recomendações existentes;
- Para que o trabalho seja positivo e enriquecedor, sugerimos que as críticas e análises sejam realizadas a partir da análise dos alunos;
- A utilização de filmes e documentários devem ser intercalados “com outras atividades como a leitura de livros e construção de textos”, entre outras.

Medeiros (2005, p.71) destaca que o uso de linguagens alternativas no Ensino de História amplia o campo metodológico do professor, tornando o processo de aprendizagem dinâmico e conferindo significado ao conhecimento histórico abordado em sala de aula. A

incorporação dessas linguagens evidencia a relação entre o conhecimento histórico escolar e a sociedade, inovando o processo de ensino. Com isso, o professor assume um novo papel, não se limitando a um monólogo para os alunos, mas facilitando o contato com situações concretas que tornam o passado compreensível, superando a abordagem linear da História e promovendo a autonomia intelectual dos estudantes.

Embora corrobore-se a urgência de desenvolver e promover métodos diferentes de ensinar História, ressalta-se que ainda persistem metodologias que tornam as aulas "áridas, monótonas e sem significado" (Medeiros, 2005, p.70) mesmo com os esforços de renovação. Diante dessa realidade, o objetivo principal do documentário proposto é oferecer uma ferramenta didática adicional em um mundo cada vez mais tecnológico, visando contribuir com o ensino-aprendizagem das questões étnico-raciais, especialmente no contexto do Ensino de História. Medeiros reforça que o Ensino de História, ao estimular o contato com o real, é crucial para a formação cidadã dos alunos, preparando-os para a convivência em diversos espaços da sociedade (Medeiros, 2005, p.71).

3.2 Documentário e o ensino de história

O documentário *Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo* é proposto como material didático para o ensino de História, considerando o avanço da internet e a revolução tecnológica, sendo uma ferramenta didática renovada e uma metodologia diversificada. Segundo Medeiros (2005, p.59), os estudantes estão cada vez mais expostos a diversos estímulos na sociedade contemporânea, não se contentando mais em serem sujeitos passivos no processo de ensino-aprendizagem.

Medeiros (2005) argumenta que o uso de diferentes linguagens, contextualizadas no mundo do aluno, facilita a disseminação e compreensão do conhecimento histórico escolar. A autora ressalta que "A incorporação dessas linguagens evidencia também a aproximação que deve existir entre o conhecimento histórico e a realidade que o aluno vive, trazendo para a sala de aula um novo conceito de ensino e aprendizagem" (Medeiros, 2005, p.60).

O planejamento, produção e execução do documentário, que explora a inserção de mulheres negras em um contexto que não é o habitual delas, e sua utilização no ensino de História para abordar questões de Racismo e Beleza Negra como prática antirracista, representou um desafio significativo. Desde a primeira reunião com Rodynei Nolasco, idealizador do Concurso Beleza Negra Campo Grande, e demais membros do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, foi solicitada autorização para utilizá-lo como objeto de

pesquisa. Durante essa reunião, foram discutidos os impactos potenciais do estudo tanto dentro quanto fora do ambiente escolar e para o movimento como um todo. Argumentou-se que a pesquisa poderia contribuir para aumentar a visibilidade, o reconhecimento e a valorização das iniciativas promovidas pelo grupo em Campo Grande, com repercussões em todo o estado.

Durante uma longa conversa inicial, percebeu-se uma recepção positiva à proposta, culminando em uma parceria frutífera nos anos de 2022 e 2023. Foi explicada a escolha do documentário como ferramenta pedagógica com base na identificação pessoal e profissional, tendo produzido muitos vídeos sobre o movimento em plataformas digitais e buscando aliar o ensino de História às novas tecnologias. Destacou-se também a disponibilidade do material para professores da Educação Básica e para o público em geral, como uma eficaz ferramenta de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, além de um acervo valioso para o movimento. A proposta foi entusiasticamente aceita, com a concordância de realizar as gravações durante a conclusão do último capítulo da dissertação do ProfHistória.

É importante mencionar que a execução do documentário foi viabilizada pelo regulamento do concurso e pela colaboração do Sindicato dos Trabalhadores em Educação e da Fundação UFMS e IFMS – SISTA/MS, onde as gravações ocorreram, além do apoio de Rodynei Nolasco, Professora Silva Ramos e das entrevistadas e parceiras do Movimento: Nathália Gama, Cristiane de Almeida Marques e Joselaine Penha. Durante as conversas preliminares com as entrevistadas, ficou evidente o desejo delas de destacar as transformações não apenas estéticas, mas também políticas e sociais em suas vidas.

Durante a pesquisa, observou-se que o Concurso Beleza Negra Campo Grande, ao longo de dezesseis anos (2008-2023), desempenhou um papel significativo na autoestima de mulheres e homens negros, promovendo uma valorização da identidade racial e combatendo estigmas relacionados à cor da pele, cabelo e marcas raciais. Acredita-se que o documentário terá um impacto semelhante ao proporcionar visibilidade e inspiração para negros em todo o mundo, aproveitando o alcance das plataformas digitais.

No contexto atual, ainda se faz necessário um debate contínuo sobre o Racismo e a busca por igualdade de direitos. Segundo Santos (2022, p.73), no Brasil, a escravidão foi uma instituição racializada, substituída pelo racismo no Período Republicano, como destacado anteriormente por Santos (2022, p.15), em que o racismo é um tema central para a população não branca. Este cenário reflete múltiplas camadas de violência que afetam as minorias, embora constituam a maioria da população, silenciadas historicamente e politicamente.

Segundo Gomes (2005), a representação do negro no Brasil, construída pelas elites para justificar sua subjugação, baseava-se em características físicas, comportamentais e sexuais, que

categorizavam os negros como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou incompetentes”, “racionais” ou “emotivos” (p.45-46). Braga (2015) corrobora que tais visões reforçam o racismo, estereótipos e mitos sobre a população negra, fundamentados em ideologias eugenistas que supervalorizavam o grupo social europeu e branco.

Essas representações persistem até hoje, resultando em silenciamentos, apagamentos e práticas discriminatórias que prejudicam a sociedade, apesar da existência de leis antirracistas e políticas afirmativas advindas das lutas do movimento negro em setores como educação e mercado de trabalho. Santos (2022) argumenta que o racismo é uma realidade estrutural, integrada às bases sociais das sociedades, dificultando sua percepção clara e tornando-o ubíquo, como afirmado pela historiadora (2002, p.14), ao descrever que "ao afirmar que o racismo é estrutural estamos dizendo que ele está em todo lugar mesmo que não tenhamos consciência disso", o que torna sua identificação desafiadora.

O termo racismo estrutural foi introduzido para descrever o racismo não como um comportamento individual, mas como um processo político que estrutura posições sociais e cria vantagens e desvantagens duradouras na competição por bens materiais e simbólicos (Palma 2021, p.23). Assim, o racismo só pode existir em uma estrutura social que organiza grupos, sujeitos e subjetividades por meio de relações de poder específicas, caracterizando-o como um fenômeno sistêmico (Palma, 2021, p.24). Atualmente, temas como cor da pele, cabelo e marcas raciais estão cada vez mais em evidência, especialmente no contexto do Ensino de História, embora ainda haja muito a ser feito. Conforme Milton Santos (2002, p.158), para efetivamente melhorar a inclusão dos negros na sociedade brasileira, é fundamental garantir acesso, permanência e ensino de qualidade, indo além das políticas de cotas. É urgente que as reflexões sobre a condição do negro no Brasil sejam frequentes e públicas, não se limitando a ocasiões específicas.

Para enfrentar a questão do negro na sociedade brasileira, é fundamental reconhecer que o racismo é uma das problemáticas enraizadas no país, perpetuando a usurpação de direitos, o silenciamento e a constante invalidação desses indivíduos. Santos (2002) destaca o papel crucial da escola e da mídia nesse contexto, frequentemente abordando temas de maneira superficial e muitas vezes negativa.

Esta pesquisa e o material didático resultante buscam alinhar-se aos ideais de Milton Santos, entregando à sociedade uma dissertação que aborda a história do negro no Brasil, como no Mato Grosso do Sul, enfocando resistências à escravidão, o ensino de história na França e no Brasil, as relações étnico-raciais no currículo escolar, além de destacar o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, através do Concurso Beleza Negra, como uma ferramenta de

combate ao racismo e promoção da igualdade racial. O documentário associado explora aspectos significativos do Concurso Beleza Negra Campo Grande, incluindo sua história, o impacto do ensino de história nas palestras e discussões durante os ensaios, e as transformações observadas entre os participantes, como empoderamento, visibilidade, construção da identidade negra e representação positiva da cultura afro-brasileira. Além disso, propõe atividades práticas de educação antirracista destinadas aos professores da educação básica, contribuindo modestamente para essa causa.

O documentário ao ser protagonizado por “pessoas normais”, mulheres que participaram do concurso, que falam a partir das suas vivências, de suas experiências, tem maior capacidade de atingir o telespectador, influenciando positivamente àquele que o assistir. “Nos documentários, encontramos histórias e argumentos, evocações ou descrições, que nos permitem ver o mundo de uma nova maneira” (Nichols, 2005, p.28). Construindo e consolidando a autoafirmação e a aceitação dos traços negros e a certeza: Somos belas e belos!

Ressalta-se até esse momento, que, o documentário sobre o *Concurso Beleza Negra/CG: História e o Racismo* e a Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista objetiva ser uma sugestão de material didático para auxiliar os docentes no seu trabalho em sala, no Ensino de História, sobre temas como: o racismo, a beleza negra e a cultura negra. Como também, o material desenvolvido está em consonância com a Lei 10.639/03, com o parecer e a resolução que instituíram as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004.

Considerando que as “Diretrizes”, de 2004, contém orientações para àqueles que pretendem dialogar com os sistemas de ensino acerca das relações étnico-raciais. O parecer trata de uma política curricular, que “propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial [...] para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada” (Brasil, 2004, p.10). Logo, de acordo com as Diretrizes,

[...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e sua história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de qualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (Brasil, 2004, p.12).

Entende-se que na sociedade brasileira persiste um "imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática" (Brasil, 2004, p.14). O documentário proposto, juntamente com a Proposta de Atividades, emergem como recursos pedagógicos preciosos para abordar com os alunos questões relacionadas ao racismo, à beleza negra e à cultura afro-brasileira, proporcionando uma reflexão crítica sobre esses temas.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa e a produção do produto final do mestrado profissional incluíram o regulamento do Concurso Beleza Negra Campo Grande, o livreto de memórias com as quinze edições com registros fotográficos e informações sobre os inscritos e premiações, reportagens impressas e eletrônicas sobre o concurso, além das plataformas digitais que disponibilizam registros dos eventos. O cronograma das atividades, as entrevistas realizadas com Rodynei Nolasco e com a professora Silvana Ramos que resultaram no documentário foram fundamentais. Essas fontes foram escolhidas por estarem intrinsecamente relacionadas ao Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e por oferecerem insights essenciais sobre o concurso e sua relevância na história do antirracismo no estado. As narrativas coletadas para o documentário também desempenharam um papel crucial para compreender a trajetória do movimento, seu impacto educacional e social.

O documentário é dividido em três partes, cada uma com duração média entre 4 e 6 minutos, visando facilitar sua utilização em sala de aula e manter a atenção dos alunos. Os temas centrais abordados são o Ensino de História e o Racismo, destacando o papel do Concurso Beleza Negra Campo Grande e das atividades do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul na promoção da igualdade racial e na luta contra o racismo no estado. O material audiovisual inclui cinco entrevistas: a primeira com Rodynei Nolasco, criador e promotor do concurso; a segunda com a Professora Silvana Ramos, responsável pelas palestras sobre ensino de história e questões étnico-raciais; e as três últimas com ex-participantes do concurso, vencedores de diferentes edições, compartilhando suas experiências pessoais, profissionais e sociais. O documentário também apresenta fotos que marcaram os dezesseis anos do concurso ao longo dos depoimentos.

3.3 O processo de construção e execução do documentário

O documentário "Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo" é destinado aos educadores de História da Educação Básica e ao público em geral como uma ferramenta pedagógica voltada para o ensino de História e a educação antirracista. Ele evidencia a

possibilidade de promover o ensino de História para além do ambiente escolar, destacando como o Concurso Beleza Negra Campo Grande tem proporcionado, ao longo de dezesseis anos, palestras e rodas de conversa durante os ensaios, abordando temas raciais a partir do estudo da História da África e da cultura Afro-brasileira.

Essa iniciativa contribui para construir uma representação positiva do negro, contrastando com estereótipos frequentemente veiculados na mídia, e para ressignificar a beleza e a identidade racial negra. O documentário também pode ser uma ferramenta significativa para auxiliar crianças, jovens, mulheres e homens negros a se sentirem representados, descobrirem e valorizarem a beleza e a cultura negra, fortalecendo a identidade étnica e celebrando a diversidade cultural. Destaca-se a importância da representatividade africana e da cultura afro-brasileira em todos os âmbitos sociais, demonstrando como iniciativas semelhantes ao concurso podem efetivamente promover a igualdade racial no Brasil.

3.3.1 Seleção dos entrevistados

O processo de seleção dos entrevistados foi cuidadosamente alinhado com os objetivos comunicativos do documentário. Desde o início, buscou-se abordar o impacto do Concurso Beleza Negra Campo Grande na luta contra o racismo em Mato Grosso do Sul, com projeções para todo o estado. Foi convidado Rodynei Nolasco, idealizador do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do concurso, para discorrer sobre esses temas. Além disso, convidou-se também, a professora Silvana Ramos, colaboradora, jurada do concurso e figura chave na educação racial do movimento, cujas palestras e rodas de conversa durante os ensaios são fundamentais para o ensino de História.

Para as entrevistas com participantes do concurso e membros atuais do movimento, optou-se por mulheres que continuaram envolvidas após suas participações, fortalecendo o grupo e suas iniciativas na promoção da autoestima e da identidade negra. Participaram do documentário Joselaine Penha do Nascimento, vencedora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2023, Natália Gama dos Santos Vieira da Cunha, Miss Simpatia/2014, e Cristiane de Almeida, 2º Lugar em 2012.

A divisão do documentário em três episódios de aproximadamente 6 minutos cada foi uma decisão estratégica para facilitar o compartilhamento e a visualização nas plataformas digitais, otimizando a retenção do público. Foram definidos os temas de cada episódio e organizadas as entrevistas de maneira apropriada. Após a conclusão do documentário,

confirmou-se que essa abordagem foi acertada e eficaz para alcançar nossos objetivos de comunicação.

Entrevistados:

Rodynei Pereira Nolasco – 60 anos, natural de Campo Grande, possui graduação em Pedagogia, Moda, Comunicação visual, Pós-graduação em Gestão Pública, Assistente de serviços em comunicação na FERTEL (Rede E-TV, Rádio e Portal Educativa/MS), há 22 anos. Criador do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e criador/promotor do Concurso Beleza Negra Campo Grande (2008-2024).

Silvana de Souza Ramos – 50 anos, natural de Campo Grande, possui licenciatura e bacharelado em Geografia, especialização em Educação Especial e Diversidade, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Atualmente atua na função de Relatora da Comissão de Valorização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso do Sul/ Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul.

Joselaine Penha do Nascimento – 40 anos, natural de Campo Grande, possui graduação em Ciências Contábeis e Técnico em Enfermagem. Vencedora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2023.

Natália Gama dos Santos Vieira da Cunha – 31 anos, natural de Campo Grande, possui formação técnica em Mídias Sociais Digitais, trabalha com assistente de serviços de saúde. Miss Simpatia/2014.

Cristiane de Almeida Marques – 42 anos, especialista em cabelos e penteados Afros, Barbeira e Esteticista. Participou do concurso em 2010, 2011 e 2012. Ficou em 2º lugar no Concurso Beleza Negra Campo Grande/2012.

3.3.2 Gravações das entrevistas

As gravações das entrevistas aconteceram no SISTA (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Fundação UFMS e IFMS) em Campo Grande/MS, no dia 7 de abril de 2024, das 14h às 17 horas. O SISTA é um sindicato parceiro do movimento e o local onde aconteceu o

concurso Beleza Negra de 2023, sendo um lugar familiar e simbólico para o grupo. As entrevistas iniciaram-se no momento das gravações. Houve uma conversa prévia com os entrevistados, para que estes entendessem a dinâmica da gravação e buscou-se tranquilizá-los. Para otimizar o tempo, ficou combinado com os entrevistados e com o *videomaker* que na edição do material a voz da pesquisadora seria suprimida.

3.3.3 Questionários

Por estar familiarizada e engajada no Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, desempenhando um papel ativo nas palestras realizadas durante os ensaios e como apresentadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande, não houve dificuldade na formulação das perguntas utilizadas nas entrevistas.

Para o idealizador e promotor do concurso, Rodynei Nolasco, questionou-se acerca da data de fundação do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do Concurso Beleza Negra Campo Grande, quais foram as motivações por trás da criação do evento e seus principais objetivos. Além disso, inquireu-se sobre os critérios de participação no concurso e solicitou-se que compartilhasse as principais alterações ocorridas ao longo dos dezesseis anos, incluindo a exclusão do desfile de moda praia, o início da participação masculina e a introdução de palestras sobre temáticas raciais nos ensaios.

Perguntas para o criador e promotor do Concurso Beleza Negra Campo Grande:

1. Qual o ano de criação do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do Concurso Beleza Negra Campo Grande? Quais foram os motivos?
2. Quais os objetivos do Concurso Beleza Negra Campo Grande?
3. Quais são os pré-requisitos para participar do Concurso?
4. Cite e explique as principais mudanças que o Concurso Beleza Negra Campo Grande passou ao longo do tempo?

Figura 23. Imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo



Fonte: Acervo da autora (2024)

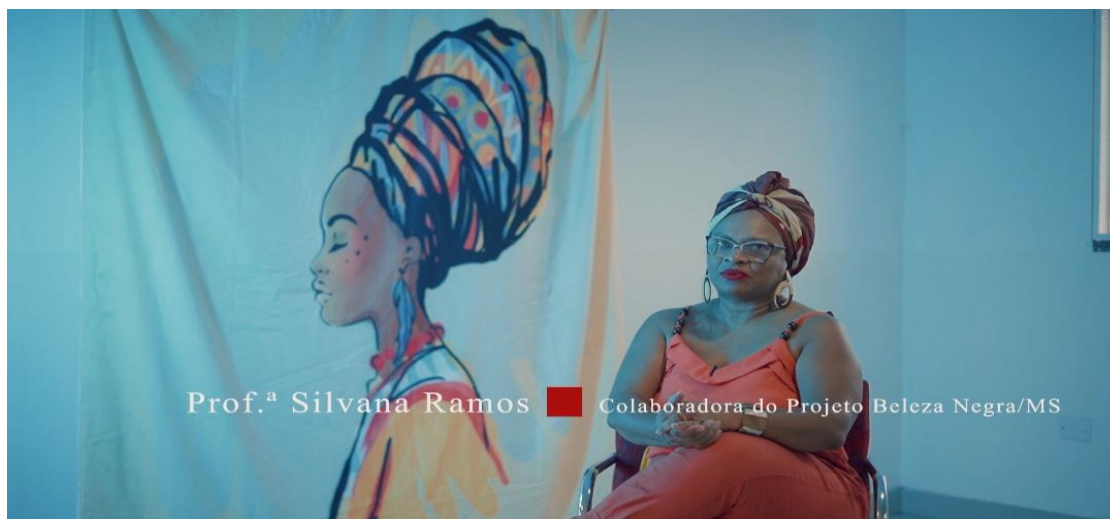
Durante a entrevista realizada para a produção do documentário, Rodynei Nolasco, explicou que o concurso Beleza Negra Campo Grande e o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul foram criados simultaneamente, em 2008. Nolasco ressaltou, que o concurso foi criado a partir da percepção de que “alguma coisa precisava ser feita para os negros” pois existia “muita comunidade negra (em Campo Grande) e não tinha nada que enaltecesse a raça”. Diante disso, ele fez um projeto de um concurso de *miss* que depois virou um concurso de beleza negra. Segundo Nolasco, no primeiro concurso, em 2008, só participaram mulheres e que a partir de 2009, teve início a participação masculina diante da grande procura. Ainda segundo Nolasco, no ano de 2008, ainda não estava definida a idade mínima para participar do concurso, devido a isso, as candidatas menores de 18 anos puderam participar com a autorização do juizado de menores. Quando lhe foi perguntado acerca dos objetivos principais do concurso, Nolasco salientou que são: trabalhar a autoestima, a valorização da beleza negra e o empoderamento negro. Para Nolasco, “um negro empoderado consegue empoderar todos os negros a sua volta”.

Em relação ao concurso e os seus pré-requisitos, Nolasco ressaltou, que com o passar do tempo as pessoas foram percebendo que “o Concurso Beleza Negra Campo Grande era diferente dos outros concursos de beleza, pois não exigia peso, medidas, altura e idade limite” aumentando o nível de identificação com o evento. Percebemos que ano a ano os negros e as negras da cidade estão mais à vontade em se inscrever e participar desse momento, apropriando-se desse espaço para a construção da sua autoestima, da sua subjetividade, da sua identidade

racial, mostrando que são belos e que têm orgulho da sua ancestralidade. De acordo com Nolasco, “o negro não precisa se encaixar em padrão de beleza nenhum, o negro já é bonito”.

Nolasco em sua fala destacou, que ao longo dos dezesseis anos de existência do concurso foram feitas algumas modificações. O movimento percebeu que algumas “coisas” precisavam ser mudadas no regimento, entre elas, a supressão do desfile moda praia “pois o Carnaval já expõe muito o corpo do negro, não é essa a intenção do concurso”. Nolasco afirmou, que atualmente, para os organizadores do concurso e para o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul os dois grandes objetivos do evento são “valorizar a autoestima e dar empoderamento aos candidatas”. Reafirmou que o público-alvo do concurso é a população negra da cidade, para participar do evento “precisa ser negro e maior de 18 anos”.

Figura 24. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo



Fonte: Acervo da autora (2024)

Para a Professora Silvana Ramos, uma das responsáveis pela organização das palestras e das rodas de conversa que acontecem durante os ensaios, os questionamentos foram acerca do Concurso Beleza Negra Campo Grande como ferramenta de luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial e como o Ensino de História está presente durante os ensaios do concurso. Mostrando o trabalho educativo de organizações não governamentais e de movimentos sociais no combate ao racismo. Durante a entrevista lhe foi perguntado em que momento o Movimento Beleza Negra entendeu a importância de introduzir as temáticas raciais, relacionadas a História da África e Cultura Afro-brasileira durante os ensaios, quais temáticas e assuntos são trabalhados e quais as transformações perceptíveis nos candidatas após esses momentos.

Perguntas para a Professora Silvana Ramos, colaboradora do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

1. Em qual momento o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul decidiu colocar durante os ensaios palestras e rodas de conversas com temáticas raciais, relacionadas ao Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira?
2. Qual a metodologia utilizada e quais as principais temáticas trabalhadas durante os ensaios?
3. Na percepção do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul qual a importância desse momento para os inscritos?

De acordo com a Professora Silvana Ramos, as palestras e as rodas de conversas com temáticas raciais foram introduzidas no primeiro ano do concurso, “em 2008, quando iniciou o Movimento Beleza Negra (Mato Grosso do Sul), foi pensado que a beleza negra perpassa pela autoestima e a autoestima pelo autoconhecimento e que o conhecimento se dá através do estudo, através de conhecer nossas origens. Nesse sentido, nós pensamos em palestras em rodas de conversas”. Ramos ressaltou que desde o primeiro concurso, em 2008, houve a inserção durante os ensaios de palestras sobre temáticas raciais, relacionadas ao ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e que “essas palestras ocorrem ao longo do processo, a partir do momento que os integrantes fazem as inscrições”. Ainda de acordo com Ramos, a introdução dessas temáticas veio também a partir da percepção da necessidade de trazer conhecimento, aos inscritos, acerca de temas extremamente importantes para a construção da identidade racial, do autoconhecimento da pessoa negra, para isso foi de suma importância a implementação de leis, como a 10.639/03.

Segundo Ramos, as palestras são proferidas por voluntários e parceiros do movimento, de preferência negras/negros, que tenham uma sólida construção profissional, que pesquisem e trabalhem com a temática racial. Nessas palestras são trabalhados conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira, elucidando questões que envolvem o Mito da Democracia Racial, Racismo Estrutural, entre outros.

Ainda segundo Ramos, o ponto alto dos ensaios são as rodas de conversas e palestras onde os inscritos podem criar vínculos, trocar experiências em relação às vivências diárias com o racismo, falar de suas dúvidas e inseguranças, tendo acesso a informações importantes sobre: direito à igualdade racial, políticas públicas destinadas a população negra, entre outros. Ramos contou que nessas conversas já houve situações de pessoas que relataram uma situação que vivenciaram e que depois das palestras e trocas de experiências elas se deram conta de que passaram por uma situação que se enquadra como Racismo Estrutural. Por fim, Ramos ressaltou

que “a percepção de que nossos direitos estão sendo infringidos de que é preciso uma mudança na sociedade e que está arraigado na estrutura esse racismo é o nosso foco, o nosso objetivo [...] a História é bastante importante nesse contexto [...] o estudo relacionado a História da África e Cultura-Afro-brasileira”.

Figura 25. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo



Fonte: Acervo da autora (2024)

Para as ex-participantes do Concurso Beleza Negra Campo Grande: Joselaine Penha, Natália Gama e Cristiane de Almeida, os questionamentos foram acerca das motivações que as levaram a se inscrever no concurso, se o fato delas terem participado do Concurso Beleza Negra Campo Grande mudou as suas vidas e qual a importância de ter durante os ensaios, palestras e rodas de conversas sobre temáticas relacionadas à História da África e da Cultura Afro-brasileira, sobre Racismo, sobre a Beleza Negra, entre outros.

Perguntas para as ex-participantes do Concurso Beleza Negra Campo Grande.

1. O que te motivou a participar do Concurso Beleza Negra Campo Grande?
2. Depois de ter participado do Concurso Beleza Negra Campo Grande o que mudou em sua vida?
3. Qual a importância de ter durante os ensaios, palestras e rodas de conversas, sobre temáticas relacionadas a História da África e Cultura Afro-Brasileira, sobre Racismo, sobre a Beleza Negra, entre outras?

Joselaine Penha do Nascimento – 1º Lugar Beleza Negra Campo Grande/2023.

Joselaine Penha do Nascimento, 40 anos, natural de Campo Grande, relatou que nunca tinha participado de um concurso antes do concurso Beleza Negra Campo Grande. Segundo ela, isso se dava devido a sua “altura, peso, características” e que ficou muito feliz quando encontrou um concurso em que ela se encaixava e que essa experiência mudou muito a sua vida, a sua cabeça. “Depois que eu participei desse concurso, hoje, eu sinto que eu sou bonita, que eu posso, que eu tenho um corpo bonito, que eu não preciso me encaixar num corpo magro, que meu corpo é bonito. Eu me acho bonita”. De acordo com Joselaine, durante os ensaios, nas palestras e nas rodas de conversas, o ensino da História do povo africano se faz presente “e isso foi muito importante para mim”. Foi perceptível durante toda a sua fala que realmente o concurso foi um divisor de águas em sua vida pessoal e profissional. Como Carine (2023, p.20), acreditamos no poder da representatividade, “onde a gente não se vê, a gente não se projeta.”

Figura 26. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo



Fonte: Acervo da autora (2024)

Natália Gama dos Santos Vieira da Cunha – Miss Simpatia 2014

Natália Gama dos Santos Vieira da Cunha, 31 anos, natural de Campo Grande, explicou que, em 2014, foi convidada a participar do Concurso Beleza Negra Campo Grande por um paciente do laboratório em que trabalhava. Ao conhecer o concurso, chamou a sua atenção o fato dele não ter pré-requisitos: peso, altura, medidas, idade limite. É possível ver no documentário o seu espanto e contentamento ao saber disso, “geralmente os concursos tem um certo padrão de beleza no qual eu não me encaixava em nenhum deles”, desse modo, resolveu

se inscrever. Segundo Natália, durante os ensaios participou de palestras que a auxiliou a entender melhor sobre “a nossa cultura, cor e raça” e isso “gerou uma autoestima muito grande”. Ela afirmou, que o conhecimento adquirido nesses momentos, a partir do estudo de temáticas relacionadas a História da África e Cultura Afro-brasileira, sobre o racismo, a permitiu entender melhor sobre sua cor, seu cabelo, quem ela é, a construção de sua identidade negra.

Conforme Carine (2023, p.20), “[...] educar é um ato social que não se restringe a uma sala de aula”, e, nesse sentido, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul cumpre seu papel como movimento social. Gomes (2017) acrescenta que os movimentos sociais “são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos de nossa sociedade. [...] o papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento” (Gomes, 2017, p.16).

Natália concluiu a sua fala ressaltando que depois do concurso aprendeu a valorizar a sua autoestima como das mulheres que ela encontra e que hoje ela se acha bonita, corroborando a frase de Rodynei Nolasco, “um negro empoderado consegue empoderar todos os negros a sua volta”.

Figura 27. imagem do documentário: Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo



Fonte: Acervo da autora (2024)

Cristiane de Almeida Marques – 2º Lugar Concurso Beleza Negra Campo Grande/2012.

Cristiane de Almeida Marques, 42 anos, natural de Campo Grande, especialista em cabelos e penteados Afros, barbeira e Esteticista, relatou que o Concurso Beleza Negra Campo Grande chegou em sua vida no momento em que ela mais precisava, “pra levar autoestima para as mulheres negras ao meu redor”.

Segundo Cristiane, a partir dela outras mulheres negras se sentiram incentivadas a se cuidar e se arrumar mais, sendo que hoje no seu espaço de beleza ela é o exemplo, tanto na questão visual como de postura. Ainda segundo Cristiane, ela participou de outros desfiles de beleza negra e em alguns momentos foi necessário mostrar para as outras mulheres negras, que os povos africanos se cuidam, usam maquiagem, acessórios e são “lindos”. Atualmente, no seu espaço de beleza ela faz questão de trazer o esplendor da beleza negra. Neste aspecto Gomes (2017, p.75) ressalta o papel das ações afirmativas, pois “reeducam os negros e as negras na sua relação com o corpo e reeducam a sociedade brasileira no seu olhar sobre o corpo negro”. Por fim, Cristiane ressaltou que o concurso não diz respeito apenas a autoestima e a personalidade da mulher negra e do homem negro e que durante os ensaios

A gente estuda a História, da cultura africana, [...] desde os nossos ancestrais até a história de hoje. Então vou te falar, não tem como a gente não ficar com a autoestima, mas também com aquela alegria, com a honra de ser uma mulher e um homem negro na História do Brasil (Cristiane - entrevista, 2024).

Reafirmando a fala da professora Silvana Ramos “[...]a beleza negra perpassa pela autoestima e a autoestima pelo autoconhecimento e que o conhecimento se dá através do estudo, através de conhecer nossas origens”. Neste momento, confirma-se a escolha assertiva do objeto de pesquisa e do tema ao propor a discussão sobre o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, refletindo sobre os impactos de suas ações na luta contra o racismo em Campo Grande e seus reflexos no Estado.

3.4 Estrutura do documentário e acesso ao produto

O documentário, *Beleza Negra Campo Grande/CG: História e Racismo*, está dividido em três episódios:

No episódio 1, há uma breve reflexão sobre o racismo, ressaltando a importância de discutir o tema tanto no espaço escolar quanto fora dele, pois a educação é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Discutir o racismo ajuda a promover a consciência sobre as desigualdades raciais, combater estereótipos e preconceitos, e valorizar a diversidade. Além disso, combater o racismo fora do ambiente escolar pode sensibilizar a sociedade como um todo e promover mudanças estruturais necessárias para um mundo mais inclusivo. Com duração de 6 minutos e 1 segundo, o episódio conta com a participação de Rodynei Nolasco, criador e promotor do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do Concurso Beleza Negra Campo Grande, que discute a criação do concurso, os objetivos do movimento e as principais modificações do concurso ao longo de seus dezesseis anos.

De acordo com Santos (2022), o racismo na sociedade brasileira resulta de fatores históricos, estruturais, sociais e culturais. A escravidão, que marcou o Brasil por séculos, deixou profundas marcas na estrutura social e nas relações raciais do país. Mesmo após a abolição da escravatura, as desigualdades raciais persistem, com a população negra enfrentando discriminação em diversos aspectos da vida, como acesso à educação, oportunidades de emprego, saúde e segurança. A perpetuação de estereótipos e do racismo machuca, silencia, apaga e ameaça os direitos fundamentais de grande parte da população brasileira.

No 2º episódio, a Professora Silvana Ramos, uma das responsáveis pelas palestras e rodas de conversas que acontecem durante os ensaios sobre as temáticas raciais, discorre sobre esse momento, pontuando como o Ensino de História se faz presente dentro dos ensaios e as perceptíveis transformações, nos participantes do concurso, após essas palestras e trocas de experiências. Duração: 4 minutos e 2 segundos.

No 3º episódio, Joselaine, Natália e Cristiane, ex-candidatas do concurso, relatam como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, contribuiu para torná-las mais preparadas para enfrentar as questões raciais dentro da sociedade, como elas ficaram sabendo do concurso, a importância de ter durante os ensaios palestras e rodas de conversas sobre temáticas relacionadas ao Ensino de História e o Racismo e como essa experiência colaborou na construção de sua identidade racial. Duração: 6 minutos e 17 segundos.

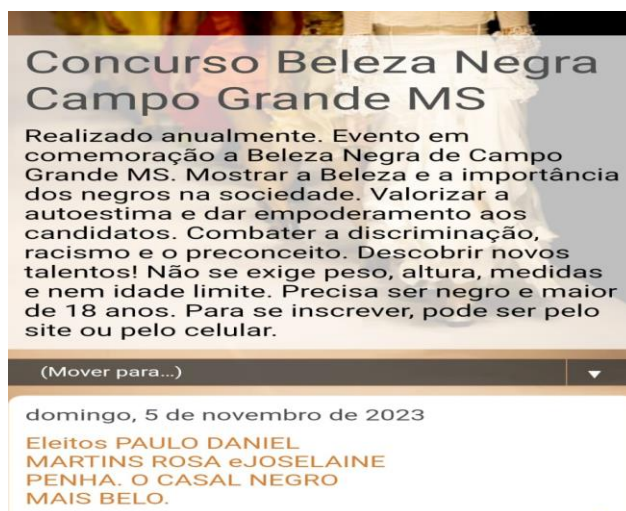
O documentário *Beleza Negra Campo grande/CG: História e Racismo*, foi finalizado com 16 minutos e 19 segundos. O recurso didático está disponível no Youtube, no canal oficial do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

1º episódio – <https://youtu.be/yT4n2tZBKDA>

2º episódio – https://youtu.be/nRjLpP0_AIQ

3º episódio – https://youtu.be/gBiVb_hBTOQ

Figura 28. imagem de capa do blogpost do Concurso Beleza Negra Campo Grande



Fonte: <http://belezanegracampograndebloggrande.blogspot.com/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se compreender a construção da representação da beleza negra no Brasil e como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, contribui no combate ao racismo, sendo uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade racial em Campo Grande, com reflexos em Mato Grosso do Sul. A história brasileira ainda é vista pela sociedade na perspectiva eurocêntrica, consequentemente uma história dos brancos colonizadores. Essa visão vem sendo aos poucos desconstruída pelas pesquisas concluídas e em curso, produzidas por pesquisadores negros e não negros, expondo de forma contundente que existe no país uma rica diversidade cultural e racial.

Para o desenvolvimento da pesquisa, analisou-se com acuidade a historiografia acerca do negro na sociedade brasileira, o negro no Mato Grosso do Sul, e obras de pesquisadores que fazem reflexões sobre o racismo. Tratou-se da representação da beleza historicamente construída, desde a Pré-história até o surgimento da Vênus Noire, na França do século XIX, cujos atributos físicos eram considerados exóticos pelos europeus e associados a um alto grau de desejo sexual e inferioridade étnica. Essa representação cruzou o Atlântico e deixou suas marcas no Brasil. Ressaltou-se durante o trabalho o protagonismo do negro na História do Brasil, a partir da resistência negra à escravidão, a luta por liberdade e reconhecimento de direitos, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Destacaram-se as contribuições inegáveis e robustas dos negros na formação cultural, social e econômica do país, especialmente no campo da educação.

A construção e consolidação de uma educação voltada para a diversidade étnico-racial, que prioriza atitudes e valores inclusivos, que promove o respeito e o reconhecimento da alteridade, é recente no Brasil. Segundo Nilma Lino Gomes (2017), tal conjuntura teve início no final do Regime Militar e se aprofundou ao longo da década de 1990, com reflexos até os dias atuais, principalmente no Ensino de História. Entre 2003 e 2017, período correspondente ao recorte temporal desta pesquisa, foram assinadas duas importantes leis no âmbito educacional: a Lei 10.639/03, que adentrou no campo das relações étnico-raciais no Ensino de História, e o estabelecimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promovendo a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-brasileira”, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Até o período anterior a essas legislações, como aponta Kabengele Munanga (2015, p.20), apenas a herança da colonização europeia era ressaltada no ensino de História, minimizando ou até ignorando as contribuições de outras culturas e civilizações para o

desenvolvimento da humanidade. O currículo escolar reforçava a visão da superioridade europeia e marginalizava outras perspectivas históricas, contribuindo para o silenciamento e apagamento da população negra e indígena da História do Brasil. O ensino numa perspectiva eurocêntrica perpetua estereótipos e preconceitos em relação a outras culturas, povos e tradições, criando uma visão distorcida e incompleta da História, e prejudica a formação de uma consciência histórica mais ampla e diversificada. Durante décadas, as culturas negra e indígena foram tratadas como inferiores, uma visão comum na historiografia e no Ensino de História até recentemente, com certas permanências na atualidade.

Segundo Gomes (2017), a mudança desse panorama teve a participação ativa dos movimentos sociais negros no contexto de redemocratização do Brasil. O Movimento Negro Unificado e outros movimentos sociais negros e de mulheres negras influenciaram mudanças na historiografia da escravidão e pós-escravidão, ampliando as fontes de pesquisa e valorizando o ser humano como agente nos processos históricos. Isso contribuiu para o revisionismo da História com base numa agenda antirracista. As questões relacionadas ao Ensino de História, às relações étnico-raciais e à pluralidade cultural, postas em ação como resposta às pressões exercidas pelos movimentos sociais negros, foram introduzidas na LDB e nos PCNs na década de 1990. Posteriormente, essas políticas de reparação no ensino foram contempladas na Lei 10.639/03, nas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira (2004), e na BNCC.

As políticas de reparação no ensino permitiram que o ambiente escolar se tornasse um espaço de combate ao racismo, de respeito e valorização da alteridade, e de promoção da igualdade racial. Assim, a história e a cultura negra passaram a ter mais espaço na educação básica, possibilitando um Ensino de História mais democrático e plural. Corroborando com Munanga (2015, p.20), acredita-se que para mudar efetivamente a educação brasileira é necessário implementar uma “educação multicultural que enfoque na rica diversidade ao incluir na formação da cidadania a história e a cultura de outras raízes formadoras do Brasil”.

Após a promulgação da Lei 10.639, em 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares e instituiu o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, houve um aumento substancial de trabalhos sobre temáticas raciais. De acordo com Márcia Tetê Ramos (2012, p.92), as pesquisas desenvolvidas em variados campos de estudos datam após a promulgação da Lei 10.639, contudo, ainda há uma escassez de trabalhos no campo da História sobre a Beleza Negra, evidenciando a falta de interesse em constituir uma historiografia nessa área, justificando esta dissertação. Mesmo com o avanço das pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais, ainda é precária a formação dos

professores e faltam materiais pedagógicos voltados para o ensino na educação básica. A escolha do tema da pesquisa — Ensino de História e Racismo — e do produto final do PROFHISTÓRIA, o documentário e a Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista, resultou da certeza de que a representação negra positiva deve estar acessível através de materiais físicos ou virtuais, como jogos, brinquedos, filmes, documentários, entre outros.

A dissertação produzida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) teve como objetivo compreender como o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, por meio do Concurso Beleza Negra Campo Grande, contribui no combate ao racismo, sendo uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade racial, e como seu exemplo pode ser utilizado como recurso pedagógico no Ensino de História. O documentário e a Proposta de Atividades Práticas de Educação Antirracista são direcionados aos docentes de História no ensino básico e para o público em geral, contribuindo para o Ensino de História dentro e fora da comunidade escolar. O material pedagógico produzido está em consonância com as demandas da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais (2004), oferecendo visibilidade, reconhecimento e valorização da beleza e da cultura negra. Contribui para a construção de uma representação positiva do negro, divergindo das imagens estereotipadas frequentemente veiculadas na mídia, promovendo a ressignificação da beleza negra e da identidade racial.

Optou-se pela produção de um documentário, pois entende-se que a globalização e a revolução tecnológica exigem da escola e dos docentes uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas, e o documentário é uma ferramenta didática eficaz no processo de ensino-aprendizagem. O documentário “Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo”, juntamente com a Proposta de atividades práticas de educação antirracista direcionado aos docentes de História no ensino básico e para o público em geral, oferece sugestões de ferramentas e metodologias voltadas ao ensino de história e à educação antirracista. Ambos são ferramentas de combate ao racismo. O produto estará disponível na página do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, no PROFHISTÓRIA e no Portal EduCapes.

Espera-se que a pesquisa e o produto contribuam para o avanço dos debates raciais, a melhoria das práticas do profissional de História, e que sirvam como material de pesquisa para os estudos na área das relações étnico-raciais e no Ensino de História. Anseia-se que esta dissertação traga visibilidade para a questão da representação da beleza negra historicamente construída, reafirme a importância da representatividade e subsidie práticas de resistência aos discursos racistas.

REFERÊNCIAS

- BELANDI, Caio; GOMES, Irene. **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declarou parda**. IBGE. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. acesso em: 14 de abr 2024.
- BENTO, Maria A. S. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras. 2022.
- BITTENCOURT, Circe M. F (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo. Editora Contexto. 1997.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados 32 (93), 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2011.
- BRAGA, Amanda. **História da Beleza Negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996): Brasília, DF: Senado Federal, [2009]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/559748>. Acesso em: 14 abr 2024.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003, p. 01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 abr 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPIR, 2004.
- BRASIL. **Lei. Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Diário da câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12519-10-novembro-2011-611762-publicacaooriginal-134215-pl.html>. Acesso em: 05 de abr 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014**. É instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado, anualmente, em 25 de julho. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm. Acesso em: 23 abr 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

BRITTO, Débora Souza de. **O que o aumento de pessoas que se autodeclararam pretas tem a ver com a educação**. Cenpec. 2023. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/censo-2022-autodeclaracao>. Acesso em: 14 abr 2024.

CAMPO GRANDE NEWS. **Haitiano e campo-grandense vencem 10º concurso de Beleza Negra de Campo Grande**. 2017. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/haitiano-e-campo-grandense-vencem-10o-concurso-de-beleza-negra-de-campo-grande> Acesso em: 15 de abr 2024.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002b.

CHAVES, Otavio Ribeiro. **Escravidão, Fronteira e Liberdade: (Resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850)**, Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Mestrado em História, 2000. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_escravidao_frenteira_e_liberdade_-_resistencia_escrava_em_mato_grosso_1752-1850.pdf. Último acesso em: 8 jul 2023.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução brasileira de Vera da Costa e Silva. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA. **Comunidades quilombolas em MS**. 2023. Disponível em: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/comunidades-quilombolas-em-ms/>. Acesso em: 8 de jul 2023.

DEBUS, Elaine. **Podemos falar de protagonismo negro nos livros infantis?** Blog Quindim, 2020. Disponível em: <https://quindim.com.br/blog/protagonismo-negro-nos-livros-infantis/>. Acesso em: 14 de abr 2024.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreiro. **Tráfico Atlântico de escravos**. Arquivo Nacional e História Luso-brasileira. 2018. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5141&Itemid=336. Acesso em: 8 de jul 2023.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.** Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. 1979. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/419/1/370%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em 24 jan 2024.

G1. Portal de notícias da Globo. **Angolana se inspira na Miss Universo e vence o concurso de beleza em MS.** 2011. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/haitiano-e-campo-grandense-vencem-10o-concurso-de-beleza-negra-de-campo-grande>. Acesso em: 15 de abr 2024.

G1. Portal de notícias da Globo – Mato Grosso do Sul. **Vencedora do concurso beleza negra em MS dá dicas para candidatas.** 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/vencedora-do-concurso-beleza-negra-em-ms-da-dicas-para-candidatas.html>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

G1. Portal de notícias da Globo. **Censo de 2022: Maioria da população do MS se declara parda.** G1MS, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-mato-grosso-do-sul.ghtml>. Acesso em: 14 abr 2024.

G1 MS. Portal de notícias da Globo – Mato Grosso do Sul. **Desigualdade social: pretos e pardos ganham 33% menos que os brancos em MS, aponta o IBGE.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/11/11/desigualdade-social-pretos-e-pardos-ganham-33percent-a-menos-que-brancos-em-ms-aponta-ibge.ghtml>. Último acesso em: 8 de jul. 2023.

G1 MS. Portal de notícias da Globo – Mato Grosso do Sul. **Homem perde 14 kg na preparação para o concurso de beleza em MS.** 2011. <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/10/homem-perde-14-kg-na-preparacao-para-concurso-de-beleza-em-ms.html>. Acesso em: 15 de abr 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Coleção Educação para todos: Brasília, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE. 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra: **Banco de Tabelas Estatísticas.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 17 de jun 2023.

KURY, Mario de Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. ANPUH- XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_3329d1ed45e042932218935698ca7a9b.pdf. Último acesso em: 8 de jul 2023.

MARQUES, Danilo Luiz. **As memórias do Quilombo dos Palmares na Alagoas Oitocentista**. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/31/1402420410_ARQUIVO_ANPUHSCAsMemoriasdoQuilombodosPalmaresnasAlagoasOitocentista.pdf. Último acesso em: 8 de jul 2023

MEDEIROS, Elisabeth Weber. **Ensino de História: Fontes e Linguagens para uma prática renovada**. VIDYA, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/395>. Acesso em: 14 de abr 2024.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre/RS: Penso, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015, p. 20-31.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NOLASCO, Rodynei **Livreto de memórias do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul: Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS: história e importância**. Campo Grande, MS. 2022 (Anexo).

NOLASCO, Rodynei. **Entrevista**. SBT-MS. Programa Tudo de Bom. Campo Grande. 3 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?mibextid=w8EBqM&ref=watch_permalink&v=697407902221004. Acesso em: 20 de abr 2024.

PINHONI, Marina; CROQUER, Gabriel. **Pela 1ª vez, Brasil se declara mais pardo que branco: populações preta e indígena também crescem**. G1. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca.ghtml>. Último acesso em: 14 de abril de 2024.

PERFIL NEWS. **Eleita a Miss Beleza Mato Grosso do Sul 2008**. 19 de dezembro 2008. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/2008/12/19/eleita-miss-beleza-negra-mato-grosso-do-sul-2008/>. Acesso em 4 de abr 2023

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. **O corpo exótico, espetáculo da diferença**. *Labrys, étudesféministes/estudos feministas*, Brasília, n. 13, jan./jun. 2008. Disponível em:

<https://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acesso em: 14 de abr 2024.

RAMOS, Márcia Elisa Tetê. A constituição do campo de pesquisa em ensino/aprendizagem histórica pela revista história & ensino. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, 2012.

REGIMENTO. **Concurso Beleza Negra Campo Grande**. Campo Grande. 2022.

RIBEIRO, Djamila Ribeiro. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Jaime. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Mulheres, Violência e Justiça no século XIX**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SALAS, Paula. **Metodologias ativas: como usar gamificação e Aprendizagem baseada em Problemas para ter aulas atrativas**. Nova Escola, 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20633/especial-metodologias-ativas-modelos-alem-do-ensino-hibrido>. Acesso em: 14 de abr 2024.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718-1888)**. 2016. Disponível em: file:///D:/Grava22/4262-Texto%20do%20Artigo-14813-1-10-20170331.pdf. Último acesso em: 8 de julho de 2023.

SANTOS, Lourival dos. **Semeando ancestralidade em escolas quilombolas de Mato Grosso do Sul: como a historiografia pode responder aos desafios da cultura escolar?**

Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489072353_ARQUIVO_ANPUH_2017_Semeando_Ancestralidade_em_Escolas_Quilombolas.pdf. Acesso em: 14 de abr de 2024.

SANTOS, Lourival dos. **Por uma História do Negro no Sul de Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro**, 2017; Disponível em: file:///D:/Grava22/Dialnet-PorUmaHistoriaDoNegroNoSulDoMatoGrosso-7186241.pdf. Acesso em: 8 de jul 2023.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização a cidadania**. São Paulo: Publifolha. 2002

SANTOS, S.J. dos; SILVA, Ana Enedi Prince. **A utilização de vídeos e documentários como metodologia diversificada no ensino de História**. INICEPG, 2013. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2013/anais/arquivos/RE_0705_0978_01.pdf. Acesso em: 14 de abr 2014.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005. Parte I – Contextualização da Lei no 10.639/03, p. 21-64.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **Nós também somos belas: A Construção social do corpo e da beleza em mulheres negras**. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015. Disponível em: <https://abpn.org.br/banco-de-teses/nos-tambem-somos-belas-a-construcao-social-do-corpo-e-da-beleza-em-mulheres-negras/>. Acesso em: 15 de abr 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade social: territórios contestados. In. SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto Mulher Negra, 2013.

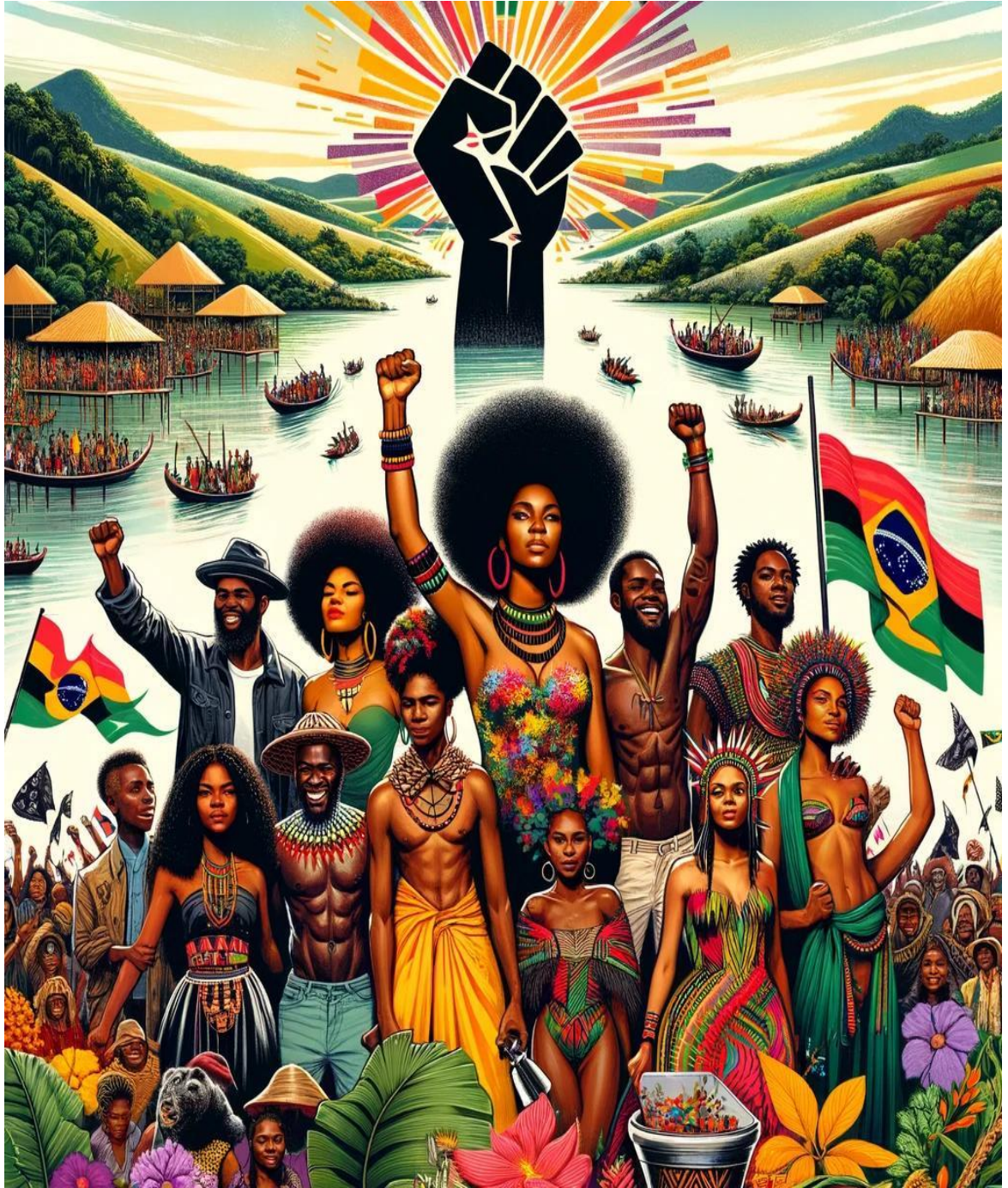
XAVIER, Giovana. **Branças de Almas Negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação, dos Estados Unidos, entre 1890-1930**. Tese. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2012.

XAVIER, Giovana. **História Social da Beleza Negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

**ANEXO A - PROPOSTA DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PROPOSTA DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO
SUL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA - PROF-HISTÓRIA
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE/MS**



**PROPOSTA DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

CONCURSO BELEZA NEGRA/CG: HISTÓRIA E RACISMO

Mestranda: Glauca Pereira Silva de Almeida

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marinete Aparecida
Zacharias Rodrigues

CAMPO GRANDE
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	157
O QUE É UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?	158
ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS NO CURRÍCULO...	159
DOCUMENTÁRIO:CONCURSO BELEZA NEGRA/CG:HISTÓRIA E RACISMO..	162
PROJETO: BELEZA NEGRA - Valorizando a Beleza Afro-brasileira.....	164
REFERÊNCIAS	168

INTRODUÇÃO

Esta proposta tem como objetivo contribuir com o ensino de História ao apresentar o projeto "BELEZA NEGRA - Valorizando a Beleza Afro-brasileira" como sugestão de atividade para os docentes da Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. O projeto utiliza o documentário "Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo" como recurso didático para promover uma educação antirracista. Pode ser desenvolvido com crianças, jovens e adultos que frequentem o ensino regular, com o objetivo de despertar o interesse pela História da África e Cultura Afro-brasileira, pelas relações étnico-raciais e pelo desenvolvimento de uma atitude antirracista.

Busca-se desenvolver a percepção e o espírito crítico através de uma metodologia própria, propiciando o contato com temáticas que envolvem a beleza negra, visibilidade negra, representatividade, empoderamento, racismo e questões étnico-raciais, entre outras.

Concebida como material de apoio, esta publicação tem como propósito fornecer subsídios para uma educação antirracista e para as relações étnico-raciais. Entendemos que, embora a educação integral, inclusiva, democrática e de qualidade seja um direito, a efetivação desse direito só ocorrerá quando o reconhecimento, a promoção e a valorização dos povos e culturas africanas e afro-brasileiras forem uma realidade em cada canto deste imenso país. Nessa perspectiva, a implementação efetiva da Lei 10.639/03 deve ser um compromisso de todos.

A Lei 10.639/03 torna obrigatório, em todo o território nacional, na educação básica, em escolas públicas e privadas, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como a promoção de uma educação antirracista. Para tal, é urgente a desconstrução de um modelo de escola que ainda tem suas práticas e seu currículo construídos com base no ideal de superioridade racial branca, na representação equivocada e estereotipada das populações negras e indígenas, e na manutenção do apagamento, silenciamento e desvalorização desses grupos dentro da escola. É importante ressaltar que a sugestão não é trocar um modelo por outro, mas construir uma escola multicultural, que inclua e valorize os diferentes modos de ser, estar e viver no mundo.

O QUE É UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

A Lei 10.639/03 e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2004) abordam um tema que muitos materiais didáticos deixavam de lado: a História da África, dos africanos, a cultura e o papel dos negros na formação da sociedade brasileira. Além disso, esses marcos mostram que é necessário e urgente trabalhar uma educação antirracista.

A educação antirracista é um conjunto de práticas e abordagens pedagógicas que buscam combater o racismo e promover a igualdade racial. Ela nos estimula a refletir sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade, a combater os estereótipos, a valorizar a cultura afro-brasileira e indígena e a promover a equidade no ambiente escolar. A educação antirracista trabalha para desconstruir padrões discriminatórios e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

De acordo com a professora Bárbara Carine, em seu livro "Como Ser um Educador Antirracista", publicado em 2023, utilizando os ensinamentos de Ângela Davis, ela esclarece “que mais do que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas: é preciso lutar contra o racismo” (Carine, 2023, p. 57). Para a escritora (2023, p. 58), o “antirracismo é caracterizado pelo protesto, pelo enfrentamento, pela denúncia do racismo” e “tem como eixo central a negação do que o ocidente fez de nós: eles dizem ‘suas vidas são desimportantes’, nós retrucamos ‘vidas negras importam’; eles dizem que somos feios, burros, sem cultura, incivilizados, e nós passamos a vida inteira tentando provar o contrário” (Carine, 2023, p. 59).

A educação antirracista é uma importante ferramenta para enfrentar o racismo no ambiente escolar e educar os alunos para a diversidade racial e cultural. É importante ressaltar que é essencial trabalhar uma educação antirracista ao longo de todo o período letivo, não apenas em datas como o dia 13 de maio — “Dia da Assinatura da Lei Áurea – abolição da escravatura” — ou 20 de novembro — “Dia da Consciência Negra”. Vamos juntos!

ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS NO CURRÍCULO

Os avanços na legislação educacional relacionados ao Ensino de História e as relações étnico-raciais foram significativos nas últimas décadas. O Movimento Negro Unificado (MNU) desempenhou um papel fundamental na luta pela criação das leis educacionais relacionadas ao Ensino de História e as relações étnico-raciais no currículo. Ao longo dos anos, o MNU tem sido uma voz ativa na promoção da igualdade racial, na denúncia do Racismo Estrutural e na defesa da valorização da história, cultura e contribuições dos afro-brasileiros e demais grupos étnico-raciais na construção sócio-histórica do Brasil. Segundo Ynaê Lopes dos Santos, no livro *Racismo Brasileiro*, publicado em 2022, “ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso” (Santos, 2022, p.14). Santos ressalta que o Racismo é:

[...] um sistema de poder que estrutura as sociedades modernas, organizando as violências que acometem as populações discriminadas e ao mesmo tempo construindo uma muralha de privilégios usufruídos exclusivamente por outro segmento social, no caso a população branca (Santos, 2022, p.14).

O Movimento Negro Unificado, criado em 1978, e outros movimentos sociais negros foram essenciais na pressão por políticas públicas que promovem a inclusão e a representatividade negra no sistema educacional brasileiro. Suas lutas e reivindicações contribuíram diretamente para a aprovação e a inclusão da pauta racial na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a escrita e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96 que garante direito a educação básica e valoriza a diversidade, da Lei 10.639/03 que altera a LDB, tornando obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e inclui o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar - 20 de novembro, entre outras.

Devido às intensas pressões do Movimento Negro, em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) pelo MEC. O Ministério da Educação comprometia-se com a pauta de políticas afirmativas, instituindo e implementando “um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (Brasil, 2004, p.5). A SEPPIR ficou encarregada pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-

brasileira e Africana¹⁸, sendo aprovada em 10 de março de 2004. O documento, logo na apresentação, aponta as desigualdades entre brancos e negros na educação, a fim de justificar a atuação do Estado na promoção de políticas de reparação no ensino.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (Brasil, 2004, pp. 11-12).

Ao passo que a Lei 10.639/03 tornava obrigatório o ensino e o conteúdo programático a ser inserido no currículo, foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que estabeleceram as orientações para a efetivação da lei. Para conduzir as ações dos sistemas de ensino e dos professores, os mesmos terão como referência os princípios: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e as discriminações. Ainda de acordo com o documento:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (Brasil, 2004, p. 7).

Ainda de acordo com o documento, o Governo Federal trabalha “reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais. Dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira” (Brasil, 2004, p.8). Sendo assim, “procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade” (Brasil, 2004, p.10). O documento esclarece que a educação das relações

¹⁸BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_. Acesso em 08 de abril de 2024.

étnico-raciais no ensino, não “se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (Brasil, 2004, p.17).

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida reconhecemos que, além de garantir vagas para os negros em bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (Brasil, 2004, p. 7).

Objetivando contribuir na construção de uma sociedade multicultural e pluriétnica, que reconhece, respeita e valoriza a alteridade, compartilhamos com os docentes e com a sociedade em geral o documentário: *Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo*. Juntamente, com uma sugestão de projeto que pode ser desenvolvido com os alunos nos diversos anos da Educação Básica, a partir do documentário, com as devidas adaptações idade/ano. Um grande abraço!

DOCUMENTÁRIO: CONCURSO BELEZA NEGRA/CG: HISTÓRIA E RACISMO.



Fonte: Emerson Silva (videomaker)

O documentário "*Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo*" apresenta a principal ação do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, o Concurso Beleza Negra Campo Grande, mostrando como o concurso contribui na luta contra o racismo em Mato Grosso do Sul. O documentário é dividido em três partes. Na primeira parte, o idealizador e promotor do evento, Rodynei Nolasco, discorre acerca das motivações para a criação do concurso, os critérios para a participação, os objetivos que o movimento deseja atingir e as mudanças significativas implementadas durante esses dezesseis anos, sendo as principais: a exclusão do desfile de moda praia, a participação masculina e a inserção de palestras e rodas de conversas sobre temáticas raciais nos ensaios.

Na segunda parte, a professora Silvana Ramos, voluntária do movimento e uma das responsáveis pelas palestras que acontecem durante os ensaios, explica como acontece esse momento, quando o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul entendeu ser importante introduzir as temáticas raciais durante os ensaios, como o Ensino de História se faz presente e as possíveis percepções dos candidatos após o estudo das temáticas raciais.

Na terceira parte, três ex-participantes e atualmente voluntárias do Movimento Beleza Negra Campo Grande respondem a algumas questões relacionadas ao concurso: as motivações que as levaram a participar do evento, as transformações pessoais advindas dessa participação

e a importância das palestras sobre temáticas relacionadas à História da África e da Cultura Afro-brasileira, sobre o racismo, sobre a beleza negra, entre outras, durante os ensaios.

O documentário *Beleza Negra Campo grande/CG: História e Racismo*, foi finalizado com 16 minutos e 19 segundos. O recurso didático está disponível no Youtube, no canal oficial do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

1º episódio – <https://youtu.be/yT4n2tZBKDA>

2º episódio – https://youtu.be/nRjLpP0_AIQ

3º episódio – https://youtu.be/gBiVb_hBTOQ

Entendemos que filmes e documentários podem ser ferramentas poderosas para o ensino de História, pois ajudam a trazer eventos históricos à vida de uma forma visual, atrativa e intensa. Eles podem envolver os alunos de uma maneira que outros recursos didáticos não conseguem, tornando a aprendizagem mais dinâmica e cativante. Além disso, podem oferecer diferentes perspectivas sobre eventos históricos, estimulando a reflexão crítica. Abaixo, apresentamos algumas sugestões de como utilizar o documentário "Beleza Negra/CG: História e Racismo" no ensino de História, explorando diversas temáticas que destacam a valorização da estética e da identidade do povo negro ao longo do tempo, e atividades ou ações complementares que podem ser implementadas antes ou depois dos alunos assistirem ao documentário:

- Analisar obras de arte que retratam a beleza negra em diferentes períodos históricos, destacando a diversidade de expressões artísticas e a importância da diversidade;
- Investigar as vestimentas, adornos e estilos de moda associados às diferentes culturas africanas e afro-brasileiras, ressaltando a riqueza e a originalidade dessas expressões;
- Estudar práticas de cuidados pessoais, penteados e maquiagem em diferentes comunidades africanas e afro-brasileiras, evidenciando a valorização da estética negra ao longo da história;
- Desconstrução de padrões estéticos eurocêntricos: promover reflexões sobre padrões de beleza impostos pela sociedade e como esses padrões impactam a autoestima e a identidade das pessoas negras;
- Discutir como a colonização e a escravidão contribuíram para a construção de estereótipos negativos sobre os negros, influenciando a visão da sociedade em relação à população negra;

- Analisar como as propagandas, programas de televisão, filmes e outras formas de mídia contribuíram e contribuem para disseminar estereótipos raciais, promovendo discussões sobre o impacto dessas representações na formação da identidade e autoestima da população negra;
- Investigar como as políticas, leis e práticas institucionais contribuíram para a marginalização e discriminação da população negra ao longo da História do Brasil;
- Destacar movimentos, artistas e intelectuais que lutaram contra a representação negativa do negro, promovendo reflexões sobre estratégias de desconstrução desses estereótipos, entre outros.

PROJETO: BELEZA NEGRA - Valorizando a Beleza Afro-brasileira

Sabemos que a cultura brasileira não seria a mesma sem as importantes contribuições dos povos africanos que foram escravizados e trazidos, contra a sua vontade, para o território que hoje faz parte do Brasil. Entretanto, as contribuições desses povos não são valorizadas como deveriam e muitas vezes são discriminadas, como, por exemplo, a sua religiosidade. Além disso, a representação da população negra na sociedade quase sempre é estereotipada, influenciando negativamente na construção da identidade negra e do pertencimento étnico-racial, tão importantes para os nossos alunos, principalmente para a população afro-brasileira.

A fim de contribuir com o estudo das pautas raciais no ensino de História, dentro e fora do espaço escolar, propomos o desenvolvimento de um projeto utilizando o documentário "Beleza Negra/CG: História e Racismo."

A ação inicial do projeto "Beleza Negra – Valorizando a Beleza Afro-brasileira" parte do questionamento: Por que na sociedade brasileira o padrão de beleza socialmente construído foi o europeu? Quais as implicações desse padrão de beleza para as negras e os negros? A partir das perguntas iniciais, com a interação dos alunos, será possível a construção de outras. Essas perguntas podem ser escritas na lousa pelo professor, para definir com os alunos os encaminhamentos que devem ser feitos para respondê-las no decorrer da pesquisa.

OBJETIVO GERAL DA AÇÃO

- Desenvolver atividades que promovam a autoestima dos alunos negros, valorização da cultura negra e da beleza negra, e combater o racismo na comunidade escolar.

PÚBLICO-ALVO: Ensino Fundamental II (de acordo com suas especificidades e adaptações o projeto pode ser trabalhado em todos os anos da Educação Básica).

DISCIPLINA: História ou interdisciplinar (parceria com outros componentes curriculares)

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM: Dialogando com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), contemplando as competências gerais da Educação Básica que preveem atitudes e valores inclusivos, trabalharemos com as competências:

Competência 3 - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Competência 8 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Competência 9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Competência 10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Dialogando com a Lei nº 10.639/03 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que determina que a História e cultura negras devem estar presentes em todas as disciplinas, contemplando os princípios de consciência política e histórica, desconstrução de preconceitos, ruptura da imagem negativa e valorização da história do povo negro.

A exposição ou o desfile será a culminância de um processo longo (sugestão bimestral ou semestral ou anual) de ensino-aprendizagem das temáticas étnico-raciais dentro do espaço escolar, a partir das vivências diárias do alunado na sociedade brasileira e dos referenciais curriculares de cada município, Estado, dialogando com a Lei 10.639/03, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a BNCC.

METODOLOGIA:

Proposta I - Etapas para a Organização de uma Exposição de Fotos dos Alunos para a Comunidade Interna e Externa

Objetivos da Exposição: Resignificar os padrões de beleza e valorizar a estética afro-brasileira.

Construção da Exposição: Os alunos que quiserem participar da exposição deverão sinalizar para o professor ou professores envolvidos. O ideal é que se faça uma reunião com os pais ou responsáveis para tratar acerca do projeto e colher assinaturas que autorizem a participação dos alunos. É importante destacar que toda pessoa tem o seu direito de imagem. As instituições de ensino precisam de uma autorização prévia para a utilização da imagem dos alunos. O interessante é que todas as fotos dos alunos participantes sejam expostas, pois o desejo de participar é uma sinalização de que a exposição dos temas relacionados às questões étnico-raciais, as rodas de conversas, a leitura de livros didáticos e paradidáticos com temáticas raciais, os filmes, e os documentários assistidos, entre eles, o documentário "Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo," contribuíram no processo de construção da identidade racial dos alunos, desconstrução de estereótipos, valorização da diversidade e o enaltecimento da beleza e da cultura negra.

Organização da Exposição: Durante o processo de construção da exposição, é necessário que o docente ou os docentes, se for um projeto interdisciplinar, planejem como será a organização no dia em que as fotos serão tiradas e viabilizem todo o suporte necessário para que esse momento aconteça de forma tranquila e satisfatória. Se a comunidade escolar estiver engajada no projeto, o resultado da exposição certamente superará as expectativas dos alunos e dos professores. A escola, o docente ou os docentes, pensando nesse momento, podem buscar parcerias com as famílias dos alunos, com o comércio local ou com voluntários que possam contribuir nas filmagens, tirando as fotos e na impressão das fotografias que serão expostas no dia da exposição, ajudando os alunos e professores na preparação do figurino, cabelo e maquiagem, de forma que os alunos percebam que eles são o centro do projeto e que são belos.

Exibição: A exposição pode ocorrer no pátio da escola ou em outro local de fácil acesso para os alunos, para a comunidade escolar e para a comunidade externa à escola. A exposição/exibição pode ser itinerante, percorrendo as escolas da região.

Possível Resultado: A construção da identidade negra, valorização da estética negra, empoderamento, respeito à diversidade, aceitação dos traços e das características negras.

Proposta II - Etapas para a organização de um desfile de Beleza Negra, dos alunos, para a comunidade interna e externa. O desfile não deve possuir um caráter estético classificatório, mas o fortalecimento da ancestralidade, o resgate e valorização da beleza negra e da percepção da diversidade racial no Brasil.

Objetivos do desfile: valorizar a beleza negra e a construção da identidade negra.

Organização e execução do desfile: Os alunos que quiserem participar do desfile sinalizarão para o professor ou professores envolvidos. O ideal é que se faça uma reunião com os pais ou responsáveis, para tratar acerca do projeto e colher assinaturas que autorizem a participação dos alunos. É importante destacar que toda pessoa tem o seu direito de imagem. As instituições de ensino para a utilização da imagem dos alunos precisam de uma autorização prévia. O interessante é que todos os alunos que se inscreverem tenham sua participação garantida, pois o desejo de participar sinaliza que a exposição dos temas relacionados as questões étnico-raciais, as rodas de conversas, a leitura de livros didáticos e paradidáticos com temáticas raciais, os filmes, os documentários assistidos, entre eles, o documentário: *Concurso Beleza Negra/CG: História e Racismo*, contribuíram no processo de construção da identidade racial dos alunos, desconstrução de estereótipos, valorização da diversidade e o enaltecimento da beleza e da cultura negra.

Durante as etapas de planejamento do desfile é necessário que o docente ou os docentes, se for um projeto interdisciplinar, planejem como será a organização dos ensaios e do desfile e viabilizem todo o suporte necessário para que esse momento aconteça de forma tranquila e satisfatória. Se a comunidade escolar estiver engajada no projeto, temos certeza que o resultado do desfile superará as expectativas dos alunos e dos professores. Comece conversando com os alunos sobre a importância de celebrar a beleza negra e os desafios enfrentados devidos aos estereótipos. Se for possível, convide especialistas, artistas ou figuras públicas para compartilhar suas experiências e inspirar os alunos. Encoraje-os a participarem do desfile. Certifique-se de que todos se sintam incluídos e representados. Organize momentos para dialogar sobre moda, maquiagem e penteados que realçam a beleza negra. Incentive a autoexpressão e a individualidade.

A escola, o docente ou os docentes, pensando nesse momento, podem buscar parcerias com profissionais da área da beleza, moda e eventos para o apoio logístico, como iluminação, passarela, entre outros. Utilize as redes sociais, cartazes e convites para a divulgação do evento e estimulem os alunos a convidarem a comunidade escolar, familiares e amigos. Garanta que haja diversidade nas roupas, estilos e personalidades apresentadas durante o evento. Promova um ambiente de celebração e respeito, de forma que os alunos percebam que eles são o centro do projeto e que são belos. Após o desfile, promova discussões acerca do impacto do evento na autoestima dos participantes e como os alunos se sentiram participando ou assistindo. Lembre-se que cada etapa é uma oportunidade para educar para a diversidade, inspirar e fortalecer a autoestima dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996). Brasília, DF: Senado Federal, [2019]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/559748>. Acesso em: 10 de abr 24.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de jan. 2003^a, p.01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 de abr 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPPIR, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARINE, Bárbara. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta, 2023.

SANTOS, Y. L. **dos. Racismo Brasileiro**. São Paulo: Todavia, 2022.

**ANEXO B - LIVRETO DE MEMÓRIAS DO MOVIMENTO BELEZA NEGRA -
MATO GROSSO DO SUL**

RODYNEI PEREIRA NOLASCO

**LIVRETO DE MEMÓRIAS DO MOVIMENTO BELEZA NEGRA - MATO GROSSO
DO SUL**

CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE/MS: HISTÓRIA E IMPORTÂNCIA



CAMPO GRANDE

2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 HISTÓRICO	4
2 CRONOLOGIA DOS CONCURSOS.....	7
2.1 Concurso Beleza Negra - 2008	7
2.2 Concurso Beleza Negra - 2009	9
2.3 Concurso Beleza Negra - 2010	11
2.4 Concurso Beleza Negra - 2011	13
2.5. Concurso Beleza Negra - 2012	15
2.6. Concurso Beleza Negra – 2013.....	16
2.7 Concurso Beleza Negra – 2014.....	18
2.8 Concurso Beleza Negra - 2015	20
2.9 Concurso Beleza Negra - 2016	21
2.10 Concurso Beleza Negra - 2017	24
2.11. Concurso Beleza Negra – 2018.....	26
2.12 Concurso Beleza Negra – 2019.....	28
2.13 Concurso Beleza Negra – 2020 E 2021.....	30
2.14 Concurso Beleza Negra – 2022	32
3. CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE/2022: ETAPAS E ENTRAVES	35
4. FOTOS DO EVENTO.....	37
5. REPORTAGENS MATÉRIAS PRODUZIDAS SOBRE O CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE.....	42
6. REFERÊNCIAS:.....	43
7. REGULAMENTO	44

INTRODUÇÃO

Este Livreto tem como objetivos historicizar e publicizar o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, principalmente a sua ação mais significativa, o Concurso Beleza Negra Campo Grande e seu Regulamento.

O “1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul” foi realizado no dia 18 de dezembro de 2008, com o objetivo de empoderar, valorizar a cultura afro-brasileira, como também mostrar a beleza dos candidatos e candidatas da cidade de Campo Grande.

Nesses quatorze anos, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul trabalha na construção e no reconhecimento de uma identidade racial positivada por meio da promoção da beleza negra, a partir do resgate da autoestima, na valorização da beleza étnica, na criação de um padrão de beleza próprio, como também, na desconstrução de estereótipos e na representação positiva da população negra, afinal, acreditamos, que “um negro empoderado consegue empoderar todos os negros a sua volta”.

As ações do movimento tem impactos positivos na luta contra o Racismo em Mato Grosso do Sul. Mostrando como os movimentos sociais e organizações não governamentais podem oferecer a sociedade parcerias entre essas entidades e as instituições escolares, na construção de pedagogias antirracistas.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. (Nelson Mandela)

1 HISTÓRICO

O “1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul”, idealizado e promovido por Rodynei Pereira Nolasco e parceiros, foi realizado no dia 18 de dezembro de 2008, sendo eleita a negra mais bela de Mato Grosso do Sul. O evento reuniu 28 candidatas para a grande final, que aconteceu no Clube Atalaia Show Bar (Figura 1). As candidatas eram da cidade de Campo Grande/MS, principalmente da comunidade Tia Eva e de Furnas do Dionísio, município de Jaraguari/MS, região próxima à capital, já que são comunidades interligadas pelo grau de parentesco. As candidatas menores de 18 anos participaram mediante a autorização dos pais e do juizado de menores. Atualmente, os inscritos são moradores de todas as regiões da cidade e a idade mínima exigida para participar no concurso é 18 anos.

Quatro candidatas foram premiadas, terceiro lugar, segundo lugar e Miss Simpatia, além da grande vencedora. Os prêmios foram um book do fotógrafo Lívio Bozzano, um vale presente da Joiart, uma bolsa de estudo de um curso completo de informática do Cebrac, meia bolsa de estudo no Colégio Latino Americano e do CCAA para o curso de inglês, kits do Banco do Brasil, Jeans da @Zero, Mega Hair entre outros.

O quadro de jurados foi formado por personalidades ligadas ao Movimento Negro, Moda, Cultura, Esporte e Imprensa. A organização e a realização do concurso foi feita pela agência Show de Bola Comunicação, Marketing e Eventos. O grupo era composto por mim, Rodynei Nolasco, idealizador do concurso de beleza e do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, Eva Regina Ferreira, jornalista e advogada, Athena Kefalinos, jornalista e apresentadora, e Arthur Mário, jornalista e comentarista esportivo. Dentre as minhas inúmeras formações, sou especialista em cabelo e maquiagem afro.

O Concurso contou com o apoio do Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Instituto Casa de Cultura Afro-Brasileira, dentre outras instituições.

Desde o primeiro concurso todos os movimentos sociais, na região, voltados as questões raciais foram convidados a fazerem parte do evento. A participação dos mesmos no primeiro evento foi maciça. Foi uma festa muito bonita onde todos participaram, uma clara demonstração de irmandade e de companheirismo. Nos anos seguintes todos aderiram, mas como perceberam que não iríamos levantar a bandeira e brigar “por nada e com ninguém” (questões envolvendo políticas públicas para os negros) e que a nossa ação era para dar

empoderamento e trabalhar a autoestima dos inscritos, aos poucos eles foram se desvinculando do concurso e hoje poucos participam. Porém, todos são convidados como plateia todos os anos. O evento não é para enaltecer ou celebrar as pessoas do movimento negro e sim para mostrar a beleza dos candidatos e a identidade do negro de Campo Grande.

Como cabelereiro e maquiador, também percebi um nicho de mercado relacionada à estética negra com o aumento da produção, de maquiagens e cosméticos, para a população negra pelas indústrias do ramo da beleza. Outro fator importante para a criação do concurso foi ter tomado conhecimento das ações promovidas pela sociedade civil organizada no Brasil e no Mato Grosso do Sul, especificamente, pelo grupo de Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ).

Devido às sugestões e as percepções da organização do evento, no decorrer dos anos, o concurso foi mudando suas características e deixando de ser meramente um evento com foco na estética e, como aconteceu com outros movimentos sociais negros no Brasil, começamos a aliar o trabalho com a formação intelectual e profissional dos candidatos, enaltecendo os negros em todos os aspectos. Percebemos que a autoestima elevada sem a construção e a consolidação de uma identidade racial forte e positiva, não surtiria o efeito desejado. Para nós, enquanto movimento, foi decisivo para a manutenção do trabalho o conhecimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial que estavam sendo implementadas ou em processo de implementação, entre elas a Lei 10.639/03, postas em ação como resposta às pressões exercidas pelos movimentos sociais negros no país.

Desde o primeiro concurso promovemos durante os ensaios, palestras e rodas de conversas, para tratar acerca de temáticas raciais e conteúdos alusivos à História da África e Cultura Afro-brasileira. O ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e questões relacionadas as temáticas étnico-raciais sempre nortearam as nossas ações.

No que tange o aspecto Beleza Negra, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul tem como objetivo principal a construção e o reconhecimento de uma identidade racial através da promoção da beleza negra, a partir do resgate da autoestima e da valorização da beleza étnica, além da criação de um padrão de beleza próprio.

Nos primeiros anos do concurso a não exigência de medidas padrões, como peso, altura e idade limite não estavam explícitas no regulamento, o mais importante era fazer um evento direcionado aos pretos e pardos, onde os negros pudessem participar e se fosse competir que fosse entre eles, mesmo sabendo que para nós essa é a cláusula pétreia. Entretanto, em 2016, os organizadores do evento começaram a colocar no regulamento esses quesitos, pois perceberam que os “candidatos estavam querendo se enquadrar” em um padrão

de beleza que não era deles e com isso começamos a explicitar que uma pessoa gordinha poderia participar, uma pessoa baixinha, uma pessoa magra, uma pessoa alta, que não existia um padrão, o que existia era a vontade de trabalhar a autoestima, o empoderamento de todas essas pessoas negras e mostrar a beleza individual de cada um.

Os ensaios são a parte mais importante do evento. Nesse momento, no contato com os inscritos é possível dimensionar o grau de autoestima e o empoderamento de cada participante. Os três encontros, que antecedem o concurso, são divididos em duas partes: nas rodas de conversas e nas palestras acerca da história do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul e do Concurso Beleza Negra Campo Grande, trabalha-se o conceito de Racismo e questões que envolvem o preconceito e a discriminação racial. Os inscritos se apropriam da temática racial e falam das situações de racismo que sofrem no seu dia a dia. Na segunda parte, o trabalho é voltado para o concurso, onde é ensinado desde andar de salto, postura e é feita toda a dinâmica do desfile para que eles se sintam seguros, afinal são pessoas comuns que estarão desfilando como se fossem modelos profissionais. Através dessa dinâmica é possível mostrar a beleza e a construção da identidade negra dos participantes no evento.

As pessoas que participam dos ensaios que antecedem o concurso ficam impactadas quando alguém dá um depoimento de alguma situação de racismo que sofreu, devido à tonalidade da pele, cabelo e marcas raciais. Há um envolvimento do grupo, uns querem falar se já se viram em situações de racismo, outros como reagiriam a tal situação, percebe-se uma profícua troca de experiências, situação essa que traz um sentimento de pertencimento. No final dos três dias é notória a mudança de cada um dos participantes do evento, a altivez que os permitem falar das questões que os envolvem com a cabeça erguida, sem a timidez e a vergonha inicial, sem a preocupação com as críticas. Essa é a parte mais bonita de todo o nosso trabalho.

Em relação à manutenção das ações do movimento, foi fundamental para o grupo ter tomado ciência das políticas públicas de promoção da igualdade racial, que estavam sendo implementadas ou em processo de implementação, entre elas a Lei 10.639/03, pois nos sentimos seguros, enquanto movimento, para solicitar patrocínio privado e buscar por recursos governamentais para o planejamento e execução do evento.

2 CRONOLOGIA DOS CONCURSOS

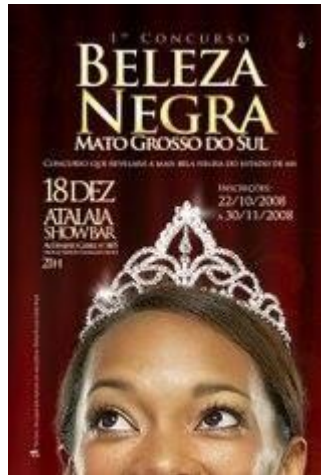
Em 2008, o concurso teve a participação de 28 Candidatas. Organizado aos moldes de um concurso de Miss, porém sem as exigências em relação a medidas, peso, altura e idade, o único pré-requisito era ser negra. Não teve premiação em dinheiro, tudo era muito difícil. Por ser a primeira edição, uma inovação, as pessoas não estavam acostumadas com o padrão de beleza negra, sendo assim, não despertou o interesse de possíveis patrocinadores. Cada um dos quatro organizadores ficou com funções específicas na organização do concurso, contudo, no dia do evento, perceberam que um concurso desse porte precisaria de muitos colaboradores e desistiram da empreitada. Como foi um evento sem fins lucrativos, ficamos sozinhos na condução dos próximos eventos, sendo assim, resolvemos buscar novas parcerias a fim de darmos prosseguimento ao sonho, minimamente atingido naquele momento, de fazer um concurso de Beleza Negra exaltando a beleza de mulheres pretas, tornando-se posteriormente um dos mais tradicionais eventos afro-brasileiros de Mato Grosso do Sul.

2.1 Concurso Beleza Negra - 2008

No primeiro concurso o primeiro lugar ficou com a campo-grandense Adriella Barbosa da Rocha Batista e o segundo lugar com Fabiana Santos Telles. O terceiro lugar ficou para Janete Rosa de Souza e o título de Miss Simpatia foi para Camila Alves. Por questões pessoais e profissionais, a vencedora assinou uma carta de desistência da premiação. O primeiro lugar foi automaticamente repassado para Fabiana Santos Telles.

Adriella Barbosa da Rocha Batista, vencedora do concurso de 2008, viajou para São Paulo na semana seguinte ao concurso. Na capital do Estado de São Paulo, conseguiu um emprego numa agência de moda, logo em seguida começou a fazer faculdade na área da moda e como o seu namorado era de lá, resolveu ficar na cidade e não voltar à Campo Grande. Como a vencedora, de acordo com o regimento do concurso, assumia o compromisso de fazer a divulgação do concurso participando de vários eventos, foi necessário pedir para que Adriella assinasse uma carta abrindo mão do primeiro lugar, que foi feito através de uma procuração enviada pelo tio da candidata para sua ciência e assinatura.

Figura 1- Convite do 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2008:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

Após o primeiro concurso, em 2008, os inscritos e os organizadores do evento produziram um documento com todas as ideias que surgiram no decorrer e depois do evento. O documento destacava que os rapazes também queriam participar, que trabalhar a questão da autoestima era uma necessidade, como também a dificuldade da inserção do negro no mercado de trabalho. Nesse momento surgiu a ideia de pensarmos em um curso ou dois cursos profissionalizantes que pudessem ser oferecidos gratuitamente para, as pessoas negras e não negras, aprender e desenvolver uma profissão dentro de sua residência e assim ter alguma renda até conseguir uma colocação no mercado de trabalho, tornando-se uma grande profissional. Os cursos ministrados são: Penteados Rastafári, que diz muito sobre a resistência negra ao longo do tempo e o curso de fotografia digital.

Em 2008, quando participei do Programa “Tudo e algo mais”, no Canal Via Morena, pela internet, foi-me perguntado sobre como surgiu a ideia de fazer um concurso de Beleza Negra respondi que o concurso surgiu do meu desejo pessoal e de um grupo de simpatizantes da causa negra, na cidade de Campo Grande, de criar um evento que possibilitasse a valorização da estética negra e sua visibilidade e ressaltei que as candidatas menores de 18 anos participaram mediante a autorização dos pais e do juizado de menores.

2.2 Concurso Beleza Negra - 2009

Em 2009, o concurso passou a ser denominado “2º Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 2), teve a participação de 16 rapazes e 12 moças. O evento aconteceu no dia 20 de novembro, na cidade de Campo Grande. Os vencedores foram André Luiz de Souza Santana, 30 anos, auxiliar de Inspeção Federal e Cláudia Roberta Silva dos Santos, estudante, 20 anos. Os dois formaram o casal negro mais belo de Campo Grande nesta edição do concurso. Os inscritos desfilaram na passarela em três trajes: Moda Jeans, Moda Praia e Moda Festa. Houve performance na abertura do desfile, com apresentação de dança afro, roda de capoeira e samba. No dia do evento, desfilaram, na abertura da festa, as duas misses, Fabiana Santos Telles, representante oficial do 1º Concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul/2008 e Maurícia, representante oficial do Concurso Beleza Afro de Três Lagoas, que veio especialmente para abrilhantar a festa.

Os jurados fizeram suas escolhas levando em conta quesitos como: beleza, fotogenia, simpatia e desenvoltura dos candidatos. Nesse ano, o concurso começou a ser feito em dupla,

com a participação de inscritos do sexo masculino, contemplando uma das sugestões que foram dadas pelos participantes no decorrer e depois do evento anterior.

Feminino

1º lugar: Cláudia Roberta Silva dos Santos

2º lugar: Celma Cardoso de Oliveira

3º lugar: Tawani Alves Cardoso dos Santos

Simpatia: Valdimeyre Pereira dos Santos

Masculino

1º lugar: André Luiz de Souza

2º lugar: Rodrigo Manoel da Silva

3º lugar: Maycom Gomes Batista

Simpatia: Carlos Rafael Ribeiro Souza

Teve a apresentação do Grupo “Garotas do Tawanda” e do grupo de dança do ventre lindamente conduzido pela professora Ana Graziela. Apresentações que encantaram a todos.

Nestes eventos, descobrimos a cada dia que passa belezas novas e interessantes. Este é o espaço para o (a) negro (a) mostrar toda a sua beleza e orgulho da raça. Desta vez, com a novidade de ser o casal: moças e rapazes. O evento atualmente faz parte do calendário de festas de Campo Grande.



Figura 2 convite do 2º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS

Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2009:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul

2.3 Concurso Beleza Negra - 2010

No ano de 2010, o “3º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 3), aconteceu no dia 25 de setembro. O evento foi realizado, no Armazém Cultural, com um grande público, entre eles, amigos, familiares e convidados. O Concurso foi promovido pela FUNDAC (Fundação Municipal de Cultura) e pelo Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, participaram 31 candidatos, sendo 19 moças e 12 rapazes. O concurso foi dividido em quatro desfiles: desfile moda jeans, moda afro, moda praia e moda festa. Contou com a apresentação do grupo Performance e da Cantora Viviane Nunes. Dentro das políticas públicas de inclusão, o concurso teve a participação de uma pessoa com deficiência auditiva.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino	Masculino
1º lugar: Ingrid Beatriz Gonçalves da Silva	1º lugar: Diogo José Alves Ramos
2º lugar: Fabiana Pereira da Silva	2º lugar: Fernando Thomé Mendes
3º lugar: Karen Recalde Rodrigues	3º lugar: Vagner Almeida dos Santos
Simpatia: Ana Felizarda Mukanzi	Simpatia: Diogo Adriani Souza Ferreira

A premiação foi de R\$ 4.000,00, dividido entre a categoria masculina e feminina, da seguinte forma:

1º lugar: R\$ 1.000,00

2º lugar: R\$ 500,00

3º lugar: R\$ 250,00 e

Simpatia: R\$ 250,00

Durante a parceria do Movimento Beleza Mato Grosso do Sul e a Fundação de Cultura de Campo Grande, entre os anos de 2009 a 2011, o evento teve total apoio da Prefeitura Municipal de Campo Grande, inclusive a premiação em dinheiro com o valor citado acima, como também a decoração, a segurança e os funcionários que ajudavam no dia do concurso. Em 2012, unilateralmente a parceria foi desfeita sem a concordância do grupo por questões políticas. Ao término do mandato do Prefeito à época, Nelson Trad Filho, voltamos à prefeitura para solicitar, novamente, através das políticas públicas o apoio para o concurso e nos foi negado. O movimento foi taxado como se participasse do grupo político do prefeito anterior e por questões alheias a nossa vontade, perdemos o apoio financeiro e logístico da

Prefeitura e de lá pra cá não houve o restabelecimento dessa necessária parceria. Esse tipo de apoio faz muita falta e demonstra que não há reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo movimento. Se tivéssemos até hoje esse apoio, teríamos alavancado muito mais pessoas e o movimento teria progredido muito e o concurso seria mais conhecido dentro e fora do nosso Estado.

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados à moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Simone Michel - SENAC Moda e Beleza.
- Cláudia Roberta - Ganhadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2009.
- Pedrinho cabeleireiro - Empresário do ramo da Beleza.
- Dina Maria - Presidenta do CMDN (Conselho Municipal dos Direitos do Negro).
- Lúcio Martins - Diretor da TECAM (Associação Trabalho Estudos da Cultura Afro Descendentes em Movimento).



Figura 3 convite do 3º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS

Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2010:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.4 Concurso Beleza Negra - 2011

No ano de 2011, o “4º Concurso Beleza Negra Campo Grande” (Figura 4), aconteceu no dia 12 de novembro. O evento foi realizado, no Armazém Cultural, com um grande público, entre eles, amigos, familiares e convidados. O Concurso foi promovido pela FUNDAC (Fundação Municipal de Cultura) e pelo Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul. Neste ano participaram 29 candidatos, sendo 13 moças e 16 rapazes.

A festa teve a participação da bateria da Escola de samba Igrejinha, com a apresentação dos seus componentes, regida pela primeira mestra de bateria. Vale ressaltar que a escola de samba foi escolhida para participar do programa da Regina Casé, da Rede Globo. O evento apresentou o Grupo SAMPRI, grupo de samba formado por três irmãs nascidas e criadas nas rodas de samba, tendo por influência seu pai e avô. A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Simone Michel - Diretora do Senac unidade Moda e Beleza.
- Lucio Martins – Diretor da TECAM (Associação Trabalho Estudos da Cultura Afro Descendentes em Movimento).
- Karen Recaldes – Ganhadora do 3º lugar do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2010.
- Zaira - Gerente Administrativa das lojas UZZE.
- Laís Meirelles - Ganhadora do 3º lugar do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2008.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Ilda Izabel Liliana Lando

2º lugar: Aline Soledade da Silva

3º lugar: Aline Valejo da Silva

Simpatia: Irene Maria da Silva

Masculino

1º lugar: Gustavo Henrique dos Santos Araújo

2º lugar: Luís Vinícius Ribeiro Bueno

3º lugar: Jeferson Luiz Correa Silva

Simpatia: Lauro José Barbosa

Nesse ano ganharam com:

-Cabelo mais bonito: candidata Cristiane de Almeida Marques, premiação um Mega-Hair, do salão de cabeleireira Márcia Mega.

-Vestido mais bonito: candidata Aline Soledade da Silva, premiação um vale presente das lojas UZZE.

-Torcida mais animada: da candidata Viviane de Souza Côrrea, premiação uma caixa de cerveja em latas e uma caixa de refrigerante em latas da Comissão Organizadora do Concurso. Os candidatos masculinos ganhadores, receberam cortes de cabelos da Escola de Cabelereiros Céline.

Também receberam as faixas de premiação as candidatas do concurso Beleza Negra Mato Grosso do Sul/ 2008:

2º Lugar: Janete Rosa – tinha ficado em terceiro lugar antes da desistência da vencedora Adriella Barbosa.

3º Lugar: Laís Meireles – tinha ficado em quarto lugar antes da desistência da vencedora Adriella Barbosa.

Receberam as faixas os candidatos do Concurso BELO de Campo Grande. Concurso de beleza masculina realizada e votado pela internet:

1º Lugar: Jeferson Junqueira

2º Lugar: Luciano Kadoshi



Figura 4 - convite do 4º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS

Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2011:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.5. Concurso Beleza Negra - 2012

No ano de 2012, o “5º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 5), aconteceu no dia 30 de novembro. O evento foi realizado, na Associação Nipo Brasileira. A partir deste ano as inscrições passaram a ser feitas na modalidade on-line, através do Google, no blog do Concurso. O Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul ficou sozinho na condução dos trabalhos e buscou novas parcerias. Nesse ano, participaram 23 candidatos, sendo 13 moças e 10 rapazes. A festa teve a participação da Banda da Guarda Municipal de Campo Grande, que fez uma apresentação solene do Hino Nacional Brasileiro.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos, teve como resultado:

Feminino	Masculino
1º lugar: Dariana Oliveira de Aquino	1º lugar: Andy Kiaka
2º lugar: Cristiane de Almeida Marques	2º lugar: Magno Rodrigo de Oliveira Barbosa
3º lugar: Regiane Augusto Bruno	3º lugar: Alan Kennedy Rodrigues da Silva
Simpatia: Gennevyeve Aquino Neto	Simpatia: José Luiz Nogueira Moreira

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Simone Michel - Diretora do Senac unidade Moda e Beleza.
- Lúcio Martins – Diretor da TECAM (Associação Trabalho Estudos da Cultura Afro Descendentes em Movimento).
- Karen Recaldes - Ganhadora do 3º lugar do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2010.
- Luiz Gugliato - Editor de Moda e Beleza da Revista *A Gente*.
- Celma de Oliveira - Rainha da bateria da Escola de Samba Igrejinha fez parte do Júri Técnico e uma das ganhadoras do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2009.

Figura 5 - convite do 5º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2012:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.6. Concurso Beleza Negra – 2013

No ano de 2013, o “6º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 6), aconteceu no dia 7 de dezembro. O evento foi realizado, na Toca da Jaca. A festa teve a participação do Grupo de Mulatas da Escola de Samba Igrejinha: Passista Celma Prestigio, Crhis Arlete e Carol. Naquele ano, participaram 17 candidatas, sendo 9 moças e 8 rapazes.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

- 1º lugar: Karolina Theodoro dos Santos
- 2º lugar: Gislaine da Silva Souza
- 3º lugar: Bruna Helena Galvão de Souza
- Simpatia: Jaqueline Maria Oliveira

Masculino

- 1º lugar: David Adilson Martins Daniel
- 2º lugar: Ronaldo Dias de Sousa e Silva
- 3º lugar: Guilherme Gomes Pereira Ortega
- Simpatia: Hélio de Souza

Nesse ano também ganharam com:

Cabelo mais bonito: candidato David Adilson Martins Daniel e candidata Ariadine Cristina de Souza Nobre.

Melhor traje de festa: candidata Ariadine Cristina de Souza Nobre e do candidato Ronaldo Dias de Souza e Silva.

-Torcida mais animada: da candidata Bruna Helena Galvão de Souza e do candidato Edimar Jacinto Fernandes.

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude e política, sendo eles:

- Deputado Amarildo Cruz - Apoia as ações do Movimento Negro e do setorial de combate ao racismo do PT, além de acompanhar o processo de titulação de terras quilombolas que se estende há anos no Estado.
- Vereador Coringa - Político, simpatizante das atividades relacionado às questões étnico-raciais no município de Campo Grande.
- Gennevyeve Aquino Neto - Representante do júri técnico do concurso Beleza Negra Campo Grande, Miss Simpatia/ 2012, Madrinha de Bateria de Escola de Samba, Dançarina, Artista Plástica e empresária.
- Lúcio Martins do (Tecam) – Parceiro do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, auxilia o evento ministrando palestras sobre autoestima e a situação atual do negro no município de Campo Grande.
- Dariana Oliveira de Aquino - Representante do júri técnico do Concurso Beleza Negra Campo Grande, ganhadora do 5º concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2012.

Figura 6- Convite do 6º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2013:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.7 Concurso Beleza Negra – 2014

No ano de 2014, o “7º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 7), aconteceu no dia 5 de dezembro. O evento foi realizado, na Associação de Moradores da Coophavila II. A festa teve a participação do Grupo Mulatas do Grêmio da Escola de Samba Igrejinha: Passista Celma Prestigio, Chris Arlete e Carol, e as passistas mirins. Neste ano participaram 19 candidatas, sendo 10 moças e 9 rapazes.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Karoline Moreira de Oliveira

2º lugar: Luara Karolina Arruda Fernandes
Lopes

3º lugar: Raquel Pires

Simpatia: Natália Gama dos Santos Vieira
da Cunha

Masculino

1º lugar: Jovani Nkakata Miguel

2º lugar: João Pedro Cunha de Almeida

3º lugar: Dionei Pereira da Silva

Simpatia: Marco Aurélio de Araújo

Nesse ano também ganharam com:

-Cabelo mais bonito: candidato João Pedro Cunha de Almeida e candidata Raquel Pires.

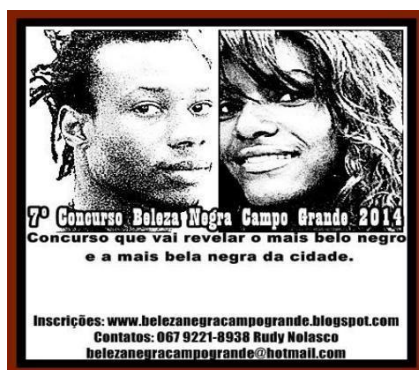
-Melhor traje de festa: candidata Viviana Vieira Rocha e do candidato Jovani Nkakata Miguel.

-Torcida mais animada: do candidato Marco Aurélio de Araújo

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- David Adilson - Ganhador do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2013.
- Lucio Martins do (Tecam) – Parceiro do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, auxilia com as palestras sobre autoestima e a situação atual do negro no município de Campo Grande.
- Verhuska Pereira - Professora do Curso de Moda da Uniderp- Anhanguera. Designer de biojóias, juntamente com sua sócia, criam peças utilizando o chifre bovino.
- Joel Penha – Idealizador do projeto Aluno nota 10, palestrante nos ensaios do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2014.
- Bruna Helena Galvão de Souza - Esteticista e especialista em cosmetologia, terceiro lugar no Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2013.

Figura 7- Convite do 7º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2014:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.8 Concurso Beleza Negra - 2015

No ano de 2015, o “8º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 8), aconteceu no dia 21 de novembro. O evento foi realizado, no Centro Comercial Condomínio Terminal do Oeste, na Rua Dom Aquino, 750 – Centro. A festa teve a participação do Grupo Mulatas do Grêmio da Escola de Samba Igrejinha: Passista Celma Prestigio, Chris Arlete e Carol, e as passistas mirins, do GRUPO CULTURA NEGRA – Mestre OMAR, do bairro Guanandi e da cantora Thais Pereira Fonseca Ferreira. Neste ano participaram 24 candidatos, sendo 14 moças e 10 rapazes.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Thamilly dos Santos Rios
2º lugar: Raíssa Barbosa de Brito Vicente
3º lugar: Cláudia Beatriz Nogueira
Simpatia: Linéia Marçal Domingues

Masculino

1º lugar: Bruno Estefferson Rocha de Souza
2º lugar: Hudson Veríssimo da Silva Nolasco
3º lugar: Thiago Rodrigues de Oliveira
Simpatia: Vinícius Veríssimo da Silva

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Rosana Cláudia Delfino A. Franco - Representante da Comunidade Negra São João Batista.
- Karoline Moreira - Ganhadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2014.
- Jovani Nakata - Ganhador do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2014.
- Lúcio Martins do (Tecam) - Parceiro do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, auxilia com palestras sobre autoestima e a situação atual do negro no município de Campo Grande.
- Verhuska Pereira - Professora do Curso de Moda da Uniderp. Designer de biojóias, juntamente com sua sócia, criam peças utilizando o chifre bovino.

Nesse ano também ganharam com:

- Cabelo mais bonito: candidato Vinícius Veríssimo da Silva e candidata Cláudia Beatriz Nogueira.
- Melhor desfile: candidata Thamily dos Santos Rios e candidato Hudson Veríssimo da Silva Nolasco.
- Torcida mais animada: da candidata Cleide Maria da Silva

Figura 8- Convite do 8º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2015:



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.9 Concurso Beleza Negra - 2016

No ano de 2016, o “9º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 9), aconteceu no dia 21 de novembro. O evento foi realizado, no Centro de Convivência do Idoso “Vovó Ziza” Bairro Tiradentes - Centro. A festa teve a participação dos Grupos de dança do CCI Vovó Ziza (Grupo Fantasia) e Grupo CCI Vila Moreninhas, coreografadas pelo professor

Leandro Barone. Contou com a apresentação de dois grupos de Dança da Escola Estadual “Padre José Scampini” e duas apresentações de Dança do Ventre da Professora Tainah Franco e Mônica Rodrigues. Neste ano participaram 19 candidatos, sendo 10 moças e 9 rapazes.

Colocamos no regulamento que o Concurso Beleza Negra Campo Grande não exige peso, altura e idade limite, como não estava explícito anteriormente no regimento percebemos que os candidatos estavam querendo se enquadrar num padrão de beleza que não era o deles. Começamos a explicitar que uma pessoa gordinha poderia participar, uma pessoa baixinha, uma pessoa magra, uma pessoa alta, que não existia um padrão, o que existe é a vontade de trabalhar a autoestima, o empoderamento de todas as pessoas negras e mostrar a beleza individual de cada um.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Juliana da Silva Teodoro

2º lugar: Karollyn Bianca Silva Alves

3º lugar: Kathleen Batista da Silva

Simpatia: Vivian Campos de Oliveira

Masculino

1º lugar: Jorge Felipe Lourenço dos Santos

2º lugar: Igor Vieira da Silva Moraes

3º lugar: Kissellyn Giannini Vasques da Silva

Simpatia: Wellington Vieira Zanoti

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Rosana Cláudia Delfino A. Franco - Representante da Comunidade Negra São João Batista.
- Thamyli Rios - Ganhadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande /2015.
- Bruno Stefferson - Ganhador do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2015.
- Lúcio Martins do (Tecam) - Parceiro do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, auxilia com o movimento ministrando palestras sobre autoestima e a situação atual do negro no município de Campo Grande.
- Verhuska Pereira - Professora do Curso de Moda da Uniderp. Designer de biojóias, juntamente com sua sócia, criam peças utilizando o chifre bovino.
- Valdir Gomes – Diretor do Centro de Convivência do Idoso “Vovó Ziza”.

Nesse ano também ganharam com:

-Cabelo mais bonito: candidato Wellington Vieira Zanoti e candidata Juliana da Silva Teodoro.

-Melhor desfile: candidata Jussara Rodrigues de Medeiros e o candidato Igor Vieira da Silva Moraes.

-Torcida mais animada: da candidata Karollyn Bianca Silva Alves.

Figura 9- Convite do 9º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2016:





Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.10 Concurso Beleza Negra - 2017

No ano de 2017, o “10º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 10), aconteceu no dia 26 de novembro. O evento foi realizado, no Centro de Convivência do Idoso “Vovó Ziza”, Bairro Tiradentes - Centro. A festa teve a participação dos Grupos de dança do CCI Vovó Ziza (Grupo Fantasia) e Grupo CCI Vila Moreninhas coreografadas pelo professor Leandro Barone. Durante os intervalos e contagem de votos houve apresentações de zumba e samba de gafieira. Participaram do concurso 15 candidatos, sendo 11 moças e 4 rapazes.

Nesse ano, participou do concurso e se consagrou vitorioso o haitiano Roobens. Morando há pouco mais de um ano, em Campo Grande, resolveu participar da competição a convite de uma das organizadoras.

Sempre vivi cercado de mulheres lindas e percebi que nos concursos de beleza elas têm pouca representatividade. Juntei-me com amigos para criar um concurso só pra elas. Hoje temos a premiação masculina. Um evento como este serve para quebrar paradigmas, preconceitos, empoderar uma população silenciada, estereotipada. Melhorar a autoestima deles é nossa maior alegria.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Luana Cavalcanti

2º lugar: Lúcia Fernandes

3º lugar: Lúcia Lopes

Simpatia: Maria Ester Pereira Carvalho

Masculino

1º lugar: Roobens Chery

3º lugar: Johnny Souza

2º lugar: Mateus Henrique

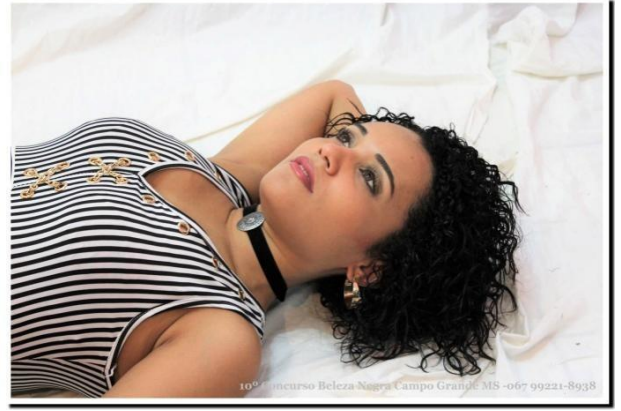
Simpatia: Lucas Almeida de Souza

Figura 10 convite do 10º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2017





Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.11. Concurso Beleza Negra – 2018

No ano de 2018, o “11º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 11), aconteceu no dia 24 de novembro. O evento foi realizado, na Plataforma Cultural, Complexo Ferroviário - Centro. A festa teve a participação dos Grupos do estúdio Hanna Aysha de dança do ventre. Teve um show de cortes afro, conduzido pelo barbeiro afro Klayton e sua equipe da Barbearia Paletó Xadrez. Encerrando com um show da cantora Sharon e do grupo de percussão Tambor Lata. Contou com a presença e valiosa ajuda na apuração dos resultados de Romilda Pizzani – Coordenadora do Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro/MS. Neste ano participaram 13 candidatas, sendo 10 moças e 3 rapazes.

Seguindo o regulamento, a classificação dos candidatos teve como resultado:

Feminino

1º lugar: Vitória Catharina Gomes Moraes

2º lugar: Danielle Aparecida Rocha de Brittes

3º lugar: Stéfani Ximenes Francisco

Simpatia: Franciele Barbosa Pereira Franco

Masculino

1º lugar: Giguerson Corvil

2º lugar: Paulo César Fonseca dos Santos

Simpatia: Everson Pires de Arruda

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Marcelo Cancil - Jornalismo da UFMS.
- Karollyn Bianca - Miss Campo Grande e Miss MS América/2018.
- Roobens Chery - Ganhador do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2017.
- Verhuska Pereira - Professora e empresária do segmento da Moda.
- Bartolina Catanante – Membro do Grupo Tez (Trabalho Estudos Zumbi), o primeiro Grupo de Movimento Negro a ser fundado em Mato Grosso do Sul e professora da UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul).

Nesse ano também ganharam com:

Cabelo mais bonito: candidata Stéfani Ximenes.

Torcida mais animada: da candidata Franciele Barbosa Pereira Franco



Figura 11 convite do 11º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS

Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2018.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

2.12 Concurso Beleza Negra – 2019

No ano de 2019, o “12º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 12), aconteceu no dia 30 de novembro. O evento foi realizado, no Armazém Cultural, Complexo Ferroviário - Centro. A festa teve a participação do grupo de dança do ventre da professora Mônica Noely, que faz parte do projeto Belle Black, uma das ações desenvolvidas pelo Movimento Beleza Negra/MS que objetiva a inclusão das mulheres negras na dança do ventre. Além da apresentação da dança do ventre com a professora Cris e a apresentação de dança árabe com o professor Giovani. Nesse ano participaram 22 candidatas, sendo 16 moças e 6 rapazes.

Feminino

1º Lugar: Élide Barros de Jesus
2º Lugar: Maria Clarice dos Santos
3º Lugar: Débora Fernanda da Silva Dos Santos
Simpatia: Irani Maria Barbosa

Masculino

1º Lugar: Hélio da Silva Melo Junior
2º Lugar: José Augusto Marques das Neves Santos
3º Lugar: Alexsis Michel
Simpatia: Edivaldo Gonçalves da Silva

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Verhuska Pereira - Professora e empresária do segmento de Moda.
- Natália Gama- Ganhadora de uma das edições do concurso Beleza Negra Campo Grande e faz parte da organização do evento.
- Vitória Catharina - Ganhadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2018.
- Guigerson Corvil - Ganhador do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2018.
- Val Felicio – Participante concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2018, Beleza Negra Dourados/ 2018 e 2019 e integrante do grupo que cuida da organização do Concurso Beleza Negra Campo Grande e Dourados.

Jurados de Honra:

- Maria do Rocio - Representante comercial de cosméticos e maquiagens no Estado de Mato Grosso do Sul e a principal parceira do evento, através de empresas nacionais como: Tracta, Natuhair, entre outras.

- Linéia Marçal - ganhadora do quesito Simpatia no Concurso Beleza Negra Campo Grande, passista, esteticista e atualmente faz parte da organização do concurso.
- Lucy Ribeiro - Miss Plus Size, ganhadora do concurso “A mais bela gordinha de MS”, Vice-miss Plus Size de Campo Grande e faz parte da organização do concurso Beleza Negra.

Nesse ano também ganharam com:

- Cabelo mais bonito: candidato Alexsis Michel Gregório e candidata Élide Barros de Jesus.
- Melhor desfile: candidata Maria Clarice Dos Santos e candidato Hélio da Silva Melo Júnior.
- Torcida mais animada: da candidata Mariana Cesco Fernandes da Silva.

Todas as vezes que o concurso acontece num local onde não é necessária a cobrança da entrada dos visitantes, autorizamos a arrecadação de alimentos, não perecíveis, para serem distribuídas as instituições que desenvolvem projetos socioeducativos. Todo alimento arrecadado, nesta edição, foi doado para duas instituições que desenvolvem projetos socioeducativos: a L.B.V. (Legião da Boa Vontade) e Harmonia e Frutos. Os candidatos José Augusto Marques das Neves Santos e Irani Maria Barbosa fizeram a entrega dos itens.

O evento também contou com a presença da marca Made in África, camisetas Touchê e Ayele Tissu Moda Africana.

Figura 12- convite do 12º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS



Fotos do Concurso Beleza Negra Campo Grande/2019



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul

Como era de praxe, ao final de um concurso já se começava a organização do próximo. Porém, o mundo, de um dia para o outro, foi tomado por informações vindas da Ásia e principalmente da Europa, sobre uma nova doença proveniente de um vírus.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. No dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus responsável pela doença Covid-19. Diante da situação, o “pânico” se instalou ao redor do mundo, a OMS recomendou a vigilância, para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com a nova doença, declarando em 30 de janeiro um surto e seu risco pandêmico, que posteriormente se confirmou.

2.13 Concurso Beleza Negra – 2020 E 2021

Em 2020 e 2021 estávamos no auge da pandemia e, pelas medidas de contenção da propagação da doença, não foi possível fazer o concurso Beleza Negra Campo Grande. Como

o concurso não é apenas um desfile, a fim de escolher os negros mais belos de Campo Grande, mas um trabalho de autoestima, empoderamento e para os participantes aprenderem a explorar ao máximo a beleza da pele negra, os traços e o cabelo afro, se fosse feito de forma on-line fugiria dos objetivos principais: trocar experiências e municiá-los de informações sobre questões raciais, desenvolver ações antirracistas e possibilitar aos inscritos terem acesso ao conhecimento sobre como ser negro na sociedade atual: direitos e deveres. Esse momento presencial é de suma importância, já que através das rodas de conversas que acontecem durante os ensaios é possível saber o grau de autoestima, pertencimento racial, anseios, dilemas, sonhos e dificuldades em ser negro (a) o ou afrodescendente na sociedade.

Nesse momento delicado mundialmente, foi possível fazer algumas reuniões virtuais, com temas escolhidos na grande maioria pelos inscritos, diante de suas dúvidas e inseguranças, como: violência doméstica, violência sofrida pela mulher negra no convívio social, vida sexual da mulher e do homem negro, autoestima, a solidão do homem e da mulher negra, emancipação do negro, doenças que acometem a população negra e a busca por políticas públicas para esse grupo social, entre outros. Entretanto, como foi citado anteriormente, mesmo assim não foi possível atingir os objetivos alcançados como nas reuniões presenciais, faltava à proximidade, que nenhuma ferramenta tecnológica pode substituir: o toque, o olho no olho.

Como não se sabia ao certo como seria o desenrolar do processo pandêmico e a possibilidade de se fazer, como sempre foi feito, presencialmente o evento, as inscrições e a divulgação do concurso continuaram acontecendo. As inscrições desde 2012 são pelo blog do concurso e as artes para divulgação deste.

Convite do evento para o ano de 2020:



Convite do evento para o ano de 2021:



2.14 Concurso Beleza Negra – 2022

Diante do quadro, agora com a vida no seu “novo normal”, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul promoveu o “15º Concurso Beleza Negra Campo Grande”. O evento foi realizado, no dia 26 de novembro de 2022, no Armazém Cultural, Complexo Ferroviário – Centro. Nesse ano, participaram 69 candidatas, sendo 35 moças e 24 rapazes. Notadamente o maior número de inscritos em toda a história do concurso.

Convite do evento para o ano de 2022:



Figura 15 convite do 12º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS

No ano de 2022, o “15º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS” (Figura 12), aconteceu no dia 26 de novembro. O evento foi realizado, no Armazém Cultural, Complexo Ferroviário – Centro. A festa teve a participação do grupo de dança do ventre da professora Areadne, do Bonde do Flash Back, do grupo de dança afro-projeto Lúcia Sanches e uma apresentação da dança do ventre professora Mônica Noelly e amigas, que faz parte do projeto Belle Black, uma das ações desenvolvidas pelo Movimento Beleza Negra/MS. Outro momento emocionante do evento foi um casamento africano com a percussão do músico Roberto. Neste ano participaram 20 candidatas, sendo 12 moças e 8 rapazes. O concurso foi dividido em quatro desfiles: moda jeans, moda das batas africanas, moda primavera africana e moda festa africana.

- Referente ao ano de 2020:

Feminino

1º Lugar: Thays Vitória Vicente Ribeiro

2º Lugar: Kelly Dias Santana

3º Lugar: Marcia regina Santos D’Oliveira

Simpatia: Luciene Rodrigues da Silva

Masculino

1º Lugar: Leandro Rodrigues Pitombo

Simpatia: Pedro Vinicius Santos

D’Oliveira Moreno Cannazzaro

- Referente ao ano de 2021:

Feminino

1º Lugar: Tamara Canuto De Almeida

2º Lugar: Ilzeane de Oliveira Santos

Moreira

3º Lugar: Edilene Souza Lelis Galvão

Simpatia: Claudia da Silva Mendes

Masculino

1º Lugar: Evens Aurelien

2º Lugar: Wellington Alves

- Referente ao ano de 2022:

Feminino

1º Lugar: Valdineia Alves dos Santos

2º Lugar: Livrada Luiza dos Santos

3º Lugar: Cristina Rosa da Silva

Simpatia: Diuliana Carvalho Sampaio

Masculino

1º Lugar: Edson Manoel Alves

2º Lugar: Elysee Pierre

3º Lugar: Willian Barbosa de Souza

Simpatia: Hevanderson Barros dos Santos

A mesa julgadora foi formada por cinco jurados ligados a moda, beleza e negritude, sendo eles:

- Verhuska Pereira - Professora e empresária do segmento de Moda.
- Natália Gama – Ganhadora de uma das edições do concurso Beleza Negra Campo Grande e faz parte da organização do evento.
- Élide de Jesus - Ganhadora do Concurso Beleza Negra Campo Grande/ 2019.
- Silvana Ramos- Professora e pós-graduada em educação especial e diversidade, em gestão escolar e coordenação pedagógica.
- Cristiane Almeida – ganhadora do Concurso Beleza Negra, barbeira e empresária do ramo da estética e cabelo afro.

Jurados de Honra:

- Débora Peixoto – Gestora de eventos e idealizadora do projeto Realidade Feminina.
- Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues – Doutora em História, professora e coordenadora do Mestrado Profissional em História da UEMS e professora no curso de graduação em História pela mesma universidade.

Lorene Fernandes Dall Negro Ferrari- Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, tradutora Pública e intérprete de espanhol - Junta Comercial de MS, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e professora espanhol, inglês e português.

Nesse ano também ganharam com:

- Cabelo mais bonito: candidato Elysee Pierre e candidata Ilzeane de Oliveira Santos Moreira.
- Melhor desfile: candidata Cláudia da Silva Mendes e candidato Elysee Pierre.
- Torcida mais animada: da candidata Valdineia Alves dos Santos

Todo alimento não-perecível arrecadado foi doado ao projeto socioeducativo Harmonia e Frutos - Jardim Columbia/CG. Os candidatos Evens Aurelien e Cristiana Rosa da Silva fizeram a entrega dos itens.

3. CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE/2022: ETAPAS E ENTRAVES

Diante do que foi exposto anteriormente, a Pandemia da COVID-19, não permitiu que o Concurso Beleza Negra acontecesse nos anos de 2020 e 2021, com isso, no ano de 2022 foram feitos três concursos num único evento.

Como aconteceu nos outros concursos antes da data do evento, na verdade é o ponto alto do concurso, ocorreram três ensaios presenciais, com várias palestras e rodas de conversas. Nesses encontros, além de discorrer sobre a História do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, entre o leque de ações o Concurso Beleza Negra Campo Grande, os inscritos tiveram acesso ao regulamento do concurso, uma contextualização histórica tanto da História da África como afro-brasileira, como também questões como o Mito da Democracia Racial, Racismo Estrutural, entre outros. Para esses momentos, foram convidados amigos e parceiros do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, na maioria das vezes munícipes que possuem uma construção profissional sólida, de preferência que pesquisem e trabalhem com a temática étnico-racial, sendo eles: professores, advogados, comunicadores, psicólogos e àqueles que podem trocar experiências e vivências com os inscritos por estarem no “lugar de fala”. Temos notícias que esses momentos mudaram a vida dos participantes, tanto no campo pessoal e profissional.

Outros assuntos trabalhados foram: estética, visibilidade e emancipação negra. Na questão estética, os inscritos recebem formação sobre como tratar o cabelo e a pele negra e as características inerentes à etnia-negra, sempre a enaltecendo, elevando a autoestima dos candidatos. O vestuário e os acessórios utilizados e que representam a etnia negra são apresentados, a fim de que eles conheçam e se apropriem da cultura africana e afro-brasileira. Como a culminância do processo é o concurso, eles aprendem a desfilar, a postura de um modelo de passarela, mas principalmente que cada um tem uma beleza única, uma história e o seu diferencial. No final de cada reunião, ensaio, é aberto um espaço para a participação dos inscritos a fim de saber a compreensão de tudo que foi explanado, mas principalmente para escutá-los, sobre seus medos, inseguranças, ansiedades e principalmente suas vivências, as relações traumáticas envolvendo o Racismo. O que mais chama atenção nesse momento é a escuta qualificada entre eles e a troca de experiências sobre como passar por esses momentos difíceis e não se abater, a busca pelos seus direitos, empoderamento pessoal e coletivo.

Foram perceptíveis as mudanças que ocorreram na vida dos participantes, que ganharam ou não o concurso e daqueles que foram assistir o evento. Adquiriram autoestima,

conhecimento da sua própria história, empoderamento e visibilidade. Despertando a busca por políticas públicas que garantam o acesso e a permanência nos espaços educacionais, a saúde, melhores condições de trabalho e empregabilidade e respeito à religiosidade afro-brasileira.

Os entraves na organização e efetivação do evento continuam quase as mesmas nesses quatorze anos de concurso. A dificuldade de conseguir um espaço com uma boa iluminação, ventilação e acústica. Um fantasma constante é conseguir parcerias tanto na esfera privada e pública para custear a decoração, confecção de roupas e acessórios que serão utilizadas durante os desfiles, iluminação, som e microfone, as premiações, etc. Recursos humanos também é um problema recorrente, fidelizar parcerias, na grande maioria voluntários, para colaborar durante o evento na recepção dos convidados, auxiliar nos camarins, tirando dúvidas dos jurados e dos convidados, na apuração dos votos e na organização da premiação. Sempre que me é perguntado sobre essas dificuldades reafirmo que isso se dá devido ao “preconceito institucional”.

Mesmo diante de todas as dificuldades, o Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul não se curva e desde 2008 continua fazendo esse belo trabalho social de visibilidade, empoderamento, emancipação do negro/a. O Movimento trabalha para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as garantias individuais e coletivas sejam salvaguardadas e que a alteridade seja respeitada.

4. FOTOS DO EVENTO



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.





Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.



Fonte: Arquivo de fotos do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul.

5. REPORTAGENS MATÉRIAS PRODUZIDAS SOBRE O CONCURSO BELEZA NEGRA CAMPO GRANDE

<https://www.douradosagora.com.br/2008/12/16/definida-premiacao-para-o-concurso-beleza-negra-ms/>

<https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/vencedora-do-concurso-beleza-negra-em-ms-da-dicas-para-candidatas.html>

<https://www.acritica.net/editorias/geral/inscricoes-para-o-concurso-beleza-negra-estao-abertas/18042/>

<https://www.campograndenews.com.br/entretenimento/concurso-beleza-negra-recebe-inscricoes-ate-31-de-agosto-08-23-2010>

<http://belezanegracampogrande.blogspot.com/2011/11/gustavo-henrique-dos-santos-araujo-e.html>

<https://www.acritica.net/editorias/geral/angolana-representa-ms-no-miss-brasil-world/84692/>

<https://atribunanews.com.br/2012/11/08/concurso-beleza-negra-2012-recebe-inscricoes-ate-o-proximo-dia-10/>

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/pagina-316?p=51&page=120>

http://www.msemdia.com.br/noticias/cultura/inscricao_para_curso_de_beleza_negra_comeca_hoje

<http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/abertas-ate-o-dia-31-as-inscricoes-ao-8o-concurso-beleza-negra/>

<https://www.acritica.net/editorias/geral/concurso-beleza-negra-acontece-neste-sabado-em-campo-grande/257187/>

<http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/abertas-as-inscricoes-para-o-concurso-beleza-negra-2016/>

<https://www.topmidianews.com.br/cultura/inscricoes-para-o-9o-concurso-beleza-negra-campo-grande-encerram/57906/>

<https://www.douradosagora.com.br/2016/11/18/concurso-beleza-negra-campo-grande-tem-22-finalistas/>

<https://jornaldoestadoms.com.br/noticia/5485-22-candidatos-disputam-concurso-beleza-negra-em-campo-grande>

<https://www.agorams.com.br/concurso-beleza-negra-campo-grande-chega-a-decima-edicao/>

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/edicao-de-10-anos-do-concurso-beleza-negra-acontece-neste-sabado>

<http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/conheca-os-vencedores-do-12o-concurso-beleza-negra-campo-grande->

7. REGULAMENTO

Art. 1º - DA PROMOÇÃO:

O “15º Concurso Beleza Negra Campo Grande/MS”, idealizado e promovido por Rodynei Pereira Nolasco e parcerias, será realizado no dia, 26 de novembro de 2022, das 18h às 21h, no Armazém Cultural, na Avenida Calógeras, 3.065 - Centro.

Os principais objetivos do evento são: trabalhar a autoestima de mulheres, homens e adolescentes negros, valorizar a cultura e a estética afro-brasileira; Destacar a beleza negra da cidade e o orgulho e a valorização de ser negro, além de criar oportunidade social e profissional para esse grupo étnico-racial;

Valorizar a beleza e a desenvoltura dos candidatos;

Colaborar com o desenvolvimento profissional, social e cultural;

Interagir com as comunidades de bairros, através de lideranças das associações e escolas;

Divulgar os eventos relacionados ao Concurso.

Art. 2º - DA COMPROVAÇÃO:

Podem participar do Concurso, a população negra e descendentes comprovados, seja pela cor ou pelos traços, maiores 18 anos.

Art. 3º - DO EVENTO:

O concurso é uma das ações do Movimento Beleza Negra Mato Grosso do Sul, é uma realização da comissão organizadora.

O evento é de abrangência municipal para candidatos que residam em Campo Grande/MS (Mato Grosso do Sul).

Art. 4º - DO CONCURSO:

I - Fica instituído pela comissão do concurso, o décimo quinto Concurso de Beleza Negra de Campo Grande/MS – 2022.

II – As inscrições para participar do concurso iniciaram-se no dia 10 de novembro de 2019 com encerramento no dia 15 de outubro 2022, excepcionalmente, devido à Pandemia do Covid-19.

III - Toda parceria firmada com o concurso tem validade de 01(um) ano, podendo ser renovada ou não.

Art. 5º DAS PARTICIPANTES:

I – Poderão participar do concurso candidatas e candidatos, maiores de 18 anos completos até a data limite da inscrição.

II – Para participar, os candidatos deverão ler o regulamento e preencher corretamente a ficha de inscrição online, que estará disponível no site www.bezezanegracampogrande.blogspot.com, em seguida depositar o valor participativo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) na Caixa Econômica Federal, Ag. 3455, c/p. 939-8. Deverá levar no dia do 1º ensaio: o comprovante do depósito ou o valor em mãos, cópia da carteira de identidade, cópia do CPF, cópia do comprovante de endereço e número da conta bancária que deverá ser anexada à ficha de inscrição e ao termo de concordância.

No dia do 1º ensaio o candidato (a) deverá: - Assinar duas fichas: A ficha de inscrição e a ficha de concordância, documentos que atestam que os candidatos concordam com todos os itens deste regulamento e com os dados passados online. Não haverá prova de roupas sem a entrega do comprovante de depósito. Após a efetuação da inscrição o candidato já faz o depósito.

III – O Candidato poderá ser indicado para representar um estabelecimento do comércio local, como um salão de beleza, uma barbearia, uma agência de publicidade e propaganda, etc. Toda vez que o apresentador falar o nome do candidato, falará também o nome do comércio que estará representando como forma de divulgação e atrair público.

IV- Não podem concorrer:

- Parente de primeiro grau de organizadores do evento ou jurados convidados;

V- O concurso Beleza Negra Campo Grande, diferente dos concursos tradicionais, não exige medidas, peso, altura e nem idade limite. Precisa ser negro ou afrodescendente e idade mínima, 18 anos.

VI- Cada candidato masculino que se inscrever deverá inscrever junto uma candidata feminina e vice-versa. A inscrição será de dupla, sem necessidade de serem casados. Podem ser amigos, parentes, conhecidos, colegas de trabalho, de escola, de igreja, etc. A medida objetiva que o número de candidatos seja igual ao número de candidatas.

Art. 6º - DA SELEÇÃO:

I - A Comissão Julgadora do Concurso Beleza Negra se encarregará de efetuar a seleção no evento, através dos itens: beleza, fotogenia, simpatia e desenvoltura dos candidatos que participarão da etapa final. Os candidatos inscritos deverão comparecer em local e data indicado pela comissão organizadora do evento para os ensaios. No caso do não comparecimento do candidato, a comissão julgadora do Concurso fará o cancelamento da inscrição.

II – Serão feitas duas seleções;

1ª Seleção: - ocorrerá durante os ensaios, serão selecionados 10 participantes masculinos e 10 participantes femininos. O resultado será revelado no dia do evento depois dos quatro desfiles: Moda Jeans, Moda Primavera africana, Moda Black Tie e Moda Festa africana. Os participantes serão selecionados por um júri técnico formado por convidados do concurso e ex-participantes. O júri técnico preencherá na ficha de candidatos um “X” na opção (sim) para 10 candidatos e o restante da lista será preenchido um “X” para a opção (não). Depois será feita a apuração com os 10 candidatos que mais tiveram a opção sim. Em caso de empate, o próprio júri técnico se encarregará do desempate. Caso tenha menos de 10 candidatos, não serão eliminados nenhum candidato.

2ª Seleção: - ocorrerá no dia do evento, serão selecionados os três ganhadores masculinos e três femininos classificados em 1º, 2º e 3º lugar. Serão selecionados por cinco jurados no máximo e no mínimo três jurados. A seleção é feita através das fichas em que os jurados votam as notas de 1 a 5 para todos os candidatos. Se houver empate, fica a critério dos jurados a decisão do desempate. Ainda tem os selecionados no item simpatia masculino e feminino, escolhidos pelos próprios candidatos no dia do evento. Candidatos femininos votam nos candidatos masculinos e vice-versa.

Art. 7º - DA APURAÇÃO:

I - Não podem participar da apuração:

- Parente de primeiro grau de organizadores do evento ou jurados convidados;

A apuração é feita por duas ou mais pessoas, somando as notas de cada candidato dadas pelos jurados. Após a contagem, é feita uma recontagem na hora para tornar o resultado oficial. Esse resultado será levado direto para a apresentadora anunciar e depois será colocado na internet, para que cada candidato possa ficar ciente de sua classificação.

Art. 8º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

I - O ato da inscrição do candidato no concurso é considerado como de aceitação expressa e incondicional de todas as disposições indicadas neste regulamento.

II - Após o pedido de inscrição, o candidato será comunicado do deferimento de sua inscrição e as demais fases do concurso através da organização do evento;

III - As despesas decorrentes (transporte, alimentação, cabelo, maquiagem e acessórios) serão de total responsabilidade dos candidatos;

IV - Os vencedores 1ª lugar feminino e 1º lugar masculino terão um vídeo exclusivo a ser veiculado na internet, além de autorizar sua imagem para colunas sociais e demais meios de comunicação que irão divulgar o evento;

V - Se, por qualquer motivo, o candidato vencedor não comparecer no dia, horário e local agendados para a produção de fotos e vídeo, o segundo lugar, terceiro lugar ou Simpatia será chamado, no lugar, como representante da Beleza Negra Campo Grande/ 2022.

VI- Todos os participantes cedem o direito das imagens produzidas, em razão do concurso, para a organização do evento utilizar em qualquer campanha, divulgação ou publicação. A Comissão Organizadora fará algumas fotos nos ensaios.

Observação: O candidato terá um custo (valor participativo) de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Esse valor inclui a camiseta do concurso (moda jeans), o empréstimo da roupa moda primavera africana, o empréstimo do vestido e do blazer (moda Black tie) e o empréstimo das roupas moda festa africana. As roupas da moda primavera africana, moda Black Tie e moda festa africana, são roupas cedidas pela comissão organizadora que deverá ser entregue ao candidato no dia do evento. Essas roupas serão usadas no desfile e devolvidas logo após o término do mesmo. **A camiseta do concurso é do candidato.** Serão feitas as provas de

roupas entre o período de encerramento das inscrições e o início dos ensaios, não sendo feitas nos ensaios. O candidato usará apenas as roupas cedidas pelo concurso, não podendo usar peças compradas ou emprestadas. **O candidato usará apenas as roupas do concurso e mais nada.** O valor depositado não será devolvido se o candidato não participar do evento.

VII – A organização se compromete a utilizar as imagens produzidas ou fornecidas pelos candidatos para fins lícitos e morais, com intuito de divulgar o Concurso, o programa do concurso e o evento. Todas as fotos terão moldura e marca d'água.

VIII - Todos os candidatos classificados ganharão brindes, conforme a disponibilidade dos patrocinadores.

IX - Os candidatos comprometem-se a participar de matérias editoriais, sem nenhum custo adicional a organização do evento, servindo a inscrição do concurso de autorização expressa para publicação da sua imagem nos veículos de comunicação; devendo comunicar dentro deste período, quando entrarão em agência de modelo e publicidade.

X - A entrada do evento será 2kg de alimentos não-perecíveis e 1 roupa usada por pessoa. Os alimentos arrecadados serão entregues a 2 (duas) entidades beneficentes.

XI – Serão feitos três ensaios de passarela, com rodas de conversas, sendo o último ensaio, o ensaio geral. O Candidato que não comparecer aos ensaios estará desclassificado automaticamente. Tem ainda dois dias útil para justificar sua ausência por escrito, junto à comissão organizadora. As perguntas feitas na final, para os 10 classificados femininos e masculinos, serão sobre temas tratados nas rodas de conversa. Os ensaios terão duração de 4 horas, sendo 2 horas de roda de conversa e informações sobre o evento, e 2 horas de ensaio de passarela, não podendo sair antes do término das 4 horas. Os ensaios para o Concurso Beleza Negra Campo Grande/2022 terão as datas brevemente divulgadas. Os ensaios terão caráter classificatório, podendo ser tirado pontos do candidato que faltar.

XII – A Comissão Organizadora e os Organizadores do Concurso **NÃO SE RESPONSABILIZAM**, por pertences dos candidatos deixados no camarim no dia do evento, ou nos dias dos ensaios. Camarim é para se trocar apenas a roupa.

XIII – No desfile de Moda Primavera não será permitido desfilar com peças íntimas. O candidato poderá ser desclassificado.

XIV – Durante os ensaios e no dia do desfile é proibido fumar ou ingerir bebidas alcoólicas. O candidato poderá ser desclassificado.

XV – Qualquer comunicado a ser feito ao candidato, será tratado apenas com o mesmo. Não podendo ter outra pessoa como representante, tais como; agência de modelos, empresário, scouter, pai, mãe, irmã, marido, mulher, amigo, amiga, etc.

XV - Durante o evento os candidatos não poderão sair da parte de trás do palco até o resultado final com as respectivas colocações. Também não é permitido que pessoas que não estão participando do evento entrem e fiquem com os candidatos.

XVI- No dia do evento os classificados para a final responderão perguntas feitas pela apresentadora com o intuito de serem avaliadas pelos jurados, a partir das respostas sairão os 1º, 2º e 3º lugares do feminino e do masculino. A premiação de Simpatia será feita através da votação individual entre os candidatos.

XVII - Quem já participou do concurso e ganhou em 1º, 2º, 3º e Simpatia, não poderá participar novamente do concurso, mas quem participou e não ganhou poderá participar novamente.

XVIII - Casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela comissão organizadora do Concurso Beleza Negra.

Concurso Beleza Negra Campo Grande/ MS - 2022